

CONGRESSO
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
20 ANOS
AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE:
DILEMAS, DESAFIOS E ESPERANÇAS



ANAIS

EIXO 3 DIREITO À CIDADE
SESSÃO 3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

Realização:



20 ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional

Apoio:



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia



CNPq

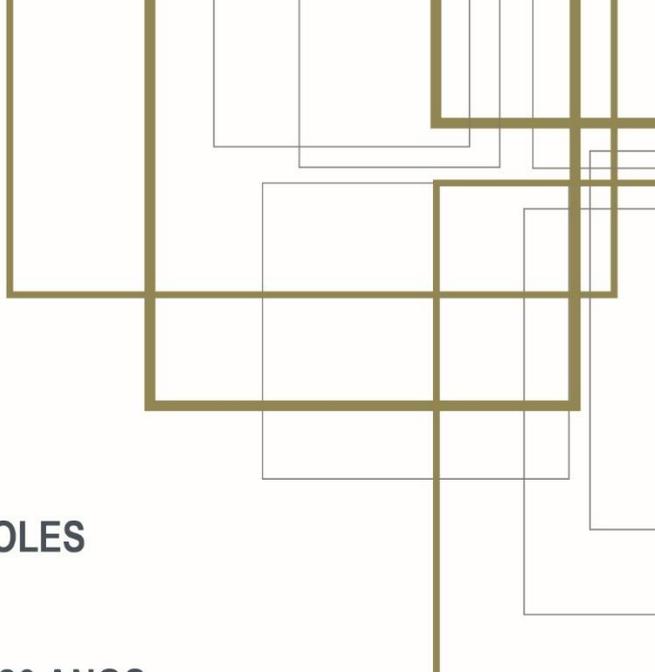


FAPERJ



**FORD
FOUNDATION**

**UNIÃO
NACIONAL POR
MORADIA
POPULAR**



INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Congresso

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS

As Metrôpoles e o Direito à Cidade:
Dilemas, Desafios e Esperanças

03 a 07 de dezembro de 2018

ANAIIS

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional | **IPPUR-UFRJ**

Rio de Janeiro | **RJ**

Ano de Publicação **2019**

1ª Edição

C794

Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos. As metrôpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças (l. : 2018 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos. As metrôpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças / Organizadores: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro et all - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Observatório das Metrôpoles, 2019.

3197p. : il. ; 21x29cm

ISBN: 978-85-86136-12-2

1. Planejamento Urbano (Congresso). 2. Planejamento Regional (Congresso). 3. Políticas Públicas (Congresso). 4. Pesquisa (Congresso). I. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. II. Observatório das Metrôpoles. III. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. IV. Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. VI. Título.



OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

O Observatório das Metrópoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 20 anos, envolvendo atualmente cerca de 100 pesquisadores e 60 instituições de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

O Observatório das Metrópoles tem como uma das suas principais características reunir Programas de Pós-graduação em estágios distintos de consolidação, o que tem permitido virtuosa prática de cooperação e intercâmbio científico através da ampla circulação de práticas e experiências acadêmicas. Por outro lado, o Observatório das Metrópoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para esta área.

Neste momento, o Observatório das Metrópoles integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do CNPq e, nos próximos 5 anos, terá como objetivo dar continuidade e desdobramentos às suas atividades de pesquisa, formação de recursos humanos, extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos com a questão metropolitana.

Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as cinco Grandes Regiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades de pesquisa que desenvolvemos permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais.

O Observatório das Metrópoles tem atualmente como coordenador geral o professor Sergio de Azevedo (UENF) e como vice-coordenador geral o professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (UFRJ).



CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES VINTE ANOS

Para comemorar os vinte anos de existência da rede de pesquisa Observatório das Metrópoles, que envolve cerca de cem pesquisadores em mais de sessenta instituições nacionais e internacionais, temos o prazer de anunciar a realização do congresso “As Metrópoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças”.

O congresso pretende ser um espaço de diálogo e reflexão sobre temas urbanos e metropolitanos contemporâneos. Considerando o nosso programa de pesquisa transdisciplinar orientado pelos compromissos com a produção de conhecimento crítico e a promoção da justiça social, ele tem como objetivos centrais debater as seguintes questões:

1 | Qual o pensamento acumulado pela Rede Observatório das Metrópoles em sua trajetória sobre o que poderíamos denominar vagamente questão urbana-metropolitana da sociedade brasileira e as suas particularidades, enquanto integrante da periferia do sistema-mundo capitalista e a sua trajetória histórica?

2 | Quais desafios esta questão urbana-metropolitana coloca para o nosso futuro diante da crise estrutural e dos limites (internos e externos) da atual etapa do capitalismo?



EIXO 03 | DIREITO À CIDADE

Assim como definido por Henri Lefebvre (1968), o direito à cidade está assentado na garantia igualitária de utilização das estruturas e espaços públicos das cidades. Os imperativos da economia de mercado têm configurado poderosa ameaça para a efetivação desse direito, impondo um processo de desenvolvimento urbano excludente que resulta em segregações espaciais, sociais e econômicas. Nesse sentido, a realidade de um ambiente urbano digno e amplamente disponível ainda permanece como objeto de luta. A reivindicação desse direito assume formatos que além de questionar o processo de urbanização imposto pelo mercado, também propõem transformações nas suas estruturas, convocando a luta coletiva pela liberdade de recriar as cidades.

SESSÃO 3.1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA

Coordenadores:

- Luciana Lago (UFRJ)
- Flavio Chedid (NIDES/UFRJ)
- Ruth Munhoz

Nas cidades latino-americanas, os espaços da vida cotidiana das classes populares se distinguem dos demais espaços pela complexidade das relações sociais ali enraizadas. A complexidade está na trama de formas de produzir e circular bens e serviços, entre os quais, os que dão materialidade à cidade: habitação, transporte, saneamento, parques, entre outros. Por serem necessidades humanas fundamentais, esses bens e serviços foram sendo supridos pela combinação diferenciada, em cada território, entre estratégias familiares e associativas de autoprodução, políticas redistributivas e ações empresariais. Essa trama de racionalidades econômicas faz com que a economia popular ultrapasse muitas vezes as fronteiras da comunidade e alcance a escala urbana. O trabalho é aqui entendido como a materialização dos desejos e projetos na relação recíproca homem–natureza e como processo de recriação permanente dos bens necessários ao bem-estar social, buscando trazer à tona essas práticas e as relações sociais que as sustentam, sabendo que estão em grande medida ocultas no sistema de trabalho subordinado e monetizado. Na sociedade capitalista, o tempo do trabalho subordinado é vivido como apartado do tempo da reprodução da vida (tempo do não trabalho). Fora do seu tempo de trabalho, o trabalhador “se torna” um morador, um cidadão. Assim, entende-se que a cidadania pressupõe o trabalho emancipado, o trabalho para a reprodução da vida e não do capital.



NOTA INTRODUTÓRIA

Como resultado do Congresso Observatório das Metrópoles Vinte Anos | As Metrópoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças apresentamos os Anais, que foram desenvolvidos em formato de arquivo digital (PDF).

Os Anais estão divididos em dez partes coincidentes com os Eixos Temáticos e suas sessões específicas, que nortearam o Simpósio do Congresso, além de um volume introdutório, numerado como “00”, que engloba o Índice Geral que abarca todas as outras partes. No arquivo dedicado aos pôsteres, são apresentados os resumos expandidos submetidos por seus autores.

00 | ÍNDICE GERAL

EIXO 01 – TERRITÓRIO

- 1.1 | ORÇANIZAÇÃO DO ESPAÇO**
- 1.2 | ECONOMIA METROPOLITANA**
- 1.3 | MEGARREGIÃO**

EIXO 02 – GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

- 2.1 | GESTÃO DAS ÁGUAS**
- 2.2 | MOBILIDADE URBANA**
- 2.3 | REGIMES URBANOS**

EIXO 03 – DIREITO À CIDADE

- 3.1 | ECONOMIA SOLIDÁRIA**
- 3.2 | ESTRUTURA SOCIAL**
- 3.3 | DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO**

PÔSTERES

- 4 | SESSÃO DE PÔSTERES**

Os conteúdos dos trabalhos expostos nos Anais são de inteira responsabilidade dos autores, incluindo a revisão de texto e uso de imagens.



COMISSÃO ORGANIZADORA
(OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO RIO DE JANEIRO)

Luiz Cesar De Queiroz Ribeiro
Elizabeth Alves
Juciano Rodrigues
Karoline Souza
Patrícia Ramos Novaes
Samuel Thomas Jaenisch
Thais Velasco
Tuanni Rachel Borba

COMISSÃO COMUNICAÇÃO

Carolina Calcavecchia
Luísa Sobral

COMITÊ CIENTÍFICO

Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ)
Inaiá Moreira de Carvalho (UFBA)
Jupira Mendonça (UFMG)
Luciana Corrêa do Lago (UFRJ)
Luciano Fedozzi (UFRGS)
Maria do Livramento Clementino (UFRN)
Marcelo Gomes Ribeiro (UFRJ)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Sérgio de Azevedo (UENF)



SUMÁRIO

Para ir direto a um texto específico, basta clicar sobre a indicação de seu título ou de seu(s) autor(es) neste sumário.

CIUDAD FUTURA Y SUS PROYECTOS DE ECONOMÍA SOLIDARIA EN LA CIUDAD DE ROSARIO, ARGENTINA

*ESTER SCHIAVO
ALEJANDRO GELFUSO*

CATADORES EM CENA - DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, BRASIL.

ÉRICA TEREZINHA VIEIRA DE ALMEIDA

PODERÁ A SOLIDARIEDADE AMEAÇAR O EMPREENDEDORISMO?

*LIANA MARIA DA FROTA CARLEIAL
ANA CAROLINA SILVA DOMINGUES*

AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA POPULAR: REFLEXÕES E AÇÕES A PARTIR DA COMUNIDADE DE PIEDADE DE SANTA RITA, EM OURO PRETO-MG.

ALAN HENRIQUE DELFINO

DE VIDAS SECAS À VIDA NOVA: DA FUNÇÃO SOCIAL À FINANCEIRIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL NO BRASIL

*MÁRIO JORGE DA SILVEIRA JUNQUEIRA
FÁBIO SOARES CÉSAR*

PROJETO RAIOS DE SOL: UMA TENTATIVA DE RESISTIR E EXISTIR DENTRO DA LÓGICA CAPITALISTA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA-TO

*OLIVIA DE CAMPOS MAIA PEREIRA
LARYSSA REZENDE SIMÃO
MAÍRA PEREIRA DA SILVA*

A GESTÃO COLETIVA DA PROPRIEDADE COMO GARANTIA DA SEGURANÇA DA POSSE DE POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS: OS TERMOS COMUNITÁRIOS TERRITORIAIS (TCT) E AS POSSIBILIDADES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

*TARCYLA RIBEIRO FIDALGO
RENATA CRISTINA DO NASCIMENTO ANTÃO*

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE SÃO PAULO NA SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ENTIDADES

ANNA CAROLINA LUCCA SANDRI

A INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL À LUZ DA AUTOGESTÃO

RAQUEL MARIA DA COSTA SILVEIRA

O MUTIRÃO HABITACIONAL AUTOGERIDO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: TRABALHO COLETIVO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

THAIS VELASCO



CIUDAD FUTURA Y SUS PROYECTOS DE ECONOMÍA SOLIDARIA EN LA CIUDAD DE ROSARIO, ARGENTINA

Ester Schiavo

Universidad Nacional de Quilmes (UNQ)/ Centro Redes
eschiavo@gmail.com

Alejandro Gelfuso

Universidad Nacional de Quilmes (UNQ)/ Centro Redes
alegelfuso@gmail.com

p. 2233



RESUMEN

Se propone analizar la problemática de la producción, distribución y acceso a los alimentos y bienes de consumo básicos en las metrópolis latinoamericanas, cuyo centro es la disputa entre el modelo económico hegemónico, su cadena de valor concentrada y sus actores tradicionales, frente a la heterogeneidad de alternativas que responden al nombre de economía solidaria. Se toma como referencia empírica la experiencia de Ciudad Futura, movimiento social e instrumento político de la ciudad de Rosario, particularmente tres de sus proyectos: la Cadena Láctea La Resistencia, la Misión Anti-Inflación e Impulsar.

Interesa identificar los diferentes planos de disputa política, material y simbólica que plantean estos proyectos respecto al modelo dominante, a fin de dar cuenta de los obstáculos para aumentar la escala de las experiencias y reproducirlas; en el marco de los repertorios de acción colectiva que lleva adelante la organización, orientados a la lucha por el derecho a la ciudad.

INTRODUCCIÓN

Gran parte de las metrópolis latinoamericanas se consolidaron como receptoras de procesos de urbanización relacionados con el modelo de acumulación capitalista, rodeadas de grandes cordones industriales. Luego de más de tres décadas de implementación de políticas neoliberales, todas ellas atraviesan una situación económica crítica producto, entre otras causas, de la apertura de importaciones, despidos y cierres de fábricas. En simultáneo, el sector financiero, en alianza con desarrolladores urbanos, comienza a insertarse como actor capaz de reemplazar a la industria, generando valor con grandes proyectos urbanos, la promoción del turismo y el desarrollo del sector de servicios especializados (Schiavo, Gelfuso, 2017, p.224). A su vez, como resultado de la expansión de la frontera urbana mediante barrios cerrados u otro tipo de grandes proyectos dirigidos a sectores de alta renta, se asiste a conflictos territoriales que expulsan a comunidades precarias en zonas periféricas, muchas de ellas de familias agricultoras. En este proceso, no solo se destaca el nuevo protagonismo del mercado inmobiliario, sino también el de las grandes cadenas de supermercados y shoppings como espacios para el acceso a alimentos y consumo básico, desplazando el comercio de cercanía, a los servicios de proximidad y a otras formas de economía solidaria.

En conclusión, la profundización de las desigualdades producto de la crisis estructural del capitalismo ya no solo se traduce en la ampliación de la brecha entre los diversos grupos sociales por el acceso a la renta y el salario, sino también en situaciones de precariedad material que se agravan sin soluciones inmediatas: déficit habitacional, segregación espacial de la población, sobreocupación de viviendas, pobreza energética, escaso acceso al agua, desescolarización, un sistema de transporte colapsado, trabajo precario, proliferación de economías informales y finalmente, lo que interesa en este trabajo: crisis en el acceso a los alimentos.

p. 2234



ROSARIO: PERFIL PRODUCTIVO Y CADENA DE VALOR EN LAS CIUDADES DEL SIGLO XXI

Una cadena de valor es la suma de los procesos que convierten a un producto o un servicio desde su estado inicial hasta el momento de su uso final. Puede incluir a la producción primaria (como el agro), las transformaciones industriales, la distribución de las mercaderías y, finalmente, el consumo. A cada uno de estos procesos se los llama eslabones. Como el producto vale un poco más a medida que se suceden los procesos, se dice que se agrega valor en cada eslabón.

En el proceso productivo que transcurre en una ciudad se enlazan diferentes actores, trabajadores, consumidores, empresas grandes y pequeñas, y el Estado, que se presenta en múltiples versiones: reglamentando, ejecutando, investigando o invirtiendo. La forma que adquiere el desarrollo productivo, los tipos de bienes y servicios que se producen y consumen, tienen impacto en los modos de vida, en las relaciones que se generan y en la distribución de los recursos en la ciudad.

La ciudad de Rosario¹ ha tenido diferentes perfiles productivos a lo largo de su historia: un perfil comercial a principios del siglo pasado, luego un perfil industrial, y en las últimas décadas un perfil de servicios.

En los últimos años, la política productiva del gobierno local se centró, prácticamente, en atraer inversiones para asegurar el crecimiento económico de la ciudad. Así, se desarrollaron negocios relacionados con la actividad inmobiliaria, grandes centros comerciales, de esparcimiento, gastronomía y turismo, que se constituyeron en los sectores que guiaron el crecimiento de la ciudad. Se trató de asegurar condiciones ventajosas para las empresas existentes y de promover la llegada de otras nuevas, con el eje en la reducción de costos, pero sin una mirada integral de las cadenas de valor de los sectores promovidos. La política productiva estuvo más orientada a asegurar rentabilidades que a integrar los distintos eslabones y perfiles productivos para la generación de valor agregado y trabajo. La ciudad creció, pero este modelo de crecimiento generó dos consecuencias que se evidenciaron rápidamente en su forma de expansión en la última década.

La primera consecuencia fue la asimetría del crecimiento. La elección de un modelo basado en el crecimiento económico, en detrimento de políticas tendientes a la búsqueda del bienestar de la población, desembocó en el éxito relativo para algunos sectores (grandes edificios, restaurantes, hoteles, shoppings y casino) a la vez que postergó otros en términos de productividad y bienestar.

En este contexto, las políticas públicas orientadas a los sectores productivos de pequeña escala y microemprendimientos fueron o bien de contención, tal es el caso de los emprendimientos de economía social; o bien tendieron a la regularización / eliminación de dichos sectores, como sucedió con el comercio informal, recolectores-carreros, vendedores ambulantes, entre otros.

¹ Rosario es una ciudad de escala metropolitana, constituye el tercer núcleo urbano más poblado de Argentina. Se ubica en la zona sur de la provincia de Santa Fe, no siendo su ciudad capital, y tiene una posición estratégica en la región MERCOSUR gracias a su actividad portuaria en un contexto territorial conducido por los agronegocios. En la actualidad posee 948.312 habitantes a la que se suma una conurbación territorial que involucra aproximadamente 23 localidades, concentrando más de 1.400.000 ciudadanos (CENSO 2010).



Ninguna de estas formas de intervención estatal aprovechó la potencialidad que tienen dichos actores de emprender actividades por su cuenta o con otros para generar sus medios de vida, pudiendo generar e impulsar nuevas relaciones basadas en los principios de solidaridad, organización y autogestión.

La segunda consecuencia fue la discontinuidad de la cadena productiva. La política estatal de atracción indiferenciada de capitales produjo que se desarrollen espacios de negocios acotados y que el crecimiento se produzca de manera destramada, desarticulada, sin integración. Por ejemplo, la ciudad perdió con el tiempo a su sector productor de frutas y hortalizas, consecuencia de la expansión de la frontera sojera y de la urbanización creciente de la periferia, lo que hizo que muchos de los alimentos que se consumen en la ciudad tengan que viajar cientos de kilómetros para llegar a las mesas de los rosarinos. Así, la brecha y desarticulación entre los sectores productivos y los consumidores se expandió, y el perfil de la ciudad se fue delineando según los intereses del mercado.

En consecuencia, la cadena de valor atraviesa tres grandes problemas: a) la concentración y el monopolio, un puñado de empresas controla todos los eslabones de la cadena excluyendo cualquier competencia; b) la mayor parte de la venta y distribución en la ciudad pasa por los centros de consumo masivo como shoppings e hipermercados; y c) los instrumentos de crédito a productores son gestionados en su mayoría por el sistema bancario, fuertemente excluyente para actores de menor peso económico. El resultado es la omnipresencia de monopolios y la ausencia de miles de actores heterogéneos de la cadena. Así, los productos finales son, en general, caros, de baja calidad, y a precios poco accesibles.

p. 2236

ECONOMÍA SOLIDARIA: LOS ACTORES NO HEGEMÓNICOS DE LA CADENA

La primera hipótesis de esta ponencia sostiene que, bajo la cadena de valor y sus actores hegemónicos, existe una heterogeneidad de actores y alternativas en funcionamiento, que se agrupan e identifican con la denominada economía social y solidaria, convocada por la consigna de que otra economía es posible y que, trae consigo otras concepciones, objetivos y formas de organización para el desarrollo productivo, mayormente opuestos a la lógica mercantilizada, monopólica y competitiva de las grandes empresas

La economía social y solidaria constituye un campo socioeconómico, simbólico y político en construcción y expansión en las últimas décadas. En efecto, tanto en Argentina como en otros países de América Latina se verifica una presencia creciente de la economía solidaria en las prácticas sociales y los debates políticos y académicos, que se vincula también con distintas formas de concebir el desarrollo local o territorial. La expansión de la economía solidaria surge como respuesta social ante las consecuencias de las transformaciones contemporáneas en el mundo del trabajo, el Estado y los mercados, vinculados a la implantación de políticas neoliberales y a la globalización excluyente en las últimas décadas (Pastore, Altschuler, 2015, p. 110)

No obstante, en relación con el caso presentado, interesa el enfoque de Jean Louis Laville (2004) que plantea el siguiente interrogante: ¿puede el objetivo de otra economía y otro mundo, realizarse sin una reflexión sobre las condiciones democráticas de su actualización?



Se trata de explicar y comprender las dimensiones de la actividad económica ocultadas por la naturalización de la economía dominante. El autor retoma los planteos de Polanyi y Mauss que, por sus contribuciones respectivas, abren la vía a un proyecto de emancipación que rechaza el olvido político, al deducir que la realidad de la economía es plural y que esta encubierta por el análisis utilitarista que solo muestra el rostro hegemónico de la misma. Sin embargo, se puede afirmar que no hay un modo único de organización de la economía que sería la expresión de un orden natural, sino un conjunto de formas de producción y distribución que coexisten, entre ellas, la economía solidaria (Laville, 2004, p.209)

A partir de este marco de análisis, es concebible descifrar cuales son los resortes a través de los que se manifiesta la resistencia a la sociedad de mercado. Permite así en el marco de una perspectiva crítica atacar la naturalización del mercado auto-regulador y de la empresa capitalista, como lo demuestra el caso de Ciudad Futura en la ciudad de Rosario.

CIUDAD FUTURA: LA POLÍTICA PREFIGURATIVA COMO SUSTENTO DE OTRA ECONOMÍA

Ciudad Futura es un instrumento político-electoral que nace en el año 2013, producto de la unión de dos movimientos sociales autónomos, el Movimiento Giros y el Movimiento 26 de junio. Un proceso de una década, focalizado en la visibilización de dos problemáticas estructurales del modelo de ciudad: la disputa por el territorio y la crisis de violencia; surgidas en las periferias urbanas y rurales de Rosario.

p. 2237

En consecuencia, se puede afirmar que Ciudad Futura, en primer lugar, es un producto del modelo de ciudad. Un sujeto colectivo emergente que expresa las anomalías empíricas de un paradigma en crisis. Pero además aporta un elemento disruptivo en al abordaje de esas anomalías, entendiendo que los cambios sociales no son solo producto de la movilización sino de un proceso de construcción de instancias organizativas enraizadas en las bases donde nacen y se desarrollan esas problemáticas. Ciudad Futura entiende que la política no se trata solo de slogans, tales como “resolver los problemas a la gente”, sino de construir una sociedad más justa. Es decir, que esas soluciones deben llevar consigo otros valores y nuevas formas de vinculo social. Ese proceso de construcción anticipa, prefigura, al menos dos elementos: la alternativa o propuesta que aporta una solución concreta y las relaciones sociales nuevas sobre las que se apoya la alternativa.

La identidad política del colectivo y los orígenes de la política prefigurativa exceden la cuestión urbana y tienen como referencia histórica a las experiencias de los movimientos sociales que protagonizaron importantes luchas en el continente latinoamericano. El proceso previo de los movimientos que precede a la conformación de Ciudad Futura se estructura a partir del cuestionamiento, en la teoría y en la práctica, de algunos de los núcleos conceptuales más dogmáticos de las experiencias emancipatorias precedentes, en particular aquellas de tradición partidaria. Una de ellas es la concepción del poder.

Si el poder se extiende a todas las esferas de la vida social a través de diferentes institucionalidades, materiales y simbólicas, imponiendo reglas heterónomas hacia el resto de la sociedad, una forma de resistencia posible es construir instancias colectivas,



autónomas, horizontales, de decisión y acción directa, que fijen sus reglas propias en torno a la gestión cotidiana de los lugares de vida, trabajo y ocio, es decir, los territorios. Poder-hacer, autonomía, horizontalidad, territorio, son la base de lo que en Ciudad Futura se denomina políticas prefigurativas.

La política prefigurativa permite, en lo relativo al tema de esta ponencia, conjugar la lucha política con la económica-productiva, a la vez que transforma la subjetividad de quienes participan en la gestión de dichas políticas socializando el conocimiento técnico y sustituyendo la racionalidad competitiva por la solidaridad y la cooperación. En definitiva, lo que “anticipa” la prefiguración son las bases de una organización de nuevo tipo que expropia funciones al Estado y, sobre todo, al mercado.

David Harvey (2003, p. 213) sostiene que la principal razón por la que se ha vuelto tan difícil situar utopías en un futuro creíblemente vinculado con el presente por transformaciones factibles, es que nuestras imágenes del presente no identifican agentes y procesos de cambio. Esto es así no porque estos no existan, sino más bien por sus condiciones para irrumpir en el escenario público. Al igual que otros repertorios clásicos de acción colectiva urbana, la manifestación, movilización y protesta a través de la verbalización ha mostrado algunos límites. La política prefigurativa muestra que existen otros medios de aparición que permiten captar y difundir a las personas que se juntan para determinadas acciones (Butler, 2015, p.11) ¿Es la protesta y la palabra la única forma de acción expresiva en el plano político o pueden existir otras vías que pongan de manifiesto la relevancia política de determinados colectivos?

p. 2238

ECONOMÍA SOLIDARIA, PREFIGURACIÓN Y DISPUTA DE SENTIDO

En el caso de Ciudad Futura, el principal medio de aparición en la escena pública es la construcción de plataformas y proyectos que traducen los debates ideológicos a un plano material. En este caso en particular, que las acciones colectivas no se limiten a la crítica del modelo económico, sino a mostrar alternativas concretas que posibiliten la disputa real con ese modelo y, principalmente, sus consecuencias en el acceso a los alimentos en las ciudades. Esto no supone resignar la disputa de sentido ni los discursos críticos que la acción colectiva de protestas conlleva sino, por el contrario, la afirmación de que esa realidad puede alterarse en el presente a partir de proyectos reales, que, en su misma existencia y forma de funcionamiento, cuestionan las lógicas hegemónicas a la vez que anticipan otras formas de gestión social de la economía. Más aun, la segunda hipótesis de la presente ponencia propone que estas alternativas plantean una disputa de sentido que excede lo económico-sectorial. En cada uno de estos proyectos hay una crítica de fondo al modelo hegemónico y una propuesta materializada, conjuntamente, que expresa una alternativa y un proceso, que es en sí mismo una clave diferencial.

Retomando lo dicho en la introducción, la cadena de valor atraviesa tres grandes problemas: concentración y monopolio en todos los eslabones de la cadena; distribución y comercialización en la ciudad capitalizada por los centros de consumo masivo como shoppings e hipermercados y finalmente, instrumentos de crédito a productores gestionados en su mayoría por el sistema bancario, fuertemente excluyente para actores de menor peso económico.

El derrotero de los proyectos productivos de Ciudad Futura, íntimamente ligados a la economía solidaria, transitan sobre cada una de estas cuestiones y son, en gran

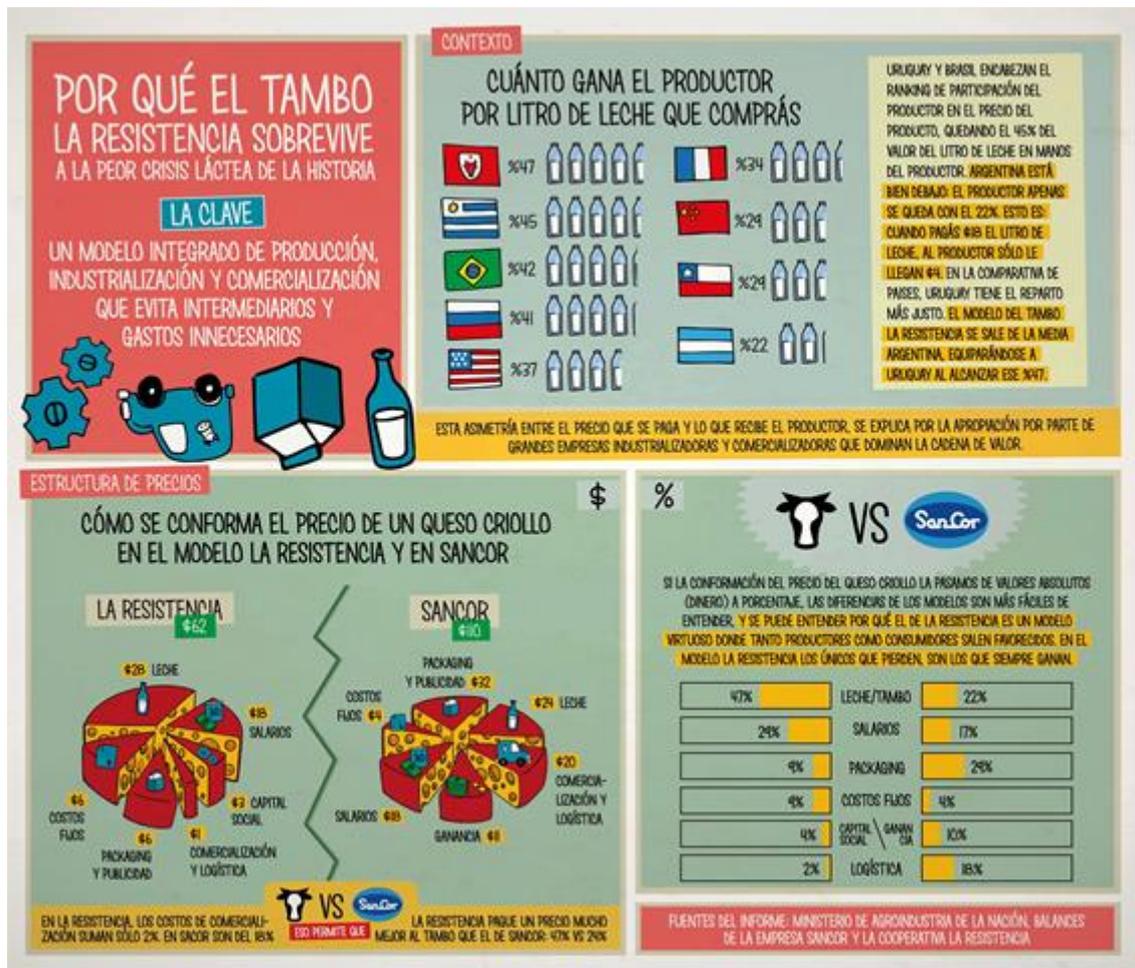


medida, una respuesta a ellas: la Cadena Láctea La Resistencia, ubicada en el corazón de la zona rural del barrio Nuevo Alberdi, compuesta por un tambo y una fábrica láctea que industrializa la totalidad de la producción lechera; la Misión Anti-Inflación, un sistema de consumo colaborativo que abarca a más de 800 hogares de Rosario, permitiendo la compra de la totalidad de la canasta básica con un ahorro del 40% gracias a la compra directa a productores y fabricas recuperadas; e Impulsar, un proyecto orientado a consolidar la economía y la calidad del trabajo de las unidades productivas autogestivas a través de líneas de crédito.

PRODUCIR EN LA PERIFERIA URBANA: CADENA LÁCTEA LA RESISTENCIA

Es una unidad productiva cooperativa y autogestionada por sus trabajadores. Una cadena de valor 100% local, que contiene la producción primaria (leche), la industrialización (quesos y dulce) y la comercialización directa al consumidor final. La historia del emprendimiento está íntimamente ligada a la defensa del último tambo que queda en la ciudad de Rosario, y a su vez, tiene el propósito de generar una alternativa que demuestre la potencialidad de producir en las tierras de las periferias de las ciudades, antes que especular con ellas. El objetivo principal es demostrar que hay alternativas al modelo de producción de alimentos hegemónico. Y que las tierras de las periferias de las ciudades son un espacio estratégico para llevar adelante una avanzada innovadora que produzca, en pequeña o mediana escala, un nuevo modelo productivo que abastezca a las ciudades de los alimentos necesarios para su sustentabilidad. La clave del modelo propuesto por la cadena láctea reside en el agregado de valor en origen y en la producción en la periferia urbana. La producción rural, integrada a la industrialización de los productos en origen, permite abaratar costos y así llegar al consumidor con un menor precio. La cantidad de leche industrializada se fue incrementando en el tiempo. Hace unos años se procesaba el 70%, hoy se industrializa 800 litros de leche por día, el 100% de la producción, que se transforman en quesos y dulce de leche.

p. 2239



p. 2240

Otro aspecto para destacar es que este emprendimiento genera empleo local: Hoy 8 trabajadores se organizan de manera cooperativa para llevar adelante la producción de leche, su industrialización y comercialización. Más del 85% de la producción de La Resistencia se venden directamente al consumidor. La integración de la cadena de valor de la producción primaria, la industrialización y la comercialización permiten generar otros vínculos entre productores y consumidores, lo que se refleja en los precios de los productos. Los precios que pagan los consumidores por los 7 productos de calidad ofrecidos por La Resistencia son en promedio un 35% más baratos que los productos similares en los hipermercados.



p. 2241

A través de la Misión Anti-Inflación 700 consumidores pueden acceder a los productos de La Resistencia y otros 300, mediante la modalidad Socios Tambero. El resto de la producción llega a los consumidores a través de los pequeños almacenes en los barrios.

EMPODERAR A PRODUCTORES Y CONSUMIDORES: MISIÓN ANTI-INFLACIÓN

Ciudad Futura puso en marcha la Misión Anti-Inflación en el año 2014, en un contexto caracterizado por la urgencia de aliviar los gastos en la canasta básica familiar, principalmente en torno a alimentos y productos de higiene personal. El objetivo principal es generar una red de abastecimiento en la cual se fortalezca el lazo directo entre productores y consumidores y evitar, así, los eslabones especulativos de las cadenas de comercialización. Sin embargo, la canasta básica también requiere de productos concentrados por grandes empresas, por lo cual la Misión Anti-Inflación también integra productos de marcas reconocidas.

La propuesta parte de dos conceptos: eliminar los intermediarios y empoderar a los dos puntos más débiles de la cadena de comercialización, que son los pequeños productores y los consumidores. En las metrópolis, las familias dedican mucho esfuerzo en consumir. La búsqueda permanente de descuentos y las demoras en los hipermercados en días de oferta son las pocas respuestas individuales por parte de consumidores que intentan abaratar sus compras.



La Misión Anti-Inflación busca transformar las respuestas individuales en estrategias colectivas, organizando a consumidores fundamentalmente a través de la apropiación de tecnologías digitales y aportando a la creación de una nueva cultura en tal sentido.

Su funcionamiento se basa en la organización de círculos de tres a cinco hogares, hacen sus compras vía web en la página misionantiinflacion.com.ar. A través del sitio web del proyecto, los usuarios hacen pedidos y una vez que abonan se realiza una compra colectiva. Luego se fija lugar y fecha de distribución, y finalmente los coordinadores de cada círculo buscan la mercadería y la reparten entre sus miembros.

p. 2242



En el otro extremo, los pequeños productores y cooperativas encuentran un mercado que antes era más restringido, potenciando de esta manera las economías locales. Algunos productores que trabajan con la Misión incrementaron fuertemente sus ventas y hoy trabajan una semana al mes exclusivamente para abastecer a los consumidores colaborativos.

El proyecto no sólo es sustentable, sino que ha podido capitalizarse adquiriendo el equipamiento necesario (cámara de frío, freezer, balanzas, etc.). Para los productores se ha abierto un canal nuevo de comercialización que les ha dado escala y les ha permitido ampliar su capacidad de producción. Para algunos de ellos las ventas en la Misión representan más del 30% de su facturación, una semana al mes la dedican a producir para abastecer este mercado.



p. 2243

FORTALECER LA PRODUCCIÓN Y LA ASOCIACIÓN: IMPULSAR

El aumento en las ventas de los productores trae una complejidad más. A la hora de invertir para aumentar la capacidad productiva, los instrumentos de crédito son gestionados sólo por los bancos, y existen muy pocas oportunidades para los actores no tradicionales de la cadena. Así es que nace Impulsar, un proyecto de Ciudad Futura orientado a la gestión de microcréditos como instrumento para financiar inversiones de pequeña y mediana escala que permitan capitalizar el emprendimiento, fortalecer la producción y mejorar las condiciones de trabajo. El objetivo del proyecto excede la sola entrega de dinero a través de crédito, también genera acciones para la organización, asociación e integración de los involucrados mediante ferias, cooperativas, catálogos colectivos (plataforma digital para publicar y vender productos) y compras asociadas para acceder a mayores volúmenes y distribuir gastos de logística.



p. 2244

Estas acciones colectivas se llevan a cabo a través de 3 dispositivos: Impulsar Financiamiento, Impulsar Vínculos e Impulsar Saberes. El primero funciona en torno a la entrega de microcréditos para materia prima, mercadería, reparación de maquinaria o herramientas de trabajo, y la diferencia con el sistema bancario consiste en que la tasa de interés es casi nula y el acuerdo se basa en la confianza y la cercanía. El dinero es aportado por el Estado nacional a través de la Comisión Nacional de Microcréditos (CONAMI), pero son las organizaciones de la sociedad civil las que entregan los préstamos una vez que obtienen los fondos públicos, y las encargadas de recibir su devolución por parte de los emprendedores. Cuando los productores los devuelven garantizan la continuidad del programa, ya que cada reintegro posibilita que nuevos emprendedores también tengan su oportunidad de desarrollarse.

Impulsar Vínculos tiene como tarea reforzar el crédito generando procesos de organización y asociación entre productores a través de las Ferias Impulsar, distribuidas en los seis distritos que componen la ciudad de Rosario, donde se incluyen los productos en la Misión Anti-Inflación y finalmente, en la promoción de cooperativas de trabajo vinculando a productores del mismo rubro. También incluye la realización de catálogos colectivos para publicitar la producción y un sistema de compras asociadas para evitar gastos logísticos. El proyecto se completa con un tercer dispositivo: Impulsar Saberes, cuya tarea es el acompañamiento en la gestión, asesoramiento y seguimiento del emprendimiento antes y después de la entrega del crédito, como también la organización de espacios de formación específicos (administración interna, comunicación, capacitación en costos, etc.).

Como afirma Laville (2004, p.224) la perspectiva de la economía solidaria, debido a que descansa en el reconocimiento tanto de la dimensión política como de la



dimensão económica del asociacionismo, aporta elementos para fortalecer la democracia interna, la solidaridad, la relación con la economía y otras formas de institucionalización, que pueden explorar diferentes vías. Algunas asociaciones acentúan su dimensión económica, y otras refuerzan en el tiempo su dimensión política, como expresa el caso de Ciudad Futura.

REFLEXIONES FINALES: ECONOMÍA SOLIDARIA Y DERECHO A LA CIUDAD

A pesar de ser una red heterogénea donde se impone la autonomía de funcionamiento, los múltiples proyectos de Ciudad Futura se agrupan en un horizonte común: la creación colectiva de un nuevo modelo de ciudad, que dispute contra el modelo vigente impulsado por el gobierno local y el sector privado.

En sintonía con una de las hipótesis de este trabajo, la disputa de sentido que plantean estos proyectos se posiciona también en el plano del derecho a la ciudad. Es decir, desarrollan repertorios de acción colectiva que exceden el marco económico-social, generando una base social amplia a escala ciudad.

El ejemplo de la Cadena Láctea La Resistencia es una evidencia empírica que sustenta esta hipótesis. El Tambo, uno de los emprendimientos de La Resistencia, es una unidad productiva que funciona desde hace más de dos décadas en el extremo noroeste de la ciudad de Rosario y es el único de su tipo en la zona, luego del avance de las urbanizaciones cerradas y de alta gama que se desarrollaron en gran parte de la periferia rosarina durante el boom inmobiliario. Razón por la que el núcleo productivo y sus trabajadores sufrieron sistemáticos y hasta violentos intentos para desalojarlo, al igual que las 200 familias que viven en toda la zona rural del barrio Nuevo Alberdi. Mediante la organización que emprendió Ciudad Futura junto a los vecinos y productores de la zona, tanto el tambo como el resto de las familias siguen viviendo y trabajando la tierra que habitan desde hace décadas. La experiencia del tambo no solo pone en evidencia que se puede producir en las periferias de las ciudades, sino también que esa misma periferia no está destinada a ser soporte de emprendimientos de alta gama como los barrios privados o seguir siendo, simplemente, un asentamiento precario.

Lo mismo sucede con la Misión Anti-Inflación en torno a la disputa por el acceso a los alimentos, o con Impulsar y la ocupación del espacio público con ferias, cooperativas, entre otras iniciativas.

En conclusión, llevar adelante proyectos de este tipo conlleva la necesidad de repensar un problema central que excede lo económico: ¿cómo atemperar las consecuencias directas que tienen las decisiones políticas globales y locales sobre el territorio? ¿Cómo ampliar la escala de la disputa territorial y los conflictos particulares hacia una disputa por el modelo de ciudad en su totalidad?

Si estas iniciativas están en condiciones de reagruparse más allá de sus inscripciones sectoriales, de profundizar la evaluación de sus desafíos y sus implicaciones respecto a las regulaciones públicas, de aliarse con los movimientos sociales que comparten sus finalidades, pueden contribuir a la realización de un proyecto de democratización de la economía y la sociedad. La perspectiva de la economía solidaria remite a una concepción del cambio donde se trata de actuar en un marco democrático para la evolución de las relaciones de fuerza, para que la pluralidad



de los modos de institución o de inscripción social de la economía pueda adquirir plenamente derecho de ciudadanía (Laville, 2004, p.231)

Como una respuesta posible a este interrogante, Ciudad Futura mixtura la construcción territorial efectiva de propuestas de gestión alternativa de problemáticas como la educación, la cultura o la producción, con la disputa electoral e institucional en la ciudad a través de la participación electoral. Esa base material acrecentó su poder electoral hasta convertirse, en las elecciones legislativas de 2015, en la tercera fuerza política de Rosario, con 90 mil votos y tres representantes en el Concejo Municipal.

La prefiguración y la economía solidaria retoman el espíritu del Derecho a la Ciudad principalmente en el plano de la experimentación. Esto es, indagar en la práctica real si este conjunto de políticas prefigurativas y solidarias puede acabar construyendo una verdadera sociedad en movimiento a escala local y en red con otras ciudades y pueblos de distinta magnitud; también si puede generar cambios reales en las condiciones de vida de la población y, en otra escala aun mayor, alterar las estructuras de poder económico, político y social desde una perspectiva de mayor equidad y democracia

BIBLIOGRAFÍA

- HARVEY, David, Espacios de esperanza, Akal, Madrid, 2003.
- LAVILLE Jean-Louis, El marco conceptual de la economía solidaria, en LAVILLE Jean-Louis (ed.), Economía social y solidaria. Una visión europea, Altamira, Buenos Aires, pp. 207-235, 2004.
- PASTORE, Rodolfo; ALTSCHULER, Bárbara. Economía social y solidaria en clave de desarrollo socio-territorial en Argentina. Conceptos, políticas públicas y experiencias desde la universidad. EUTOPIA, Número 7, p.109-128, 2015. Disponible en: file:///C:/Users/Ester/Documents/congresos%20y%20otros%20eventos/2018/metropolis_rio/biblio/Rodolfo%20Pastore.pdf. Acceso el 22 de noviembre de 2018.
- SCHIAVO, Ester; GELFUSO, Alejandro. Urbanismo de mercado. Las ciudades latinoamericanas y el neoliberalismo realmente existente. Cadernos Metropole [online]. vol.20, n.42, pp.423-442, 2018. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4206>. Acceso el 22 de noviembre de 2018.

p. 2246



CATADORES EM CENA - DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, BRASIL.

Érica Terezinha Vieira de Almeida

Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UFF /
Campos dos Goytacazes, ericalmeida@uol.com.br

p. 2247



INTRODUÇÃO:

Os catadores de recicláveis, há muito, fazem parte do cotidiano das grandes cidades. Nas últimas três décadas, eles ampliaram a sua participação na cadeia de valorização da reciclagem, espalhando-se pelo país. Estimados em um milhão de pessoas, pelo MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis),² os catadores de rua e de lixão vêm ganhando visibilidade a partir do seu protagonismo na esfera pública, nos Governos do PT (2003 - 2015), particularmente, no processo de negociação da PNRS (2010).

Considerado como uma das mais graves expressões da questão urbana contemporânea, o crescimento da geração bem como do tratamento adequado dos resíduos sólidos tornou-se um dos principais problemas das cidades brasileiras. Segundo publicação da ABRELPE (2017), em 2017, o país gerou 78,4 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU), 1% a mais do que em 2016 e quase o mesmo do que foi gerado em 2014 (78,5 milhões de t), indicando que a crise de consumo pode estar sendo superada. Ainda que a taxa da cobertura da coleta dos RSU se mantenha em 91%, apenas 59,1% destes são destinados para aterros sanitários; o restante, quase 30 milhões de toneladas seguem para os lixões e aterros controlados, que continuam abertos, mesmo depois da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010). Um problema que nem sempre é considerado é o baixíssimo índice de adesão e incentivo à Coleta Seletiva no país. Embora esta tenha crescido depois da PNRS (2010), 30% dos municípios brasileiros ainda não contam com nenhuma iniciativa de coleta seletiva³ (ABRELPE, 2017), chamando atenção para uma compreensão restrita e equivocada da nova Política de Resíduos Sólidos, muitas vezes, associada apenas ao fechamento dos lixões e à construção de aterros sanitários. Diante das urgências e necessidades, ainda são insuficientes os investimentos e incentivos à ampliação da coleta seletiva, sobretudo com a participação das cooperativas de catadores, como recomenda a PNRS (2010). Além disso, a polêmica proposta de incineração de resíduos sólidos, já em curso em algumas cidades brasileiras, vem sendo duramente criticada por catadores, ambientalistas e pesquisadores pelos danos à saúde e ao ambiente. Como se pode observar, não se trata de um problema de fácil solução. A sua complexidade vem exigindo, cada vez mais, respostas interescares, interdisciplinares e intersetoriais, desafiando a gestão das cidades e o poder local na construção de negociações que reconheçam os diferentes interesses presentes na esfera pública, em especial daqueles que tradicionalmente foram invisibilizados e excluídos da mesma, que é o caso dos catadores.

p. 2248

² O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. Atualmente, o MNCR encontra-se organizado em todo o território nacional e conta com uma Comissão Nacional, com as Coordenações Estaduais e do Distrito Federal e com os comitês regionais. Disponível em:

www.mncr.org.br. Acesso em 20 de outubro de 2018.

³ Essas iniciativas, na maioria das vezes, cobrem um percentual mínimo da população. De acordo com o Ciclossoft (CEMPRE, 2014), apenas 17 % dos municípios brasileiros contavam com serviços de coleta seletiva que cobriam apenas 13% da população. CEMPRES. **Cempre Review**, 2014. Disponível em: www.cempre.org.br. Acesso em 22 de outubro de 2018.



Aprovada em 2010, após 19 anos de tramitação no Congresso, a nova PNRS(2010) trouxe como uma das exigências o fechamento dos lixões em todo o território nacional⁴, desafiando interesses, práticas sociais e formas de gestão pública. Se, por um lado, a nova Política atendeu aos anseios da sociedade, obrigando à eliminação dos aterros controlados e lixões, considerados extremamente danosos ao ambiente e à saúde pública; por outro, após oito anos, foram poucos os municípios que se comprometeram com os instrumentos da nova Política, incluindo na sua agenda o fechamento dos lixões, a construção de aterros sanitários, a realização de consórcios regionais, a ampliação da coleta seletiva com a participação dos catadores organizados em cooperativas e a implementação da logística reversa.

Em Campos dos Goytacazes, na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, não foi diferente. Embora tenha cumprido a exigência de fechamento do lixão e a sua substituição pelo aterro sanitário, ele não veio acompanhado da ampliação da coleta seletiva com a participação dos catadores, afetando drasticamente a vida desse grupo subalterno que há 25 anos sobrevivia da cata de recicláveis no lixão. De acordo com a PNRS, Sessão II, Art. 15,

A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos que tem como conteúdo mínimo, dentre outros, metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (2010).

p. 2249

Na mesma Sessão II, Art. 36, a PNRS estabelece que o titular dos serviços públicos de limpeza urbana, no caso a prefeitura, deverá adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por intermédio da coleta seletiva, dentre outros instrumentos [...] “priorizando a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação”(2010).

Nessa perspectiva, o presente artigo, fruto de longo trabalho de pesquisa e extensão⁵ com os catadores de recicláveis que trabalhavam no aterro controlado de Campos dos Goytacazes, também conhecido como lixão da Codin⁶, no contexto do

⁴ O primeiro prazo estabelecido pela PNRS (2010) foi agosto de 2014. No entanto, nem todos os municípios, por motivos diversos, conseguiram atender à Política. O prazo foi postergado, no Congresso, pelo Senado, para acontecer de forma escalonada até 2021 e encontra-se em tramitação na Câmara. Mas, sabe-se que mais de 30 milhões de ton./ano seguem para lixões em mais de da metade dos municípios brasileiros.

⁵ Embora o trabalho de aproximação com os catadores e suas demandas tenham se iniciado em 2010, ele se intensificou nos anos seguintes, particularmente no ano de 2012, com o fechamento do lixão. No período de 2013 a 2016, o trabalho recebeu o apoio financeiro do MEC e da FAPERJ, através dos Editais PROEXT, Prioridade Rio e EXTPESQ, o que contribuiu para a continuidade da pesquisa de campo e, também, para apoiar as ações de extensão universitária, dentre elas, as atividades de capacitação das lideranças do movimento local, de articulação política e de gestão de cooperativismo realizada por catadores, denominada “de catador para catador”, além dos seminários e encontros de formação dos catadores.

⁶ Codin era o nome da área onde se situava o lixão, em referência à Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do RJ, que cedeu parte da sua área para o governo municipal transferir o vazadouro local, no ano de 1989.



seu fechamento e a partir dele, pretende problematizar o processo de inclusão socioeconômica dos catadores, protagonizado por eles em aliança com alguns setores da sociedade e a partir da parceria construída com a Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos). Enquanto objeto-sujeito do projeto de pesquisa e de extensão, os catadores tiveram um forte protagonismo na condução do projeto, no qual as atividades de pesquisa aparecem intrinsecamente associada àquelas de organização e resistência dos catadores.

Diante do contexto de necessidades apresentado pelos catadores do antigo lixão e, principalmente, a partir do protagonismo assumido pelo grupo nas negociações com a Empresa e o Poder Público, o referido projeto passou a implementar um conjunto combinado de ações voltadas para a sua organização e articulação políticas, o que, também, se constituiu em objeto de investigação. Para Thiollent (1985, p.14), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. Sua particularidade encontra-se na sua potencialidade em construir sujeitos coletivos a partir do problema e do desenvolvimento da pesquisa, o que sugere que a pesquisa-ação possa realizar, ao mesmo tempo, as tarefas de investigação, socialização e apropriação coletiva dos resultados, e encaminhamento político.

No caso dos catadores, o respeito a sua forma tradicional de organização, as suas relações comunitárias e de grupo, às relações com os compradores, as suas formas de pensar e de representar o mundo foi essencial para dar legitimidade à proposta da UFF/Campos, assim como para a criação dos vínculos necessários ao desenvolvimento do projeto nestes oito anos.

Aliás, outro ator que merece destaque, pela sua relevância na construção da identidade política do grupo, é o MNCR. Como lembra Telles (1998), em uma pobreza naturalizada, não existem sujeitos, mas homens e mulheres privados de suas identidades e homogeneizados como carentes. Nessa perspectiva, o MNCR deve ser pensado como aquele que desnaturalizou a condição de pobreza e de degeneração de direitos à qual os catadores estavam e, ainda, estão submetidos, dentro ou fora das cooperativas. Responsável não só pela organização dos catadores em todo o território nacional e promoção de atividades de formação política e cultural, bem como pela capacitação na autogestão de cooperativas, o movimento forneceu os elementos necessários para que as lideranças locais se sentissem seguras para rejeitarem a proposta assistencialista da Prefeitura e, ainda, apresentassem uma contraproposta assentada na participação dos catadores na Coleta Seletiva, por intermédio da sua organização em cooperativas.

Faz-se necessário considerar que embora conflitos envolvendo catadores de recicláveis não constituam uma novidade no país, sobretudo após os inúmeros processos de fechamento de lixões sem as ações de inclusão socioeconômica, sua particularidade manifesta-se em dois aspectos. O primeiro remete ao contexto sociopolítico e cultural da Região Norte Fluminense (RNF), especificamente do município de Campos dos Goytacazes, tradicionalmente conhecido pelo monopólio econômico e político-cultural das elites agroindustriais (CRUZ, 2003). Ainda que tenha



se modernizado economicamente a partir do desenvolvimento de um conjunto de atividades relacionadas à cadeia do petróleo e gás, o município possui uma cultura política fortemente influenciada pelo mandonismo e pelo clientelismo, reforçados, nas últimas décadas, pelo crescimento dos Orçamentos Municipais com a transferência dos *royalties* e participações especiais e sua concentração nas mãos dos novos “coronéis”, os prefeitos da Região (CRUZ, 2003), haja vista a baixa intensidade de participação popular e, por conseguinte, dos debates públicos relativos ao uso desses recursos. O segundo aspecto, e que se relaciona com o primeiro, refere-se à natureza política dos Grandes Investimentos (GIs) na RNF, a partir da segunda metade dos anos 1980 e, mais recentemente, com o Porto do Açú⁷, no município de S. João da Barra, revelando as novas formas de inserção desta Região na economia mundial, sob o comando do rentismo.

Ainda que esses GIs tenham gerado impactos socioambientais de grande monta, em especial, para as frações da classe trabalhadora mais vulnerabilizadas e para os grupos tradicionais como pequenos agricultores, pescadores, assentados e quilombolas, cabe salientar que é a sua natureza política o que mais preocupa. Primeiro, pelo grau de concentração do poder de decisão desses investimentos, já que se tratam de investimentos de grandes capitais transnacionais ou associados e que, portanto, são pensados, planejados e decididos por agentes “externos” ao território, quase sempre, corporações transnacionais e fundos de investimentos. Segundo, porque, em tempos de avanço das fronteiras do capital com vistas ao processo de valorização (Harvey, 2013), o Estado, em suas diferentes instâncias, vem se apresentando como o principal parceiro dos GIs, o que significa que as instituições e políticas governamentais (nem sempre movidas por interesses públicos) estarão mais refratárias às necessidades e reivindicações populares, sobretudo, àquelas relativas aos impactos dos GIs.

p. 2251

Estudos recentes sobre os conflitos na RNF envolvendo os GIs demonstram que o Estado brasileiro, representado pelas diferentes escalas de ação e poderes, tem se constituído em mais do que um parceiro econômico, considerando as altas montas investidas nesses negócios via bancos públicos, fundos de pensão controlados pelos governos de plantão, além dos pacotes de isenção fiscal. Nos últimos anos, vem atuando fortemente em favor desses investimentos, pela via legislativa e da (des)regulamentação e, como não poderia deixar de ser, pela via da coerção. É desse modo que os GIs vêm atuando no Norte Fluminense; reconfigurando as relações socioespaciais, substituindo atividades econômicas e atores políticos tradicionais por “novos” sem, no entanto, alterar a natureza política dessas relações, que continuam

⁷ O Porto do Açú é um empreendimento da PRUMO Logística, que por sua vez pertence ao Fundo de Investimento americano EIG. É um megaporto que opera com exportação de minério de ferro, oriundo do estado de Minas Gerais, e como apoio às atividades *off shore* de produção da Bacia de Campos. Seu Complexo Industrial consiste num Distrito Industrial e numa retroárea. No total, abarca uma área equivalente a quase 1/3 do município de S. João da Barra. Dentre os diversos conflitos de natureza socioambiental, o Porto do Açú é responsável pela expropriação dos pequenos agricultores do 5º Distrito de São João da Barra, realizada pela CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro). Ver: BARCELOS, E. (Org.). O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos. **Relatório Preliminar**. Rio de Janeiro/MinasGerais.2014.Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1TWM6pWlzfRaHpZemhoNXNIM0E/edit>. Acesso em 10 de agosto de 2018.



reproduzindo um ambiente político- cultural marcado pela subalternidade e pela ausência de direitos e de espaços públicos. Todavia, isso não se dá sem conflitos. Esses GIs vêm sendo questionados e colocados em xeque pelos “miúdos”, pelos de “baixo”.

Guardadas as particularidades e as proporções, as resistências a essas novas formas de dominação do território têm se movido pela crítica e por uma articulação política interescolar à ação destruidora dos GIs do ponto de vista das relações sociais, mas, também, à natureza do Estado Ajustador (CARVALHO, 2010) que “ajusta e ajusta-se ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital”. Para a autora,

É preciso considerar que este “Estado Ajustador” emerge e institui-se no contexto da Democracia, que, na contemporaneidade, afirma-se como sistema de governo hegemônico. É a democratização dos sistemas políticos convivendo com processos que Boaventura de Souza Santos (2007) denomina de “des-mocratização” das sociedades, com o aumento das desigualdade sociais, da violência, da desproteção social e da insegurança pública (2010, p.185).

A fragilização da função reguladora do Estado no que se refere ao enfrentamento da “questão social” está na base dos conflitos, em especial, daqueles relativos às novas modalidades de expropriação contemporânea (MOTA, 2010). É neste contexto que se constroem as resistências, particularmente, dos grupos subalternos, e que acontece a experiência particular dos catadores do lixão de Campos.

p. 2252

De modo geral, essa experiência pode ser dividida em duas fases: - uma primeira, marcada pelo fechamento do lixão e pelas respostas coletivas dos catadores e sua articulação nas arenas públicas; e, uma segunda, que tem início com a criação das cooperativas e que se caracteriza pela autogestão e pelos conflitos em torno do papel das cooperativas na política local de resíduos sólidos e que se estende até os dias atuais (novembro de 2018). Embora a segunda fase seja resultado da primeira, ela encarna um conjunto de aspectos e mediações que dizem respeito à autogestão coletiva dos catadores e suas relações internas, que respondem às particularidades desse grupo social no campo da produção e da reprodução social, com destaque para a sua relação com a cultura política local.

Nesse sentido, interessa-nos, além de problematizar sobre o processo de constituição da autonomia desses sujeitos, capaz de forjar o seu reconhecimento político, assim como das suas necessidades na esfera pública local, analisar os valores e os interesses presentes e que mobilizaram os catadores, assim como os conflitos e as tensões, que também se fizeram presentes neste processo de autonomia econômica e política.

OS CATADORES E SUA PARTICIPAÇÃO SUBALTERNA NA CADEIA DA RECICLAGEM

Para Bosi (2008) a expansão da reciclagem como negócio, nos países periféricos, não se deve a uma política de educação ambiental, mas, unicamente, à exploração do trabalho dos catadores, isto é,

quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, realizável por trabalhadores cuja



remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento (e expansão) do setor de produção de material reciclável” (p.104).

Essa assertiva pode ser facilmente comprovada a partir da observação do crescimento do setor e do volume negociado nos últimos anos pelas empresas de reciclagem⁸ em detrimento do ambiente e das condições de vida e trabalho dos catadores de recicláveis. BOSI (2008) afirma que o trabalho exercido pelos catadores de materiais recicláveis se ampliou, no Brasil, em virtude da articulação de dois eventos: - a inovação na área da reciclagem que permitiu à indústria reduzir os seus custos com a matéria-prima⁹ e a crise do emprego nos anos de 1990. Esta análise permitiu aos pesquisadores problematizarem a condição de “autônomo” do catador, ao recuperar o vínculo existente entre o trabalho precarizado e insalubres deste grupo com a cadeia de valorização da reciclagem (MOTA, 2002), já que os catadores são responsáveis por 90% dos recicláveis que chegam às recicladoras do país.

É sabido que os extratos mais baixos da cadeia (catadores de lixão, de rua e pequenos atravessadores) estão submetidos tanto às exigências apresentadas pelas empresas recicladoras no que se refere aos recicláveis quanto aos preços praticados pelas mesmas e pelos grandes intermediários¹⁰. Como fração precarizada e empobrecida da classe trabalhadora os catadores de recicláveis têm a sua experiência de vida nas cidades fortemente marcada pelo trabalho com aquilo que é rejeitado e que, portanto, não possui mais valor de uso para quem o descartou. Nos países periféricos, tradicionalmente, são os catadores que vem prolongando a vida de grande parte dos resíduos que é descartada diariamente, seja pelo seu retorno ao seu consumo familiar (valor de uso), seja pelo seu retorno à cadeia de valorização (valor de troca). De modo geral, a trajetória de trabalho e vida dos catadores obedeceu à mesma lógica que orientou o processo de modernização do campo e, por conseguinte, de crescimento das cidades, a partir da segunda metade do século passado (BOSI, 2008).

O processo de expropriação dos trabalhadores do campo, a partir dos anos de 1950, a migração para a cidade e a sua transformação (de trabalhador rural) em força de trabalho disponível e barata para os diferentes capitais urbanos (BENETTI, 1986), criou as condições favoráveis para a criação de um imenso exército de “sobrantes”

p. 2253

⁸ Segundo a Revista Exame, no Brasil, as cadeias produtivas envolvidas com lixo movimentam um mercado enorme. São 22 bilhões de reais em receitas por ano, segundo estimativa da Abrelpe. “Até 2017, o tamanho do mercado vai dobrar”, diz Carlos Silva Filho, diretor da Abrelpe. **Revista Exame**. Disponível em <https://exame.abril.com.br>. Acesso em 13/10/2018.

⁹ Segundo dados da ABRELPE (2014), no Brasil, já são aproveitados na reciclagem 35% do consumo doméstico de alumínio, mais do que a média mundial que é de 30,4% e 45,7% do papel (12ª posição mundial). De acordo com o 10º Censo da ABIPET(2010), o Brasil é liderança mundial na reciclagem do PET, com um índice de 51% do total de PET. ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**, 2018. Disponível em <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

¹⁰Para efeito deste artigo, serão utilizados os termos atravessadores e intermediários para distinguir os compradores. Os primeiros referem-se àqueles que compram diretamente dos catadores e vendem para outros sucateiros; o segundo, àqueles que compram dos atravessadores e comercializa diretamente com as empresas recicladoras. (DAGNINO, Gustavo S. **Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre**: sistemas de fluxos e a (in)formalidade, da coleta à comercialização. UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21408>. Acesso em 12 de setembro de 2017.



(MARTINS, 1997). Segundo o autor, não se trata de trabalhadores excluídos economicamente, mas de grupos sociais integrados de maneira subordinada, precária e degradante.

O Capitalismo, na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é a regra estruturante.: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão, a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica(MARTINS, 1997, p.32).

Responsáveis pela sua própria reprodução social e da sua família, num contexto de escassas e insuficientes Políticas de Proteção Social, estes trabalhadores acabaram se concentrando nas favelas e áreas periféricas, completamente desprovidas dos equipamentos de consumo coletivos, o que Kowarick (1979) chamou de “espoliação urbana”.

A coleta dos recicláveis em Campos inicia-se nos anos de 1960, 1970, com a comercialização das sucatas de ferro do parque industrial sucroalcooleiro local. A modernização e, mais tarde, a falência da usinas, contribuíram para fomentar o mercado de sucatas (ALMEIDA, 2015). A comercialização das aparas de papel para reciclagem, é citada, também, como uma atividade tradicional no município. A investigação de Almeida (2015) revela que 36% dos sucateiros ingressaram no negócio no início dos anos 2000, aproveitando-se da consolidação e ampliação do setor da reciclagem, bem como da sua rentabilidade e liquidez, contra 35% que iniciaram suas atividades ainda na década de 1980. O restante iniciou suas atividades no final dos anos de 1990, 2000, confirmando que, embora tradicional, a cadeia da reciclagem em Campos, também, se expandiu no final dos anos de 1990, início dos anos 2000.

p. 2254

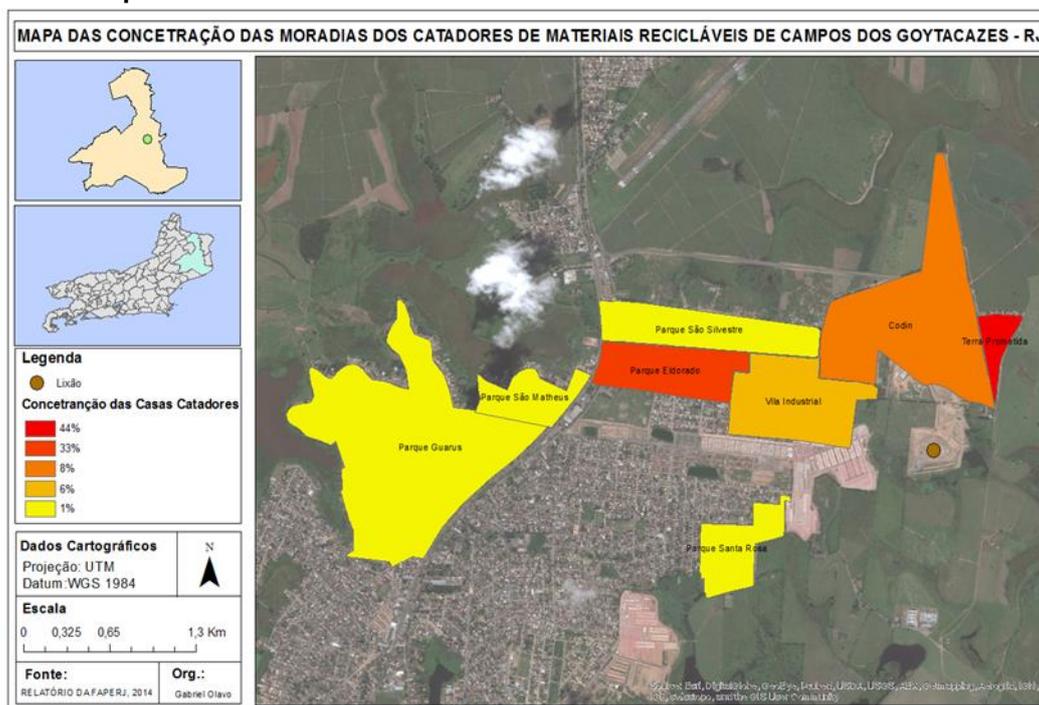
Com o fechamento do lixão, em 2012, este mercado, que tem características de um mercado oligopsônio, concentrou-se ainda mais, considerando a dezena de pequenos sucateiros que fecharam os seus negócios, mudaram de ramo, tornaram-se catadores ou simplesmente mudaram de município. De acordo com um grande comerciante, “eram mais de 200 sucateiros espalhados por todo o município. Só na área da Codin”, eram 15 compradores negociando diretamente com os catadores (ALMEIDA, 2015).

Segundo Almeida (2015), em Campos, o trabalho de catação no lixão atendeu à reprodução social de duas “gerações” de catadores. Uma primeira, representada pelos expropriados do campo, em sua maioria colonos e moradores e que se intensificou com as mudanças nas relações trabalhistas no final dos anos de 1960, início de 1970 (CRUZ,1992; BENETTI,1986). E uma outra, formada por crianças e adolescentes que acompanhavam suas mães na atividade de catação no lixão e, que muito precocemente, assumiu este trabalho e passou a sobreviver dele. Ainda sobre a trajetória de trabalho dos catadores, a pesquisa de Almeida (2015) aponta que 54% dos catadores e 44% das catadoras sempre trabalharam no lixão da Codin, com a cata de recicláveis. A pesquisa confirma o passado no campo, como trabalhadores rurais ligados à cultura da cana-de- açúcar que monopolizou a região durante três séculos.

De acordo com Benetti (1986), ao radicar-se nas periferias e favelas, essa força de trabalho, mesmo retornando à lavoura de cana de açúcar no período de safra (cada vez menor), na condição de “boia-fria”, vai combinar o trabalho na lavoura com atividades intermitentes e precarizadas ligadas ao setor da construção civil, do emprego doméstico e dos serviços de menor qualificação (apud ALMEIDA, 2017). O aumento da entressafra e, mais tarde, o processo de falência das usinas locais contribuiu para que a atividade de catação no lixão, que até então era uma atividade complementar e associada ao trabalho na lavoura de cana, fosse assumindo o lugar de ocupação principal, nos anos de 1990, 2000.

A proximidade da moradia com o lixão e o conhecimento com algumas pessoas que já exerciam tal atividade contribuíram para que muitos catadores se integrassem a essa cadeia, como estratégia de sobrevivência, levando consigo, muitas vezes, os filhos, como já salientado. O mapa abaixo aponta a expansão do “território dos catadores” antes restrito à Comunidade da Terra Prometida, um assentamento urbano criado no início dos anos de 1990 e composto, majoritariamente, por catadores, pela sua vizinhança com o lixão.

Mapa 1. Local de Moradia dos Catadores do Lixão da CODIN em 2014



p. 2255

A permanência dos catadores, sobretudo dos mais jovens, na catação no lixão, mesmo depois do movimento de expansão dos postos de trabalho, da formalização dos vínculos e da valorização do salário-mínimo, durante os Governos do PT, podem indicar tanto a ausência de uma formação adequada para disputar as novas vagas criadas pelo mercado de trabalho local e regional quanto a possibilidade de estarem satisfeitos com os seus rendimentos, quase sempre superiores ao salário-mínimo da época (ALMEIDA, 2015). Além disso, trabalhar próximo à casa, receber por dia trabalhado e encontrar “coisas” úteis e necessárias no lixão, eram percebidos como vantagens pelos catadores. Merece lembrança, também, a expansão da cobertura da Política de Assistência Social,



a partir de 2003, uma Política de Seguridade Social não-contributiva e que tinha como carro chefe as ações de transferência de renda nas esferas federal, estadual e municipal. Na percepção dos catadores essa “complementação” da renda familiar compensava a informalidade, já que a ausência da carteira de trabalho permitia a eles acumularem sua remuneração com a renda oriunda dos programas e benefícios.

A INSURGÊNCIA DOS CATADORES E O SEU PROTAGONISMO NA CENA PÚBLICA - RUPTURAS E CONTINUIDADES.

Segundo relatos dos catadores mais antigos do lixão, desde os anos de 1990 já se falava sobre a substituição do lixão por um aterro sanitário e sobre a transferência dos catadores para uma Unidade de Triagem de Recicláveis. Mas, como isso não chegou a acontecer num período de 20 anos, os catadores acabaram não acreditando, também, no novo anúncio sobre o fechamento do lixão. Todavia, nos últimos três anos que antecederam ao seu fechamento em 2012, o lixão passou a sofrer pressão por parte do governo local, em virtude de dois empreendimentos, o que provavelmente tenha adiantado o seu fechamento com relação ao prazo estabelecido pela nova legislação, que era agosto de 2014. São eles: - a concessão à iniciativa privada do aeroporto local que ficava próximo ao lixão, considerando o contexto de crescimento dos negócios com o Porto do Açu, e o início da operação do aterro sanitário, administrado pela mesma Empresa Concessionária que realiza as coletas tradicionais e seletiva e os serviços de limpeza pública.

p. 2256

Alheios aos interesses do poder local (executivo, legislativo, associações de comércio e indústria, empresários da construção civil e outros atores ligados ao Porto do Açu), os catadores só começaram a acreditar na possibilidade do fechamento do lixão com o encerramento de Gramacho, o maior lião da América Latina, também em 2012. Durante entrevistas, os catadores afirmavam que o seu maior medo era ficar sem trabalho, haja vista a sua trajetória de desocupação, sobretudo com a crise da agroindústria sucroalcooleira da Região (ALMEIDA, 2015). Muitos catadores ainda estavam superando o cenário de desemprego (nacional e local) das décadas anteriores e o encerramento do lixão significava, também, o encerramento da única possibilidade de sobrevivência encontrada por eles.

Nesse sentido, o primeiro momento de organização dos catadores foi fortemente marcado pelo drama desses sujeitos com a perda da sua única fonte de trabalho e renda. Organizados desde 2011, com o apoio da UFF/Campos, eles já vinham participando de negociações com a Prefeitura e a Empresa Concessionária, mediadas pela Universidade, o Ministério Público e a Defensoria Pública, com a finalidade de se buscar uma solução que garantisse o trabalho de todos os catadores, já que a Usina de Triagem em construção, não absorveria todos os 450 catadores cadastrados pelo próprio movimento¹¹.

¹¹ A Usina de Triagem da Codin, construída pela Empresa Concessionária com recursos públicos oriundos do Contrato de prestação de serviços, representava a contrapartida da Empresa e do município ao termo de encerramento do lixão e deveria integrar, como assalariados, 90 catadores no processo de triagem de recicláveis oriundos da coleta tradicional. Finalizada a obra, a Usina nunca foi aberta para receber os catadores. Diante da insegurança e da incerteza com relação ao trabalho, os catadores e um grupo de organizações da sociedade civil, membros do Conselho Municipal de Assistência Social, entraram com uma representação no MP e na Defensoria Pública para que as diretrizes, princípios e instrumentos da PNRS(2010) fossem implementados com o fechamento do lixão.



Após o fechamento do lixão, de modo unilateral e violento, além do acionamento do Sistema de Justiça, os catadores realizaram várias manifestações públicas, ocupando, também, as mídias locais para denunciar o modo arbitrário como foram tratados. Essas ações coletivas, assim como a participação das suas lideranças em eventos e arenas públicas locais, foram fundamentais para dar visibilidade às suas demandas e experiências e assegurar a sua participação no debate, fazendo frente às propostas imediatistas e de caráter assistencialista apresentadas pelo Governo.

Merece atenção a continuidade do movimento de resistência dos catadores, representados pelas suas lideranças, mesmo depois de uma série de medidas implementadas pela Empresa Concessionária e pela Prefeitura em resposta ao seu protagonismo. Vale destaca o pagamento de seis parcelas (de 1 salário-mínimo) a 563 catadores; a contratação de 130 catadores para a atividade de varrição, dentre outras; a inclusão dos mesmos e suas famílias em programas de assistência social e em cursos de capacitação profissional em diversas áreas. Mesmo integradas à Empresa Concessionária, a decisão das lideranças de dar continuidade à luta pela criação da cooperativa e sua contratação para a realização da coleta seletiva, em substituição àquela realizada pela Concessionária da qual faziam parte como assalariadas, teve um forte impacto político, tanto para os catadores que imaginaram que a contratação das suas lideranças encerraria a luta pela cooperativa, quanto para o governo que imaginava estar liquidando com o problema relativo ao fechamento do lixão.

Esta decisão das lideranças representou, sem dúvida, uma importante inflexão na sua trajetória e experiência política. O atendimento às reivindicações imediatas dos catadores por parte do Governo local, ao contrário do que se imaginou, contribuiu para fortalecer a identidade política das lideranças, funcionando como um incentivo à continuidade da sua luta.

Ribeiro (2009) nos alerta para a necessidade de acompanharmos o processo de ressignificação da experiência urbana por atores sociais com diversas culturas políticas, considerando que o espaço urbano vem sendo ocupado, cada vez mais, por velhos e novos atores sociais e políticos com diferentes interesses, mas, também, com orientações culturais e experiências políticas diversas. Essa dinâmica vem demandando aos pesquisadores um olhar mais atento às ações coletivas mobilizadas por movimentos menos visíveis, valorizando cada gesto em que seja possível reconhecer a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos.

Disputado por mulheres e homens negros, analfabetos ou com baixíssima escolaridade, ex-presidiários, pessoas com problemas de drogadição e por idosos adoecidos e desprotegidos socialmente, o lixão significava o “último refúgio” para esse grupo. Daí, o sentimento de injustiça que tomou conta dos catadores e de seus familiares no dia do seu fechamento. Frases como “Como eles têm coragem de fazer isso com a gente? ou “Eles nunca fizeram nada por nós e agora vem tirar a única coisa que nós conseguimos” evidenciam a indignação de uma fração de trabalhadores com trajetórias de expropriação, de subalternidade e precarização e, também, de uma forte exclusão social e política (MARTINS, 1997), o que significa, no entendimento de Ribeiro (2009), um motivo de atenção e de particularização no que se refere a sua experiência política e de resistência.

p. 2257



AS COOPERATIVAS E A AUTOGESTÃO DOS CATADORES – VALORES E PRÁTICAS EM CONSTRUÇÃO E EM DISPUTA

A segunda fase de organização dos catadores diz respeito à autogestão coletiva que teve início com a criação das cooperativas e representa uma ruptura no que se refere às relações históricas entre Prefeitura e Catadores na cidade de Campos. Ainda que o associativismo e/ou cooperativismo, tenha sido proposto pelo MNCR e, só mais tarde, fora incorporado à agenda do movimento local, merece problematização o fato de que a autogestão do processo de trabalho nunca se constituiu em um projeto de política pública local, o que tornou e, ainda, torna esse processo complexo e de difícil negociação do ponto de vista da efetivação de uma política pública local de resíduos sólidos, na qual as cooperativas figurem como agentes relevantes e prioritários. Segundo Leite (2009), citando pesquisa realizada em Santa Catarina,

Os empreendimentos originados de iniciativas dos movimentos sociais teriam sido os que revelaram características mais evidentes de autogestão [...] Consoante os autores, o fato de terem tido origem em um esforço coletivo em torno de uma causa comum, de conteúdo transformador e emancipatório reveste-os de um cunho ideológico não encontrado nas demais experiências (p.45).

No caso específico dos catadores, a luta do MNCR e das unidades de autogestão vinculadas a ele não se restringe apenas à luta por melhorias econômicas, ou melhor, a melhoria dos rendimentos está associada a um conjunto de lutas, como por exemplo a da contratação e a da reciclagem popular, contra a incineração, dentre outras.

p. 2258

Todavia, mesmo com a aprovação da PNRS (2010), o encerramento dos lixões e a sua substituição por aterros sanitários acompanhados de uma política de coleta seletiva envolvendo os catadores ainda carece de prioridade na agenda dos estados e municípios, mesmo com o apoio do Governo Federal durante os governos do PT¹². Na contracorrente da nova Política (2010), proliferam discursos e práticas favoráveis à incineração de resíduos, colocando em risco todo o processo de organização autônoma dos catadores em cooperativas, o seu lugar na coleta seletiva e o projeto do Reciclagem Popular defendido pelo MNCR, no qual a reciclagem deve constituir-se em uma política pública de natureza socioambiental e não como atividade mercantil¹³, demandando para tal forte regulação pública e social.

A inauguração das duas primeiras cooperativas, em 2015, que passaram a receber as 140t/mês de recicláveis oriundas da Coleta Seletiva realizada pela Concessionária, provocou uma mudança na natureza dos conflitos até então experimentados pelos catadores. Organizados em cooperativas, os catadores vão se deparar com um conjunto de novos desafios relativos à autogestão do trabalho, à gestão

¹² Em 2003, o governo federal criou a SENAES, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que, nos governos Lula e Dilma, implementou diversos programas voltados para os catadores de recicláveis, dentre eles, o Programa Cataforte e o Pro-Catador, ambos ligados à Secretaria Geral da Presidência da República e com a finalidade de possibilitar a inserção de cooperativas de catadores no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. Durante os governos do PT, o Cataforte contou com três fases e beneficiou mais de 11 mil catadores.

¹³ Ver Reciclagem Popular . Disponível em: www.mnrc.org.br.



solidária e transparente e à melhoria dos rendimentos oriundos da comercialização. Todavia, é preciso salientar que o processo de coleta seletiva e distribuição dos recicláveis ainda estava sob a responsabilidade da Concessionária, o que até hoje tem sido motivo de tensão entre catadores, empresa e governo. Na concepção dos catadores, a quantidade e a qualidade dos resíduos entregues às cooperativas eram sempre inferior ao acordado em reuniões com a Empresa e a Prefeitura e, também, nas reuniões de implementação da sentença oriunda da ACP (Ação Civil Pública) apresentada pela Defensoria Pública em resposta à Representação dos Catadores, em 2011.

Ainda no que se refere à qualidade dos resíduos, as denúncias referiam-se ao excesso de rejeitos na coleta seletiva e, muitas vezes, de material hospitalar como seringas e bolsas de sangue. Essa combinação (variação do volume e rejeito), além de diminuir os rendimentos, dificultava o planejamento da cooperativa e dos próprios cooperados que a cada mês tinha um rendimento diferente.

Mesmo com todos os problemas relativos à gestão do processo de trabalho, a experiência da autogestão produziu um novo sentido na sociabilidade dos catadores, tanto para os integrados nas cooperativas como para aqueles que ficaram de “fora”. Ao final de 2015, o agravamento da crise econômica e política no país e seus impactos no mercado de trabalho nacional e local, particularmente, com as demissões dos catadores integrados à Concessionária à época do fechamento do lixão, diminuiu sensivelmente os postos de trabalho. Com isso, a cooperativa se transformou em uma possibilidade de trabalho e renda, sobretudo para aqueles que viveram do trabalho da catação no lixão. Esse projeto motivou um conjunto de catadores a pressionar a Prefeitura pela abertura de mais duas cooperativas, o que acabou ocorrendo em junho de 2016 e janeiro de 2017.

Se a ampliação do número de cooperativas possibilitou a articulação e o fortalecimento das mesmas frente ao Poder Público, ela agravou o problema relativo ao volume e à qualidade dos resíduos recicláveis. Na perspectiva dos catadores, este problema só seria resolvido quando as cooperativas assumissem a coleta seletiva local em substituição à Empresa, por meio de um contrato de prestação de serviços com a Prefeitura, o que daria à elas maior autonomia e melhores condições para negociar com os compradores.

A mudança do Executivo local, em janeiro de 2017, acabou frustrando as expectativas das cooperativas. Além de reduzir em 50% o contrato com a Concessionária de Limpeza Pública, que reduziu drasticamente a coleta seletiva, o novo governo adiou a implementação da coleta seletiva pelas cooperativas. Em resposta, as mesmas se organizaram em um comitê local para continuar pressionando e cobrando o apoio das políticas públicas locais. Em negociações envolvendo as cooperativas, a Empresa, a Prefeitura, a Universidade e as Instituições de Justiça foi acordado um processo de transição, segundo o qual, a Prefeitura e a Concessionária se responsabilizariam pelas emergências apresentadas pelas cooperativas; pela distribuição dos resíduos da coleta seletiva, agora, para três cooperativas; a concessão de um caminhão com motorista e combustível para que as quatro cooperativas pudessem realizar a coleta seletiva nos bairros da cidade, conforme roteiro construído com a participação e discussão das mesmas e, por fim, a continuidade



da entrega da coleta tradicional para uma das cooperativas, considerando a diminuição do volume entregue pela coleta seletiva desde 2017.

Funcionando de modo precário, esse novo “arranjo”, ou “arranjo possível”, expressa os limites institucionais e políticos no que se refere à participação dos catadores na coleta seletiva local, mesmo com o apoio da PNRS(2010). Contraditoriamente, ele possibilitou que as cooperativas se organizassem internamente e entre elas para realizarem a coleta seletiva nos bairros da cidade, o que permitiu que elas se apropriassem desse importante processo de trabalho, bem como das relações sociais que estão associadas a esta etapa da coleta seletiva e que, desde os anos de 1990, esteve sob o controle da Concessionária.

A agenda da Prefeitura impôs um conjunto de perdas significativas às cooperativas, que já vinham perdendo, desde o final do ano de 2016, com a crise que afetou sensivelmente o emprego, a renda e consumo dos brasileiros. Dentre elas, destacam-se o crescimento da rotatividade, a diminuição dos rendimentos e a redução do número de catadores integrados às cooperativas. Dos 120 catadores, em janeiro de 2017, esse número foi reduzido a 50 catadores, em outubro de 2018, como estratégia das cooperativas diante da redução dos resíduos. Quanto aos rendimentos, esses caíram pela metade, desde o final do ano de 2016, expressando sinais de uma dupla crise, a nacional e a de gestão local. Nas palavras de Márcia Leite (2009), referindo-se às experiências de autogestão de grupos populares,

Embora não sejam capazes de promover uma transformação social mais significativa [...] emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como um elemento central à compreensão do novo momento do mundo do trabalho (p.39).

A continuidade da precarização expressa tanto nos rendimentos quanto nas condições de trabalho, favoreceram o surgimento de inúmeras tensões e conflitos no interior das cooperativas, colocando em xeque os valores da economia solidária como solidariedade, transparência e participação nas decisões e discussões coletivas. O que se percebeu foi que as dificuldades acabaram legitimando discursos pragmáticos e práticas individualistas, centralizadoras e pouco discutidas, comprometendo o projeto de autogestão coletiva e transparente e gerando conflitos decorrentes da falta de confiança nas lideranças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Enquanto alternativa de enfrentamento do desemprego, expressão do processo de mundialização do capital e da sua incapacidade econômica e política de promover a integração pelo trabalho e pelos direitos, a autogestão dos trabalhadores em empreendimentos individuais, familiares ou em associações/cooperativas, mesmo com todos os seus desafios e limites, expressa um modo contemporâneo de responder material e simbolicamente às pressões oriundas de sociedades desiguais e que não foram capazes de universalizar o direito como medida de reciprocidade e de sociabilidade (Telles, 1992). Nesse sentido, chama atenção o protagonismo desses atores na construção da autogestão, não apenas como estratégia de sobrevivência,



mas, também, de sociabilidade e de referência política, especialmente, em contextos de privação dos direitos fundamentais e de severos ataques à cidadania nas suas múltiplas dimensões.

A experiência com os catadores indica um conjunto de questões e particularidade a serem investigadas. A presença maciça de mulheres negras nas cooperativas vem demandando, cada vez mais, uma perspectiva interseccional (gênero, classe e raça) na análise das trajetórias e experiências desses grupos de trabalho. Outra questão diz respeito ao protagonismo de grupos subalternos em contexto de baixa participação e de cultura política clientelista, abrindo possibilidades de negociação e de construção de políticas públicas que reconheçam a alteridade e o direito como mediação central nas relações sociais. Desse ponto de vista considera-se não apenas legítima, mas, pedagógica a resistência dos catadores do lixão de Campos, sobretudo em tempos de criminalização de movimentos sociais e de ataques públicos ao ativismo político como prática legítima de defesa dos direitos.

A conquista das quatro cooperativas, ainda que com seus problemas e desafios, vem possibilitando a inclusão das suas necessidades na agenda pública local, contrariando alguns interesses e articulando outros. As alianças e parcerias, além da utilização de conjunto de estratégias na condução do processo, vem possibilitando conquistas materiais e políticas importantes do ponto de vista da continuidade dessa empreitada. Não se pode negligenciar que nesses 8 anos, esse grupo vem enfrentando, ao seu modo, uma cultura clientelista que, tradicionalmente, define a forma de participação dos “de baixo” na política local. A autonomia na definição das suas pautas e estratégias expressa essa ruptura com o clientelismo político, ainda que de forma parcial e processual, e com o processo de desqualificação dos movimentos dos subalternos, sobretudo quando se trata de um grupo tão estigmatizado.

p. 2261

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Érica. Virando o Jogo – protagonismo político e inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ. Relatório Final de pesquisa entregue à FAPERJ. Edital EXTPESQ (Edital nº16/2014). 2017, 20p. (RELATÓRIO TÉCNICO)

_____. De catadores de lixo a catadores de material reciclável - o que muda com a política de Resíduos sólidos? - um diagnóstico da trajetória de trabalho dos catadores de material reciclável e do seu protagonismo a partir do fechamento do lixão da codin em Campos dos Goytacazes/RJ. Relatório Final de pesquisa entregue à FAPERJ. Edital PRIORIDADE RIO (2014/2015). 2015, 122p. (RELATÓRIO TÉCNICO)

ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2017. Disponível em : <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. In: PIQUET, (Org.). Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

BOSI, A. A organização capitalista do trabalho informal - o caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.23, n. 67,p.66-191, 2008.



- BRASIL. Política Nacional de Resíduo Sólidos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília/ DF, 2010.
- CARVALHO, Alba. M. P. de. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: SOUSA (Org.). Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: Ed.UFC, 2010, p171-215.
- CRUZ, José Luís V. da. Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese de Doutorado. IPPUR/UFRJ, 2003, 340 p.
- _____. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v,18, n.3, p.159-178. set./dez. 1992.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. 7ª. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo. Teorias e realidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 24, n. 69, p31-51, 2009.
- MOTA, Ana Elizabete. Sobre as expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). Niterói: NIEP-MARX, 2017, v.1. p. 01-12.
- _____. Entre a Rua e a Fábrica: Reciclagem e Trabalho Precário. Temporalis, Brasília, ano 3, n. 6, p. 9, jul./dez. 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Cartografia da ação social: região latino-americana e o novo desenvolvimento urbano. In: Poggiese, H; EGLER, T (Orgs.). Outro desenvolvimento urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: Clacso. p.147-156. 2009.
- MARTINS, J. S. A exclusão social e a nova desigualdade, São Paulo: Paulus, 1997.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.
- TELLES, V da S. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. Revista Polis. São Paulo, 1998.

p. 2262



PODERÁ A SOLIDARIEDADE AMEAÇAR O EMPREENDEDORISMO?

Liana Maria da Frota Carleial¹⁴

UFPR

liana.carleial@gmail.com

Ana Carolina Silva Domingues¹⁵

UFPR

dominguesanac@gmail.com

¹⁴ Economista, professora titular em economia da UFPR. Pesquisadora do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania (NDCC) da Faculdade de Direito da UFPR. liana.carleial@gmail.com

¹⁵ Bolsista da CAPES/PROEX. Mestranda em Direito no PPGD da UFPR e pesquisadora do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania (NDCC) da Faculdade de Direito da UFPR. dominguesanac@gmail.com



INTRODUÇÃO

O filósofo italiano Franco Berardi, afirmou, recentemente, numa entrevista, que a solidariedade é a maior ameaça ao capitalismo financeiro¹⁶. Para ele, a solidariedade é o lado político da empatia e quando as pessoas gostam mais de estar juntas do que de competir entre si, o capitalismo financeiro está condenado. Para ele, os processos econômico e tecnológico eliminaram digitalmente a presença do outro. Certamente, é uma crítica ao domínio que o mundo digital assumiu nas nossas vidas e como, de fato, temos substituído a nossa presença física por aquela digital na família, no trabalho e na sociedade (PINA, 2018).

Igualmente, Berardi afirma que um dos objetivos do neoliberalismo é fazer crer que a sociedade não existe mais e sim, apenas os indivíduos, individualmente. À primeira vista é uma afirmativa radical, só aparentemente, pouco fundamentada, mas bastante instigante.

Para Berardi, no âmbito dessa intensa revolução tecnológica que vivemos, a robotização e a internet das coisas, é preciso subordinar o trabalho, uma vez que não haverá emprego para todos e criar um rendimento universal que garanta a sobrevivência e o uso alternativo do tempo. Ele então, recoloca, na perspectiva da solidariedade, o debate que tem, aproximadamente, trinta anos entre André Gorz, Guy Aznar, Jeremy Rifkin e até Domenico de Masi, na sua proposta de ócio criativo.

Ainda na análise de Berardi, a possibilidade de vivermos a solidariedade é a prática da redistribuição dos rendimentos. Inspiradas por essa construção, neste artigo, queremos usar a proposta de solidariedade, enquanto possibilidade de organizar alternativamente a produção e o trabalho para confrontar a multiplicação de programas de incentivo ao empreendedorismo enquanto ícone desse momento de exarcebção dos princípios neoliberais, da possibilidade do “eu sozinho” vencedor mas evidentemente, com ajuda de políticas públicas que, abertamente, incentivam tal possibilidade. Neste sentido, trataremos de duas alternativas ao trabalho assalariado sob o capital: a economia solidária, através de suas cooperativas e associações, e os empreendedores.

p. 2264

Aqui trataremos firma e unidades de economia solidária, como formas de organização de produção e trabalho, enquanto o empreendedorismo, mesmo que guiado pela política e pela mídia, como uma forma específica de trabalho e produção, o que ele é, na realidade, é uma atitude que pode estar presente em qualquer tipo de ocupação ou trabalho.

O objetivo deste artigo é problematizar o interesse revelado pela política pública de apoio ao “empreendedorismo”, atribuindo a ele um caráter importante em termos de emprego, ocupação, sucesso profissional e saída para crise econômica vivida hoje. Ao lado disso, queremos evidenciar a possibilidade de que práticas solidárias, quando bem orientadas e apoiadas por políticas públicas bem concebidas podem sim, constituir uma ameaça à generalização do empreendedorismo, que para nós, é uma falsa promessa de acesso fácil a tal condição e de sucesso incerto. Ademais, o empreendedorismo se assenta numa visão individualista do mundo, bem ao gosto das políticas neoliberais em

¹⁶ Entrevista concedida a Ana Pina e publicada no Boletim Carta Maior, na seção História do Futuro, no dia 25.06.2018.



curso no país e da fase de dominância financeira vivida pelo capitalismo, sem qualquer capacidade de pavimentar uma alternativa de saída coletiva da crise e incentivando, especialmente, aos jovens a uma prática tipo: “salve-se, quem puder”, contribuindo para uma maior fragmentação da classe trabalhadora e, ainda, inibindo a instituição de um sentimento de pertencimento de classe.

O artigo é de natureza primordialmente teórica, ancorado na economia política marxista por um lado e, por outro, na teoria clássica da inovação. Ao mesmo tempo lançaremos mão da discussão contemporânea sobre economia solidária. Neste artigo vamos ainda destacar dois aspectos dessa discussão que são fundamentais: o significado do empreendedorismo para o mercado de trabalho, quais as possibilidades de futuro a partir dessas duas óticas: a empreendedora e a economia solidária.

Além desta introdução, o artigo tem mais três seções. Na primeira, desenvolve-se uma sucinta análise sobre o empreendedorismo tal como ele é tratado na literatura pertinente; na segunda, apresenta-se uma análise crítica desse entendimento, e na terceira aborda-se a economia solidária. Finalmente, são tecidas as nossas considerações finais.

A EMERGÊNCIA DO DISCURSO EMPREENDEDOR

As raízes históricas da discussão sobre empreendedorismo são apresentadas por Filion (1999), o qual situa como pioneiros nessa discussão Cantillon e Say¹⁷. Para ambos, os empreendedores podem ser identificados como pessoas que investiam o seu dinheiro, se submetiam a riscos para produzir algo. Para Cantillon, os empreendedores compravam matérias primas, para processá-las e revende-las e obter lucros. Assim, eram pessoas que sabiam aproveitar as oportunidades motivados pela possibilidade de lucros. Já Say, teria antecipado Schumpeter, por associar os empreendedores à inovação, à mudança e ao desenvolvimento. Importante salientar que ele estabelecia diferenças entre capitalistas e empreendedores.

Contudo, há praticamente uma unanimidade em atribuir a Schumpeter a responsabilidade por instituir o campo empreendedor não só no artigo aqui referido, mas também nas discussões atuais. Nesse sentido, afirma que:

A essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios (...) sempre tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos nacionais, em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a novas combinações (FILION, 1999; p.12)

Ainda segundo Filion (1999) um outro grupo de interpretação poderia ser identificado por valores comportamentais como capacidade inovativa, liderança, independência, características que confeririam uma certa autoridade aos empreendedores no seu grupo social. Filion aponta Max Weber como um dos primeiros autores a analisar tais aspectos. Inicialmente, essa definição pode ser tida como muito ampla, pois apregoava que “um empreendedor é alguém que exerce controle sobre uma produção que não seja só para o seu consumo pessoal” (p.13) Ao mesmo tempo, “um

¹⁷ Filion faz uma análise detalhada de alguns economistas, porém, para os objetivos deste artigo as questões referidas no corpo do artigo são suficientes para o nosso argumento.



executivo em uma unidade produtora de aço na União Soviética é também um empreendedor” (p.14).

Filion (1999) também traz um quadro interessante, construído a partir de alguns autores comportamentalistas (sociólogos, psicólogos, psicanalistas) que é apresentado a seguir, destacando as características que são atribuídas aos empreendedores.

Quadro 1. Características atribuídas aos empreendedores

Inovação	Orientação para resultados	Tolerância à ambiguidade e à incerteza
Liderança	Flexibilidade	Iniciativa
Riscos moderados	Habilidade para conduzir situações	Capacidade de aprendizagem
Independência	Necessidade de realização	Habilidade no uso de recursos
Criatividade	Autoconsciência	Sensibilidade aos outros
Energia	Auto confiança	Tendência a confiar nas pessoas
Tenacidade	Envolvimento de longo prazo	Agressividade
Originalidade	Otimismo	Dinheiro como medida de desempenho

Fonte: Hornaday(1982); Meredith, Nelson e Neck(1982); Timmons(1978) apud Filion (1999) p. 9

Mesmo diante desse esforço de mapeamento das características dos empreendedores, Filion reconhece que não há um preciso perfil psicológico que defina o empreendedor. Entretanto, essa reflexão precedente permitiu-lhe definir o empreendedor:

[...] é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócio. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor (FILION, 1999; p.19).

Filion também propõe uma diferenciação entre os empreendedores: voluntários e os involuntários. Os primeiros estariam comprometidos com o desenvolvimento e a inovação enquanto os involuntários seriam produto da crise econômica dos anos noventa do século passado e, que não conseguindo empregos, teriam sido obrigados a se auto empregar. Acredita-se que seja possível identificar uma terceira categoria, ainda mais complexa e frágil entre os empreendedores, que seriam os empreendedores estimulados pelas políticas pró-empendedorismo dos anos 2000, quando o retorno das políticas neoliberais impede o crescimento do emprego, reduzem a prestação de serviços públicos pelo Estado e estimulam a crença numa meritocracia enganadora que atribui ao indivíduo, ele mesmo, a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso profissional.

O artigo de Rocha e Freitas (2014) já aborda uma fase mais recente do empreendedorismo quando ele é visto como uma disciplina a ser ensinada em escolas, cursos de graduação e pós-graduação. Para os autores a educação empreendedora é uma das formas mais eficazes de difundir essa cultura e estimular novos



empreendedores¹⁸. Neste artigo, através de técnicas multivariadas foi avaliado um instrumento que tem como objetivo acompanhar o perfil empreendedor de mais de 400 alunos de graduação em administração, na cidade de Fortaleza.

Rocha e Freitas (2014) consideram que há três objetivos para essa formação: i. Desenvolver o espírito empreendedor entre os estudantes, promovendo sua conscientização; ii. Treinar os estudantes para abrir e administrar uma empresa, instruindo-os sobre financiamentos, aspectos legais e impostos; iii. Desenvolver habilidades empreendedoras para identificar e explorar oportunidades de negócios, transferindo conhecimentos e técnicas empreendedoras.

Os autores apresentam também as características principais do perfil empreendedor, que são ser: autoeficaz; capaz de assumir riscos calculados; planejador; capaz de detectar oportunidades; persistente; sociável; inovador; e líder (ROCHA; FREITAS, 2014 p.8)¹⁹. Na avaliação feita pelos autores, o ensino do empreendedorismo pode auxiliar os estudantes universitários a desenvolverem características necessárias para a abertura de um negócio, já que as dimensões da Autoeficácia; Planejador; Inovador e Assumir Riscos Calculados sofreram alterações significativas, após as aulas. Rocha e Freitas (2014, p. 18) definem “o sujeito empreendedor como aquele que não mede esforços para abrir e administrar seu próprio negócio, gerando emprego e renda para a sociedade”.

A comparação entre o quadro 1 e as características apresentadas por Rocha e Freitas (2014) revela uma semelhança muito grande entre os atributos citados pelos autores, havendo uma interseção entre algumas delas, com destaque para a inovação, iniciativa e riscos, características essas que estão presentes desde o início. No entanto, não é ocioso lembrar que a maioria dos casos, tais características são importantes e podem ser úteis para os indivíduos em quaisquer campos de atuação e não, exclusivamente, no empreendedorismo de negócios, ou o que o Fillion chamou empreendedorismo voluntário. Ademais, os autores supõem que tais característica podem ser “ensinadas” ou, pelo menos, muito incentivadas. A partir desse ponto, pretende-se estabelecer um diálogo crítico sobre o tema.

p. 2267

AFINAL, O QUE É EMPREENDER? O QUE É SER EMPREENDEDOR?

Na nossa interpretação, empreender é uma atitude com um fim específico. Para isso, é necessário que essa condição esteja personificada em alguém (o empreendedor), ou numa equipe, o grupo empreendedor. Nesse sentido, essa condição pode existir em vários sentidos e não apenas no sentido mais usado, atualmente, de fazer negócios, ganhar dinheiro, sobreviver. Um indivíduo que quer falar um idioma, conhecer outro país ou mudar de cidade, precisará empreender algum esforço e agir na

¹⁸ Na campanha eleitoral de 2018, no Brasil, o candidato do PSL, incluiu na sua proposta para a educação, também a educação empreendedora.

¹⁹ O movimento pela educação empreendedora é mundial. A OCDE lidera uma rede colaborativa pela educação empreendedora que se chama Entrepreneurship360. A visão dessa rede é interessante pois nominam atitude empreendedora, o que nos parece mais razoável como discutiremos na seção seguinte. Para a E360 a atitude empreendedora é ter uma postura que busca criar valor para as pessoas no âmbito dos negócios ou não. Aqui no Brasil, o SEBRAE participa dessa rede e se intitula Centro de Referência em Educação Empreendedora.



direção de conseguir o seu intento. Logo, o empreendedorismo é o processo através do qual as ações necessárias acontecem, o que depende do empreendimento de cada um.

Quando estabelecemos como marco o “mundo dos negócios” podemos argumentar que a atitude empreendedora pode existir numa firma, no trabalhador por conta própria, no vendedor informal, em qualquer empresa e num empreendimento solidário. Logo, a atitude empreendedora é comum a todos esses exemplos, e não é atributo específico de um grupo de pessoas com tais e quais características. Domina, porém, como vimos, na literatura pertinente, que a inspiração vem de Schumpeter (1911), quando ele define o empresário como aquele capaz de produzir uma inovação. Na realidade, o empresário inovador schumpeteriano é apenas um recurso metodológico utilizado por ele para discutir a possibilidade de ruptura do fluxo circular da renda.

Essa presença da atitude empreendedora em todos os exemplos, evidentemente, não homogeniza todos eles. Há uma grande diferença entre o empresário/capitalista proprietário de uma firma e um trabalhador empreendedor que possui um *food truck* estacionado próximo a essa firma e que atende aos trabalhadores empregados desse capitalista. Para Marx, há uma diferença significativa entre o capitalista, o trabalhador assalariado e o pequeno patrão. São tais diferenças que a propaganda feita hoje sobre a “força” do empreendedorismo termina por esconder.

O trabalhador assalariado é aquele que vende a sua força de trabalho, por tempo determinado a algum capitalista. O pequeno patrão é aquele que possui algum negócio, mas não é capaz de contratar força de trabalho em número suficiente que lhe gere a possibilidade de participar do processo de acumulação de capital; assim estabelece um ciclo produtivo e de geração de dinheiro muito próximo daquele do trabalhador assalariado. O capitalista por sua vez, é o dono do capital que subordina trabalhadores, num patamar suficiente que lhe permite participar do movimento de acumulação em escala ampliada. Na prática da política pública e no marketing da condição de empreendedor, tais diferenças são esquecidas, na maioria dos casos; é como se todo dono de *food truck* tivesse assento na FIESP, e todo empreendedor de *startup* pudesse atingir altas cifras de negócio.

O empreendedorismo de negócios está associado positivamente à criação de *startups*, práticas de *coworking*, *espaços makers*, práticas modernas e caras que nem sempre correspondem ao dia-a-dia do empreendedor comum. Nesse sentido há um esforço de estudiosos e de formuladores/implementadores de políticas públicas a assim se comportarem; ser empreendedor, enfim, é ser portador de um *sex appeal* que não existe por exemplo, no trabalhador por conta própria que descobre um filão no mercado que lhe permite sobreviver, sem, no entanto, ter qualquer garantia de suficiência de renda ou permanência do negócio.

Um exemplo típico que cresceu após o ano de 2016, quando a política de austeridade foi aprofundada, que a “comida de rua” personificada pelo *food truck* ou por áreas urbanas desocupadas que passam a ser “empreendidas” por algum investidor que passará a alugar espaços para a comercialização de “comidas rápidas”.

O que nos parece relevante refletir é que esse discurso do empreendedorismo mais esconde do que mostra a realidade. Primeiro ponto, sob o capital, temos sempre uma sociedade de classes com diferentes participações na produção e na renda e,



portanto, com interesses distintos. Segundo ponto, da lógica do capital e, especialmente, do capitalismo financeiro que tem promovido reformas trabalhistas pelo mundo, a retirada dos direitos dos trabalhadores é a regra e, nesse sentido, a lógica empreendedora se constitui na saída “honrosa” para compensar a fragmentação do estatuto do trabalho assalariado, validando a chamada “zona cinzenta do trabalho”. Os governos nacionais e locais, aturdidos com essa realidade movediça, aderiram sem críticas à promoção do empreendedorismo e criaram programas com tal fim. Por que é necessário criticar esse discurso?

O discurso do empreendedorismo propõe que essa seja uma categoria especial com características comportamentais próprias, mas esconde diferenças fundamentais do ponto de vista de uma sociedade de classes e do ponto de vista do mercado de trabalho. Além disso, ele apropria-se do conceito de firma/empresa, o absorve e o substitui, ou, no mínimo, o utiliza alternativamente. A firma emerge ao longo do desenvolvimento capitalista exatamente como um formato específico de organizar a produção e o trabalho com o fim de produzir bens e/ou serviços. Os movimentos de concentração e centralização de capitais impõem a introdução do progresso técnico, promovem inovações, alteram a natureza e a organização do trabalho, ampliam as escalas de produção das firmas, alterando a sua forma de organização e de propriedade, por meio das sociedades anônimas, buscando assim reagir às diferentes expressões da concorrência intercapitalista.

A possibilidade de inovação no sentido econômico exige um aparato de infraestrutura poderoso e sólidas políticas públicas de ciência e tecnologia. Schumpeter (1942) já reconhecia que é preciso constituir setores voltados exclusivamente para a inovação²⁰. Os neo-schumpeterianos, de forma mais contundente vão lembrar que todas as instituições precisam estar voltadas para esse objetivo e organizadas sob a forma de sistemas nacionais e regionais de inovação, associando firmas, consumidores, universidades, laboratórios de pesquisa, instituições financiadoras etc²¹.

Neste percurso o formato da firma alterou-se profundamente: da firma de proprietário individual transformou-se na firma de propriedade coletiva por ações até a firma - rede atual que expressa a divisão internacional vigente. As mudanças nos formatos organizacionais das firmas procuram reduzir a grande incerteza que lhes ronda e dificulta seus planos, defendendo-as da ação dos mercados.

É importante ainda considerar as firmas-estado, tal a importância que algumas possuem atualmente. A *Samsung*, por exemplo, representa 20% do PIB da Coreia do Sul, o *Walmart* tem uma cifra de negócios maior do que o PIB da Colômbia. Caberia chamar alguma delas de empreendedoras? Disporão todos os empreendedores das mesmas condições de infraestrutura para a inovação que as grandes empresas?

Observe-se que na seção anterior, os autores Rocha e Freitas (2014) atribuíram ao empreendedor também a geração de emprego e renda. Logo, são firmas ou empreendedores? Todos os empreendedores geram emprego e renda? Filion (1999) ao definir empreendedor assume que são pessoas que correm “riscos moderados”; essa condição é compatível com os necessários investimentos em tecnologia e inovação que

²⁰ Não é ocioso lembrar que os equipamentos Apple, que são utilizados por muitos de nós, foram beneficiados por 50 anos de investimento público e privado nos EUA.

²¹ Para uma discussão mais detalhada ver, Carleial, L (2001)



permitem o empresário capitalista se diferenciar dos demais do seu ramo/setor e, por isso, obterem lucros extras? Ou o mais prudente seria associar os empreendedores, que criam emprego e renda, às pequenas e médias empresas?

A nosso ver, reina uma intensa “confusão” conceitual nessa discussão, o que nos motivou a refletir sobre tal questão. O que chamamos de confusão, no entanto, pode ser uma adesão cega e acrítica a uma promessa que a nosso ver, é vã. Mesmo para aqueles que acham que a relação capital e trabalho está menos nítida e que é perda de tempo pretender marcar com nitidez o trabalhador assalariado e o capitalista, essa discussão interessa; se o empreendedor pode ser entendido como uma figura que representa exatamente essa menor nitidez, e, nesse sentido ocupa uma “brecha” permitida pela globalização dos mercados, o mesmo pode ser dito dos empreendimentos de economia solidária, o que discutiremos a seguir.

3 OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O que é a economia solidária? Entre os autores que estudam o tema, como Singer, França Filho, Gaiger e Laville existem tanto percepções diferentes quanto à nomenclatura que se deva adotar, como aos propósitos que ela deve perseguir, na medida em que diversos são os posicionamentos quanto ao real conceito e finalidade da Economia Solidária. De um lado, cita-se os que a compreendem enquanto um novo modo de produção, capaz de superar o capitalismo (SINGER; SOUZA, 2000, p. 18); posição que se contrapõe aos que a entendem como terceira via entre mercado e Estado, que visa com estes somar forças (LAVILLE, 2002 p. 13).

p. 2270

Ainda que assim o seja, todos parecem concordar que ela tem por finalidade desenvolver atividades econômicas e sociais, geralmente por meio de associações ou cooperativas, sob uma nova organização, buscando a inclusão e a inserção de grupos marginalizados. É em razão disso que se pode dizer que a Economia Solidária é uma forma alternativa ao trabalho assalariado, aquele prestado de forma subordinada, pessoal, não eventual e onerosa (DELGADO, 2017, p. 313), na medida em que consiste em empreender, isto é, identificar oportunidades e assumir riscos para aproveitá-las, por meio das mais variadas formas (cooperativa, associações, empresas, grupos informais), sob um novo prisma, o qual se pauta na “gestão coletiva, na propriedade coletiva dos meios de produção e nas relações de trabalho normatizadas pelos princípios de autogestão, participação, cooperação, desenvolvimento e igualitarismo” (CARLEIAL, 2003, p. 05).

Ainda que a definição dada não corresponda a uma compreensão unânime entre os doutrinadores, existe uma espécie de consenso acerca das características e valores que a embasam, assim como do histórico e percurso da Economia Solidária, para ser reconhecida enquanto política pública. Acerca dos valores, a maioria dos autores parece concordar que a Economia Solidária resulta numa nova forma de organização do trabalho, ao ter como características a associação voluntária, propriedade privada dos meios de produção e formas variadas de organização; e como princípios a autogestão, a cooperação, a solidariedade e a democracia.

De fato, ao se adotar como marco Singer (2002, p. 36), vê-se que é dada muita importância à autogestão, isto é, maneira de gerir que prioriza a gestão democrática, em que todos compreendem o funcionamento do negócio e participam da tomada de



decisões, inclusive, no tocante às retiradas – se diferentes, mínimas e máximas. É bem por isso, que a autogestão é um dos princípios que marca essa nova forma de desenvolver atividade econômica.

Além dela, são também princípios: a democracia; solidariedade, já que há uma preocupação com a justa distribuição, bem-estar dos associados e da sociedade, inclusive busca pelo desenvolvimento sustentável; cooperação, união dos esforços, para alcançar interesses em comum; e ação econômica, já que a economia solidária visa à prática de atividades econômicas, mas sob outra perspectiva (SENAES, 2018).

Aliás, a autogestão é tão importante que chega a ser apontada como a principal diferença entre as empresas capitalistas e os empreendimentos solidários. Primeiro, ao romper a estrutura em que os trabalhadores seguem ordens e instruções vindas de cima, ao propor um modelo em que as decisões são tomadas de baixo para cima. Segundo, ao instrumentalizar tal característica por meio da gestão democrática, na qual cada sócio tem direito a um voto. Terceiro, por romper com a competição entre setores do empreendimento na busca do lucro, o que pode levar à sonegação de informações e ao comportamento desleal, ao propor que todos os trabalhadores são responsáveis pela condução geral da empresa, de forma a desenvolverem um pensamento de bem comum ou de solidariedade, ao invés de priorizar a evidência do setor, não havendo incentivos à competição interna, já que o valor da sobra será repartido entre os sócios (SINGER, 2002, p. 14-20).

É por isso que se compreende a autogestão não apenas como modalidade de organização e gestão, mas como a “soma de práticas e saberes orientados por princípios e valores”, isto é, só pode ocorrer quando um grupo de pessoas concordam em orientar suas condutas, seguindo os valores pressupostos para uma autogestão, como igualdade, cooperação, solidariedade e participação (AZAMBUJA, 2009, p. 294).

Se por um a autogestão importa em benefícios, reconhece-se que há limitações, ao se constatar que pode haver um desinteresse dos sócios nesse modo, por não estarem dispostos a acumularem suas funções com o exercício do gerenciamento. Além disso, a tomada de decisões urgentes pode não ser compatível com a formação de uma assembleia. Ademais, predomina o fomento ao individualismo, já que o sistema educativo é formatado para que as pessoas se condicionem à heterogestão, isto é, acatar ordens, sob pena de represálias (AZAMBUJA, 2009, p. 293).

Mas o que fez surgir tal forma de organização? Por que ela é dotada de tais valores? A resposta a tais indagações está relacionada à origem da Economia Solidária. Para a maioria dos autores, a origem dela é comum à do cooperativismo, uma vez que ambas estão relacionadas ao contexto europeu do século XIX, o qual era marcado por uma crise no emprego provocada pela Revolução Industrial e pelas guerras europeias (DOURADO, 2014, p. 43).

É nesse contexto que tecelões decidem fundar a Cooperativa de Rochdale, em 1844, como resultado da fé de que seria possível vencer mazelas do sistema capitalista, como o desemprego, exploração, opressão inerentes ao trabalho assalariado, estando esta pautada nas ideias dos socialistas utópicos, como Robert Owen, Saint-Simon e Fourier. Para tanto, recorreu-se ao associativismo, ao constituírem uma cooperativa de consumo, o que significa que os trabalhadores passaram a se agrupar e a exercerem a atividade econômica de forma solidária, com base na ajuda mútua, compreensão de



que a propriedade era coletiva, gestão democrática e a não intervenção do Estado (NAMORADO, 1995, p. 8.)

Cabe destacar que este empreendimento não foi o primeiro nem a adotar a forma associativa, nem a ser imbuído dos valores socialistas utópicos, mas é considerado o marco do cooperativismo moderno, na medida em que só a partir dele se sistematizam os objetivos que ditaram a sua constituição e organização em um corpo de doutrina social, como os da solidariedade, cooperação, gestão democrática (SINGER, 1998, p. 72).

Disso, tem-se que tanto, o cooperativismo como a economia solidária, nascem como um movimento que não apenas é pautado no trabalho coletivo, como também na adoção de preceitos como: dignidade da pessoa humana, já que se valoriza o homem pelo viés da solidariedade; justiça social; democracia; participação; e responsabilidade (FRANTZ, 2011, p. 14).

Embora a inspiração da Economia Solidária seja idêntica à do Cooperativismo, o certo é que a Economia Solidária só passa a existir enquanto fenômeno em si a partir do fim do século XX, como fruto da ressignificação do movimento ocorrido em Rochdale. Pode-se dizer que após dois choques do petróleo, combinados erros de estratégia na condução da política nacional, o Brasil passou a sofrer com uma grande recessão econômica, a qual acarretou no fechamento de várias empresas e no aumento considerável do número de desempregados. A fim de contornar tal problema, o Estado adotou várias medidas durante toda a década de 80. Contudo, ao se mostrarem ineficientes para solucionar a crise, os brasileiros elegeram um presidente, Fernando Collor de Mello, que era adepto à implementação de pautas neoliberais, as quais consistiam em aderir ao Consenso de Washington²², que pregava a abertura dos mercados, por meio da redução das taxas cambiais; a desregulamentação dos mercados financeiros; a privatização de empreendimentos estatais; e a implantação de políticas de fomento às multinacionais (IASKIO, 2007, p. 49).

p. 2272

Ocorre que a abertura do mercado, além de não se preocupar com a melhoria da infraestrutura e o desenvolvimento da tecnologia, considerando o atraso brasileiro na Terceira Revolução Tecnológica, foi realizada de forma brusca e sem atentar para os efeitos econômicos e sociais, o que levou à desindustrialização e ao aumento do desemprego (IASKIO, 2007, p. 49).

Em razão das poucas alternativas de emprego, viu-se o aumento da informalidade, ao mesmo tempo em que se iniciou movimentos de alteração das relações de trabalho, com diversas leis propondo a flexibilização e a diminuição de direitos do trabalhador. É nesse contexto que a Economia Solidária, valendo-se da experiência de Rochdale, propõe uma alternativa de organização da atividade econômica pautada pela solidariedade, propriedade coletiva dos meios de produção, gestão democrática e autogestão. Em relação a sua criação, é interessante notar que Gaiger (2013, p. 212-259) considera a criação da Economia Solidária como uma

²² O Consenso de Washington foi um evento que ocorreu em 1989 em Washington/EUA, onde economistas latino-americanos, do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BDI) e do Departamento do Tesouro dos EUA sugeriram a adoção de uma pauta neoliberal como forma de driblar crises, principalmente na América Latina.



estratégia de luta contra a exclusão, enquanto Pochmann (2004, p. 1-12) aponta o excesso de mão de obra como causa para que tenha conseguido angariar adeptos.

Cumprir notar que ela não foi fruto de uma política governamental, ao ter nascido de movimentos voluntários, como de parcerias com entidades do terceiro setor e até mesmo entidades religiosas, sendo que somente após o êxito de alguns destes empreendimentos, o Estado brasileiro passa a compreender a economia solidária como uma aliada no combate ao desemprego e exclusão social.

É bem por isso que ela só passa a ser reconhecida pelo Estado brasileiro, até mesmo enquanto política pública de fomento ao trabalho alternativo ao assalariamento, em 2003. Utiliza-se tal marco, porque neste ano ocorreu a instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Lei nº 10.683/2003 e Decreto nº 4764/2003, tendo como secretário Paul Singer.

Se a SENAES marca o início do reconhecimento da Economia Solidária pelo Estado, é importante destacar que após 2016, tal Secretaria tornou-se mera Subsecretaria das Relações de Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de o Presidente Michel Temer ter promulgado o Decreto nº 8894/2016, que revogou o editado em 2003.

Após a revogação do Decreto, diversas lideranças do movimento da economia solidária passaram a sinalizar que a verdadeira intenção do governo é tornar a SENAES uma política de fomento ao empreendedorismo, apoio ao cooperativismo, voltando a ser ligada a uma perspectiva de clientelismo e assistencialismo. Isto é, uma política voltada aos pobres e ao controle da pobreza (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 244).

Todavia, não se pode ser inocente e acreditar que a perspectiva estatal de realizar assistencialismo, por meio da Economia Solidária, iniciou-se em 2016, após o Decreto promulgado por Temer. Isso porque, desde o início, a política foi construída com a finalidade de criar soluções para o desemprego estrutural, numa tentativa de manter “os pobres envolvidos na busca de sua sobrevivência material por meio de cooperativas e/ou associações, (...) porém afastados do que interessa sob o capital, o conflito” (CARLEIAL; PAULISTA; s.d, p.04)

Prova disso é que sequer existe uma política específica de economia solidária, com o intuito de fomentar uma nova forma de gestão ou tornar viável e sustentável o exercício da empresa coletiva. Tanto é que as políticas públicas que a induzem o fazem por meio do fomento à inclusão social, via Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ou Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); como forma de proporcionar o desenvolvimento rural, via Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável; entre outras (SCHIOCHET, 2009, p.58).

Não o bastante, as políticas públicas parecem não se atentar para peculiaridades da empresa solidária, como a falta de experiência dos colaboradores na gestão de um negócio; a dificuldade de lhes conceder acesso facilitado ao crédito e à formalização; ou de proporcionar meios de tornar o empreendimento independente da política pública (CARLEIAL; PAULISTA, s.d; p.18-21). Tal afirmação é facilmente ratificada pela constatação de que a forma mais indicada para a formalização das atividades desenvolvidas por meio da economia solidária é a cooperativa. No entanto, a maior parte



dos empreendimentos sequer consegue adotá-la²³, já que não conseguem cumprir os requisitos para assim serem reconhecidos, como exigência relativas a um número mínimo de associados, à necessidade de constituição mediante registro, o que requer o dispêndio de recursos; à vedação da existência de parentesco entre as pessoas nos órgãos da cooperativa, o que desconsidera que em empreendimentos populares há muitos familiares envolvidos; à limitação do conceito de ato cooperativo, entre outros (GONÇALVES, 2015, p. 67).

Esse cenário todo demonstra que, ao mesmo tempo que o Estado enxerga a Economia Solidária como forma alternativa ao trabalho assalariado, não procura fomentá-la de forma adequada. Tal fato decorre de não se conseguir vislumbrar o uso desses empreendimentos para além de uma política de controle da pobreza? Ou os formuladores temem fomentá-la por a compreendem enquanto uma ameaça ao empreendedorismo individual? A resposta a tais perguntas não é tão singela, mas são hipóteses que se lançam, na medida em que se percebe que a Economia Solidária implica em desenvolver uma atividade empreendedora, no sentido de assumir um risco e gerar renda, mas organizada sob a autogestão e regida por valores coletivos e da solidariedade. No entanto, até então, seu campo de atuação está confinado a um nicho, quase que exclusivamente assistencial²⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história sempre evidenciou o conflito permanente entre capitalismo e democracia. Na fase do capitalismo financeirizado, esse conflito intensificou-se fortemente tendo como consequência o enfraquecimento da democracia²⁵. O alvo principal tem sido o trabalho, os trabalhadores e as leis trabalhistas vigentes nos diferentes países que tem sofrido constantes ataques, reduzindo a proteção ao trabalho. Nesta fase do neoliberalismo, o individualismo está exacerbado, protegido por uma suposta meritocracia, que transtorna a subjetividade do trabalhador isolado pela destruição dos coletivos de trabalho, pelo desemprego e transformados em empreendedores de si mesmos.

A lógica individualista predominante hoje e que, nos campos econômico e do mercado de trabalho, são representados por essa figura confusa, às vezes amorfa e continuamente seduzível pela política pública, o empreendedor, parece não trazer em si possibilidades de futuro. Como vimos, o empreendedor pode ser qualquer um de nós na busca de efetivar ações e planos. No âmbito do empreendedorismo de negócios, vimos também que o empreendedor pode ser uma firma (grande, média ou pequena), um trabalhador por conta própria ou um empresário. Como migrar dessa condição para construir o coletivo?

O Estado, enquanto aliado da cidadania durante o século XX, conseguiu através das políticas sociais apaziguar o conflito clássico sob o capital, até ser mais uma vez desafiado pela racionalidade neoliberal que impõe, a remercantilização dos serviços

²³ Dos 5403 empreendimentos de economia solidária registrados no CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários), em 2018, apenas 498 ou 9,4% adotam a forma cooperativa (SENAES, 2018).

²⁴ Talvez a única exceção sejam as cooperativas ligadas ao MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

²⁵ Levitsky, S.&Ziblatt,D. (2018)



públicos que, devem ser vendidos e comprados no mercado, e a contínua fragilização dos trabalhadores resultantes da redução do direitos, da flexibilização dos contratos de trabalho e da perda dos coletivos de trabalho.

Dardot e Laval (2017) designam o “princípio político do comum” como a nova forma de contestar o capitalismo ou até mesmo de o superar. O Comum redefine um novo regime de lutas no nível mundial, pelas questões sociais e ambientais, por exemplo, que resistem à lógica do capital produzindo novos discursos e novas ações. O Comum se tornou “a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para uma busca coletiva de formas democráticas novas” (p.18). A busca por reconstruir um mundo comum e uma convivência já foi objeto de reflexão teórica e de trabalhos empíricos como os estudos de Elinor Ostrom, que “versaram sobre as formas institucionais, as regras de funcionamento e os instrumentos jurídicos” os quais permitiram às diferentes comunidades atingirem uma boa administração dos recursos comuns de diferentes naturezas: conhecimento ou recursos naturais, por exemplo. Segundo os autores citados acima, há um “agir comum” diante do fato que homens se engajam numa mesma tarefa, num duplo sentido, obrigação e participação, e tal obrigação é restrita apenas aos que participam de uma mesma atividade ou tarefa.

Uma das proposições políticas dos referidos autores é a instituição da empresa comum, democrática, eliminando a soberania do proprietário que é o princípio dominante do contrato de trabalho. Dardot e Laval (2017) consideram que há espaço para a proposição de destacar a cooperação organizada pelos próprios trabalhadores. Assim, o princípio “um homem uma voz” contrasta com o poder absoluto do proprietário, desmercadoriza a empresa e confere forma institucional à comunidade de trabalho.

Os autores, porém, reconhecem o pouco espaço que iniciativas como as de economia solidária possuem e ainda a desconfiança que o sistema bancário e de financiamento nutre em relação a tais iniciativas. No entanto, reivindicam que a luta deveria ser essa, ou seja, o revigoramento da economia social e solidária, pois os princípios que o regem possuem afinidades com o princípio do comum aqui apresentado. Citando Thierry Jeantet, resumem assim o espírito dessa nova economia: “um projeto coletivo sustentado pela cooperação dos atores”.

Essa reflexão final nos ajuda a entender que a solidariedade na perspectiva do Comum não é um conceito abstrato, mas o reconhecimento de que a atividade humana é “sempre coatividade e coobrigação, cooperação e reciprocidade.”

Nesse sentido também fica mais evidente a razão do fracasso das políticas de apoio a economia solidária que não são capazes de dar conta da complexidade envolvida nessa questão. Mais importante ainda compreender que o êxito só ocorrerá quando essa ação for desenvolvida conscientemente pelas pessoas envolvidas representando, enfim, uma decisão de participar ativamente na luta por um mundo mais democrático e igualitário. Assim, o Estado e as políticas públicas seriam mais legitimadores desse avanço e os protagonistas seriam cada um de nós.

REFERÊNCIAS

ARCANJO, Maria Antonia Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos, 2017. Disponível



em:

http://www.academia.edu/32257856/A_CRIA%C3%87%C3%83O_DA_SECRETARIA_NACIONAL_DE_ECONOMIA_SOLID%C3%81RIA_AVAN%C3%87OS_E_RETROCESSOS>. Acesso em 01 novembro de 2018.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidária. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 282-317.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Economia Solidária e Informalidade: Pontos de Aproximação, Propriedade Conceitual e “Novos” Desafios para a Política Pública. In: XI CONGRESSO DA FIEALC. Osaka, 2013.

_____. Redes Industriais de Subcontratação. Um enfoque de sistema nacional de inovação. SP, Hucitec, 2001.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota; PAULISTA, Adriana. Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social?; s.d. Disponível em:

http://www.academia.edu/7749254/Economia_Solid%C3%A1ria_utopia_transformadora_ou_pol%C3%ADtica_de_controle_social. Acesso 01 novembro 2018.

DOURADO, Ivan Penteadado. Economia Solidária e Antropologia Econômica: Etnografias da solidariedade brasileira. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

FILION. Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios, São Paulo, Revista de Administração, v.34, no.2. p 05-28, abril-julho, 1999

FRANTZ, Walter. Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária. Ijuí, RS: Unijuí, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, p. 212-259, 2013. Disponível em: <<http://www.socioeco.org>>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

PINA, Ana. O pensamento crítico morreu, diz o filósofo Franco Berardi, Carta Maior. 25/06/2018. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Historias-do-Futuro/-O-pensamento-critico-morreu-diz-o-filosofo-Franco-Berardi/48/40718>. Acesso em 30 e outubro de 2018.

POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil, possibilidades e limites. Mercado de Trabalho, Ipea, 1-12, 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso 01 de novembro de 2018.

GONÇALVES, Eloísa Dias. A REGULAMENTAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO: entre a construção da economia solidária e a precarização do trabalho. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, 128 p.

IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. O que é economia solidária: In: BERGONSI; Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Buscaia (org). Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos de Abordagens. Curitiba: PROEC, 2007.

LAVILLE, Jean-Louis. Fato associativo e Economia Solidária, Análise & Dados, Salvador, v.12 n.1 p. 25- 34, 2002.

NAMORADO, Rui. Os princípios cooperativos. Coimbra: Fora do Livro, 1995.

ROCHA, Estevão Lima de Carvalho; FREITAS, Ana Augusta Ferreira. “Avaliação do ensino de empreendedorismo entre estudantes universitários por meio do perfil empreendedor”, Rio de Janeiro, RAC, v.18, no.4, art.5, p465-486, jul./ago.2014.

p. 2276



SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf>. Acesso em novembro de 2018.

SENAES. Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010. Brasília: SENAES/MTE, 2012.

SINGER, Paul. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: Ipea, Nº 56, 2014. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf>. Acesso 01 novembro de 2018.

_____. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária, um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. (Org.) A Economia solidária no Brasil A autogestão como resposta ao desemprego. 2000.



**AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA POPULAR:
REFLEXÕES E AÇÕES A PARTIR DA COMUNIDADE DE
PIEDADE DE SANTA RITA, EM OURO PRETO-MG.**

Alan Henrique Delfino

alandelfinoeco@icloud.com

Universidade Federal de Ouro Preto

p. 2278



RESUMO

No artigo relato a situação da agricultura familiar na região de Ouro Preto e Mariana, municípios do estado de Minas Gerais, Brasil. Historicamente, esta é uma área ocupada pela mineração. A região tem passado por uma severa crise em função do desastre provocado pela empresa Samarco no município de Mariana e devido aos impactos de longa data da mineração. Neste contexto, diversos agentes têm refletido sobre alternativas de desenvolvimento territorial para tal região, muitas das quais tomam a agricultura familiar como centro das estratégias.

Apresento o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (NUPEDES) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O NUPEDES tem contribuído para a discussão e implementação de alternativas face à mineração por meio de projetos de desenvolvimento territorial em parceria com diversos agentes.

Exponho para análise e discussão projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo NUPEDES junto a comunidades rurais e agricultores familiares de Mariana e Ouro Preto.

O trabalho se fundamenta na discussão recente desenvolvida, sobretudo no âmbito das ciências sociais sobre desenvolvimento territorial/rural, destacando-se a importância de políticas públicas, da sinergia entre agentes do poder público e local, do fortalecimento do capital social das comunidades e da construção de circuitos curtos de comercialização e acesso a mercados institucionais. A partir do relato e da reflexão sobre estas experiências, proponho discutir caminhos viáveis para o desenvolvimento territorial a partir da agricultura familiar e a economia popular e solidária.

p. 2279

INTRODUÇÃO

Este artigo foi motivado pela atuação do NUPEDES – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social - através de projetos de extensão vinculados à Universidade Federal de Ouro Preto, em comunidades rurais da região, dentre elas a comunidade de Piedade. Participo deste núcleo como aluno bolsista (Alan Delfino) e julgo ser importante registrar a minha experiência, buscando contribuir para o diálogo com projetos extensionistas similares de outras Universidades.

A experiência atuando junto à comunidade de Piedade leva a acreditar que a agricultura familiar e a agroecologia, desenvolvida a partir da lógica dos empreendimentos populares e solidários, constitui-se como uma importante alternativa de desenvolvimento, especialmente para a região em questão. Isto porque a atividade mineradora vem sendo historicamente a atividade econômica mais relevante e que recebe mais recursos estatais na região, apesar de trazer consequências questionáveis para a comunidade, tanto em termos de geração de renda quanto em termos de qualidade de vida, afetando negativamente a saúde das famílias e do meio ambiente em geral.

Nesse sentido, a agricultura familiar vem recebendo um reconhecimento crescente junto à comunidade urbana (sendo seus principais consumidores os residentes das cidades de Mariana, Ouro Preto e Belo Horizonte) e também junto ao poder público local. Exemplo disso foi a presença do Prefeito de Mariana, Sr. Duarte Júnior, no Segundo Encontro da Agricultura Familiar, realizado em Mariana no dia 17



de outubro de 2018, onde as iniciativas do setor foram elogiadas e reconhecidas (embora não venham recebendo apoio satisfatório, por enquanto).

No texto, abordaremos questões da seguinte maneira. Primeiro, trataremos de um panorama geral do surgimento da Economia popular e solidária até seus desdobramentos chegarem ao Brasil concomitantemente com Agroecologia e a Agricultura Familiar. Relataremos a atuação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (NUPEDES) veiculado a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) apresentando suas ações desenvolvidas, explorando e apresentando seus projetos extencionistas que atuam junto às comunidades do colar metropolitano de Belo Horizonte, seguido de um panorama histórico da cidade de Santa Rita de Ouro Preto juntamente com as ações e perspectivas do andamento do projeto. Ressaltando a importância das ações realizadas junto as comunidades em torno de Ouro Preto e Mariana (MG) onde a predominância da extração de minério de ferro e o crime ambiental provocado pela empresa Samarco Mineradora atingem diretamente a produção e a qualidade de vida local, buscando refletir como a Agricultura Familiar e a Economia Popular se fazem presente na sociedade rural como alternativa ao capitalismo existente e a economia de escala crescente, apresentando um contexto social paralelo ao dos grandes centros urbanos e a importância da geração de renda local.

ECONOMIA POPULAR E AGROECOLOGIA NO BRASIL

p. 2280

O reconhecimento que tais iniciativas vêm recebendo não é, porém, fruto de uma atuação recente. Conforme ressaltado anteriormente, as bases de tais empreendimentos veem do que se denomina Economia Popular e Solidária, que apesar de existir na prática desde tempos remotos, pode ter seu surgimento conceitual mapeado a partir de acontecimento específicos do final do século XVIII na Inglaterra. Neste momento, a Revolução Industrial se consolidava, e os trabalhadores começavam a ser substituídos por máquinas nas fábricas. Naquele contexto, muitos trabalhadores acabaram ficando desempregados, acarretando no desamparo causado pelo sistema capitalista em plena expansão.

Dado esses acontecimentos, Robert Owen, um reformista social inglês da época, propõe a criação de aldeias comunitárias em torno das indústrias que vinham dispensando seus funcionários. Essas indústrias, das quais saíam o sustento das famílias, eram o principal meio de geração de renda na Inglaterra. Iniciaram então, a criação de aldeias ao redor das indústrias no intuito de produzir para subsistirem. Além disso, essas comunidades pretendiam fortalecer o movimento trabalhista, e também promover a produção e a autogestão coletiva para própria alimentação.

Com a evolução destas ideias, surge na Europa, já no início do século XX, o conceito de economia solidária. Segundo (Barbosa, 2018) as demandas sociais agrupadas sob o prisma da economia solidária ganharam forma institucional na Europa, combinando-se às possibilidades abertas pelo Estado de bem-estar social – como exemplo, temos as sociedades mutualistas que se especializaram em proteção social, as cooperativas em consumo e os sindicatos na luta trabalhista. O autor esclarece que na América do Sul, não ocorre tal processo de institucionalização, o que torna as iniciativas populares mais adaptáveis a culturas e ambientes sociais específicos.



O conceito de economia solidária é adaptado e surge na América do Sul como Economia Popular. (Coraggio, 1995) ressalta que este processo é alavancado pela ascensão das políticas neoliberais, especialmente a partir da década de 1980. No Brasil, o conceito ganha força com a reação de movimentos sociais frente à crise do projeto desenvolvimentista que vinha sendo implementado e se esgota em meados da mesma década. Tal crise acarreta em altíssimos índices de desemprego em massa causados, dentre outros fatores, pela financeirização da economia, reestruturação dos processos de trabalho (transição do taylorismo-fordismo para toyotismo) e pelo avanço tecnológico (Antunes, 1995; Ianni, 1999).

O fortalecimento conceitual da ideia de economia popular, porém, não significa que esta forma de produção e circulação não estivesse, desde há muito tempo, presente na composição da economia do País. Conforme ressalta Barbosa,

A partir da história de Antônio Conselheiro, que liderou um fato político de proporções históricas, tem-se alguma noção de que no final do século XIX havia milhares de pessoas no sertão para segui-lo e formar Canudos. A economia popular produzia bens e permitia a reprodução material das pessoas afastadas do circuito da economia de exportação. Euclides da Cunha aponta para a existência da economia popular no sertão: “Causava dó verem-se postos a venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos e casas, etc. (Cunha, 1902, p.241). Fausto (1995, p.70) também descreve brevemente como era composta a base da economia popular até o século XIX: “A população livre e pobre abrangia pessoas de condição diversa. “Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os campos; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos” (Barbosa, 2018, p.83).

p. 2281

A economia popular está presente no cotidiano, especialmente no meio rural (mas também no meio urbano, ainda que tangencialmente) há muito tempo. O que ocorre com a transição entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo da década de 1980 é a desarticulação do mercado de trabalho urbano, deixando uma população de desassistidos que reage, e desta reação tem-se a consolidação da ideia de economia popular. Desde então, a Economia Popular e Solidária tornou-se tema de debates, pesquisas acadêmicas e políticas públicas. Assim, o movimento vem agregando um número cada vez maior de trabalhadores, desempregados ou não, se fortalecendo e se expandindo no Brasil.

A economia solidária não é uma compensação em relação ao modelo dominante da economia capitalista. Ao contrário, é uma alternativa a esse modelo. A economia solidária faz parte deste movimento, entre outros, de um processo mais amplo de reestruturação produtiva com base em princípios e valores opostos ao modelo capitalista, com implicações profundas tanto no modelo da produção quanto no modelo de acumulação e na organização do trabalho.

A economia solidária não pode ser vista como um conjunto de práticas econômicas periféricas e informais no interior de uma economia capitalista. Ela pressupõe uma “nova forma de relacionamento, organização, metodologia de trabalho,



formas de troca que busquem, antes de tudo, resgatar a dimensão humana nas relações econômicas e sociais”. (Gadotti, 2007)

Cabe ressaltar que, nos empreendimentos de Economia Popular e Solidária, a propriedade dos meios de produção é coletiva, dela participando todos os que neles trabalham. Portanto, onde se pratica a economia solidária não há lucros e nem salários. A receita de venda dos produtos pertence integralmente aos trabalhadores associados, que democraticamente decidem – cada pessoa tem um voto – como ela deve ser dividida entre investimentos e gastos de consumo dos trabalhadores e como esta última parte deve ser repartida entre os sócios. Logo, quem se engaja na economia solidária trabalha e ganha a vida, e ao mesmo tempo luta por uma sociedade mais justa e mais ecológica.

A faceta ecológica da economia popular se faz ainda mais presente no caso da produção de agroecológicos, que consiste em práticas agrícolas que visam ao cultivo ambientalmente sustentável e economicamente eficiente, gerando, assim, renda para comunidade produtora, e produtos saudáveis e de qualidade para o público consumidor e a um preço justo para ambos os lados. Promove-se, assim, o intercâmbio entre comunidade local e o consumidor acarretando na aproximação de pessoas interessadas no bem-estar, possibilitando a troca de informações sobre os produtos comercializados, permeada por uma relação mais pessoal. Os mecanismos de comercialização que promovem tal proximidade, como as feiras, configuram novas oportunidades de inserção econômica para agricultura familiar, garantindo segurança alimentar e nutricional e se associam a formas de desenvolvimento local.

p. 2282

De certo, a Economia Popular e Solidária, acima de tudo valoriza os laços familiares e amigáveis dentro das comunidades, desde a organização da família até as cadeias produtivas em que a agricultura familiar está inserida. Promovendo a troca de produtos entre cada família que se reúne para melhor atender o bem-estar da comunidade e também comercializar seus produtos.

Inegavelmente, a Agricultura Familiar é uma relevante fonte de renda para as comunidades afastadas dos centros urbanos. Mesmo em um contexto em que o agronegócio e a produção agrícola em larga escala predominam, a agricultura familiar vem ganhando espaço e mostrando a sua relevância para o consumo consciente e saudável de alimentos. Nos dias atuais a Agricultura Familiar produz 70% dos alimentos que são consumidos no Brasil, que foram beneficiados por políticas públicas que viabilizem oportunidades aos produtores para entrarem no mercado através de feiras municipais. Como veremos no relato do Presidente da AAFAPRE - Associação de Agricultores Familiares de Piedade e Região.- as políticas de apoio à agricultura familiar promovidas nos anos 2000 pelo governo federal foram um passo fundamental para o fortalecimento da atividade. Porém, vale ressaltar que houve muita luta para que tal demanda social fosse considerada nos planos de governo. Conforme ressalta (Gaião, 2017), nas décadas de 1960 e 1970 as políticas públicas para a área rural privilegiaram os setores mais capitalizados, como os grandes latifúndios produtores de commodities destinadas à exportação, visando à superação dos desequilíbrios da balança comercial do País. Assim, as demandas da agricultura familiar eram praticamente excluídas da cobertura dada pelas políticas agrícolas.



Apenas em 1994, em resposta às reivindicações históricas dos agricultores familiares, foi criado o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), o que, para (Gaião, 2017), foi um passo inicial fundamental para a constituição da primeira política pública direcionada à agricultura familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), lançado em 1996. O programa é considerado um marco do reconhecimento do Estado brasileiro à importância social e econômica da agricultura familiar (Grisa et al, 2014). Com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos agricultores familiares, o Programa foi formulado para atender às reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais que exigiam a criação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento, provendo crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais (Mattei, 2014).

Segundo (Grisa et al 2014), os recursos destinados ao Pronaf vem crescendo desde sua criação, tendo saltado de aproximadamente R\$ 650 milhões em 2006 para quase R\$ 16 bilhões em 2012. No Plano Safra da Agricultura Familiar de 2013/2014, o valor disponibilizado teria aumentado para R\$ 21 bilhões. Os autores explicam ainda que o acesso ao Pronaf é reservado para os agricultores que atenderem aos seguintes critérios: que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionário de áreas públicas; que residam no estabelecimento ou em local próximo; que não detenham área superior a quatro módulos fiscais; que no mínimo 50% da renda bruta familiar seja originária da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento; e que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de até R\$ 360 mil reais. Ainda segundo (Grisa et al, 2014, pg), estima-se que o Pronaf beneficia 40% dos agricultores familiares brasileiros e está presente em 97% dos municípios.

p. 2283

Além disso, (Ferreira 2013) destaca que o programa disponibiliza diversas modalidades, dentre elas: Agroindústria, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Microcrédito Produtivo Rural, Agroecologia e Mais Alimentos. Com amplo alcance, o Programa vem proporcionando o acesso dos agricultores familiares aos serviços de assessoria técnica especializada, através da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o acesso a diferentes linhas e modalidades de crédito, além de mecanismos de segurança do preço dos produtos da Agricultura Familiar.

Outro marco vitorioso para o setor foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e, vinculada a este, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001. Entre o período de 2013-2015 o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) teve a iniciativa de ampliar e fortalecer a produção, a manipulação e processamento de produtos orgânicos e de bases agroecológicas, tendo como público prioritário agricultoras e agricultores familiares, assentadas (os) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e organizações como cooperativas e associações rurais, chegando a atender 1,868 milhão de familiares agroecológicos no Brasil nesse período. A criação do MDA favoreceu também a regulamentação da Lei da Agricultura Familiar



(nº 11.326/2006), que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

Estes programas e leis levaram o Brasil a ser reconhecido por organizações internacionais, que valorizam a estrutura política e institucional construída ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido “exportados” para outros países (Grisa e Schneider, 2015). É interessante reforçar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação desta estrutura institucional.

Além das políticas federais destacam-se também as incubadoras e os centros públicos de economia solidária, que são programas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, bem como de viabilização de suas estratégias de organização e associação, objetivando promover, fortalecer, expandir e consolidar estratégias de geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local com base no princípio da solidariedade (Gadotti, 2007). É notável o papel que as universidades (especialmente as universidades públicas) desempenham para a disseminação destes centros de apoio.

Nesse sentido, (Gadotti, 2007) contabiliza mais de oitenta incubadoras universitárias comprometidas com a consolidação e a integração das cooperativas populares e outros empreendimentos solidários.

O Fórum Social Mundial (FSM) constitui, cada vez mais, em exemplos vivos de que é possível um novo mundo. Um outro mundo não é só possível, como está sendo construído desde já (Gadotti, 2007). Uma outra economia não é só possível, como está acontecendo desde já. É o que podemos deduzir dos numerosos empreendimentos econômicos solidários organizados por numerosas redes de economia solidária: pela Rede Nacional de Cooperação Industrial (Renaci), em quatro estados (SC, RS, SP e MG), pela Rede Justa Trama, em onze estados (SP, SC, PR, RS, RO, AM, AP, PA, RR, AC e TO), pela Rede de Fruticultura Sabor Natural do Sertão (BA e PI), pela Rede de Fruticultura do Baixo Tocantins (PA e TO), pela Associação Em Rede de Artesãos (RS e PR), pela Rede Arte Sudeste (RJ, MG e ES), pela Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (PE, PB, RN, BA, CE), pela Rede de Autogestão em Artesanato (SP) e pela Rede Abelha, que articula organizações de apicultores (MA, PI, CE, RN, PB, PE e BA). Uma outra economia já está acontecendo. (Singulano et al, 2018) ressalta ainda que o caráter extensionista das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e seu papel na promoção e fortalecimento de princípios participativos, autogestão e do exercício mesmo na cidadania.

p. 2284

ATUAÇÃO DO NUPEDS

O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (NUPEDS) foi criado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 2016 em parte como uma forma de canalizar esforços de pesquisa e atuação junto à sociedade visando responder às demandas de um conhecimento mais aprofundado sobre a região que pudesse se articular a um esforço de planejamento coletivo do desenvolvimento territorial local (Singulano et al, 2018).

O NUPEDS desde então busca contribuir para o fortalecimento de atividades econômicas alternativas à mineração na região de Ouro Preto, tendo como foco a



Agricultura Familiar nas comunidades rurais do entorno, estimulando a produção agroecológica e buscando apoiar a diversificação produtiva e fomentar a geração de renda das famílias.

O Núcleo busca ainda preservar os princípios da autogestão e o incentivo à participação inclusiva de grupos sociais marginalizados. Dentre os projetos em execução destaca-se o Circula Agricultura, que visa a realização de feiras continuadas para produtos da agricultura familiar nas dependências da UFOP, e o projeto de acompanhamento da compra institucional, que, com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos, possibilitou que o Restaurante Universitário comprasse, diariamente, produtos da agricultura familiar local.

A feira organizada pelo Circula Agricultura é realizada todas às quartas-feiras entre as 08:00hrs e 14:00hrs. Nesta, são comercializados produtos como: hortaliças, quitandas e artesanatos. Em destaque, estão os produtores expropriados de suas casas em Bento Rodrigues, devido à queda da barragem da empresa mineradora Samarco, além de moradores da comunidade do Cafundão e da comunidade de Goiabeiras (distritos de Cachoeira do Brumado, no município de Mariana).

A feira permitiu que os produtores obtivessem de um novo meio de sustento autônomo para seus lares, por meio da venda ecológica e socialmente sustentável. Cabe ressaltar que a totalidade dos produtos vendidos nesta feira é de produção orgânica agroecológica, isto é, isenta de aditivos químicos, atingindo, portanto, um nicho de consumidores preocupados com questões de saúde humana e ambiental. Através desta iniciativa, os produtores locais puderam abrir novos canais de comercialização, dando a suas hortas e quintais um caráter produtivo, consolidando tais espaços em seu potencial para a produção e a geração de renda, respeitando o meio ambiente.

O outro projeto mencionado, responsável pelo apoio às compras institucionais, atende à comunidade de Piedade de Santa Rita (que será mencionada em breve), que desde 2016 abastece o Restaurante Universitário. O grupo formou-se inicialmente com a participação de 28 jovens agricultores. Como o edital do projeto solicitava que a produção fosse agroecológica, a oportunidade impulsionou ainda mais o interesse por este tipo de cultivo, e culminou na criação de uma horta coletiva com dimensões de 3 hectares.

Além disso, a segurança de ter mercado certo para a produção por um ano criou para os(as) agricultores(as) a necessidade de aprender sistemáticas de média escala de produção, desde a aquisição de mudas, fertilização, colheita e entrega dos gêneros agrícolas. Assim, os produtores tiveram que se adaptar ao novo contexto de vendas. Com isso, algumas dificuldades surgiram especialmente relacionadas ao elevado grau de informalidade, desarranjo institucional e registros financeiros precários, o que tem levado as famílias a uma prestação de serviços em qualidade e nível inferiores aos que poderiam ser atingidos com uma gestão orientada.

Para responder a esta nova demanda, foi criado o Projeto Estruturação Financeira da Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região – AAFPRE, que visa construir meios para a autonomia financeira da Associação. No contexto de pleno desenvolvimento das atividades da Associação, que envolvem o fornecimento de hortifrutigranjeiros para a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Restaurante



Popular de Belo Horizonte e Escolas municipais da região, tornando-se primordial a boa gestão das finanças da entidade.

O objetivo geral do referido projeto consiste na estruturação financeira da AAFPRE. Para tanto, foi feito, inicialmente, o levantamento das necessidades dos membros da Associação e de suas principais dificuldades frente às novas possibilidades de comercialização institucional. Constatou-se a necessidade de consolidar rotinas administrativas orientadas à formalização escritural financeira, oferecer treinamentos e capacitações para os responsáveis pelas novas práticas, avaliar as rotinas implementadas, corrigir falhas do processo, e assessorar a Associação e as famílias quanto ao uso consciente dos recursos obtidos.

Seguindo a ideia de contribuir para a geração de renda das Comunidades através do treinamento em métodos organizacionais, iniciamos o projeto dando enfoque à Economia Popular e Solidária dentro das atividades diárias dos agricultores e agricultoras, incentivando, acima de tudo, o cooperativismo, a democratização e principalmente a autogestão nos meios de produção dentro das comunidades e também na região do entorno do subdistrito de Piedade de Santa Rita (que compõem a AAFPRE).

MUDANÇAS EM PIEDADE DE SANTA RITA

Em meados do século XVIII, quando os tropeiros chegaram à região onde hoje está o distrito Santa Rita de Ouro Preto, fixaram ali uma pequena vila onde foi construída uma capela-mor feita basicamente de pedra, barro e madeira. A capela, cuja construção possivelmente foi finalizada em 1734, tinha como padroeira Santa Rita de Cássia, que mais tarde inspirou o nome da vila. O processo de urbanização ganha força no final do século XIX, mas apenas em 1938 Santa Rita foi elevada à categoria de distrito pelo decreto de Lei N° 148, denominando-se Santa Rita de Ouro Preto. Estima-se que cerca de metade dos seus 6 mil habitantes, já moravam nos subdistritos. Dentre eles, está o subdistrito de Piedade, do qual trataremos neste tópico.

A atuação do NUPEDS no território de Piedade se dá a partir da perspectiva das atividades de extensão como um processo que extrapola a pesquisa acadêmica, constituindo-se em um processo de construção social. Tendo isso em vista, a metodologia aplicada nas ações está alinhada ao suposto por (Jane Prates, 2017), de que “os elementos de problematização, análises, breves sínteses, opções, portanto, fazem parte da rotina, não há como planejar, agir de modo melhor direcionado, senão pautados por avaliações sobre a realidade que implicam necessariamente atitudes investigativas”. Nesse sentido, a atuação do Núcleo busca fomentar o que o autor chama de “processos sociais emancipatórios”, quais sejam, “aqueles que conformam o processo pedagógico de participação e incluem iniciativas como mobilização, organização, conscientização, capacitação e gestão autônoma da vida e de processos que os sujeitos constroem e se inserem, mesmo que limitadas pelos contextos histórico-culturais e condições de vida” (Jane Prates, 2017).

A busca pelo fomento a tais processos sociais emancipatórios se reflete em uma atuação que visa à troca de conhecimentos entre os participantes dos projetos extensionistas e os comunitários. No caso que será considerado aqui, do projeto de ensino da autogestão, vale ressaltar que o processo ocorre primordialmente pelo



exemplo prático, uma vez que não se trata apenas de oferecer cursos, mas de construir valores, uma cultura de gestão, juntos. Iniciou-se, assim, o projeto extensionista em conjunto com as famílias e os alunos envolvidos, por processos de ensino-aprendizagem, buscando obter soluções aplicáveis à realidade da Associação.

Assim, a implementação das rotinas, simultaneamente ao treinamento oferecido pela equipe do projeto, torna possível a verificação de falhas, também levantadas por meio de encontros periódicos. Além disso, realiza-se oficinas sobre orçamento familiar, consumo consciente e fundamentos de gestão financeira junto aos envolvidos. Com o projeto em andamento já é possível identificar que os membros da Associação estão se desenvolvendo e colocando em prática a organização do seu controle financeiro, o levantamento de patrimônio e o hábito de se reunirem para discutir o andamento da Associação.

Nota-se também que a introdução a Economia Solidária já se fazia presente na comunidade e o encontro desta realidade com o conceito vem trazendo maior legitimidade à atividade, culminando em um processo de crescimento pessoal e empoderamento dos agricultores, conferindo novos sentidos para o trabalho e a convivência, tornando-os mais produtivos e mais rentáveis dentro da Associação e nos demais espaços de interação. Vale salientar que o processo de reestruturação da Associação é um processo demorado que vem buscando consolidar as redes entre o campo e a cidade. Tal processo vem fortalecendo as relações entre Economia Solidária, Agricultura Familiar e Agroecologia (cujos valores são compartilhados) através do trabalho cooperativo, de forma que os (as) agricultores (as) se sintam participantes do processo de comercialização, e não apenas provedores de produtos/matéria-prima.

p. 2287

Buscando ilustrar este processo, realizamos uma entrevista com o Sr. Ricardo César da Silva, no dia 17 de Outubro de 2018. Ricardo é o atual presidente da Associação, que atualmente conta com cerca de 100 agricultores. Quando questionado sobre o surgimento da Associação, Ricardo conta que a Associação nasceu em 1993, por uma necessidade local da comunidade rural, para reunir e discutir os problemas das famílias, ajudar os mais carentes, construir pontes e fazer melhorias na comunidade. “Com o passar dos anos, solucionou-se vários problemas locais. Com isso, começamos a pensar em diversificar a nossa produção, pois estávamos caminhando apenas para uma produção ligada ao carvão através do eucalipto”. Só a partir de 2008, com base na Lei da Agricultura Familiar a associação caminhou para as vendas ligadas à produção alimentar.

Perguntamos, então, se o Sr. Ricardo acreditava que a Lei havia sido um incentivo importante para que a comunidade migrasse da produção do carvão para a Agricultura Familiar, mudando sua fonte de renda principal. A resposta foi afirmativa. Segundo ele a comunidade tinha apenas a possibilidade de comercialização de carvão, não existia oportunidade e nem possibilidade de acessar mercados, porque os supermercados só recebiam fornecimentos pelo CEASA. Segundo Sr. Ricardo: “outra coisa que aconteceu nessa época era que todo mundo produzia eucalipto para a produção de carvão, como é um trabalho que demanda muita mão de obra, as pessoas abandonavam as próprias hortas. As pessoas plantavam eucalipto, faziam carvão, vendiam, e iam comprar verduras. E isso, depois dessa Lei, aconteceu que as pessoas



começaram a produzir e consumir seu próprio alimento das hortas de novo né? Da própria comunidade”.

Em seu relato, ele afirmou ainda que, atualmente, são produzidos em torno de 50 produtos diferentes dentro da Associação, incluindo a quitanda o açúcar mascavo e a rapadura, frutas, legumes e verduras. Destes produtos, destacam-se dois que, segundo ele, são os que usam matéria prima da própria localidade: o cobú, descrito como “uma quitanda antiga que os antepassados faziam, que é feita de fubá com coco”, e o biscoito de polvilho vegano, inovação criada para atender a este novo mercado. A novidade, que tem uma boa saída no mercado, surgiu da substituição do leite de vaca pelo leite de arroz, e do ovo de galinha pela linhaça, substituições sugeridas por uma profissional que atua no local.

Sr. Ricardo mencionou ainda as mudanças que ocorreram na comunidade com a transição entre o carvão e a agricultura familiar: “Primeiro, o hábito de alimentação voltou de novo a ser do local. Outro é a organização, então as pessoas começaram a se organizar, pensando em o que elas querem produzir. Se eu quero produzir hortas, nós vamos achar pessoas que queiram produzir na horta, tendo os mesmos interesses. Se quiserem produzir quitandas nos organizaremos para produzir quitanda, e aí já ficou bem específico, cada um se agrupa e se organiza no seu grupo, mas no final se juntam para um bem que é o comum de todos. O coletivo que está predominando agora. Tem também a troca entre um e outro, e, além disso, tem as compras, quando começam a ganhar o dinheirinho eles começam a comprar do vizinho e entre eles também”.

p. 2288

Questionado sobre as dificuldades enfrentadas na produção e comercialização, o Sr. Ricardo ressaltou a dificuldade de acesso aos mercados pela precariedade das estradas na zona rural. Outro fator destacado foi “a questão da formação para os agricultores, é ainda uma coisa que pega, por conta da logística é difícil saber os cálculos”. Além disso, mencionou as dificuldades dos (as) agricultores (as) em administrar o seu negócio. Segundo ele, “eles sabem produzir, mas não sabem comercializar, não sabem administrar e não sabem que devem investir”.

Por fim, ao ser questionado quanto às suas expectativas para o futuro da Associação, Sr. Ricardo respondeu: “Gostaria que ela chegasse no que estamos planejando pra ela ser, que é desenvolver nossa área rural com foco na Agroecologia, que vai muito além do que simplesmente comercializar, valorizando as pessoas que trabalham, valorizando os recursos naturais que a gente tem e com as pessoas visitando e conhecendo, né? A agricultura familiar permite muito isso! Que a gente consiga trabalhar valorizando toda a sociedade. Vejo a nossa região trabalhando nesse sentido, não trabalhando com monocultura ou em alguma coisa que seja só exploratória em troca de dinheiro. É isso que eu vejo. E a agricultura familiar junto com a economia popular e a agroecologia, é contra o modelo que se vê até então. Tudo é ambiental, social, econômico, e é resistência! Também é uma questão de sucessão rural, porque mesmo no carvão as pessoas quando tiveram oportunidade de produzirem, vender e ganhar dinheiro, não ficaram na roça, eles ganharam dinheiro pra irem embora e comprarem suas casas na cidade, eles foram embora. E agora com a agroecologia os jovens querem ficar, porque é diferente, não muda só a questão econômica, muda a visão de mundo das pessoas e as pessoas só ficam na comunidade se elas gostarem.”



Em seu relato Sr. Ricardo ainda ressaltou problemas que podem ocorrer no que diz respeito à produção agroecológica. Disse que durante alguns meses enfrentaram problemas para manter as entregas na universidade, em um período em que os agricultores não conseguiram produzir agroecologicamente. A saída encontrada foi justificar a não produção e não fazer as entregas no período. Uma solução possível, logo descartada, seria manter a produção com a utilização de agrotóxicos. Tal fala desvela o processo decisório e a seriedade como a comunidade encara os compromissos com a agroprodução.

CONCLUSÃO

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo NUPEDES é ainda recente, o que limita a avaliação de seus resultados. Contudo, tem se apresentado como uma experiência inovadora em termos de desenvolvimento territorial na região de Ouro Preto e Mariana. O potencial inovador dessa experiência se deve em parte pelo foco dos projetos em uma atividade que era até então invisibilizada - a agricultura familiar – mas que se mostra de grande relevância econômica e social para o desenvolvimento da região.

É importante salientar que o desenvolvimento dos projetos relatados depende do suporte de políticas públicas para a agricultura familiar. Com isso, pautamos que nossa atuação no local junto à agricultura familiar depende de políticas, sobretudo de crédito, assistência técnica e apoio à comercialização, que se definem em esferas político-institucionais mais amplas. O NUPEDES iniciou seu trabalho justamente em um momento em que, no Brasil, vivemos um desmonte sistemático do aparato de Estado que conferia suporte à agricultura familiar. Neste contexto adverso, os projetos se mantêm e se fortalecem a partir de três fatores.

Em primeiro lugar, a sinergia que se tem conseguido fomentar entre diversos agentes que atuam no local com agricultura familiar, como representantes do poder público em nível municipal e estadual, representantes da própria universidade, das comunidades locais e de organizações dos agricultores e da sociedade civil. Todos os projetos relatados contaram com parcerias com diversos agentes para sua efetivação.

Mais do que uma parceria, tem se buscado alinhar propósitos e agendas dos diversos agentes que atuam no local. Assim, por exemplo, para a implementação do projeto Circula Agricultura foi fundamental a atuação em conjunto com a EMATER, a Prefeitura de Mariana e a SEDA.

Em segundo lugar, o capital social das próprias comunidades, sobre o qual se tem investido a partir das atividades técnicas e políticas, do incentivo ao protagonismo das agriculturas, dos agricultores e de suas organizações e da dimensão festiva e da sociabilidade no contexto local. Por exemplo, o fortalecimento das redes de relações, da confiança e das organizações locais tem sido fundamental para o projeto da compra institucional. Esse fortalecimento foi favorecido pelo Festival da Terra, bem como por outras atividades do NUPEDES, nas comunidades de Piedade de Santa Rita e Goiabeiras.

Estes dois fatores que apreendemos a partir das experiências relatadas nos levam a refletir, ao passo em que são iluminados pelas perspectivas teóricas, sobre os possíveis efeitos em termos de desenvolvimento da sinergia entre as esferas da



burocracia estatal, do mercado e da sociedade civil, tal como sugere (Evans, 2004), bem como sobre a importância do capital social para processos de desenvolvimento comunitário, como indica (Putnam, 1996), entre outros autores dedicados ao conceito e suas aplicações empíricas.

Propomos, portanto, que estas experiências têm definido um caminho possível para o desenvolvimento territorial a partir da agricultura familiar que se constitui por meio do fortalecimento do capital social das comunidades locais, da sinergia entre os agentes que conferem suporte aos agricultores no acesso a políticas públicas de crédito, comercialização e de economia popular e solidária, bem como na abertura de novos mercados mais justos e remuneradores para a agricultura familiar.

Para (Jane Prates, 2017) a luta por processos que estreitam a interface entre a Universidade e a Sociedade, que avancem na ampliação de canais de participação, que se fundamentam em processos de planejamento efetivamente participativos, em investigações cujos sujeitos investigados tornem-se investigadores ao longo do processo, e extensões que realmente intercambiam saberes e respondam às necessidades da população e da formação, são coisas que interessam profundamente na medida em que auxiliam a materialização de nosso projeto ético-político, logo, precisam compor nossas bandeiras de luta e serem temas centrais em nossos debates.

Paul Singer sugere que em “outro mundo possível” devem coexistir vários outros modos de produção. Não tratando de tornar uma, e só uma, economia. Trata-se de promover uma pluralidade de economias convergindo para o mesmo fim que é a felicidade humana (Singer, 2000).

p. 2290

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BATOMÉ, S. P. Extensão Universitária: Equívocos, Exigências, Prioridades e Perspectivas para a Universidade. In: FARIA Dóris Santos de. (org.). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília. UnB, 2001. p. 159 – 175.
- COSTA, F. N. Economia monetária e financeira – uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron, 1999.
- EVANS, P.; BLOCK, F. (2005). The State and the Economy. In: SWEDBERG, R.; SMELSER, N. J. The Handbook of Economic Sociology. Princeton, New York: Princeton University Press; Russel Sage Foundation.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação. 13ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006.
- GADOTTI, Moacir. Economia Solidária Como Práxis Pedagógica. São Paulo: Ed,L Instituto Paulo Freire, 2009.
- GAIÃO, L. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Os efeitos do PAA e do PNAE na comunidade de Santa Rita, Município de Ouro Preto/MG. In: Monografia de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: 2017.
- GRISA, C. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Brasília: Revista de Economia e Sociologia Rural, vol 52, n. 2, 2014.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>> . Acesso em: 16 jun. 2018.



- MOTTA, Eugênia. Economia Solidária e Agricultura Familiar uma integração necessária. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 35, p 80-84, jun. 2007.
- PRATES, J. C. A Pesquisa e a Extensão no Processo de Ensino-Aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre. 2017.
- PUTNAM, Robert. (1996). *Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (org.) et alii. *A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego*. SP: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. In: *Proposta – Revista Trimestral de Debates*. São Paulo: FASE, 1997.
- SINGULANO, M. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial em uma Região Mineradora: O caso dos Municípios de Mariana e Ouro Preto – Minas Gerais, Brasil. In: *X Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia*. Uruguai, 2018.
- WILKINSON, J. O estado, a agricultura e a pequena produção [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 229 p.



DE VIDAS SECAS À VIDA NOVA: DA FUNÇÃO SOCIAL À FINANCEIRIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL NO BRASIL

Mário Jorge da Silveira Junqueira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
mj@isesp.com.br

Fábio Soares César

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
fs.cesar@uol.com.br



INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado das reflexões de dois autores que se dedicam à pesquisa urbana na metrópole paulistana e que, decidiram se debruçar sobre o tema “economia solidária e o direito à cidade”.

O DIREITO À CIDADE COMO BASE DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL

A intenção de colaborar, dentro do tema proposto, com o pensar o mundo contemporâneo a partir dos aspectos socioeconômicos formadores e transformadores do espaço citadino, levou os autores a um recorte inspirado na colocação de Harvey (2014), que o direito à cidade é mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

O autor acrescenta que na época em que vivemos, os ideais dos direitos humanos passaram para o primeiro plano tanto política quanto eticamente, e ainda, que em vista da construção de um mundo melhor, dedicamos muita energia política na promoção, defesa e articulação, desses ideais.

Harvey coloca, que na maior parte, os conceitos em vigência são individualistas e centrados na propriedade, e, como tais, em nada contestam a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal. Afinal, acrescenta ele, vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar. Contudo, segundo o autor, há ocasiões em que o ideal dos direitos humanos assume maior importância em forma coletiva, como: os direitos de trabalhadores, mulheres, homoafetivos e minorias.

Neste texto, buscou-se explorar outro tipo de direito coletivo, o direito à cidade na perspectiva de Lefebvre (2008), quando coloca que durante longos séculos, nosso planeta foi um amplo laboratório do homem, porém, segundo ele, só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel.

Para Lefebvre (2008), o fenômeno urbano manifesta hoje sua importância para reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Foco e objetivo da industrialização, a sociedade urbana se estrutura enquanto busca seu autoconhecimento, induzindo reconsiderações a filosofia, a arte e a ciência. Segundo o autor, a filosofia reencontra o ambiente de mediação de seus primórdios, a Cidade. A arte, segundo ele, também reconhecendo suas bases originais, direciona-se para um novo destino, que é o de servir à sociedade urbana e à vida cotidiana no contexto citadino.

Em relação às ciências, acrescenta Lefebvre, o confronto com esse novo objeto é inevitável, porém, sem renúncia às suas particularidades, deixando o campo livre para uma delas, como: a economia política, a demografia, a informática, a matemática etc. Essas áreas do conhecimento, travam contato cada vez mais iminente, com uma exigência de totalidade e de síntese. Este fato, segundo Lefebvre (2008), nos obriga a concepção de uma estratégia do conhecimento, indissociável da estratégia política, ainda que distinta dela. Assim, o autor propõe um questionamento sobre qual eixo e qual perspectiva podemos pensar essa estratégia do saber.



Sua resposta aponta para o desenvolvimento da prática de um direito: o direito à cidade, isto é, acrescenta ele, à vida urbana, à condição de um humanismo e de uma democracia renovados. Visando ajustar o foco do presente trabalho, cabe entendimento sobre a definição de tal direito, para o qual utilizaremos como referência a visão de Park (1967, apud HARVEY, 2010), que coloca a cidade como:

[...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vivemos, e de fazê-lo de acordo com nossos mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.

Partindo dessa perspectiva, Harvey (2010) apresenta a questão a respeito do tipo de cidade que queremos não pode ser separado da questão do tipo de pessoas que queremos ser, dos tipos de relações sociais que buscamos, de quais relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, como colocado pelo autor, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade a partir dos nossos mais profundos desejos.

Contudo, desde que passaram a existir, acrescenta Harvey (2010), as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. Para ele, a urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos.

p. 2294

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DIREITO À CIDADE

A partir da conjugação das visões de Harvey e Lefebvre, analisando a organização da sociedade civil voltada a economia solidária, observamos que nos últimos anos, com o agravamento no cenário do déficit habitacional e das restrições aos empréstimos bancários e financiamento estatal, as cooperativas habitacionais autofinanciadas, a partir de 1990, emergiram como uma alternativa às principais políticas e programas governamentais, tornando-se um importante meio de produção de habitações sociais, em especial para famílias de baixa e média renda no Brasil.

Baseado no exposto até aqui, este artigo objetiva problematizar a produção cooperativada de moradias através do sistema de autofinanciamento e a influência das práticas neoliberais no desenvolvimento de suas atividades imobiliárias. Ao pensar na metodologia a ser aplicada para desenvolvimento deste estudo, a formulação do próprio título, acabou por se apresentar como um importante direcionador.

“De Vidas Secas a Vida Nova”, nos remete a um eixo de pesquisa, formado pela trajetória de José Aprígio da Silva, que migrou do interior de Alagoas para a metrópole paulistana, onde fundou e preside até hoje a Cooperativa Habitacional Vida Nova. Já o subtítulo do artigo, nos remete a análise dos aspectos constituintes da função social das cooperativas habitacionais no Brasil, com seus entrelaçamentos ao sistema capitalista financeirizado, fornecendo um outro eixo de pesquisa, que relacionado ao primeiro, acaba por compor o fio condutor do trabalho. Assim, para o desenvolvimento da



metodologia realizou-se estudo de caso da Cooperativa Habitacional Vida Nova, localizada na cidade de Taboão da Serra, estado de São Paulo, considerada atualmente pelos seus fundadores, como “a maior cooperativa habitacional do Brasil”.

O trabalho recebeu como contribuição, o levantamento da história de vida de José Aprígio da Silva, fundador e atual presidente da Cooperativa Habitacional Vida Nova, que foi o primeiro de 18 irmãos a migrar a partir de 1973 da cidade alagoana Minador do Negrão, para a metrópole paulistana.

Também foram realizadas entrevistas de caráter biográfico à irmãos e demais membros da família, abordando principalmente os aspectos do processo migratório, iniciado, como alegado pelos entrevistados, por “uma necessidade de escapar da fome”, e que hoje, insere a família, já estabelecida e ramificada em São Paulo, em uma trajetória de ascensão social por atuação no mercado imobiliário, mais precisamente por meio do cooperativismo habitacional, suas regras, condições, contradições e relações com o processo de financeirização do sistema econômico brasileiro. Em apoio ao estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, principalmente com consultas à periódicos acadêmicos relacionados a história do cooperativismo habitacional brasileiro, bem como, ao processo e aspectos da financeirização da economia contemporânea.

O CENÁRIO URBANO EM TRANSFORMAÇÃO

As áreas urbanas desempenham atualmente um fundamental papel na constituição do desenvolvimento humano, econômico e social e, ao mesmo tempo impactam o meio ambiente (MORI; CHRISTODOULOU, 2012). Estima-se que cerca 3,9 bilhões de pessoas, 54% da população mundial, vive em densas áreas urbanas e que até 2050, este número deve crescer aproximando-se de 66% da população mundial, segundo o relatório World Urbanization Prospects – 2014, divulgado pela ONU - Organização das Nações Unidas.

O resultado deste crescimento e transformação do espaço urbano, condiciona as cidades a um crescimento exponencial, tornando-as cada vez mais densas, complexas e com desafios maiores a cada ano. “*Gerir áreas urbanas tem-se tornado um dos desafios mais importantes do Século XXI*”, afirmou Jhon Wilmoth, diretor da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU²⁶.

Soma-se ao processo de gerenciamento, os desafios amplificados devido ao crescimento exponencial das cidades, como: infraestruturas de acesso e transporte público insuficientes e deficitários, elevados índices de criminalidade, poluição atmosférica elevada, redução de áreas verdes e aumento da população em condições precárias de moradia. A Organização das Nações Unidas – ONU, estabelece no Comentário nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais produzido em 13 de dezembro de 1991, um conceito de análise para a qualificação e padronização mínima das habitações utilizadas pelo homem. As habitações para serem consideradas adequadas devem apresentar os seguintes itens: segurança de posse, disponibilidade de serviços, economicidade, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural.

²⁶ UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Urbanization Prospects: The 2014 Revision. New York, 2015.



Esta parcela da população em condições precárias de moradia, fazem parte de um problema denominado déficit habitacional. Segundo a Fundação João Pinheiro (2013), entende-se como déficit habitacional um índice composto pelo número de novas moradias a serem construídas para atender a população não alojada e pelo número de moradias inadequadas que afetam a qualidade de vida da população. Em seu estudo publicado em 2016²⁷, a Fundação João Pinheiro estabelece que o déficit habitacional brasileiro no biênio de 2013-2014 foi de 5,846 milhões de moradias. Trata-se de um problema mundial, não exclusivo do Brasil, ligado a fatores econômicos e ao desinteresse do capital imobiliário em investir em áreas pouco rentáveis como a habitação social.

Uma alternativa, que tem apresentado importante crescimento, é a experiência das cooperativas habitacionais. O movimento de cooperativismo habitacional apresenta como característica a união de pessoas, através de empresa de propriedade coletiva, para a produção de bem comum que possa alterar o desenvolvimento social e a qualidade de vida da comunidade associada.

A partir do cenário apresentado, foi colocada como hipótese, que apesar dos objetivos sociais estruturantes do cooperativismo habitacional no Brasil, a pulsão pela mobilidade social leva seus atores, inseridos no sistema capitalista financeirizado, a desenvolverem ações dentro de um contexto estratégico voltado à acumulação, produzindo assim, conflitos e negociações, que se colocam na contramão da função social prevista para esta atividade.

Apresentamos até este ponto, considerações sobre o “direito à cidade como base do cooperativismo habitacional”, também considerações sobre a “economia solidária relacionada ao direito à cidade”. Abordamos aspectos do “cenário urbano em processo de transformação”. Em seguida, apresentaremos um descritivo da “evolução do cooperativismo no Brasil, retratando características da sua história e conceitos fundamentais”. Entraremos logo depois, nas questões relacionadas a “habitação social, com um breve histórico sobre a crise habitacional e o cooperativismo habitacional no Brasil”, para na sequência, analisarmos questões sobre a financeirização urbana e seus impactos no planejamento urbano e na produção imobiliária brasileira”.

Os relatos sobre o estudo de caso da Cooperativa Vida Nova, serão apresentados em seguida, considerando os dados históricos representados pela sugerida trajetória: “de Vidas Secas à Vida Nova” que nos remete ao ponto de partida do processo migratório de José Aprígio (fundador e atual presidente da cooperativa Vida Nova) e família para São Paulo, para concluirmos nossa análise com considerações a respeito do contraste entre a função social, base de origem das cooperativas habitacionais, com as adequações ao mercado financeirizado, percebidas no cooperativismo, isso considerando um contexto capitalista globalizado.

EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL: HISTÓRIA E FUNDAMENTOS

Costuma-se dizer que as raízes da cooperação ou da entreatajuda são encontradas desde os primórdios da vida social. Segundo Pinho (2004), os babilônios, por exemplo, já praticavam uma certa forma de arrendamento de terras para a

²⁷ Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2016



exploração em comum; a autora acrescenta, que os gregos e os romanos conheciam sociedades de auxílio-mútuo para funeraias, seguros etc; ela coloca também, que os primeiros cristãos esboçaram rudimentos das cooperativas de consumo ao escolher um grupo de pessoas encarregadas de aprovisionamento de gêneros alimentícios.

A produção e o consumo em comum, típicos dos mosteiros medievais são interpretados, segundo Pinho (2004), como cooperativas integrais por alguns estudiosos. Ela acrescenta, que outros indicam as corporações de ofícios e as sociedades de auxílio mútuo da Idade Média como esquemas elementares de cooperativas ou pré-cooperativas. Com a Revolução Industrial, na metade do século XVIII, na Inglaterra, apareceram as condições favoráveis ao desenvolvimento de cooperativas, sobretudo, o desemprego tecnológico, as novas técnicas de produção e as crises cíclicas, que se repetiam a cada sete ou dez anos.²⁸

Conforme Pinho (2004), inspiradas nos socialistas utópicos do início do século XIX, principalmente na França e na Inglaterra, em um primeiro momento, a forma original dessas associações despertou várias suspeitas e oposições dos poderes constituídos. A autora coloca, que o procurador-geral da cidade francesa de Lyon, ao tomar conhecimento da cooperativa de consumo lá fundada, no ano de 1835, comunicou o fato ao prefeito, escrevendo que “a polícia descobriu desusado gênero de comércio que parece ser a mascar de uma associação ilícita”.

Com o passar do tempo, acrescenta Pinho (2004,p.126), essas sociedades começaram a ser aceitas, multiplicando-se em diversos países, por influência de pensadores como Owen, William King, Buchez e outros. Considera-se, entretanto, segundo a autora, que 1844 o ano “oficial” de seu nascimento, pois nessa data 28 tecelões de Rochdale (Inglaterra) sistematizaram as regras fundamentais a respeito do funcionamento das cooperativas.

Assim, coloca Pinho (2004), enquanto os pioneiros de Rochdale se dedicavam às cooperativas de consumo, iam multiplicando-se outros tipos de cooperativas. Por volta de 1848, na França, os operários organizaram-se em cooperativas de produção, sob influência de Buchez; na Alemanha e na Itália, Schulze, Raiffeisen, Luzzatti e outros fundaram as cooperativas de crédito.

No século XX, acrescenta a autora, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, ocorreu o fortalecimento das cooperativas e sua expansão pelos diversos continentes. Desta forma, podemos colocar a cooperativa como uma espécie de Associação²⁹ que visa a prestação de serviços aos seus associados, serviços estes que podem ser de várias ordens, daí surgiram as Cooperativas de Trabalho, de

p. 2297

²⁸ (PINHO, 2004)

²⁹ Castelo (1999), prefere em seu trabalho conceituar as Cooperativas como espécies do gênero Associação, porque em não visando a obtenção de lucro, muito embora exerçam uma atividade econômica, para a autora, mais difícil seria enquadrá-las como sociedade civil, cuja existência não se pode conceber sem fito lucrativo. Didaticamente, a autora, pensa também que a melhor forma de transmitir a idéia do que seja uma Cooperativa é conceituá-la como espécie do gênero Associação e não sociedade. Ademais, acrescenta ela, a nossa Constituição Federal conceituou as Cooperativas como espécies do gênero Associação (arts. 5º, § XVIII, e 174, § 2º), tendo assim também o feito a Aliança Cooperativa Internacional (art.18, Estatutos modificados no Congresso de Praga, em 1948). Contudo, segundo a autora, o professor Waldirio Bulgarelli, prefere considerar as Cooperativas como entidades originais, que não se enquadram em nenhum tipo societário previsto em nosso Direito, seja comercial ou civil. (pags.91/92 da obra “Elaboração do Direito Cooperativo”, Editora Atlas, 1ª edição, 1967).



Educação, de Consumo, de Crédito, as Agrícolas, Agropecuárias, as Habitacionais etc.(CASTELO, 1999).

Segundo Pinho (2004), recentes fatos políticos, jurídicos, socioeconômicos e culturais estão mudando o Cooperativismo brasileiro. A autora coloca, que depois de mais de um século de implantação das cooperativas no Brasil, trazidas por alguns idealistas e multiplicadas inicialmente entre imigrantes alemães e italianos, é sobretudo no início do século XXI que o Cooperativismo mostra o forte impacto de grandes transformações que estão ocorrendo no Brasil e no mundo.

No contexto internacional, ela acrescenta, a II Guerra do Golfo, primeiro conflito armado de grandes proporções do Século XXI, iniciada oficialmente na noite de 20 de março de 2003, pelo então presidente norteamericano George W. Bush, confirmou o perigo de um mundo assimetricamente globalizado, perversamente fragmentado e sem condições de se opor à dominação hegemônica de uma nação com um PIB anual da ordem de 10 trilhões de dólares ou 1/3 do PIB de todos os países do mundo juntos.

Na competição econômica internacional, segundo a autora, as cooperativas brasileiras voltadas para a exportação intensificaram seu esforço de melhorar a produtividade e a qualidade, mas, acrescenta ela, o protecionismo agrícola, principalmente dos EUA e da União Europeia, continuou dificultando a venda dos produtos agropecuários do Brasil. No contexto interno brasileiro, na visão de Pinho (2004), três fatos motivaram importantes mudanças estruturais no cooperativismo nacional.

p. 2298

O primeiro fato, de caráter polêmico, há alguns anos já praticados pelas cooperativas das vertentes sindicais e de economia solidária, é o desconhecimento da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) como representante do sistema cooperativista brasileiro e órgão técnico-consultivo do governo, desde 1971 (Lei 5764, art. 105)

Como consequência desse desconhecimento, acrescenta a autora, as cooperativas das vertentes paralelas nunca se registram na OCB, nem pagam a “Contribuição Cooperativista”, instituída em 1971 (arts. 107 e 108 da Lei 5764). Assim, de acordo com Pinho (2004), nos anos 2000, a aceitação geral da passagem da representação única à representação múltipla das cooperativas acaba por estimular a emergência de novos polos de aglutinação e de decisão política, social e econômica em nível local, regional e nacional.

A autora coloca também, que a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego, como um dos primeiros atos do Governo Lula, já era indicativa do descolamento do cooperativismo do Ministério da Agricultura, como se verificava desde o início do século XX. O segundo fato, de natureza jurídica, foi a adequação da legislação cooperativa brasileira vigente no Código Civil (Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002) e aplicável a todos os ramos de cooperativas (PINHO, 2004).

O terceiro fato, segundo Pinho (2004), é de caráter administrativo e restrito ao ramo crédito ou às cooperativas como instituições financeiras, decorrente de flexibilização das normas do Banco Central do Brasil sobre as cooperativas de crédito, em especial a Resolução nº 3106/03 com alterações do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito.



Independente dessas mudanças estruturais colocadas por Pinho (2004), a autora acrescenta que a população de baixa renda, orientada por organizações religiosas, sindicais e outras, já vinha praticando algumas formas de cooperação como tentativa de superar as dificuldades econômicas. Tais movimentos, segundo ela, resultaram nas conhecidas cooperativas populares, sociais e de responsabilidade solidária, diferentes das cooperativas econômicas ou das que buscam a maximização de resultados no mercado.

Segundo Pinho (2004), o desenvolvimento do cooperativismo nos segmentos sociais de baixa renda tem estimulado reflexões de pensadores cooperativistas no sentido de distinguir as cooperativas sociais ou populares, das cooperativas econômicas, tradicionais ou pioneiras. Suas principais características, na visão da autora, podem ser assim esquematizadas: as cooperativas sociais ou populares são organizadas por pessoas de baixa renda ou portadores de deficiência física ou de outro tipo de limitação (como os presos, por exemplo), com o objetivo de resolver seus próprios problemas econômicos, tais como trabalhos e renda, recursos para produzir e comercializar a produção dos associados etc.

Pinho (2004) acrescenta que há casos em que essas cooperativas são incubadas em ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), geralmente em universidades públicas, ou em outra cooperativa ou instituição de apoio ao cooperativismo. Ela coloca também, que as cooperativas econômicas, tradicionais ou pioneiras, funcionam como empresas que buscam qualidade e produtividade para enfrentar a competição de mercado.

Na realidade, como coloca Castelo (1999), a cooperativa pode ser constituída para a prestação de qualquer tipo de serviço aos seus associados, desde que se tratem de serviços lícitos é claro, não havendo restrição legal quanto ao seu objeto específico. Castelo (1999) acrescenta, que a qualidade da cooperativa de prestadora de serviços decorre naturalmente da sua natureza de entidade civil, e não comercial, entendida esta última como aquela que habitualmente exerce a intermediação de produtos com objetivo de lucro.

Portanto, para autora, a cooperativa não visa e nem pode visar o lucro, apesar de desenvolver uma atividade econômica em prol de seus associados, denominados tecnicamente de cooperados. Assim, exemplifica Castelo (1999), o agricultor que sozinho não consegue comprar insumos para as suas plantações por um preço baixo, e nem obter um bom preço, espaço e mercado para a venda de sua produção, ao se associar em uma Cooperativa Agrícola, adquire força pela união e melhores condições de trabalho.

A Cooperativa Agrícola prestará ao agricultor-cooperado o serviço de lhe propiciar melhores condições de trabalho. Assim, segundo Castelo (1999), a cooperativa conseguirá adquirir o insumo a um preço baixo, repassando-o para o agricultor. Posteriormente, acrescenta ela, a cooperativa que irá vender a produção do agricultor, conseguindo, por se tratar de uma cooperativa, e não de uma "única pessoa perdida no universo", a obtenção de melhores preços e o atendimento de maiores e melhores mercados. Fazendo parte de uma Cooperativa, coloca Castelo (1999), o cooperado tem que contribuir com seu esforço pessoal. Compete-lhe arcar com as despesas da cooperativa, ocupar os cargos de administração, e tudo o mais que for



determinado em seus estatutos. Nada mais lógico em se considerando que os cooperados são os donos da cooperativa.

Vale ressaltar, seguindo a visão de Pinho (2004), que a emergência do “cooperativismo solidário” significa o reconhecimento de outra lógica gestonária na busca de uma nova economia que consiga abranger os micros (microcrédito, microempreendedores, microautogestores, clubes de troca e outros) e os excluídos (sem-teto, sem-terra, sem-conta bancária, sem-garantia patrimonial). Para isso, tenta formas de rearranjo econômico e social com base na cooperação espontânea e na solidariedade. Tentativa que fez surgir uma nova vertente cooperativa solidária, paralela ao cooperativismo tradicional, e embasada na ética, no caráter dos associados e em sua mútua confiança e espírito de solidariedade. De modo geral, para a autora, as experiências brasileiras de cooperação estavam ligadas a anseios de liberdade, tanto no campo político como no campo econômico, com grande reflexo nas formas de organização da produção e do trabalho. Mas todas elas fortemente imbuídas do idealismo inspirado em associações religiosas em utopias associacionistas que vicejaram no começo do século XIX, como reação às consequências práticas do sistema capitalista.

HABITAÇÃO SOCIAL: UM BRVE HISTÓRICO SOBRE A CRISE HABITACIONAL E O COOPERATIVISMO HABITACIONAL NO BRASIL

Como visto, o movimento cooperativista surge mundialmente no século XVIII com embasamento ideológico no socialismo, vinculados aos ideais propostos por Charles Gide, Charles Fourier e aos chamados sociólogos utópicos, e como uma alternativa econômica ao capitalismo com base na união de operários em torno das cooperativas de produção e consumo.

Observamos também, que estes movimentos possuem como grande característica a relação de cooperação entre seus associados em prol de um objetivo comum, onde as atividades individuais coordenam-se através de negociações, arranjos e acordos (BOETTCHER, 1974; ENGELS, 1980; RECH, 2000; SCHNEIDER, 1999). De forma geral, o movimento cooperativista é reconhecido como um modelo democrático que visa solucionar problemas socioeconômicos, obtendo relativo sucesso em modelos de cooperação em ramos voltados a agricultura, crédito, consumo, trabalho e habitação (GIGLIO; GAMBA, 2015)

Analisando a habitação como um produto de consumo, inserido na lógica do capitalismo, observamos algumas características que a diferencia dos demais produtos. Entre as principais apontamos: período de utilização prolongado, valor econômico de troca elevado, apta a incorporar valor devido a modificações do espaço externo ao qual está localizada, possuem localização fixa não podendo ser transportada como os demais produtos, possuem baixa taxa de transição de posse e que a cada processo produtivo implica-se na utilização de um novo solo (HARVEY, 1982; PERUZZO, 1984; RIBEIRO, 1982).

Ao transferirmos tal análise para o modelo de cooperação no ramo consumo, temos as cooperativas habitacionais, que são organizações nas quais o objetivo comum é a construção de moradias para seus cooperados. De forma resumida, este processo origina-se com a criação de uma incorporadora que potencializará os recursos capitados

p. 2300



de cada cooperado visando a construção de empreendimentos a custos menores que os praticados pelo mercado imobiliário.

Os problemas relacionados a habitação no Brasil têm suas origens no início na segunda metade do século XIX. Neste período, a era da escravidão chega ao fim e instaura-se a era dos homens livres, porém despejados da terra e de seus meios de vida, estes migram para as cidades, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, promovendo uma expansão acelerada e desordenada. Sem infraestrutura suficientemente adequada para acomodar estes novos moradores, começam a surgir soluções provisórias de moradias como os cortiços. Este crescimento desordenado promove, em meados do século XIX, o crescimento do número de bairros com grande presença de cortiços e com estes crescem também as patologias sanitárias, fato que promove a separação espacial destes bairros dos bairros utilizados pela classe média (SANTOS SILVA, 2009).

Entre o final do século XIX até a década de 1930, o poder público limita-se a gerir o enfrentamento à crise habitacional como uma questão de saúde pública e coube a iniciativa privada a construção de moradias destinadas a população de baixa renda. Objetivando a lucratividade com o sistema de cobrança de aluguel, os investidores iniciam o desenvolvimento de diversas tipologias de habitações como: cortiço quintal, cortiço casinha, casa cômodo e o hotel cortiço. Estas tipologias possuíam valores diferentes e visavam atender a diferentes faixas população de baixa renda, que se alojavam conforme a capacidade de pagamento do aluguel (SANTOS SILVA, 2009; PICCINI, 2004).

Somente em 1937 o Estado passa a atuar na produção direta e no financiamento de habitação para a população de baixa renda, com a criação das Carteiras Prediais que utilizavam recursos oriundos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAP's. Com a criação da Fundação da Casa Popular em 1946 pelo Estado, tendo como atribuição, solucionar a crise habitacional no período pós-guerra mundial, inicia-se um processo de substituição do modelo de locação de imóveis pelo modelo de aquisição da casa própria. O Estado, passa a interferir de maneira direta na questão habitacional e no mercado de aluguéis, visando fortalecer sua participação e políticas realiza o congelamento, por períodos prolongados, dos aluguéis o que acaba afastando os investimentos deste modelo (SANTOS SILVA, 2009).

Em agosto de 1964, surge de forma estruturada uma política habitacional, o Estado instaura a Lei Nº 4.380 instituindo assim o Plano Nacional de Habitação, criando o Banco Nacional de Habitação - BNH e o Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A política habitacional implantada pelo Estado na época, em um momento de grave crise social e política, torna-se importante ferramenta para que o modelo de gestão adotado pelo regime militar mostrasse ser capaz de equacionar as questões relativas a habitação da população de baixa renda (SANTOS SILVA, 2009).

Acreditava-se ser este um modelo autossustentável, capaz de gerar recursos permanentes e em grande escala suficientes para atendimento de todas as faixas de renda. Eram duas as fontes de recursos: o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos – SBPE e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. O sucesso do modelo baseava-se na manutenção de taxas positivas de arrecadação para FGTS e SBPE e em baixos índices de inadimplência dos mutuários. Porém, como em qualquer



operação financeira de longo prazo, possuía-se certa vulnerabilidade a flutuações macroeconômicas, que caso ocorressem poderiam diminuir a renda dos mutuários, aumentando os índices de inadimplência, comprometendo conseqüentemente todo equilíbrio do sistema (SANTOS, 1999).

Este modelo, segundo MORAIS (2004), baseado no tripé estado-construtoras-bancos, não obteve resultados suficientes para suprir a carência por moradia da população de baixa renda, pelo contrário acabou por deixar de atender a algumas faixas mais desfavorecidas economicamente. No período de existência do BNH (1967 a 1986), apenas 33,5% das unidades habitacionais financiadas foram destinadas as habitações de interesse social e apenas 6% foram destinados a população com renda entre um e três salários mínimos (SANTOS, 1999).

Em 1986 a Caixa Econômica Federal torna-se o banco financiador do modelo habitacional nacional e gestor do FGTS. Nos anos seguintes ocorre uma redução no número de unidades financiadas, promovendo no ano de 1990 o surgimento de novas modalidades de financiamento como o autofinanciamento a preço de custo através de cooperativas habitacionais autofinanciadas. Este modelo, consiste na construção de unidades habitacionais financiadas pela utilização de recursos financeiros dos associados, pertencentes a entidades de classe ou não, e operando com valores das unidades habitacionais a preço de custos operacionais, e não objetivando assim a obtenção de lucro referente a operação de construção das unidades (MORAIS, 2004).

O modelo prospera, entre os anos de 1993 a 1997, as cooperativas habitacionais autofinanciadas produzem aproximadamente 52 mil unidades habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (representando aproximadamente 25,2% da produção imobiliária na região). O número de cooperativas habitacionais em 2012, segundo Filho et. al (2017) é de 217, atendendo a um número total de 101 mil cooperados.

p. 2302

FINANCEIRIZAÇÃO URBANA: IMPACTOS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA BRASILEIRA

A industrialização no Brasil foi ao longo do tempo a direcionadora do processo de urbanização. No entanto, nos últimos anos, a própria urbanização, independentemente do processo de industrialização, vem se destacando no cenário econômico nacional. As estratégias de reprodução e acumulação do capital passam a ter como importante base, a produção do espaço urbano. Assim, observamos uma inversão histórica: o espaço da cidade é percebido e desenvolvido como objeto de negócio, ficando a industrialização, no contexto metropolitano, com participação reduzida na função de indutora da atividade econômica.

Agora como mercadoria e inclusa no processo de reprodução e acumulação do capital, a espacialidade urbana tem sua gestão, produção e concepção, independentes de perspectivas históricas. Impondo, desta forma, novos fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos aos atores produtores do espaço urbano.

Sobre tal contexto, Santos (2015) coloca que muitas teorias e conceitos foram ajustados e forjados em função da percepção de que a escala urbano-metropolitana assumia aí uma renovada importância no universo da acumulação capitalista. O autor acrescenta que a ascensão dessa escala no âmbito disciplinar das ciências espaciais



representou, simultaneamente, a possibilidade de revisão dos pressupostos tácitos do grande espectro das disciplinas pertinentes ao campo da ciência regional.

Além da exigência de uma adequação da escala regional ao universo das dinâmicas urbanas, Santos (2015) acrescenta, que as próprias relações interescolares foram sobremaneira atingidas. Mas, segundo o autor, se a nova importância do urbano e da metrópole parecia se constituir como o elemento forte de um novo consenso, para ele, os métodos, os conceitos e os princípios teóricos que pautaram esse aparente acordo mostravam concepções radicalmente diversas na base da produção acadêmica. Como referência temporal à construção deste contexto, Ribeiro (2018) aponta, que nos anos 1980 o Brasil se tornou predominantemente urbano e mais metropolitano, visto que aproximadamente 160 milhões de pessoas passaram a viver em áreas urbanas, levando a uma taxa de urbanização de 85%.

Com esse novo direcionamento na produção do espaço, observamos um incremento na segregação e fragmentação da espacialidade urbana, a qual se posiciona como principal ciclorone da financeirização desse novo sistema, ou seja, a lógica financeira assume o papel de condutora no processo de produção do espaço³⁰.

COOPERATIVA HABITACIONAL VIDA NOVA

De “Vidas Secas” a Metrópole Paulistana

A Cooperativa Habitacional Vida Nova, surge no ano de 1996, na confluência de dois fenômenos urbanos brasileiros: O primeiro relacionado ao processo migratório, tendo como origem o cenário da caatinga nordestina desolada pela seca³¹, mas precisamente na cidade alagoana de Minador do Negrão, local de nascimento do idealizador, fundador e atual presidente da Vida Nova, José Aprígio da Silva, que ao completar a maior idade, migrou, abrindo caminho nos anos de 1970, para mais 18 irmãos (de uma família de 23), que tiveram como destino a cidade de Taboão da Serra, localizada na Região Metropolitana de São Paulo, onde Aprígio foi trabalhar na construção civil como servente de obra.

O segundo fenômeno urbano brasileiro, que gerou como resultante a criação da cooperativa Vida Nova, é caracterizado pelo aumento do déficit habitacional, pelas restrições aos empréstimos bancários e ao financiamento estatal para construção de moradias. Razões pelas quais o período compreendido a partir dos anos 1990 até os dias atuais (2018), é considerado de ascensão das cooperativas habitacionais autofinanciadas.

O processo migratório

A trajetória da família Aprígio, após a migração dos 18 irmãos, foi traçada inicialmente pela necessidade de sobrevivência, como relata Elias da Silva Bezerra, o irmão caçula, portanto o último a migrar para Taboão da Serra em São Paulo em 1978:

O primeiro a vir foi o Fortunato, meu cunhado, depois veio o Pedro Amarelho, que é meu cunhado também, depois veio o José Aprígio, que é o segundo mais velho, ai veio o Antônio, o mais velho, depois veio o

³⁰ (PEREIRA, 2011)

³¹ (PATTO, 2012, p. 225)



Otávio, depois o Manoel, depois veio o Oliveira, depois o Valdemar, depois eu vim, em seguida o Sisso Aprígio, e assim por diante, cada ano vinha um, ia completando a idade, vinha vindo né. (Entrevista realizada com Elias em 17/05/2018).

E ao ser indagado pelas razões que levaram quase todos os irmãos a migrarem para São Paulo, Elias coloca:

Daquela época a lembrança é meio ruim. Na verdade a gente vinha de lá para cá (São Paulo), muito mesmo para arrumar o que comer, para fugir da fome. Pra você ter uma ideia, quando íamos pegar água era uma légua, a água era tirada de uma mina, que servia para todo mundo. A mina era um buraquinho assim, só para pegar água e levar para casa [...] nós chegávamos a disputar a água com os sapos (Entrevista realizada com Elias em 17/05/2018).

José Aprígio, também alega como razão da migração para São Paulo, a fuga da fome, ele coloca:

O pessoal corria para não morrer de fome, foi assim que eu também fiz. [...] o meu pai faleceu, minha mãe ficou sozinha, daí a gente tinha que cuidar dela daqui. [...] eu tinha 18 anos quando cheguei aqui. Para ajudar a minha mãe e os que estavam lá a sobreviver, eu mandava dinheiro para o primeiro, que ia ficando de maior, vir. Quase todos os irmãos nossos vieram assim (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018).

p. 2304

Ao se estabelecer em São Paulo, José Aprígio, passa a ter suas ações movidas por três necessidades, que pela sua declaração tornaram-se de grande importância em sua vida, a primeira era a de ajudar sua mãe, que criava os irmãos sozinha, em virtude da morte de seu pai, a segunda de manter o processo migratório, enviando dinheiro para os irmãos em Minador do Negrão, conforme fossem completando a maioridade, a terceira voltada a sua mobilidade social, visando a criação e apropriação de meios de produção, de forma a viabilizar sua ascensão social e econômica, criando assim uma condição mais estável a qual serviria de suporte à manutenção da dinâmica das ações voltadas ao apoio financeiro dos que ficaram em Minador e do custeio da migração dos irmãos para São Paulo.

Essas ações pensadas e desenvolvidas por José Aprígio, voltadas tanto à sobrevivência como à melhoria das perspectivas de mobilidade social, são observadas na sua seguinte colocação:

Depois que todos os nossos irmãos vieram para cá, porque lá não tinha condição de vida, outros moradores da cidade começaram a vir também. Começou a chegar muita gente, e esse pessoal vinha para cá de lá e eu era quem tinha que arrumar emprego para os caras. Eu começava a arrumar emprego para eles, aonde tinha vaga de trabalho eu ia arrumando, as vezes eu perdia um dia de serviço na empresa fazendo isso, as vezes eu também tinha que pagar condução para eles se locomoverem em São Paulo (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018).



Ao pensar em um sistema mais autônomo para viabilizar a migração de irmãos e moradores da cidade alagoana, José Aprígio abre, em Taboão da Serra, um “bar mercearia”, o qual deixou sob a responsabilidade do seu irmão Valdemar, em seguida, abriu uma empreiteira de construção civil. O sucesso para o desenvolvimento de ambas iniciativas, acaba potencializado pelo processo migratório apoiado por Aprígio, ou seja, o “bar mercearia” além de atender a demanda do próprio público local, passa a ter também uma clientela, principalmente nos finais de semana, composta por seus conterrâneos de Minador do Negrão. Já a empreiteira, passa a ser a principal empregadora dos que chegavam de Alagoas. Sobre este momento, José Aprígio, coloca:

Eu tinha que pagar para tirar documentos pra eles, para arrumarem uma colocação, e daí eu pensei que abrindo uma empresa seria melhor, porque eu mesmo ia dando serviço para eles. [...] na verdade primeiro eu abri um bar mercearia, depois do bar mercearia eu abri a empreiteira de construção civil, que era a Silvalar, e nessa empresa eles viam e já começavam a trabalhar comigo (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018).

Com a empreiteira em funcionamento, José Aprígio recebe uma proposta de sociedade de um engenheiro civil, que também trabalhava para uma das empresas que Aprígio prestava serviço. Eles assumem por um tempo alguns trabalhos em parceria, após alguns serviços realizados em conjunto, eles conseguem criar uma reserva em dinheiro, para finalmente abrirem uma empresa em sociedade. Aprígio relata sobre esse momento:

p. 2305

Depois que a Silvalar cresceu um pouquinho, veio uma proposta de sociedade de uma empresa para qual eu trabalhava. Era uma construtora, e o engenheiro chegou a falar para mim: “...olha vamos abrir uma empresa para trabalhar de sócio, eu falei que não iria abrir naquele momento não. Eu disse para ele uma coisa: “você fica na empresa que você está, eu fico com a minha empreiteira, vou tocando o meu trabalho, quando e se aparecer algum serviço, nós vamos pegando, você vai ajudando um pouco, eu vou ajudando um pouco ai vamos fazer essa empresa já ter algum serviço. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

O momento de transição da Silvalar para Braspam, Aprígio relata da seguinte forma:

Quando abrimos a Braspam, aí nós já tínhamos um dinheiro para comprar um telefone, que naquela época era R\$ 5.000,00, já tínhamos dinheiro para comprarmos um caminhãozinho. Com essa empresa eu parei com a Silvalar. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

O nascimento da Vida Nova

Neste momento da entrevista, José Aprígio esclarece que a ideia de criar uma cooperativa habitacional, acabou surgindo de uma decepção com o prefeito de Taboão da Serra, eleito por volta do ano de 1988, quando o mesmo prometeu a Aprígio, em



campanha pela prefeitura, em doar uma área na cidade para construção de moradias populares, sobre esta passagem, Aprígio relatou:

Isso foi mais ou menos em 1988, no governo Sarney, nós tínhamos inflação de 80% ao mês. A pessoa comprava pela manhã e no mês seguinte já perdia o apartamento. Aí eu pensei, se eu fizer a preço de custo eu acho que vou ajudar a essas pessoas a ter o seu apartamento e por um preço justo. [...] primeiro eu pensei não em abrir uma cooperativa, mas em falar com a prefeitura, eu tenho uma carta guardada até hoje, eu queria fazer um projeto para terrenos da prefeitura. Ou seja, construir a preço de custo em terreno da prefeitura, com o apoio da prefeitura. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Aprígio detalha a sua tentativa de apoio da prefeitura de Taboão da Serra, toda tensão gerada por ter criado expectativas em moradores da cidade quanto a possibilidade da realização do sonho da casa própria. Ele acaba descrevendo a origem do impulso que o levou à iniciativa para criação da cooperativa habitacional Vida Nova:

Na época ele era vice-prefeito, esse que está hoje na prefeitura (2018), eu apresentei o projeto para ele que disse: “que projeto ótimo, esse é um projeto que se eu ganhar a eleição nós vamos fazer”. Quando ele ganhou a eleição, eu o procurei e ele falou: “...não, a prefeitura não tem dinheiro, não tem terreno, vai ser difícil fazer esse projeto”. Eu pensei então, como eu tinha conversado com o pessoal dizendo que podia ser um empreendimento a preço de custo com financiamento pela prefeitura, em terrenos doados pela prefeitura, eu imaginei um outro projeto que era para eu construir com mutirão, e também uma outra possibilidade que era eu formar uma construtora só para isso, nem pensei inicialmente em cooperativa. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

p. 2306

A ideia de construir moradias a preço de custo, mesmo com a negativa da prefeitura, foi mantida. Começa a surgir então o pensamento sobre a cooperativa

Queria construir a preço de custo, com os moradores, cada um pagando um pouco. Quando o prefeito disse “não dá”, aí eu chamei o pessoal e falei que o prefeito não queria mais dar o apoio, nem conversar mais sobre esse tema, eu então sugeri para fazermos como cooperativa, dava R\$ 147,00 por mês, para cada um, nós compramos o terreno e começamos a construir, aí eles toparam. Assim, eu comprei o primeiro terreno, fiz a primeira assembleia, neste momento não fiquei nem com a empresa anterior, nem com o engenheiro. Ele falou que queria ser sócio de uma empresa, e disse que o que eu estava querendo fazer era uma instituição de caridade e ele não queria fazer esse tipo de negócio. Aí eu falei, então tá bom, mas eu vou fazer. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Apesar de inicialmente na entrevista, Aprígio relatar de forma resumida sobre o início da Vida Nova, mais adiante em sua fala, ele acaba esclarecendo sobre as demais dificuldades encontradas, inclusive se deparando com objeções da própria família:



20
ANOS
1998 | 2018

OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 3 DIREITO À CIDADE

SESSÃO 3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Todos da família vieram para a cooperativa comigo, mas para falar a verdade a maioria dos meus parentes não acreditava na cooperativa, nem muitos irmãos, sabiam o que era uma cooperativa habitacional (confirmou Elias, irmão caçula, acompanhando a entrevista). A maioria falava que era um sonho bobo que eu tinha, que não daria certo. Para falar a verdade mesmo, uma vez eu fui falar isso na casa do Tonho (segundo irmão mais velho que veio para São Paulo depois do Aprígio), eu fui convidar ele para a gente fazer a cooperativa, ele me deu um banho de água gelada tão grande, que eu sai chorando da casa dele, nem ele, nem minha mulher perceberam, mas eu peguei o carro e sai dirigindo o carro chorando. Isso, porque eu estava certo do sucesso da cooperativa, assim como, também era certo para mim o apoio do Tonho. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Com a desistência do sócio engenheiro, a objeção e desconhecimento dos irmãos, Aprígio descreve como depois de forte decepção, como resolveu seguir em frente com a sua ideia de criação da cooperativa habitacional:

Acho que foi a minha certeza que aquilo ia dar certo. Só Deus sabe de onde eu tirei força para continuar com a ideia. Hoje eu não faria mais isso. Tudo aconteceu porque foi coisa de Deus. Hoje eu não teria coragem de começar do zero. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

p. 2307

A necessidade de construção da credibilidade, não só em relação aos parentes, mas principalmente em relação a conquista dos primeiros cooperados, foi uma etapa crítica, porém superada por Aprígio, como ele descreve:

Eu comecei divulgando, colocando uma faixa na rua dizendo: “Vende-se apartamento”, e o cara interessado chegava e falava: “E aonde é o apartamento?” Ai eu falava: “não sei aonde é ainda, você é que vai escolher, pode ser em qualquer lugar”, aí o cara falava: “...conta outra, você me chama para comprar um apartamento e me diz que eu que vou escolher o lugar aonde eu quero morar. O que que é isso?” Aí eu explicava sobre a cooperativa, sobre todos os procedimentos, que íamos fazer uma assembleia, íamos escolher três terrenos e os cooperados que iriam dizer se o terreno era bom ou ruim, se queriam ou não. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

A criação da Vida Nova demandou a formalização do ato constitutivo, quando indagado sobre a existência de uma possível assessoria jurídica para essa etapa, Aprígio colocou:

Tinha advogado nada, eu achei um modelo de contrato de uma cooperativa da zona leste, enfim, tudo se copia, vi que o modelo de contrato servia para nossa cooperativa, copiei, melhorei algumas coisas e pronto. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Embu das Artes: uma nova etapa

Em 2016, a economia brasileira viveu mais um ano de recessão. Junto com a crise política, o cenário teve impactos diretos na queda da arrecadação, no aumento da



previsão de déficit, na crise nas contas dos estados, no aumento dos juros para financiamento, na queda na confiança dos investidores, entre outros³².

Pelo segundo ano seguido, o Brasil registrou contração na economia. Apenas nos nove primeiros meses do ano, o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) acumulou queda de 4% em relação ao mesmo período de 2015. A economia não reagiu na velocidade esperada. No início do ano, as instituições financeiras projetavam queda de 2,99% na atividade econômica em 2016. Em dezembro, a estimativa de retração aumentou para 3,43%.

Apesar do cenário apresentando um contexto social, econômico e político, não favorável a qualquer tipo de investimento ou endividamento das famílias brasileiras, em novembro de 2016, conforme informações da diretoria da Cooperativa Vida Nova, mais de 15.000 pessoas compareceram à sede da Cooperativa na cidade paulista de Taboão da Serra, visando a adesão ao lançamento de um novo empreendimento, dessa vez em Embu das Artes, município vizinho.

Segundo a diretoria da Vida Nova, em inéditas 52 horas, 9.024 inscrições foram realizadas, o equivalente ao total de unidades (apartamentos) dos dois empreendimento lançados na cidade de Embu das Artes. Se considerarmos que o valor inicial próximo de R\$ 1.000,00 das previstas 180 parcelas podem significar importante comprometimento da renda familiar, cabe neste caso entendimento das possíveis razões que levaram tais famílias a confirmarem suas inscrições. Observou-se que para adesão ao sistema cooperativo, a Vida Nova não cobra valor de entrada, parcelas intermediárias (anual ou semestral), parcelas na entrega das chaves, como também não há necessidade de comprovação de renda, e ainda, não é praticada análise e aprovação de crédito, características do processo de compra de imóvel via financiamento bancário.

Este procedimento aliado ao preço de custo cobrado para compra da unidade habitacional (a cooperativa informa que cobra além do custo da obra e da compra do terreno, 18% sobre todo valor arrecadado como taxa de administração) torna-se um importante fator motivador para adesão dos interessados. A única exigência da cooperativa é a limitação de uma unidade habitacional (apartamento) por CPF.

Contudo, identificou-se que boa parte das adesões não foi motivada pelos benefícios das funções sociais da cooperativa, mas pela expectativa de venda da vaga na fila de adesão ao sistema, organizada por meio da distribuição de senhas (etapa anterior a assinatura do contrato). Assim, quanto mais baixo o número da senha, mais próxima a entrega do apartamento. Este posição oportunizou nos dois primeiros meses após o lançamento do empreendimento de Embu das Artes, um comércio de senhas, onde quanto mais baixa a senha, maior o valor da mesma. Obteve-se informações sobre venda de senhas entre R\$ 5.000,00 e R\$ 20.000,00, e ainda que uma só pessoa nesse tipo de negociação obteve como resultado aproximadamente R\$ 3000.000,00.

O futuro da Vida Nova

Após reconhecido sucesso da cooperativa habitacional Vida Nova, seu presidente relata suas pretensões futuras:

³² <https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2016/12/retrospectiva-veja-o-que-aconteceu-na-economia-em-2016.html>



Eu vejo, se Deus quiser, no ano que vem, a Vida Nova começando mais cinco mil apartamentos. Eu não vejo o fim da cooperativa, muito pelo contrário, enquanto tiver gente precisando de moradia, e agente tiver força para irmos construindo, a ideia é continuarmos. Eu já conversei com o governador Márcio França, porque o Estado possui uma área muito grande aqui em São Paulo, da polícia militar, uma área de mais de 600 mil m², o objetivo é que eles doem o terreno, e pelo sistema de cooperativa, financiar mais 50% da prestação para os policiais, ou seja, o policial paga 50% da prestação, e com isso nós vamos construir apartamentos para policiais civis e militares e para os agentes administrativos. (Entrevista realizada com José Aprígio da Silva em 20/07/2018)

Nas eleições de 2018, José Aprígio da Silva, presidente da Vida Nova, foi eleito Deputado Estadual pelo Estado de São Paulo, com 43.320 votos, sendo mais da metade dos seus votos de eleitores da cidade de Taboão da Serra. Aprígio declara que seu objetivo é ser prefeito da cidade sede da cooperativa Vida Nova. Tal conquista, pode estar mais próxima após a sua eleição para o parlamento paulista. Talvez essa seja uma tentativa de retomada da história, dando uma nova vida a suas pretensões de desenvolvimento da economia solidária no município de Taboão da Serra e demais municípios vizinhos, fortalecendo ainda mais, seu nome como referencia em cooperativismo habitacional no país.

p. 2309

REFERÊNCIAS

- BOETTCHER, E. Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1974.
- CASTELO, Dora Bussab. Cooperativas Habitacionais: e algumas considerações sobre Associações. Revista de Direito Imobiliário, São Paulo, v. 46, p.134-182, 22 jun. 1999. Semestral.
- COOPERATIVA HABITACIONAL VIDA NOVA (São Paulo). A cooperativa. Disponível em: <<http://www.coophabitacionalvidanova.com/>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- EMBRAESP. Informativos Imobiliários – Relatórios Anuais de 1993 a 1997.
- ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. v. 2, p. 39-116.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (FJP/CEI). Déficit habitacional no Brasil. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estatística e Informações, 2005.
- GIGLIO, E. M., GAMBA, J. R. Análise de cooperativas habitacionais a partir dos fatores estruturantes da sociedade em rede. REGE, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 1, p. 3-19, jan./mar. 2015.
- HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades avançadas. Espaço & Debates, São Paulo, n. 6, p. 6-35., 1982.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974. 485 p.
- LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 143 p.



- MORAIS, Maria Cristina de. Cooperativa habitacional autofinanciável :uma alternativa de mercado à escassez de financiamento. 2004. 344 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
- PATTO, Maria Helena Souza. O mundo coberto de penas Família e utopia em Vidas secas. Estudos Avançados, [s.l.], v. 26, n. 76, p.225-236, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142012000300022>.
- PEREIRA, P. C. X. Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea. In: PEREIRA, P. C. X. (Org.). Negócios imobiliários e transformações socioterritoriais em cidades da América Latina. São Paulo: FAUSP, 2011.
- PERUZZO, D. Habitação: controle e espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.
- PINHO, Diva Benevides. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.
- RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- REVISTA PEGN (São Paulo) (Ed.). RETROSPECTIVA: VEJA O QUE ACONTECEU NA ECONOMIA EM 2016. 2016. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2016/12/retrospectiva-veja-o-que-aconteceu-na-economia-em-2016.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- RIBEIRO, L. C. de Q. Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação. In: SILVA, L. A. M. da (Org.). Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 29-47.
- SANTOS, César Simoni. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015. Cap. 1. p. 13-40.
- SANTOS SILVA, R. A. O Cooperativismo autogestionário na produção da habitação popular. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SANTOS, C. H. M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para discussão n° 654). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0654.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2018.
- SCHNEIDER, J. O. Democracia, participação e autonomia cooperativada. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.



PROJETO RAIOS DE SOL: UMA TENTATIVA DE RESISTIR E EXISTIR DENTRO DA LÓGICA CAPITALISTA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA-TO

Olivia de Campos Maia Pereira

doutorado USP, professora da UFT
oliviam Maia@gmail.com

Laryssa Rezende Simão

graduação UFT
laryresi@gmail.com

Maíra Pereira da Silva

graduação UFT, bolsista CNPq – agosto de 2017 a julho de 2018
mairalabre19@gmail.com

p. 2311



RESUMO

Presas às amarras de uma sociedade capitalista, uma comunidade, por mais tradicional que seja, pode, facilmente, ter suas tradições e costumes esquecidos diante das exigências do mercado. No entanto, há sempre outros cenários a que se possa contrapor, um deles, e o foco do presente artigo, é mostrar como a cultura quilombola, assim como outras culturas, tão tradicionais no Brasil, podem ser fortalecidas e valorizadas de modo a desmatar as teias e amarras que o capitalismo globalizado cria diante de sua lógica de mercado. Nesse contexto, as premissas da economia solidária associadas ao trabalho coletivo autogestionário e ao processo participativo, configuram-se como alternativas de potencializar a luta dos trabalhadores, “desalienar” a força de trabalho e valorizar o trabalhador coletivo em todo o processo produtivo. Cabe ainda dizer que o papel social do arquiteto e urbanista não é só transformar os espaços, mas também valorizar raízes culturais que os permeiam, cujo panorama mais importante não é somente o ato de projetar, mas o de deixar-se projetar no outro e através do outro, e assim entender a sua real função.

Palavras-chave: economia solidária; valorização da cultura; processo participativo.

INTRODUÇÃO

Pensar as cidades engendra uma questão que vai além da contemporaneidade e constitui-se enquanto tradição histórica da produção urbana não só no Brasil. As civilizações humanas sempre produziram sociedades desiguais e como resultado, espaços também desiguais. Desde as civilizações antigas, os burgos medievais, até as metrópoles industriais, sejam por questões econômicas, militares ou religiosas, os mais poderosos sempre foram beneficiados (FERREIRA, 2012).

Diante desta realidade histórica de consolidação não só das cidades, mas de sua organização social, econômica e política, o território, como dito por Cabanes (2011), se fragmenta entre ilhas dinamizadas e regiões excluídas do panorama globalizado, em que o espaço é reorganizado e redefinido de acordo com a lógica da produtividade econômica. Há, portanto, um declínio da força do trabalho junto à sua flexibilização, no qual os direitos que regem o contrato de trabalho são reduzidos e como resultado, as incertezas e inseguranças se deslocam para os indivíduos, seus núcleos familiares e comunidades de referência.

Nesse contexto de cidade mercadoria e da superexploração da força de trabalho, pensar o espaço público não é reflexo de uma construção coletiva. Trata-se de uma sociedade, “programada”³³, na qual a vida pública torna-se obsoleta, anônima, e cada indivíduo está num espaço definido com uma segregação evidente “pela qual cada parcela da população ganha um lugar pré- estabelecido em um mundo cada vez mais passível de ser adequadamente (sempre cabe a pergunta - adequadamente pra quem?) administrado” (RIZEK, 2015, p.45), em que é preciso questionar quais as verdadeiras motivações que regem o dinamismo e a consolidação do espaço público.

Esse território, fragmentado, é resultado de decisões políticas, urbanas e econômicas de várias gerações de um capitalismo globalizado que ao invés de criar

³³ Espaço público e “nova urbanidade” no contexto do direito à cidade (CARLOS, 2013).



emprego e cidadania, se fortalece na lógica do mercado de trabalho que exclui aqueles que não se adaptaram a essa exploração³⁴. No entanto, há sempre a possibilidade de resistir, e o arquiteto, enquanto agente transformador das causas sociais, atua na microrresistência à essa cidade excludente em conjunto com os demais participantes, usuários e transformadores do espaço urbano.

Uma transformação que, por tratar-se de um processo construído coletivamente, vai além das muralhas físicas e simbólicas que tanto separam a cidade formal da cidade informal na sociedade capitalista, e alcança a população de maneira horizontal, cujo objetivo é não só propor o entendimento do território enquanto espaço das contradições, mas também, e sobretudo, entender quais as possibilidades de subversão dos padrões social, político, espacial e econômico dentro e fora do contexto capitalista.

Nesse sentido, uma das alternativas de microrresistência à organização do trabalho pelo sistema capitalista (que aliena o trabalhador e visa apenas a acumulação do capital) é a implantação e prática do movimento da economia solidária, cujo objetivo é a modificação das relações de trabalho subordinadas ao capital; a valorização do trabalho coletivo em todo o processo produtivo; o aumento dos valores de uso para a população, bem como uma nova forma de trabalho associado, pautado nas relações autogestionárias e sociais de produção. Contudo, essas ideologias objetivadas com a implantação da economia solidária, apresentam algumas contradições, ainda vinculadas a lógica capitalista de produção, das quais se destacam as relações de dependência, assistencialismo e precarização do trabalho (BENINI; NEMIROVSKY; BENINI, 2012).

p. 2313

Assim, por ter a economia solidária, a oportunidade de recombinar-se junto a um projeto político, o Projeto Raios de Sol surge como uma proposta de transição dessa economia solidária ainda com características do sistema capitalista a uma forma de solidariedade orgânica de organização do trabalho e de produção, livres da produção social alienada. Esta proposta estrutura-se a partir de uma metodologia cujo objetivo é potencializar a luta histórica dos trabalhadores em associação e organizar a força de trabalho (BENINI; NEMIROVSKY; BENINI, op.cit.).

(...) é necessário recombinar e re-significar, a partir de novos propósitos e lógicas, algumas formas organizacionais já criados na luta concreta dos movimentos e demandas sociais, aproveitando o arcabouço jurídico resultantes de tais embates e inovações, porém sob uma lógica estruturante de outro tipo: integrada e pós capital (BENINI; NEMIROVSKY; BENINI, op.cit, p. 16).

Portanto, junto à Comunidade Quilombola Barra da Aroeira-To, busca-se, a partir de metodologias participativas na discussão do território e da implantação da organização produtiva baseada na economia solidária, encontrar outros caminhos que possibilitem novas fendas na função social, econômica e política do espaço urbano. E

³⁴ Como pensar o país quando a norma civilizada na qual, desde sempre, o país se espelhou, apenas nos promete, nesses tempos de capitalismo globalizado, uma modernização que não cria o emprego e a cidadania prometidos, mas que engendra o seu avesso na lógica devastadora de um mercado que desqualifica – e descarta – povos e populações que não têm como se adaptar à velocidade das mudanças e às atuais exigências da competitividade econômica? Como pensar o país se “o aspecto da modernização que nos coube, assim como a outros, for o desmanche ora em curso, fora e dentro de nós? (TELLES, 2006, p. 41).



mais, refletir sobre quais processos e rupturas são necessários para resgatar, nesse espaço, a cidade do direito e o direito à cidade. Talvez aí, nessa capilaridade e teia de fendas seja possível fender e transformar, ainda que minimamente, a coletividade urbana.

PROJETO RAIOS DE SOL

(...) eu creio que esse projeto é uma iniciativa das mais maravilhosas que já teve aqui na Comunidade desde o início dela, e assim, acredito que irá mudar a vida de muitas pessoas que tem a situação realmente da pobreza, mas que com a aprovação deste projeto iremos sair dessa pobreza pra ter uma vida cada vez melhor³⁵.

Em busca de alternativas que visem a descentralização dos princípios do sistema capitalista, que se apropria dos meios de produção, subordina o trabalhador, controla as trocas das relações sociais por meio do capital e promove a desigualdade social através da apropriação privada da riqueza, surge o Projeto Raios de Sol³⁶ como um novo meio de geração de renda e de sobrevivência, uma nova forma de viver e conviver, baseada nas premissas da Economia Solidária³⁷.

Neste projeto, a lógica do mercado é substituída pelos princípios do trabalho associado solidário, que funciona em um sistema de cooperação e autogestão³⁸, em que há o compartilhamento dos meios de produção, do planejamento e distribuição do seu uso, cujo objetivo é atender as necessidades humanas e não a valorização privilegiada e excludente de capital. Nesse sentido, o principal objetivo do Raios de Sol é melhorar os meios de produção e condições de trabalho e conseqüentemente a renda e a qualidade de vida de um grupo com vulnerabilidade econômica, por meio do trabalho

p. 2314

³⁵ Fala de Eláís Rodrigues da Silva, moradora da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira (local de implantação do Projeto Raios de Sol), em entrevista concedida a Douglas Patrick, colaborador do projeto, 2018.

³⁶ Projeto de Extensão do Núcleo de Economia Solidária – Nesol, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em convênio com a Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária (SEAGRO-TO). O Projeto tem como coordenador o prof. do curso de administração da UFT, Édi Benini, em parceria com vários colaboradores das diversas frentes de trabalho do projeto, como: produção rural e agroecologia; direito constitucional; jovens e formação; logística e captação de recursos; gestão da água; organização do território (gestão do solo, regularização fundiária); bioconstrução; cultura; e frentes que ainda poderão ser ampliadas na medida que for necessário. A frente de organização do território da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira-To, por exemplo, é coordenada pela professora do curso de arquitetura e urbanismo da UFT, Olivia de Campos Maia Pereira (autora do presente artigo), com participação das acadêmicas de arquitetura e urbanismo da UFT – Laryssa Rezende Simão e Maira Pereira da Silva (co-autoras deste artigo). Vale ressaltar que essas diferentes frentes de trabalho e projetos objetivam melhorar a qualidade de vida dos membros da Barra da Aroeira, ou seja, enriquecer o Raios de Sol como um todo além de contribuir para o empoderamento dos participantes (trabalhadores livremente associados) e para conquista de sua emancipação social.

³⁷ A escolha pela instauração da economia solidária deu-se na tentativa de buscar uma forma diferente de desenvolvimento, mais democrático, sustentável, com valores coletivos, valores de solidariedade e de cooperação. Nesse sentido, como instaurar o trabalho de cooperativa autogestionária em um povoado de modo que os moradores o aceitassem, desejassem, aderissem e se envolvessem?

³⁸ De acordo com o Dicionário online de português, autogestão significa: “Administração de uma empresa por seus empregados; Na economia socialista, sistema de gestão coletiva”, ou seja, a autogestão preza pela igualdade e não pela hierarquização ou controle social.



associado colaborativo³⁹, da liberdade, igualdade, solidariedade e autonomia socioprodutiva⁴⁰.

Para o desenvolvimento do Raios de Sol é necessário a livre adesão da população na participação e implantação do projeto, bem como, haver um território coletivo⁴¹ para autoprodução de produtos e serviços – espaço socioprodutivo a ser compartilhado. Assim, após o projeto ter sido apresentado em vários povoados de fragilidade socioeconômica, foi na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira - To em que teve maior aprovação, pela história de ajuda mútua nos quilombos⁴².

Desse modo, o Raios de Sol prevê a organização dos meios de produção de forma sustentável de produtos e serviços da Comunidade Barra da Aroeira por meio da igualdade nas condições do trabalho, de renda, e socialização, com o intuito de viabilizar tanto a subsistência dos membros deste povoado quanto a venda do excedente⁴³. É através do trabalho coletivo de forma colaborativa e em regime de autogestão que os trabalhadores associados⁴⁴ teriam autonomia e igualdade nos diferentes grupos de trabalho, inseridos em uma coordenação geral, contudo, sem hierarquia. As próprias falas dos moradores da Barra da Aroeira justificam a implantação do projeto no povoado, como a declaração de Nilo Rodrigues (morador da Comunidade): “*O jeito que nós organiza nossa vida é que mostra que nós é quilombo, nós não precisa de patrão*”⁴⁵.

Todas as etapas de implantação do projeto Raios de Sol utilizam como metodologia processos participativos, com o objetivo de envolver a equipe técnica do projeto aos membros da Comunidade – futuros trabalhadores associados, afim de transmitir-lhes confiança, além de visar uma formação básica sobre o funcionamento do trabalho em associação, permitir a troca de saberes entre todos os envolvidos no projeto e tornar o processo mais democrático.

Tem-se como um dos principais desafios do Projeto Raios de Sol a preservação da cultura desse grupo, de modo que a inserção da economia solidária e de elementos que valorizem o patrimônio material e imaterial da Comunidade Quilombola Barra da

p. 2315

³⁹ Será fundada e organizada uma cooperativa autogestionária de trabalho – será registrada em cartório e distribuídos os trabalhos que serão desenvolvidos entre os associados.

⁴⁰ O Projeto Raios de Sol foi elaborado a partir de profundos estudos teóricos acerca da economia solidária, trabalho coletivo e autogestão. Para mais informações sobre os princípios e idealização do Raios de Sol ver: **BENINI, E. A.**; **SABINO, A.**; **SALES, A. L.** Organicidade socioprodutiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal. Revista MovimentoAção, v. 2, p. 01-20, 2015.

⁴¹ O território coletivo já é uma característica do lugar em que está sendo implantado o Projeto Raios de Sol (Comunidade Quilombola Barra da Aroeira-To), pois embora ainda não haja a titulação de propriedade, quando o processo de regulamentação do território quilombola for finalizado, as terras serão concedidas como coletivas e não como individuais. Os membros da Barra da Aroeira já reconhecem o terreno como sendo de todos.

⁴² Após a apresentação do Raios de Sol pela Raquel (representante do Fórum Estadual de Economia Solidária do Tocantins), os moradores demonstraram interesse no projeto e desejaram que o mesmo fosse implantado no povoado.

⁴³ O projeto visa associar a organização do trabalho e as produções coletivas autogestionárias, com a diversidade de saberes, técnicas e especializações. Além da organização dos meios de produção por meio do trabalho coletivo, o projeto conta com a organização do atual núcleo urbano da Comunidade, construção de moradias sustentáveis (por meio do regime de mutirão autogerido), refeitório comunitário, espaços de lazer, conhecimento, cultura, artes, comunicação, oferta de serviços básicos, dentre outros.

⁴⁴ Vale ressaltar que a associação dos membros da Comunidade deve ocorrer de forma livre.

⁴⁵ Declaração retirada da tese - “*Não vê que neste mundo não tem cabaça*”: Espacialidades e Identidades em Barra de Aroeira – To, elaborada por Luciene de Oliveira Dias em 2011, no Departamento de Antropologia Social - Universidade de Brasília (UNB).



Aroeira não prejudiquem o modo de vida do povoado, mas sim, contribuam para a melhoria da qualidade de vida⁴⁶.

Assim, com a finalidade de conhecer melhor o local em que o projeto está sendo desenvolvido, foram realizados levantamentos de dados da Comunidade, através de pesquisa bibliográfica, análises da imagem de satélite e de carta imagem, levantamento de campo, utilização de questionários, reuniões e debates com os moradores, e oficinas participativas.

Até a presente fase da implementação do Projeto Raios de Sol⁴⁷, o processo participativo serviu como preparação para a Comunidade e o seu entendimento dos princípios da economia solidária. Talvez aí, nessa capilaridade, seja possível transformar, ainda que minimamente, uma coletividade urbana capaz de suportar a diversidade da propriedade coletiva e o direito à liberdade individual, conforme os preceitos da Economia solidária.

COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA

O meu pai é quilombo,
E eu também sou quilombola,
A nossa luta é todo dia,
É toda hora⁴⁸.

A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira⁴⁹ está localizada nas margens da TO-247, no km 166, a 12 km do município de Santa Tereza do Tocantins e cerca de 96 km da capital Palmas-To. Limita-se ao norte com a cidade de Novo Acordo, à leste com Lagoa do Tocantins, ao sul com Monte do Carmo e à oeste com Santa Tereza do Tocantins, e se encontra implantada no início da região do Jalapão, uma zona de atração turística.

p. 2316

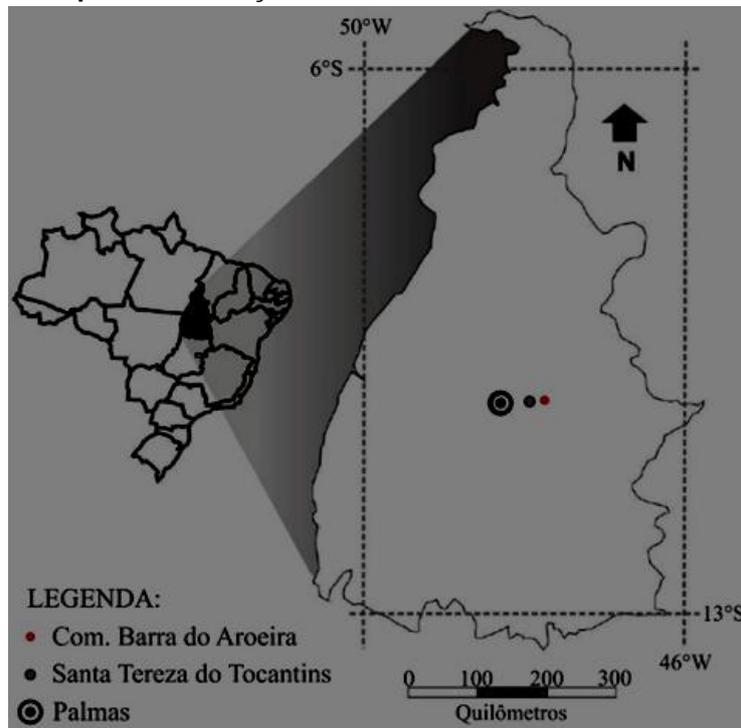
⁴⁶ Para mais informações sobre o Projeto Estruturante – Raios de Sol, ver a Cartilha do projeto: BENINI, Edi Augusto. Conhecendo o Projeto Estruturante Raios de Sol - Desenvolvimento orgânico-solidário autogestionário. 2017. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático).

⁴⁷ É um processo lento e burocrático, composto por várias etapas que dependem de estudos, recursos e tempo de implantação.

⁴⁸ Fala de Izabel Rodrigues, moradora da Barra da Aroeira. Os textos apresentados em itálico nesse tópico são transcrições literais das expressões utilizadas pelos moradores da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira-To e foram obtidas a partir do acervo do Projeto Raios de Sol e de duas fontes bibliográficas, do artigo - Interseções entre território e identidade étnica: estudo sobre a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira – To, elaborado em 2016 por Glaucia Bastos do Amaral e Carolina Machado Rocha Busch Pereira; e da tese de Luciene de Oliveira Dias: “*Não vê que neste mundo não tem cabaça*”: Espacialidades e Identidades em Barra de Aroeira – TO. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

⁴⁹ Este nome foi designado por estar situada no encontro dos Córregos Aroeira e Brejo Grande (denominada Barra), com a presença de grande quantidade de pés de aroeira – um tipo de árvore de porte médio que possui vida longa, porém, encontra-se na lista das espécies que estão em risco de ser extinta.

Mapa 1: Localização da Comunidade Barra da Aroeira



Fonte: Tocantins, 2005, adaptado por TEIXEIRA; SOUZA, 2011.

p. 2317

Uma das características mais relevantes da Barra da Aroeira é a preservação da memória coletiva sobre a sua história, a razão de serem descendentes quilombolas⁵⁰ e terem o direito de permanecer, pertencer e obter a posse das terras que ocupam⁵¹. O orgulho de serem remanescentes de Félix Rodrigues e o conhecimento de terem direito à terra pode ser notado nos relatos orais de seus moradores, como na fala de Nilo Rodrigues, um dos membros da Comunidade, “qualquer um que chegar aqui pode ficar sabendo porque é que nós considera essa terra toda como nossa. É a nossa história. É a nossa vida inteirinha que tá aqui dentro”.

Nessa perspectiva, a história e a memória coletiva da Comunidade são importantes para a construção da identidade do grupo. Conforme Tedesco (2014), a

⁵⁰ Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Tocantins - Incra/To (2011), o povoado foi formado em 1850 por descendentes de ex-escravos que moravam em um quilombo no sul do Piauí, através do casamento de Félix José Rodrigues com Venância Rodrigues. Em 1867 Félix José Rodrigues participou da Guerra do Paraguai (maior conflito armado do continente americano) com o objetivo de conquistar sua emancipação. Como retribuição de ter participado da batalha, o imperador Dom Pedro II doou para Félix 79.200,0000 ha (setenta e nove mil e duzentos hectares) de terra na região do Jalapão, antigo norte de Goiás e atual Estado do Tocantins. Por volta de 1871 o casal estabeleceu-se nas terras e deixaram grande descendência de filhos, netos e bisnetos. Contudo, os moradores da Comunidade até hoje não possuem a titulação da posse da terra, o que refletiu em “invasões” de boa parte de seu território e na histórica luta da Comunidade pelo direito à posse coletiva da terra. De acordo com Dias (2011), hoje, apenas 1,09% do território original está passando pelo processo de reconhecimento pelo Incra, o que corresponde a aproximadamente 1000 hectares.

⁵¹ O reconhecimento do grupo como quilombola fez com que os herdeiros se enquadrassem em um grupo nacional peculiar detentor de direitos. A ocupação das terras em conjunto com a autodenominação do grupo faz com que se enquadrem no que garante o Artigo 68 da Constituição Federal. A descrição reconhece como propriedade definitiva o território cujo os descendentes quilombolas ocupam, e é dever do Estado fazer a emissão do título das terras.



memória oral atua como uma descoberta de si mesmo ao relacionar de maneira constante o presente e o passado. Na medida em que é elaborada e apropriada, constrói-se um sentimento de pertencimento do grupo, uma identidade coletiva. Tedesco (2014, p. 104) ainda complementa que “a identidade se faz pouco a pouco com base na experiência vivida, rememorada, retida anteriormente. Nesse sentido, a memória é o componente essencial para a identidade do indivíduo e sua integração social”.

A identidade da Comunidade Barra da Aroeira, a preservação de suas práticas culturais e o engajamento dos remanescentes quilombolas na luta por melhores condições de vida⁵² fazem da Comunidade um lugar singular, cheio de histórias, experiências, saberes e simbolismos, como pode ser observado na fala de Elaís Rodrigues da Silva, moradora do povoado, 2018:

(...) aqui na comunidade, cada rua, cada passo conta a sua história, conta a vivência que a gente teve desde o Félix, até a nossa geração de hoje, que é lutando para ter mais educação, para ter uma boa saúde e uma boa moradia. Além de, hoje ainda temos os conhecimentos de antes, em relação a nossa comida, a cultura, a releição. É isso e muito mais, então a comunidade é cheia de vida em tudo o que ela é.

Nesse sentido, a Comunidade tem histórico de luta coletiva pelo direito à terra, possui sentimento de pertencimento a sua história e ao lugar em que vivem⁵³, visam o bem coletivo e prezam por manter a sua identidade cultural. Dessa forma, um dos principais desafios do Projeto Raios de Sol foi intervir no povoado para melhorar a qualidade de vida por meio da implantação da economia solidária, de modo que utilizasse das técnicas atuais ao mesmo tempo que valorizasse a cultura da Comunidade.

p. 2318

Assim, para contribuir com o bem-viver dos membros do povoado e valorizar a história da Comunidade e suas tradições, o Raios de Sol propôs o uso de processo participativo no decorrer de sua implementação, para que pudessem ser identificados os anseios da população, as potencialidades e deficiências do lugar, além de fortalecer a união da Comunidade, prezar suas práticas culturais e costumes, impossibilitando o esquecimento dos remanescentes quilombolas - os vivenciadores do espaço.

EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA-TO

No decorrer do desenvolvimento do Raios de Sol, as diferentes frentes de trabalho já realizaram várias dinâmicas participativas, que serviram para aproximar a equipe do projeto ao contexto do povoado, para o entendimento das peculiaridades e características da Comunidade, tais como: suas principais potencialidades,

⁵² Barra da Aroeira é um povoado carente de infraestrutura urbana, equipamentos públicos e serviços, a oferta de trabalho é insuficiente, as moradias são precárias, não possui escolas de ensino médio, saneamento básico, entre outras carências.

⁵³ No decorrer das visitas e reuniões os moradores da Barra da Aroeira sempre mencionam a descendência do ex-escravo Félix Rodrigues e do seu histórico de luta, o que demonstra haver sentimento de pertencimento a um grupo e de se orgulharem disso.



necessidades e demandas. Além disso, a metodologia participativa é utilizada de modo a estreitar as relações de confiança entre a equipe do projeto e os membros do povoado.

As experiências que serão abordadas no presente artigo tratam-se da dinâmica do funcionamento do trabalho associado e da discussão do reconhecimento do território quilombola. Duas questões fundamentais para um bom andamento do Projeto Raios de Sol⁵⁴.

Reconhecimento participativo do território quilombola

Para a implementação da cooperativa autogestionária é necessário um conjunto de medidas e estudos prévios que sirvam de base para o desenvolvimento do Projeto Raios de Sol. O estudo sobre o território quilombola, bem como as medidas adotadas para melhorar a organização do núcleo urbano atual da comunidade e as suas formas de expansão, por exemplo, são questões fundamentais para o bom funcionamento do Raios de Sol e refletirá diretamente na qualidade de vida dos membros do povoado⁵⁵.

Nesse sentido, a discussão participativa sobre o território quilombola e o seu reconhecimento, são essenciais para a identificação de potencialidades e problemáticas do terreno. É preciso, portanto, estimular o pensamento crítico da comunidade sobre as condições do espaço em que vivem, suas particularidades, os aspectos simbólicos, desejos e expectativas de melhorias para o povoado a partir da implementação do Raios de Sol. Contudo, um dos principais obstáculos do projeto é o de conquistar a confiança da população da Barra da Aroeira para que se apoderem e participem de todo o processo de implantação, pois, mesmo que a equipe técnica já tenha realizado várias visitas na comunidade ainda existe certa resistência de boa parte da população em participar das reuniões e de incorporar o projeto, o que pôde ser observado também na reunião de realização da oficina de reconhecimento do território quilombola⁵⁶.

Esta oficina tinha como objetivo a identificação de questões consideradas importantes para os moradores da Barra da Aroeira, a forma como aconteciam as relações de vizinhança, quais espaços eram utilizados para recreação, o reconhecimento da dimensão do território quilombola, e aspectos subjetivos. Através de um “mapeamento participativo”, o espaço seria discutido por meio de duas diferentes escalas: a que compreende o atual núcleo urbano da comunidade (16 hectares aproximadamente) e o território quilombola total, que está em processo de regulamentação pelo INCRA e engloba 1000 hectares.

⁵⁴ Vale ressaltar que o presente artigo teve como suporte a seguinte monografia: SILVA, M. P. Re (existir): Experiências Participativas na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira – To. 2018. 196 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas. [Orientador: Prof. Dra. Olivia de Campos Maia Pereira].

⁵⁵ A desmotivação de alguns moradores da Barra da Aroeira em relação à projetos sociais se dá devido já terem sido executadas várias ações e projetos na Comunidade e não ter tido nenhum retorno significativo para o grupo (de acordo com a visão dos membros do povoado). É possível notar em suas falas, que estes se sentem “objetos” de estudo, “cobaias”, que são usados em pesquisas e depois não obtêm nenhum retorno, nem em relação as ações sociais e nem do que foi produzido com as informações que foram fornecidas por eles. Por isso, hoje, existe certa desconfiança e resistência de alguns moradores em repassar informações sobre a Comunidade, fato que pôde ser identificado no momento em que a equipe técnica pediu para registrar aspectos da memória coletiva do grupo (fotografar a vestimenta usada pelo patriarca Félix Rodrigues), o e que causou desconforto em alguns moradores da Barra da Aroeira.

⁵⁶ Essa oficina participativa foi conduzida pela equipe do território, coordenada pela professora Olivia Maia.

No decorrer da oficina e em momento anterior foi apontado pelos moradores da Barra da Aroeira a necessidade de um local próximo a TO-247 para a exposição e venda do artesanato do grupo. Os remanescentes quilombolas alegam que o povoado necessita de um espaço coletivo para a venda do artesanato, e a ausência desse local foi notada durante a reunião, na ação de uma moradora que expôs de forma “discreta” o seu artesanato no peitoril de uma janela.

Imagem 1: Exposição de peças de artesanato por uma moradora da comunidade



p. 2320

Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

A dinâmica iniciou-se com a discussão participativa do espaço na escala de 1000 hectares, com a demarcação no chão da delimitação do território quilombola e do núcleo atual do povoado. Porém, os moradores acabaram por ficar “amontoados” no núcleo do povoado e tiveram certa dificuldade em discutir o território nesta escala e focaram então, na dimensão da comunidade⁵⁷. Assim, devido a dinâmica do lugar, no decorrer da oficina foram feitas adequações da metodologia, conforme ia sendo necessário⁵⁸. De acordo com Aliprandi (2010), o processo de pesquisa e os procedimentos devem ser adaptados de acordo com o contexto social e urbano, a dinâmica do lugar e dos objetivos que visam alcançar.

⁵⁷ Mesmo com o “amontoamento” dos participantes, na escala que compreende os 1000 hectares ainda foram apontadas algumas questões, como a existência de algumas chácaras e roças.

⁵⁸ A princípio, a discussão sobre o território na escala que abrange os 1000 hectares iria ocorrer em diferentes grupos, e posteriormente seriam debatidos o espaço da Comunidade em conjunto. Todavia, devido as peculiaridades do lugar, a equipe técnica optou em fazer a discussão do território das duas escalas com todos os presentes.



Imagem 2: Demarcação do território de 1000 hectares com fita



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

Os membros da Barra da Aroeira se apropriaram da discussão dos espaços na escala do povoado e tiveram facilidade em se localizar e ler o mapa da comunidade disponível em imagem de satélite⁵⁹. Dessa forma, foi possível a identificação dos locais considerados importantes por eles, dos espaços de recreação, de memória coletiva, aspectos simbólicos e desejos de melhorias para o espaço quilombola.

Os moradores presentes demarcaram também outras questões, que não eram o objetivo da oficina, mas que apresentaram-se como importante ferramenta de apropriação do espaço por eles, como a indicação do nome popular das ruas do povoado e a identificação das residências pelos nomes de seus residentes. Assim, embora a maioria da população do povoado não estivesse na reunião, os membros presentes estavam empenhados e participaram de forma ativa da oficina.

p. 2321

Imagem 3: Discussão participativa do território, na escala da comunidade



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

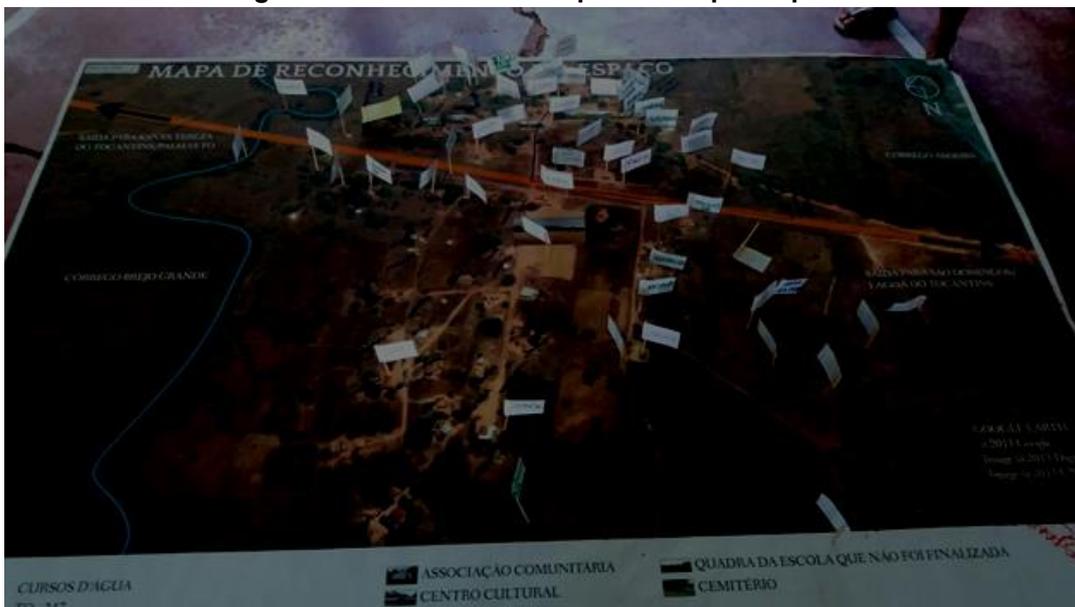
A metodologia participativa adotada contribuiu para a imersão dos descendentes quilombolas na reflexão sobre os espaços da comunidade, como ocorriam as relações

⁵⁹ É comum que a população que não possui contato diário com imagens gráficas, como mapas urbanos, tenha dificuldades em lê-los e entendê-los, o que não ocorreu com os membros da Barra da Aroeira. Pode-se deduzir que os moradores já tiveram acesso ao mapa do povoado anteriormente; a escala do núcleo urbano da Comunidade e o conhecimento e apropriação dos espaços em que vivem também pode ter influenciado na fácil leitura do mapa.

de vizinhança, o que eles gostavam, o que faltava e quais as melhorias que desejavam com o projeto, ou seja, foi um momento em que eles pararam para pensar e analisar os espaços em que vivem, e sobre “A Barra dos sonhos”⁶⁰.

Dessa forma, o processo criativo refletiu de forma direta na maneira que os usuários entendem o espaço em que vivem e a forma que se apropriam dele. As discussões passaram a ser construídas a partir do conhecimento técnico e do conhecimento empírico dos colaboradores e vivenciadores do espaço, de modo que o resultado refletiu na troca de conhecimentos entre todos os envolvidos, o que fez do processo enriquecedor e até mais importante do que o próprio resultado.

Imagem 4: Resultado do “mapeamento participativo”



p. 2322

Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

Com a realização do “mapeamento participativo” foi possível identificar a existência de uma relação de dependência entre os membros da Barra da Aroeira, pois, para fazer suas colocações, os participantes demonstravam necessidade de confirmação da opinião dos demais, de modo a reforçar seu posicionamento e sugestões.

Portanto, a escolha de um processo participativo durante todas as etapas de implementação do Raios de Sol estimulou o envolvimento dos moradores da Barra da Aroeira com o projeto. Um projeto destinado a implantação de novas formas de organização do trabalho e de gestão do capital, em que a população se aproprie e tenha capacidade técnica de acompanhamento, para que o Raios de Sol se consolide e seja levado adiante mesmo quando a equipe técnica não estiver mais presente.

⁶⁰ Esta metodologia tinha como intuito fazer a Comunidade pensar quais os seus desejos para o povoado, o que “sonhavam” e gostariam que tivesse nele. Foram citados desde a instauração de equipamentos de lazer, cultura, saúde e educação, até questões mais pontuais, como os que objetivavam atender o trabalho em cooperativa que está em processo de implantação – construção da casa da farinha, e as demais necessidades da Comunidade – aulas de dança e cursos técnicos.



OFICINA DO FUNCIONAMENTO DA COOPERATIVA AUTOGESTIONÁRIA

Têm-se como premissa do Projeto Raios de Sol a superação do capital por meio da substituição das mediações do capitalismo para mediações da autogestão, como: “(...) do intercâmbio mercantil para a renda sistêmica, da propriedade privada para uma forma propriedade social e orgânica e da divisão hierárquica do trabalho para a autogestão de caráter societário”, pois, a organização capitalista do trabalho aliena e subordina os seres humanos e os meios de produção, bem como domina a força de trabalho e acarreta a desigualdade social (BENINI; SABINO; SALES, 2015, p. 5).

Como forma de contrapor, os trabalhadores devem buscar meios de resolver esse problema enfrentando as suas causas, ir além da resolução imediata, para poder transformar a sua essência e evoluir como ser social e histórico por meio de práticas e da organização de solidariedade (BENINI; SABINO; SALES, op. cit.).

Nessa perspectiva, para o início do trabalho em associação é necessária uma preparação básica para aqueles que desejarem se associar. Nesse sentido, foi realizada uma dinâmica participativa afim de demonstrar para os moradores da Barra da Aroeira como seria o funcionamento da Cooperativa autogestionária, desde o processo de produção até as trocas mercantis e consumo.

Por meio de diferentes didáticas⁶¹, buscou-se explicar a essência do trabalho associado, e a importância da cooperação, compromisso e dedicação nesse processo. Por se tratar de um modelo de trabalho diferente em relação ao já empregado na Comunidade e por sua complexidade ao envolver várias etapas, que vai desde a associação, produção de mercadorias, trocas mercantis e até o consumo, surgiram várias dúvidas entre os membros do povoado no decorrer da dinâmica participativa de simulação do funcionamento da Cooperativa autogestionária⁶².

p. 2323

⁶¹ Falas explicativas, músicas educativas e dinâmica de vivência prática do funcionamento da cooperativa – conduzida pelos alunos do curso de administração e teatro, colaboradores do projeto.

⁶² A oficina participativa contava com a divisão dos membros do povoado presentes em grupos, que iriam simular a produção de diferentes produtos. Após finalizada a etapa de produção, a equipe técnica do projeto faria demonstrações de como ocorreria as etapas seguintes: consumo do que foi produzido, uso da moeda social – moeda financeira criada e administrada pelos seus próprios usuários, e não tem função de autovalorização e acumulação, típico do sistema capitalista, troca e compra de mercadoria.



Imagem 5: Etapa de demonstração da produção dos alimentos



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

Dessa forma, a dinâmica iniciou-se a partir da simulação da produção dos alimentos, em que os grupos separaram em sacos plásticos os seguintes produtos: arroz, baru, mandioca e manga. A partir do que foi produzido os participantes decidiram coletivamente o que seria para consumo próprio e o que seria destinado à venda. Os alimentos não destinados ao consumo da comunidade seriam levados para o mercado de Palmas-To para serem vendidos. Nesse sistema, uma parcela do lucro da produção ficaria para a cooperativa, como investimento e o restante seria distribuído entre os associados na proporção das horas trabalhadas por cada um⁶³.

p. 2324

Imagem 6: Excedentes da produção separados para a comercialização



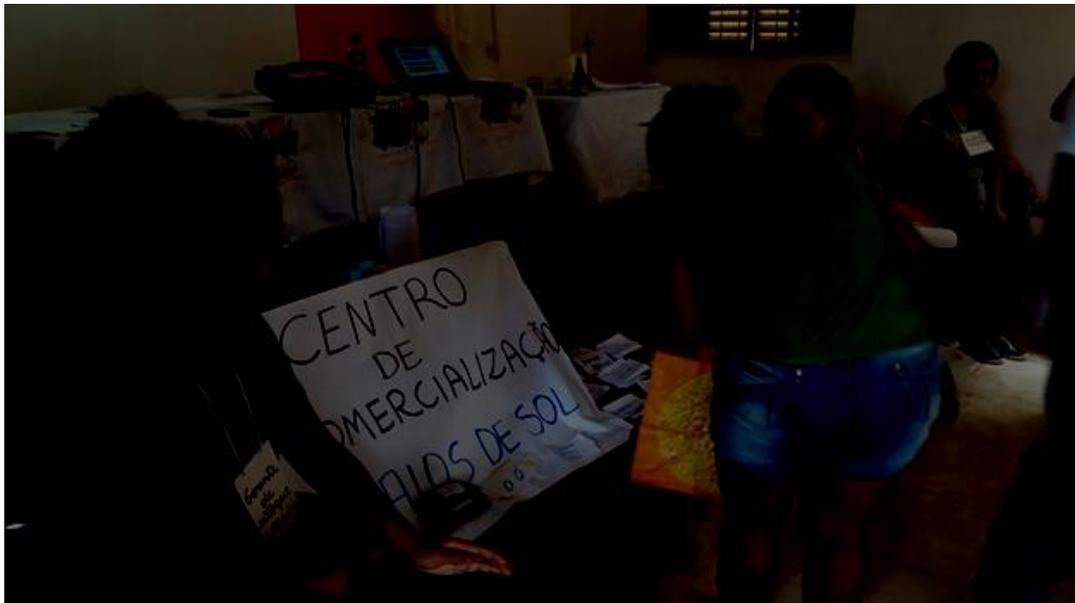
Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

Para os associados terem acesso aos produtos necessários do dia a dia que não são produzidos por eles, – como sabonetes, pasta de dente, desodorante etc, a

⁶³ A jornada de trabalho varia com a disponibilidade de cada associado. Contudo, há uma carga horária mínima semanal a ser cumprida e não pode ser “cobrida” por outro associado ou membro da Comunidade.

cooperativa também teria um centro de comercialização da comunidade em que os associados vão poder, a partir da moeda social, comprar as mercadorias desejadas.

Imagem 7: Comercialização de produtos no mercado da Comunidade



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

p. 2325

Essa experiência, embora construída de forma demonstrativa, foi capaz de exemplificar uma organização estruturada de trabalho coletivo que possui potencial de expansão interna, de auto-sustentação, de modo a resistir e até mesmo superar a alienação e relações de trabalho impostas pelo capitalismo. A realização desta oficina, permitiu o primeiro contato dos residentes da Barra da Aroeira com o modelo de cooperativa autogestionária que está em processo de implantação na comunidade quilombola. Essa primeira simulação do funcionamento da cooperativa foi uma experiência enriquecedora, uma vez que os membros da comunidade puderam vivenciar na prática passo a passo do trabalho em associação.

Entretanto, viver de forma coletiva a partir dos princípios da economia solidária e autogestão; buscar coletivamente melhorias comuns e a valorização da sua identidade, e por fim, sair do modo de submissão, não é algo simples. Requer que a autogestão faça parte das formas de produção, bem como, do modo de viver e de se relacionar, priorizando ações coletivas, participativas, igualitárias e democráticas, para que assim, o sistema alternativo proposto possa florescer e se sustentar, de modo a se emancipar e a romper com a hierarquia imposta pelo sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe do Projeto Raios de Sol propôs trabalhar com a participação dos moradores durante todas as etapas de implantação do projeto, pois têm-se que o processo participativo iria contribuir na troca de saberes entre a equipe técnica e a Comunidade, fazer com que houvesse uma maior adesão e apropriação do projeto pelos moradores do povoado, além de tornar o processo mais democrático.

O uso de metodologia participativa serviu para inserir os membros da Comunidade na discussão dos espaços e para auxiliar na compreensão do



funcionamento do trabalho associado autogestionário. Todavia, houve dificuldade de participação efetiva da maioria dos moradores da Barra da Aroeira, principalmente do público jovem, por terem outros compromissos ou pela falta de “esperança” no projeto.

No decorrer dos encontros e da realização das oficinas, os moradores presentes se envolveram e participaram efetivamente das atividades, o que resultou na troca de conhecimento entre a Comunidade – os vivenciadores do espaço, e a equipe técnica. Além disso, devido a dinâmica do lugar, por diversas vezes foi necessário a adaptação das oficinas de modo a promover uma melhor fluidez das atividades.

Embora o processo participativo, a princípio, possa parecer que tenha pouca força e até pouca influência nos resultados, são as pequenas atuações que possuem os efeitos de mudança. Portanto, essas experiências participativas na Barra da Aroeira apontaram a importância da cultura quilombola presente e da memória coletiva do grupo e contribuíram para os moradores da Comunidade refletirem sobre suas principais necessidades, problemáticas e potencialidades do povoado, e até para fortalecer o grupo a lutarem pelos seus direitos.

Assim, o Projeto Raios de Sol apresenta-se como um importante instrumento de luta pelos direitos e pela qualidade de vida da Comunidade Quilombola. Enquanto processo construtivo, essas experiências participativas na Barra da Aroeira, ainda que com poucas materializações, refletiram diretamente na visão da Comunidade a respeito de suas necessidades e de sua força; e na visão da academia em apreender o quanto a ligação e a herança de um povo podem contribuir na qualidade do trabalho.

Pensar o espaço público, ainda que não signifique transformá-lo de imediato, reflete diretamente nas próximas consolidações que se darão após as discussões feitas. O aprendizado é contínuo, a nova forma de economia solidária é um grande desafio e começa a engatinhar enquanto processo de implantação. Mas só o fato de pensar já muda tudo, muito embora não tenha mudado nada. Muda tudo porque aos moradores do povoado surge uma nova possibilidade, uma saída diferente daquela à que lhes foi imposta por tanto tempo. Uma saída que leva em conta não só as particularidades e escolhas de cada um, mas as condições de trabalho e a cultura tão tradicionais da Comunidade.

Portanto, as vivências são construídas para entender os meios de produção do corpo social; a busca pela igualdade nas condições de trabalho, de renda e de socialização; e o território enquanto parte da trajetória e da herança de um povo. Estas, inspiraram não só a Comunidade, mas toda a equipe técnica envolvida, por tratar-se de uma troca de saberes, cujo resultado é parte de um coletivo, em que cada indivíduo é mais do que participante, é coprodutor, idealizador e responsável por todo o processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIPRANDI, D. C. A Construção Coletiva dos Espaços Livres Públicos: O arquiteto e os procedimentos participativos – recentes experiências em Vitória (ES). 2010.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Disponível em:

<http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4733_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Danielly%20Cozer%20Aliprandi20130805-150044.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.



- AMARAL, G. B.; PEREIRA, C. M. R. B. Interseções entre território e identidade étnica: estudo sobre a comunidade quilombola Barra da Aroeira - TO. *Produção Acadêmica (UFT)*, v.2, p. 65-74, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2961/9285>>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- BENINI, Edi Augusto. *Conhecendo o Projeto Estruturante Raios de Sol - Desenvolvimento orgânico-solidário autogestionário*. 2017. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático).
- BENINI, E. A.; NEMIROVSKY, G. G. ; BENINI, E. G.. A práxis do trabalho associado: da economia solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. *Org & Demo (Unesp. Marília)*, v. 13, p. 5, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/2659>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- BENINI, E. A.; SABINO, A.; SALES, A. L.. Organicidade socioproductiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal. *Revista Movimentação*, v. 2, p. 01-20, 2015. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/4316/2405>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CABANES, R. (Org.); Georges, Isabel (Org.); RIZEK, C. S. (Org.); Telles, V. S. (Org.). *Saídas de Emergência - ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. v. 1. 478p.
- CARLOS, Ana Fani A. Espaço público e nova urbanidade no contexto do direito à cidade. *Confins - Revista franco-brasileira de geografia*, São Paulo, n. 18, p. [16], 2013. Disponível em: < <http://confins.revues.org/8391> > Acesso em: 10 de outubro de 2018.
- DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/autogestao/>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- DIAS, L. O. “Não vê que neste mundo não tem cabaça”: Espacialidades e Identidades em Barra de Aroeira – TO. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/9934>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- FERREIRA, João S. W. (Coord.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos*. 2012
- INCRA. *Incra/To publica relatório do território quilombola Barra de Aroeira (TO)*. 2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incrato-publica-relatorio-do-territorio-quilombola-barra-de-aroeira-to/>>. Acesso em: 09 dez. 2017.
- RIZEK, Cibele, *Gestão da cidade/ Gestão diferencial da vida/ Confinamento e moralização*. Coleção Tomo III. ALTERIDADE IMAGEM ETNOGRAFIA. Salvador . EDUFBA, 2015.
- SILVA, M. P. *Re (existir): Experiências Participativas na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira – To*. 2018. 196 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas. [Orientador: Prof. Dra. Olivia de Campos Maia Pereira].



TEDESCO, J. C. Tempo, espaço e experiência da memória. In: TEDESCO, J. C. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração. 2.ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014. 357 p. Disponível em:

<http://editora.upf.br/images/ebook/nas_cercanias_da_memoria.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

TEIXEIRA, R. F.; SOUZA, L. B. Comunidade Quilombola Barra da Aroeira (TO): Abordagem Fenomenológica das Práticas Ecológicas. Redes, St. Cruz Sul, v. 21, n. 2, p. 63 - 86, 2016. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/4757/pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

TELLES, Vera S. CABANES, Robert (Org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo, Associação Editorial Humanistas. 2006.



**A GESTÃO COLETIVA DA PROPRIEDADE COMO GARANTIA
DA SEGURANÇA DA POSSE DE POPULAÇÕES
VULNERABILIZADAS: OS TERMOS COMUNITÁRIOS
TERRITORIAIS (TCT) E AS POSSIBILIDADES NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Tarcyla Ribeiro Fidalgo

IPPUR/UFRJ
tarcylafidalgo@gmail.com

Renata Cristina do Nascimento Antão

IPPUR/UFRJ
renata.antao@gmail.com

p. 2329



INTRODUÇÃO

Apesar de todos os avanços legislativos obtidos a partir da Constituição Federal de 1988, a garantia da segurança da posse de populações vulnerabilizadas segue como um desafio de grande vulto no país. Neste sentido, se revela particularmente interessante a busca por instrumentos já aplicados e bem sucedidos em outros países, como é o caso dos *Community Land Trusts*, sendo possível afirmar que os “Community Land Trusts” são, antes de qualquer outra definição de caráter mais técnico, um instrumento de garantia de segurança da posse para populações vulneráveis.

Trata-se de mecanismo difundido pelo mundo e de resultados amplamente satisfatórios não apenas no incremento da segurança da posse de populações vulnerabilizadas, mas também da mobilização e emancipação dos moradores no que se refere à definição dos rumos de seu território e promoção de melhorias. Isto se dá, especialmente, pelos arranjos de gestão coletiva que são necessariamente desenhados para a aplicação deste modelo.

A autogestão ou gestão coletiva em si merece destaque, estando presente em outros arranjos de propriedade espalhados em diversos países do mundo, e constituindo uma importante base de resistência ao crescente movimento de mercantilização e financeirização da terra em detrimento do direito de seus moradores.

A América Latina é um celeiro de experiências de gestão coletiva territorial consuetudinárias ou modernas⁶⁴, que merecem ser conhecidas e estudadas, como os Ejidots no México, as Comunidades nativas e camponesas com titulação coletiva no Peru, os Quilombos no Caribe e Brasil e as Cooperativas habitacionais no Uruguai. O cooperativismo, enquanto uma experiência mais contemporânea de autogestão é um dos modelos que melhor representa valores como a ajuda mútua, democracia, igualdade e solidariedade, o que levou a Organização das Nações Unidas (ONU) lançar em 31 de outubro de 2011 o Ano Internacional das Cooperativas e, em 2012, realizar esforços para expandir a consciência pública sobre o papel das cooperativas no cumprimento de Metas de Desenvolvimento do Milênio (ODM) como a redução da pobreza e o desenvolvimento sócio-econômico⁶⁵. Tendo conhecimento desta diversidade de experiências latino americanas, o presente artigo pretende focar nas possibilidades e limites de um modelo de *Community Land Trust* no Brasil para o incremento da segurança da posse de populações vulnerabilizadas, mas também como reforço de iniciativas de gestão coletiva territorial já existentes em nosso território como as cooperativas habitacionais, ocupações, entre outras.

p. 2330

A INSEGURANÇA DA POSSE DE POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

No Brasil embora a precariedade da moradia popular tenha alta visibilidade material e simbólica, não existem informações precisas quanto a sua quantificação ou

⁶⁴ “Throughout Latin America and the Caribbean, lands are also held in common by maroon communities, descendants from Africans who had escaped from slavery in the Americas to mix with the Amerindians. Remaining maroon communities today are especially to be found in Jamaica, Suriname, Puerto Rico, Haiti, Dominican Republic, Cuba, and Brazil. Due to their isolation from colonists, these communities were able to preserve African traditions around shared land use, language, music, culture and religion. Their identities, however, have been threatened by assimilation into national populations often by taking their right to the lands and resources away” (ALGOED et al, 2018).

⁶⁵ Fonte: <https://nacoesunidas.org/agencias-da-onu-lancam-ano-internacional-das-cooperativas-2012/>



localização, tampouco existem dados precisos e confiáveis acerca da precariedade da posse para grupos sociais vulneráveis⁶⁶. É notório, no entanto, que o país padece de um grave cenário de irregularidade fundiária, acompanhada de insegurança da posse especialmente no que se refere a populações vulnerabilizadas, sempre sob ameaça de remoções, estatais ou mercadológicas, de seu território.

As políticas públicas brasileiras relacionadas ao desenvolvimento urbano sempre tiveram como traço uma ambiguidade quanto à postura do poder público, que alterna a repressão de políticas remocionistas, muitas vezes violentas, com tolerância e práticas clientelistas de intervenção urbana em áreas habitadas por populações vulnerabilizadas.

No âmbito jurídico, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seu capítulo que trata da política de desenvolvimento urbano (Art. 182 e 183 da CRFB/88), cujo objetivo é o de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, vemos o aumento significativo do número de instrumentos e legislações progressistas no Brasil.

Essas trazem instrumentos urbanísticos que se pretendiam capazes de promover a democratização das cidades, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsória que recaem sobre proprietários de imóveis urbanos não edificados, ou mesmo a desapropriação para fins de reforma urbana.

Ocorre que essas legislações e instrumentos não foram capazes de promover a segurança na posse das populações vulneráveis na prática, uma vez que dentre os diversos instrumentos promotores da função social da cidade, os mais utilizados foram aqueles que puderam ser utilizados de modo a favorecer interesses do capital imobiliário, como as Operações Urbanas, a Transferência do Direito de Construir, entre outros.

Atualmente o processo de exclusão e a insegurança se agudiza, uma vez que as recentes mudanças regulacionais e espaciais ocorridas nas cidades brasileiras se instituíram no sentido de privilegiar a atuação de atores financeiros, bem como de garantir a criação de infraestruturas necessárias para as novas atividades do capitalismo, especialmente as financeiras. As cidades vêm, cada vez mais, cumprindo um papel de ajuste espaço-temporal (HARVEY, 2015) para as situações de sobreacumulação típicas do capitalismo, se colocando como espaço privilegiado de alocação de recursos, sob uma lógica de absorção de capitais e garantia de lucros elevados. Tal fato leva a uma compreensão da gestão urbana como uma espécie de empresariamento, no qual cabe a cada cidade se colocar como o produto mais interessante a fim de atrair capitais.

A dinâmica de empresariamento urbano (HARVEY, 2005) e de transformação das cidades conforme as necessidades recentes de um capitalismo que atua sob dominância financeira (GUTTMAN, 2008). A visão do empresariamento urbano e da cidade mercadoria (VAINER, 2000) e sua gestão comprometida eminentemente com interesses econômicos, deixa de lado os direitos da população e o ideário de cidades mais justas e solidárias, de modo que a cidade mercadoria tem na legislação excludente

⁶⁶ Conforme respostas da Permanent Mission of Brazil to the United Nations Office and other International Organizations in Geneva feitas ao Questionário sobre “Segurança da Posse”, apresentado pela Relatora Especial sobre Moradia Adequada, Raquel Rolnik.



seu instrumental de manutenção e reprodução, uma vez que, a partir da produção legislativa, a modificação do espaço urbano é facilitada com o uso de instrumentos jurídicos como operações urbanas consorciadas, solo criado ou outorgas onerosas do direito de construir.

Produção normativa e neoliberalismo tanto caminham junto que podemos ver o avanço de pautas conservadoras, as urgentes e rápidas reformas de direitos e alterações legislativas percebidas após o golpe parlamentar. Dentre a legislação produzida neste cenário de aprofundamento neoliberal, podemos trazer a nova lei de regularização fundiária, 13.465/17, que modifica substancialmente o modelo de gestão fundiária nacional. Sem a intenção de abordar de forma mais completa as alterações efetivadas pela nova lei, desejamos destacar aqui a questão da mudança de "modelo" da regularização fundiária e seus possíveis impactos para as cidades.

A regularização fundiária no Brasil apenas teve uma primeira sistematização em nível nacional em 2009, com o capítulo III da Lei 11.977/09, que regula o programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida". Esta lei trazia um modelo de regularização fundiária de caráter amplo, no qual eram considerados os aspectos dominial, registral, urbanístico e social de assentamentos irregulares, no sentido de promoção da segurança da posse e garantia de direitos a seus moradores.

No entanto, com apenas 08 anos de vigência (o que é muito pouco se considerarmos a necessidade de capilarização desta legislação federal para mais de 5.200 municípios), e poucos meses após a subida ao poder do governo ilegítimo de Michel Temer, o referido capítulo legislativo foi inteiramente revogado pela Medida Provisória 759, posteriormente convertida na Lei 13.465/17, que se tornou o novo marco normativo nacional sobre o tema da regularização fundiária.

Este novo marco deixa de lado o aspecto plural do modelo de regularização anterior, fazendo opção clara pela regularização dominial e registral. Ou seja, deixam se ser exigidas medidas de urbanização e de assistência social, por exemplo, para se permitir chamar de regularização fundiária medidas apenas de distribuição de títulos para os moradores. Neste contexto, também não se deve perder de vista que a nova Lei privilegia a titulação pela propriedade privada plena, desprestigiando outras formas de aquisição de domínio como as concessões de uso.

Este modelo, que pretende então disseminar, por meio de política pública, a propriedade privada plena e individual no Brasil, se revela perigoso para as populações urbanas vulnerabilizadas. Isto porque a propriedade privada não se mostra como instrumento suficientemente adequado para a garantia da segurança da posse destas populações, uma vez que favorece expulsões mercadológicas, especialmente em assentamentos localizados em áreas já valorizadas das cidades (caso das favelas situadas na zona sul carioca, por exemplo). Nesse processo podemos perceber a intencionalidade de abrir espaço para os interesses de frações capitalistas às custas dos direitos dos moradores e das sociabilidades presentes no território.

Em pouco mais de um ano de ruptura democrática muitos dos avanços que estavam sendo construídos desde antes da constituinte de 1988 foram rapidamente esvaziados e mitigados e a reforma urbana tão vislumbrada nunca chegou a se



concretizar e se distancia cada vez mais das possibilidades e objetivos da atual agenda política do governo brasileiro. Junto com a reforma urbana, outros direitos defendidos pelos movimentos de moradia também se vêem esvaziados na atual conjuntura. A segurança na posse é componente central do direito à moradia adequada, de modo que sua ausência facilita remoções forçadas e expõe os grupos mais vulneráveis ao risco de várias violações dos direitos humanos. Daí a importância de buscar formas de incrementá-la e garanti-la, visto que os instrumentos presentes em nosso ordenamento jurídico não têm se mostrado suficientes para sua proteção adequada.

FORMAS DE GESTÃO COLETIVA DA PROPRIEDADE NO BRASIL E NO EXTERIOR

A história da humanidade se forjou com lutas e resistências ao redor dos usos e apropriações do solo, sendo a disseminação social da propriedade privada uma imposição capitalista, na contramão da lógica natural e histórica de diversos povos e comunidades tradicionais e camponesas. A ideação de formas coletivas de gestão de terras é antiga e existem diversas formas costumeiras de ocupação e de uso de terras comunais, as quais podem ser vistas principalmente em sistemas consuetudinários de propriedade como o das comunidades indígenas e povos tradicionais⁶⁷, mas também em formas contemporâneas de propriedade coletiva da terra, principalmente aquelas ligadas às comunidades agrícolas e coletivos de trabalho autogestionado.

Essas terras coletivas vão receber os mais variados nomes e formatos, como os *ejidos* no México, que são propriedades rurais de uso coletivo que tem origem no Império Asteca e modernamente se estabelecem quando o governo toma terras particulares e as disponibiliza para o uso comum, sendo incorporadas pelo sistema mexicano de *encomiendas* (abolido na Constituição de 1917) e, posteriormente, restauradas às aldeias sem terra em forma de concessões. A forma organizativa dos *ejidos* com assembleias comunitárias que acontecem a cada seis meses e estruturas internas de decisões coletivas, como os Conselhos Ejidais e os Conselhos de Vigilância possibilitam que os camponeses façam a gestão do território de acordo com suas demandas e necessidades.

“Chamamos propriedade social. E tem outras que são as propriedades comunitárias, comunais, que são as comunidades dos povos indígenas. Essa estrutura de *ejido*, que é de propriedade coletiva, abarca mais da metade do território nacional. Entre as 200 milhões de hectares, pelo menos 107 milhões estão nas mãos dos pequenos camponeses. Essa é uma herança da Revolução Mexicana. Possuímos uma base jurídica muito diferente a outros países. Essa é

p. 2333

⁶⁷ In Latin America Indigenous Peoples and local communities formally own or control 23 percent of land area on indigenous lands or community lands. Through major land reforms in the 20th century communities became legitimate landowners in 14 countries: as farming collectives (Chile, Peru, El Salvador, Nicaragua, Mexico), land associations (Honduras), peasant lands (Bolívia, Peru), and state cooperatives (Cuba). Political reforms also resulted in Indigenous Peoples acknowledged as collective landowners of traditional territories, embedded in new Constitutions in 13 countries: Panama, Peru, Chile, Guatemala, Nicaragua, Brazil, Colombia, Paraguay, Argentina, Bolívia, Ecuador, Venezuela and Mexico (Alden Wiley 2018: 7).



uma vantagem comparativa, de uma estrutura que funciona a nosso favor” (O Vermelho, 2018)⁶⁸.

Podemos também mencionar a Terra Comunitária de Origem (TCO), reconhecida pelo Estado boliviano, uma vez que os direitos das nações e povos indígenas originários campesinos estão dispostos na Constituição Política do Estado (CPE) de 7 de fevereiro de 2009. A carta constitucional traz um modelo de Estado intercultural, plurinacional e comunitário com autonomias territoriais. Como forma de garantir essas autonomias territoriais a propriedade coletiva é prevista junto com a propriedade individual⁶⁹ e o Estado reconhece e garante a propriedade comunitária ou coletiva compreendida nos territórios indígenas e de povos originários, comunidades interculturais e campesinas⁷⁰.

Podemos ainda mencionar as terras coletivas na Venezuela, onde a propriedade coletiva é prevista nos artigos 37 a 39 do Decreto Ley N° 8.198/2011, “*Ley especial de regularización integral de la tenencia de la tierra de los asentamientos urbanos y periurbanos*”⁷¹ segundo a qual o regime de propriedade coletiva será constituído através

⁶⁸ Entrevista com Cueva. O Vermelho. Acesso em 20 de novembro de 2018 - <http://www.vermelho.org.br/noticia/313709-1>

⁶⁹ **DERECHO A LA PROPIEDAD**

Artículo 56.

I. Toda persona tiene derecho a la propiedad privada individual o colectiva, siempre que ésta cumpla una función social.

II. Se garantiza la propiedad privada siempre que el uso que se haga de ella no sea perjudicial al interés colectivo.

III. Se garantiza el derecho a la sucesión hereditaria.

Acesso em 20 de novembro de 2018 - https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf

⁷⁰ **CAPÍTULO NOVENO**

TIERRA Y TERRITORIO

Artículo 394.

El Estado reconoce, protege y garantiza la propiedad comunitaria o colectiva, que comprende el territorio indígena originario campesino, las comunidades interculturales originarias y de las comunidades campesinas. La propiedad colectiva se declara indivisible, imprescriptible, inembargable, inalienable e irreversible y no está sujeta al pago de impuestos a la propiedad agraria. Las comunidades podrán ser tituladas reconociendo la complementariedad entre derechos colectivos e individuales respetando la unidad territorial con identidad.

Acesso em 20 de novembro de 2018 - https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf

⁷¹ **Propiedad colectiva**

Artículo 36. Se regula la tenencia de la tierra por usucapación o adjudicación de la propiedad colectiva de manera parcial o total en el lote de terreno ocupado por el asentamiento urbano popular y delimitado por su poligonal e igualmente en parcelas colindantes dentro del mismo.

Régimen de propiedad colectiva

Artículo 37. La constitución del régimen de propiedad colectiva es el acto jurídico formal mediante el cual una comunidad, que así lo decida en asamblea de ciudadanos y ciudadanas, acuerda solicitar el otorgamiento de la titularidad colectiva del lote total del terreno que ocupa, con el objeto de garantizar la permanencia física de su asentamiento urbano popular y el mejor aprovechamiento de su hábitat, en el que sus habitantes tienen el derecho exclusivo de uso, aprovechamiento y disfrute.

Organizaciones para adquirir la propiedad

Artículo 38. Los propietarios y propietarias de las bienhechurías que ocupan un mismo lote de terreno, por encontrarse en una edificación de varios niveles o en construcciones horizontales o en edificaciones mixtas que manifiesten su voluntad de obtener la propiedad colectiva, podrán constituirse en Comités de Tierra Urbana. El uso de estos terrenos será exclusivamente residencial, permitiéndose actividades productivas familiares.



de ato jurídico-formal no qual a comunidade solicita a outorga coletiva da titularidade do terreno. Esta titularidade coletiva é exercida via *Comités de Tierra Urbana*, responsáveis pela gestão da propriedade.

Vemos, a partir das experiências brevemente indicadas acima, que diversos formatos coletivos de gestão do solo são encontrados na América Latina, muitos deles relacionados com a origem indígena e de sociedades comunitaristas, mas igualmente com as resistências camponesas e agrícolas.

Dentre as formas contemporâneas de posse coletiva de terras são diversas as iniciativas de uso alternativo à propriedade privada individual e de tentativa de garantir a função social da terra. Na América Latina, encontramos as cooperativas de terra (sendo o grande exemplo o do Uruguai), os Community Land Trusts (que existem em Porto Rico) e as formas coletivas de obtenção de propriedade como a usucapião coletiva brasileira.

O cooperativismo uruguaio data dos anos 60, quando a *Ley Nacional de Vivienda* (Lei nº 13.728 de 17 de dezembro de 1968) deu forma jurídica ao “direito de uso e gozo”, ou propriedade coletiva como chamam os cooperativistas uruguaios. Este modelo ganhou robustez com a *Ley General de Cooperativas* (Lei nº 18.407, de 24 de outubro de 2008), que unificou as leis sobre o cooperativismo, regulamentando o cooperativismo habitacional em uma espécie de marco legal da legislação de habitação de caráter social.

A lei geral de cooperativas dispõe sobre os princípios do cooperativismo, trazendo uma nova modalidade ao modelo cooperativista com a figura das cooperativas de usuários, na qual o regime de adjudicação de habitação, ou seja, a possibilidade de transferência dessa propriedade às cooperativas, transforma a mentalidade proprietária do beneficiário de habitação de interesse social, uma vez que desindividualiza a propriedade. São várias as inovações trazidas pelo marco legislativo uruguaio, no sentido de garantir que “a habitação não será objeto de especulação imobiliária, nem para beneficiar, nem para prejudicar o cooperativista” (NAHOUM, 2013). A *Ley General de Cooperativas* não apenas traz princípios do cooperativismo, mas possibilita a adjudicação da habitação em uso e gozo ao cooperativado (RAFFO, 2014, p. 65). Isto porque, enquanto os cooperativados possuem o direito de uso e gozo, a propriedade é da cooperativa.

O Modelo da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM) é um modelo de produção habitacional que tem como elemento central a propriedade coletiva das habitações. O estatuto de cada cooperativa regula de forma integral a sua administração, com base em princípios do cooperativismo e, ao estabelecer a posse da habitação pelo cooperativado e a propriedade pela cooperativa, acaba criando um sistema coletivo com muitas vantagens para a segurança da posse e a garantia do direito de moradia no âmbito dos programas de habitação de interesse social. Hoje há mais de trinta mil famílias que integram as cooperativas de usuário no

p. 2335

Acesso em 20/11/2018 - <https://www.ecolex.org/details/legislation/decreto-ley-no-819811-ley-especial-de-regularizacion-integral-de-la-tenencia-de-la-tierra-de-los-asentamientos-urbanos-y-periurbanos-lex-faoc102677/>



Uruguai, tanto de ajuda⁷² mútua quanto de poupança prévia⁷³, e podemos dizer que o modelo vem resistindo por mais de quarenta anos às investidas do mercado imobiliário.

Por sua vez, o modelo de *Community Land Trust*, instituído inicialmente nos Estados Unidos na década de 60 e hoje disseminado por vários lugares do mundo, tem como características a (i) autonomia de ingresso; a (ii) divisão entre propriedade do terreno e das construções; (iii) gestão coletiva; (iv) sustentabilidade visando à manutenção dos moradores em seus territórios de origem – ainda que em cenários de ameaça por agentes externos/de mercado. Desta forma, o instrumento apresenta um potencial emancipatório em termos de utilização do instituto do direito de propriedade. Isto porque, sem romper com sua característica individual e privada, institui arranjo inovador em termos de gestão coletiva e de sustentabilidade para a manutenção da segurança da posse de populações vulnerabilizadas, o que será melhor explanado ao fazermos suas interlocuções com a possibilidade de um propriedade coletiva na realidade jurídica brasileira.

Por fim, temos a experiência cooperativista no Brasil. A principal legislação a tratar de cooperativa habitacional no país é a Lei nº 5.764, de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Em novembro de 1999 foi promulgada a Lei nº 9.867, que institui no Brasil a figura das cooperativas sociais, formadas majoritariamente por pessoas com desvantagem de acesso ao mundo do trabalho, porém seu uso é reduzido a poucas atividades e trabalhadores.

p. 2336

Diferentemente do que ocorreu com o cooperativismo de trabalho e de crédito, que em poucos anos estabeleceu marcos normativos mais sólidos e adequados ao trabalho realizado, o cooperativismo habitacional não possui um marco regulatório consolidado, tendo este se constituído em importante demanda de parte do movimento de moradia. Tais modelos, mais do que tentativas de encarar a propriedade da terra em outros formatos, trazem outros valores e usos a esta propriedade, sendo a autogestão um dos mais preciosos. O termo autogestão pode ser utilizado para definir tanto a gestão coletiva de um bem ou unidade produtiva, quanto uma forma de gestão social não mercantilizada, na busca por alternativas à organização monetária e mercantil da moradia. Essa administração feita pelos participantes, comunheiros, membros de um grupo, é realizada em regime de democracia direta no que se refere a tomada de decisões.

O TERMO TERRITORIAL COLETIVO E SUAS POTENCIALIDADES PARA O BRASIL

A tradução do termo "Community Land Trust" para a língua portuguesa é controversa e envolve mais do que a busca por palavras cujo significado seja mais próximo dos termos trazidos pela língua inglesa. Dada sua origem nos Estados Unidos

⁷² Cooperativas de ajuda mútua são aquelas nas quais o consumo da habitação somente será alcançado pela cooperação da capacidade produtiva dos seus associados, ou seja, com a ajuda de todos.

⁷³ As cooperativas de habitação de poupança prévia ("cooperativas de vivienda por ahorro previo") são aquelas cuja contrapartida ao financiamento pelo fundo habitacional é uma poupança previamente formada pelos membros cooperados. As cooperativas que operam através da ajuda mútua de seus associados são entidades complementares às cooperativas poupança prévia pois a ajuda mútua é tratada pela lei uruguaia como "um investimento não monetarizado que cumpre o papel de contrapartida ao financiamento para as famílias cuja renda é suficiente apenas para amortizar uma dívida de longo prazo, mas não para formar uma poupança antes de obter uma moradia" (BARAVELLI, 2006, p.64).



da América, que adota o sistema jurídico da common law, baseado mais em precedentes judiciais em detrimento de textos legais, a figura do “Land Trust” não é reproduzível ao passível de tradução ao português.

Deste modo, prefere-se trabalhar com a tradução de Termo Comunitário Territorial, evocando o aspecto consensual e comunitário do instrumento.

Como visto brevemente no capítulo anterior, as primeiras experiências foram realizadas nos Estados Unidos da América na década de 60, ligadas aos movimentos por direitos civis e localizadas, na sua totalidade, em áreas rurais. No início, o projeto enfrentou a resistência dos moradores e poucos foram efetivamente implantados neste primeiro momento. O primeiro CLT urbano apenas foi organizado em 1980.

Com o passar do tempo, o modelo dos CLTs foi se aperfeiçoando e a demonstração de resultados começou a vencer as desconfianças iniciais, dando-lhe mais força: em 1995 haviam cerca de 100 CLTs nos Estados Unidos da América, enquanto que em 2005 haviam mais de 200, com uma estimativa de 12 novos sendo constituídos a cada ano. Atualmente, os CLTs estão em operação em 45 estados e em outros países como Canadá, Inglaterra, Escócia, Austrália e Quênia (DAVIS, 2010). Muito desta expansão se deve ao fato dos CLTs terem deixado as fronteiras rurais e passado a ter aplicação expressiva nas cidades nas quais, de fato, as situações de vulnerabilidade são múltiplas e graves.

A difusão dos CLTs fez com que sua modelagem se tornasse maleável, para que pudesse se adaptar às diversidades locais. Nas palavras de Davis (2010):

“The CLT has been reinvented repeatedly over the years, adapting to new audiences, conditions, and applications. Such flexibility has been a perennial source of renewal and vigor, helping the CLT to spread far and wide. A deeper appreciation for the model’s evolution may encourage today’s practitioners to continue the experimentation that gave rise to the model in the first place” (pág.10)

Os arranjos jurídicos e institucionais dos CLTs de fato passaram a variar conforme a realidade de cada uma das localidades em que se instaura. No entanto, é possível definir algumas características comuns às ações que se colocam sob o título de CLT, que são: (i) terra de propriedade coletiva; (ii) construções/moradias de propriedade individual; (iii) sustentabilidade na manutenção do CLT; (iv) gestão participativa e (v) ingresso voluntário.

A propriedade coletiva da terra é o fundamento básico da segurança da posse proporcionada pelos CLTs. Os arranjos institucionais que garantem esta coletividade via de regra passam pela constituição de uma pessoa jurídica que será a proprietária formal dos terrenos, com participação dos moradores na sua gestão. A propriedade e gestão coletivas dão ao modelo a possibilidade de fazer restrições a possíveis novos moradores da área com o objetivo de manter suas características originárias, por exemplo, apenas permitindo que haja transmissão de imóveis para pessoas de baixa renda.

O que acontece nos CLTs, longe da negação ou disputa do paradigma da propriedade privada, é a busca de um formato de apropriação privada da terra que garanta a segurança da posse dos moradores diante das inúmeras ameaças que se colocam no âmbito da (re)produção constante da cidade no capitalismo, especialmente aquelas relacionadas às sucessivas mudanças nos gradientes de valorização que



implicam a expulsão mercadológica dos moradores de localidades que vão se valorizando rumo às sempre renovadas franjas da cidade.

Por sua vez, e corroborando o argumento desenvolvido acima, uma outra característica comum aos CLTs é a propriedade privada das construções/moradias. Não há uma proposta de comunhão entre os moradores, mas sim a tentativa de promoção de um arranjo que consiga de forma eficaz garantir seus direitos, inclusive o de se inserir no mercado e vender seu imóvel, mesmo que dissociado do terreno.

Neste sentido, os moradores podem ter seu poder de venda limitado a um determinado público, sempre previamente acordado a partir da gestão participativa da institucionalidade que institui e regula o CLT em determinado território, sobre a qual trataremos adiante. Essa limitação ao processo de revenda é fundamental para a continuidade do projeto de oferta de residências acessíveis a populações vulneráveis (THADEN e LOWE, 2014).

Além disso, é indispensável para o estabelecimento de CLTs a garantia de sua sustentabilidade, ou seja, é preciso que o arranjo institucional que sustenta o CLT consiga se manter sem auxílio externos. Esta medida é importante para garantir a segurança do CLT independentemente de qualquer mudança conjuntural, de ordem econômica ou política, que atinja a institucionalidade do projeto.

Ainda no âmbito institucional, é indispensável para o modelo de CLT que seja garantida uma gestão participativa por agentes interessados no território. Em uma formulação clássica, esta gestão é feita em um formato tripartite, com a formação de uma espécie de órgão deliberativo colegiado composto por 1/3 de moradores; 1/3 de técnicos indicados pelos moradores e 1/3 de moradores de bairros vizinhos (DAVIS e JACOBUS, 2008).

Ainda que este formato clássico não seja reproduzível em todos os locais nos quais se pretenda implantar o modelo dos CLTs, é fundamental que a gestão institucional seja feita de forma participativa e que esta participação seja garantida materialmente, em todo o processo de tomada de decisões sobre o território, e não apenas formalmente, com deliberações apenas sobre propostas já construídas.

Por fim, uma última característica comum dos CLTs seria o ingresso voluntário dos seus integrantes. Como grande parte do potencial dos CLTs está contida na sua dimensão deliberativa participativa e no alcance de um objetivo comum de segurança da posse para determinada comunidade, é indispensável que haja voluntariedade de ingresso entre seus membros. Esta voluntariedade firma uma base de interesses comuns entre os integrantes que pode representar o elo de comunhão do qual dependerá o sucesso da iniciativa.

No Brasil, a implantação de um modelo de Termo Territorial Coletivo em áreas informais já consolidadas passa pela necessária costura das esferas do planejamento urbano e do direito. No âmbito do planejamento urbano, é fundamental a construção de um processo de planejamento tipicamente insurgente (MIRAFTAB, 2009) junto aos moradores. Ou seja, é fundamental engajá-los em um processo de conscientização e definição dos rumos desejados para seu território, conhecendo os limites e possibilidades e definindo estratégias para o alcance dos resultados esperados.



A partir deste processo participativo e insurgente de conscientização e planejamento do território, torna-se necessário pensar em arranjos jurídicos que permitam a realização da estrutura necessária para um TTC.

Uma primeira opção, seguindo inclusive a experiência bem sucedida de Porto Rico, é a edição de uma lei específica sobre o tema, com regulamentação extensiva sobre o tema. Em termos materiais, esta seria a solução ideal, permitindo um desenho jurídico personalizado do instituto, completamente adaptado a suas necessidades. Entretanto, dados os trâmites legislativos e as complexidades que envolvem a negociação política, aguardar a edição de uma lei específica prorrogaria indefinidamente qualquer possibilidade de implantação do modelo.

Sendo assim, buscou-se pensar um arranjo alternativo a partir dos instrumentos já existentes no ordenamento jurídico brasileiro, capaz de fornecer a base para a implementação de um modelo brasileiro de Community Land Trust, a partir das especificidades e necessidades locais. Neste sentido, foi desenvolvida uma estrutura jurídica a partir de uma metodologia de circuito, que consiste na utilização conjunta de diversos instrumentos para a construção de um modelo de Community Land Trust no Brasil, por etapas. Cabe destacar que estas etapas não são necessariamente progressivas, de modo que podem obedecer a lógica temporal de implantação diversa da aqui desenhada.

A primeira etapa seria a da regularização fundiária. A realidade dos assentamentos informais brasileiros, bem como da maioria do seu território, é de terras não regularizadas, que por vezes não têm sequer registro. Considerando que o Community Land Trust pressupõe a transferência da terra para uma entidade que então fará o desmembramento entre terrenos e construções, a regularização fundiária se coloca como pressuposto indispensável para a implantação de qualquer modelo que pretenda seguir os mesmos moldes.

Com a regularização dos imóveis quanto a sua propriedade, pode-se passar à segunda etapa do circuito, que seria a constituição da pessoa jurídica que ficará responsável pela gestão do território.

Conforme afirmado anteriormente, esta etapa não necessariamente deve ser precedida ela anterior. Para fins organizativos, uma comunidade pode primeiro discutir formas de associação e estruturar sua pessoa jurídica, para que quando a regularização da terra ocorra a estrutura jurídica já esteja pronta para permitir o avanço do projeto.

Existem diversas formas associativas reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Para a instituição de um modelo de Community Land Trust podemos destacar as associações, fundações e cooperativas.

As duas primeiras são formas de pessoas jurídicas já consolidadas no Brasil e as principais diferenças entre elas são de duas ordens. A primeira se refere à gestão: as associações permitem arranjos de maioria que podem alterar a finalidade inicialmente estabelecida para si e seus bens. Deste modo, acaba padecendo de uma fragilidade que exigirá esforços para sua correção, ao mesmo tempo que é a forma que tem o processo menos burocrático de estabelecimento. A segunda se refere à necessidade de que, para a criação de uma fundação, já exista patrimônio a ser destinado para suas atividades fins.



Ou seja, no caso de criação de uma fundação para modelar um CLT, esta fica condicionada à possibilidade de disposição dos imóveis no momento de seu surgimento, não podendo ser feita antes da etapa da regularização fundiária descrita anteriormente.

Quanto às cooperativas, sua regulamentação jurídica ainda se revela insuficiente no Brasil, embora seja o instrumento preferencial dos movimentos sociais em sua organização interna. Um dos problemas encontrados para a utilização desta figura jurídica é a necessidade de comprovação de um fim econômico, exigência para a criação de uma cooperativa. Apesar disso, por estar capilarizada entre os movimentos sociais, é uma opção que não deve ser desconsiderada.

Superadas essas duas etapas, chega-se ao momento de realizar o processo de separação entre a propriedade da terra (sob gestão da pessoa jurídica anteriormente criada, que por sua vez deve ser gerida de forma coletiva pela comunidade e interessados) e a propriedade das construções (individual dos moradores), sendo esta uma característica básica a todos os modelos inspirados nos Community Land Trusts.

Nesta etapa, mais uma vez contamos com diversos instrumentos à disposição no ordenamento jurídico brasileiro, sendo o mais adequado o direito de superfície, utilizado também na experiência porto-riquenha.

Este instrumento permite que a propriedade da terra e das construções seja separada quanto a sua propriedade. Deste modo, no contexto de um TTC, a propriedade da terra ficaria com a pessoa jurídica responsável por sua gestão enquanto que a propriedade das construções ficaria com os moradores individualmente. Este arranjo permite uma conformação entre o interesse coletivo na segurança da posse e o interesse individual de transacionar com o bem (vender, hipotecar, etc.).

No Brasil, o direito de superfície deve ser fixado por tempo determinado, embora este prazo possa ser grande o suficiente para trazer segurança para as famílias, como a fixação por 99 anos prorrogáveis.

Com a separação da propriedade, encerram-se as etapas da constituição jurídica de um modelo de TTC, sendo certo que cada uma destas etapas deve ser alimentada pelos objetivos e necessidades das comunidades que estejam construindo o modelo. Assim, o que se apresenta aqui é apenas uma modelagem jurídica básica, que oferece diversas opções aptas a servir às mais diversas necessidades que se apresentem na realidade.

Chegando ao fim desta sequência jurídica, o TTC estará apto a exercer todas as suas potencialidades no território. Especialmente a partir de um modelo de gestão coletiva desenhado pela comunidade conforme suas necessidades e especificidades, o TTC estaria apto a valorizar as experiências e soluções locais e fortalecê-las em busca da promoção de melhorias territoriais.

O TTC seria, portanto, neste formato, o produto final da aplicação por etapas de diversos instrumentos presentes no ordenamento jurídico brasileiro, se diferenciando deles exatamente por uni-los em um produto final inovador e com enorme potencial de empoderamento das comunidades e garantia de sua permanência no território de origem, inclusive com melhoramentos.

Assim, instrumentos classicamente conhecidos no Brasil, na luta pelo direito à moradia e a segurança da posse, como a usucapião coletiva ou a concessão de uso,



comporiam parte do circuito necessário para a criação de um TTC, conforme acima explicitado.

Este formato de circuito libera as eventuais iniciativas de aplicação do TTC da necessidade de aguardar ou depender da aprovação de uma legislação específica sobre o tema, o que pode levar um tempo longo, especialmente considerando o instável cenário político brasileiro. Apesar da construção deste modelo com base nos instrumentos já existentes, reitera-se a indicação para que a luta por uma legislação específica sobre o tema se faça em paralelo a uma eventual aplicação do instrumento a partir da metodologia proposta.

POTENCIALIDADES DO TERMO COMUNITÁRIO TERRITORIAL PARA A AUTOGESTÃO HABITACIONAL

A questão da habitação no Brasil tem um histórico de subapreciação por governos e mesmo pela opinião pública. Ao menos desde a metade do século XX - e mesmo algumas décadas antes disso -, momento subsequente ao "boom" de urbanização promovido pelas políticas de incentivo à industrialização no Brasil, a habitação se mostrou um desafio, especialmente para a população mais pobre.

Durante décadas a "política" habitacional consistiu, fundamentalmente, na omissão do Estado sobre o tema, acompanhada de uma leniência proposital proposital com indispensáveis iniciativas de autoconstrução e mesmo autogestão territorial.

Sob o ponto de vista da população, estes arranjos autogestionários desde a etapa da construção eram mesmo condição de sobrevivência e de garantia da reprodução social, buscando-se as áreas mais próximas de meios de transporte para instalação preferencial.

Por sua vez, sob o ponto de vista do capitalismo industrial, este tipo de prática se mostrava muito benéfica ao reduzir os custos da cesta de insumos básicos que devem compor o salário dos trabalhadores, que conta com a habitação como um dos elementos principais, indispensável para a reprodução social da força de trabalho.

A situação de omissão do Estado e predomínio da autogestão construtiva só sofreu alteração considerável com a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH, na década de 60 (BONDUKI; KOURY, 2010). Apesar desta iniciativa estatal, o BNH não foi capaz de fazer frente à demanda habitacional, ao mesmo tempo em que recebeu diversas críticas de setores sociais mobilizados em torno da questão habitacional.

Esta mobilização social sobre o tema da habitação cresce em vulto e importância a partir do processo de redemocratização da década de 80 do século XX, incrementando os debates e as buscas por formatos jurídicos e associativos que melhor se adequassem às necessidades dos movimentos e organizações sociais atuantes no âmbito da moradia, em especial a moradia social.

Neste cenário se destacam os formatos do associativismo e do cooperativismo, ambos apresentando dificuldades para o objetivo principal de construção de uma política autogestionária de largo espectro, incluindo a já consolidada autogestão construtiva, mas também aspectos mais amplos como a autogestão territorial.

Questões técnicas, associadas com uma deficiência legislativa especialmente no âmbito do cooperativismo dificultam que as organizações sociais cumpram seus

p. 2341



objetivos de garantia de moradia digna e em formato coletivo para seus associados/cooperativados.

Cabe destacar que a legislação principal sobre cooperativismo no Brasil é de 1971, com alterações de 2012, mas que tiveram por objetivo fundamentalmente regulamentar uma modalidade específica de cooperativa que não se adequa à maioria das iniciativas habitacionais.

Sendo assim, trata-se de legislação claramente deficiente no sentido de regulamentar diversas atividades com potencial de exercício coletivo e cooperativo, dentre as quais se incluem as iniciativas de autogestão habitacional.

Esta defasagem legislativa se soma a um conservadorismo geral no que se refere ao reconhecimento de arranjos coletivos em diversas esferas. Isto se reflete na extrema dificuldade de obtenção de financiamentos ou titulações coletivas em áreas instituídas a partir de arranjos autogestionários.

Neste cenário, o Termo Territorial Coletivo parece ter muito a contribuir com as iniciativas de autogestão habitacional em sentido amplo, se apresentando como um instrumento com potencial para endereçar, de forma mais adequada que as formas até então utilizadas, as necessidades e peculiaridades dos processos coletivos que caracterizam estas iniciativas.

Como visto anteriormente, ao criar um circuito de utilização de instrumentos e técnicas existentes em prol de um planejamento e gestão territorial insurgente, que incrementa a segurança da posse dos moradores a partir da autogestão territorial, o termo territorial coletivo parece ir ao encontro dos objetivos que vêm sendo perseguidos pelas organizações sociais sobre o tema da habitação.

Seu caráter inovador e sua comprovada eficácia internacional (DAVIS, 2010) podem habilitá-lo como grande aliado na luta dos movimentos autogestionários de habitação e isto pode se dar de diferentes formas.

Um dos caminhos seria que a proposição legislativa sobre o tema, já abordada anteriormente, trouxesse previsões específicas para que o TTC pudesse englobar as diversas situações de organizações autogestionárias sobre o tema da habitação no Brasil. Assim, por exemplo, poderia ser possível solucionar a questão da formalização de arranjos coletivos de propriedade, bem como consequentes formas coletivas de financiamento - dois dos principais nós enfrentados por organizações autogestionárias na atualidade.

Para além das possibilidades advindas de uma nova legislação, a utilização do instrumento a partir do desenho proposto em formato de circuito oferece novas possibilidades para as organizações autogestionárias. Isto porque, ao subverter o caráter individual da propriedade privada sem, no entanto, propor um rompimento com sua institucionalidade, o TTC abre novas possibilidades de titulação e gestão habitacional e do território sob aspectos materiais e formais. Sabe-se que as formas atuais de titulação engessam práticas autogestionárias e a combinação entre propriedade privada individual e coletiva proposta pelo TTC pode representar um avanço para a formalização de tais práticas.

Esta possibilidade de formalização em termos de titulação pode, por consequência, levar ao desatamento de outro importante nó enfrentado por organizações ligadas à causa da autogestão habitacional, qual seja, o financiamento.



Isto porque, uma vez reconhecido um arranjo de titularidade coletiva da terra abre-se um janelas de possibilidades jurídicas de financiamento em formato coletivo, por exemplo possibilidades de financiamento diretamente à pessoa jurídica titular da área, que por sua gestão coletiva passa a ter condições de cotizar os valores entre os participantes.

Para além destas possibilidades formais, a forma de organização na qual se ancora o TTC, envolvendo os moradores não apenas na gestão de uma pessoa jurídica, mas no planejamento e definição de medidas a serem adotadas no próprio território, tende a potencializar os arranjos autogestionários nos seus aspectos mais participativos e emancipatórios ao ampliar os conhecimentos e ações dos moradores sobre seu território.

Conforme visto, acredita-se que o TTC tenha potencial para somar, em diversos aspectos, nas lutas travadas pelas organizações autogestionárias que militam no âmbito habitacional. A insuficiência até aqui demonstrada pelos instrumentos e legislações nacionais em dar conta das necessidades destas organizações recomendam que se amplie o olhar para outras possibilidades eventualmente aplicadas em outras partes do mundo. É aqui que entra o TTC, como ferramenta com potencial inegável e que demanda maior difusão e estudo para sua adequação e melhor aproveitamento na realidade brasileira.

CONCLUSÃO

A gestão coletiva da propriedade é uma realidade histórica na América Latina, com diversas experiências que se estabeleceram e se fazem presentes até hoje nos mais diversos países. Trata-se de formas alternativas de pensar e exercer a propriedade, para além do paradigma individualista imposto pelo capitalismo, com privilégio de valores coletivos e solidários.

No Brasil, para além das comunidades tradicionais, a gestão coletiva da propriedade ganha força nas últimas décadas a partir das figuras do cooperativismo, da economia solidária, e de iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida estruturados na coletivização e na autogestão. Devido ao excesso de burocratização - incentivado pelas previsões legislativas - e à lógica mercadológica de produção dos espaços, tais práticas acabam sendo enfraquecidas e dificultadas, tanto que inexistem regras claras que diferenciem a produção social da habitação por grupos populares cooperativistas e autogestionários da produção realizada por empresas e construtoras na produção habitacional brasileira junto ao governo federal.

O cooperativismo habitacional autogestionário se baseia em princípios caros à defesa e garantia da segurança da posse e à garantia do direito de moradia de populações vulnerabilizadas uma vez que, além de ser contra-hegemônico, todos os padrões e processos decisórios são construídos coletivamente, significando e ressignificando conceitos e valores como os de direito à moradia digna, direito à cidade ou mesmo valor de uso. A formatação de um modelo de Termo Territorial Coletivo autogestionário e que se personalize juridicamente na figura da cooperativa, utilizando do instrumental jurídico e político já presente no ordenamento jurídico brasileiro, tem extrema relevância no momento atual. A prática da gestão coletiva do território, dentro de um modelo associativista que busque se distanciar da lógica da propriedade individual típica do sistema capitalista e de racionalidade neoliberal, tem importância



pragmática enquanto instrumento garantidor da segurança da posse de populações vulnerabilizadas.

Acredita-se que as possibilidades de um modelo de TTC no suporte de práticas autogestionárias e na criação delas deva ser pautado na academia e junto a movimentos sociais para maior compreensão e elaboração, tendo em conta, especialmente, seu potencial já demonstrado em diversos países ao redor do mundo de incremento da segurança da posse e de garantia de direitos de populações vulnerabilizadas. Espera-se, a partir desta perspectiva, que o presente artigo contribua com um primeiro olhar sobre o tema, despertando o interesse de outros pesquisadores no desenvolvimento da temática.

BIBLIOGRAFIA

- ALGOED, Line et al (2018). Community Land Trusts and Informal Settlements: Assessing the feasibility of CLT instruments developed by the Caño Martin Peña communities in Puerto Rico for Favelas in Rio de Janeiro. [Lincoln Institute of Land Policy Working Paper]. Brazil.
- BARAVELLI, José Eduardo. O Cooperativismo Uruguaio na Habitação Social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da FAU/USP. São Paulo: 2006. Acesso em:
http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/teses/baravelli_mestrado_cooperativismo.pdf
- BONDUK, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH: As propostas do seminário de habitação e reforma urbana. In. Vitruvius. 120.02. Ano 10, maio 2010.
- CARDOSO, Patrícia. Sistema nacional de habitação de interesse social à luz do novo marco legal urbanístico: subsídios para implementação nos estados e municípios : lei federal nº 11.124/05 / [Patrícia Cardoso, Paulo Romeiro]. – São Paulo : Instituto Pólis, 2008. Disponível em:
http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/380/POLIS_sistema_nacional_habita%C3%A7%C3%A3o_interesse_social.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- DAVIS, John Emmeus. The Community Land Trust Reader. Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy, 2010.
- _____. e Jacobus, R. The city-CLT partnership: municipal support for community land trusts. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2008
- GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 82, p. 11-33, nov. 2008.
- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980
- _____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.
- THADEN, E. e LOWE, J. Residente ans community engagement in community land trusts. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2014.
- MIRAFAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. In. Planning Theory 8(1). Downloaded from <http://plt.sagepub.com> at UNIV OF ILLINOIS URBANA on April 17, 2009.



MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. In.: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – v.18, n.3, 2016. – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor responsável Ana Cristina Fernandes: A Associação, 2016.

NAHOUM, Benjamín. Algunas claves. Reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por Ayuda Mutua, Ediciones Trilce, Montevideo, 2013.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. GONÇALVES, Alicia Ferreira. MACDONALD, José Brendan. (et alli). Regime Jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

RAFFO, Alberto; FRANCO, Jorge. La utopia realizable de la “propiedad colectiva”. In.: La vivienda, entre el derecho y la mercancía : las formas de propiedad en ... Regional de Vivienda y Hábitat, WE Effect, Centro Cooperativo Sueco, 2014.

VAINER, Carlos B. (2000), "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano", In: Otília Arantes; Carlos Vainer & Ermínia Maricato, A cidade do pensamento único, Petrópolis, Vozes.



A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE SÃO PAULO NA SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ENTIDADES

Anna Carolina Lucca Sandri⁷⁴

Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Direito da Universidade Federal do Paraná

annaclsandri@gmail.com

p. 2346

⁷⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Direito da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa de “cooperativismo e economia solidária”. Integrante do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania e do Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento (Pro Polis). E-mail: annaclsandri@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo Ministério Público Federal (MPF), notadamente na expedição da recomendação nº 54/2016, que questionou a seleção dos beneficiários estabelecida na Portaria nº 163/2013 pelo Ministério das Cidades, que estabelece a possibilidade das entidades organizadoras definirem até três critérios adicionais para determinação dos beneficiários.

A pesquisa utilizou o método indutivo, em razão de extrair conclusões a partir da análise de casos concretos. Foi realizada a pesquisa documental por meio da análise de documentos do MPF de São Paulo, principalmente a recomendação nº 54/2016, e de notícias que abordem o Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades, bem como revisão bibliográfica sobre o programa citado anteriormente.

A atuação do MPF teve início após a publicação de matéria jornalística pelo Estado de São Paulo, que apontava a predominância do critério de participação política em atos em detrimento da renda, bem como o risco de cooptação política dos associados (FERRAZ; ZANCHETTA, 2013). Segundo o MPF, as entidades organizadoras e o Poder Público impunham critérios de priorização de candidatos contraditórios com as finalidades do programa e afrontosos com os princípios de isonomia, impessoalidade e legalidade (MPF, 2016).

AUTOGESTÃO HABITACIONAL

No plano social, a autogestão plena só pode alcançada a partir de um novo modo de produção, podendo ser caracterizada da seguinte forma:

(i) uma nova concepção que não pretende reabilitar o socialismo, mas que objetiva defini-lo em outros termos: socialismo democrático; (ii) definitivamente democrática e realista e que, portanto, atua sobre as dificuldades, os problemas e a complexidade do exercício do poder coletivo; (iii) a apropriação social dos meios de produção e dos meios de poder e de gestão social por parte de toda a sociedade, coletivamente; (iv) ao mesmo tempo, um objetivo dos produtores e uma estratégia de superação revolucionária (qualitativa) das relações sociais e de produção; (v) um novo modo de produção e gestão social; (vi) a vinculação entre o desenvolvimento e o modo autônomo de produção, estabelecendo uma relação integrada entre as atividades econômicas e as sociais; (vii) a forma de organização coletiva da sociedade em todas as suas esferas econômicas, sociais, jurídicas e políticas; (viii) a superação de uma sociedade de classes (FARIA, 2017, p. 632 e 633).

Portanto, a autogestão social necessariamente implica na superação do capitalismo. Por isso, as Organizações Coletivistas de Produção Associada (OCPA) têm características autogestionárias e referem-se a uma unidade produtiva, “sob o comando dos produtores diretos, o qual tem responsabilidades ou interesses recíprocos no processo de produção” (FARIA, 2017, p. 644).

Essas organizações pressupõem a gestão democrática da propriedade dos meios de produção e na esfera decisória. Portanto, esses empreendimentos apreciam a participação coletiva de seus integrantes nas decisões tomadas, salientam o controle



dos trabalhadores do processo produtivo, a colaboração e a solidariedade nos projetos e resultados, bem como partilhando as responsabilidades em todo o processo de produção, incluindo os critérios de remuneração adotados correspondente à sua participação proporcional ao trabalho empregado e/ou conforme as necessidades individuais (FARIA, 2017).

Nesse sentido, autogestão pode ser definida da seguinte forma:

A autogestão no nível da unidade produtiva pode ser entendida como uma forma de organização das atividades sociais desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividade administrativa), na qual as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos dela participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas pelas estruturas específicas de atividade (GUILLERM e BOURDET, 1975). As características autogestionárias envolvem, em resumo, a gestão democrática, o efetivo controle do processo de produção pelos trabalhadores e, de acordo com estudos conduzidos por Vargas de Faria (2003), a distribuição do resultado observando o trabalho aplicado na produção (FARIA, 2017, p. 647).

Dessa forma, as características autogestionárias englobam a distribuição do resultado conforme o trabalho desenvolvido, o controle do processo produtivo pelos trabalhadores e a gestão democrática. Dessa forma, a autogestão habitacional ainda que não implique em uma forma de autogestão social envolve elementos autogestionários, ainda que guarde diferenças em relação à OCPA, principalmente em relação à utilização de trabalho assalariado, cuja utilização eventualmente é necessária, em razão de possíveis demandas técnicas, porém, representa uma contradição com os princípios de autogestão.

p. 2348

A autogestão habitacional implica a gestão da totalidade dos processos fundamentais para a produção de sua própria moradia, englobando desde a conquista da terra até a construção, abarcando a realização dos projetos arquitetônicos (BURGUIÈRE et al, 2016). No Brasil, a autogestão no âmbito da habitação teve origem na década de 1980, a partir da atuação dos movimentos de luta por moradia, que propuseram uma nova forma de fazer empreendimentos habitacionais, em que entidades da sociedade civil fizessem a promoção e gestão de todas as fases do empreendimento (FRIEDRICH, 2013).

A execução da autogestão dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades envolve a construção do projeto desde a base, por meio da articulação entre entidade organizadora, assessoria técnica e as famílias (NYCOLAAS, 2017). A organização autogestionária permite ao beneficiário influenciar na elaboração do projeto habitacional, inclusive na escolha de sua localização (NYCOLAAS, 2017).

Essa é uma distinção fundamental dos empreendimentos de autogestão, em comparação com a produção convencional pública, na qual a formulação do projeto não depende dos beneficiários (RODRIGUES, 2013). Nesse sentido, o ente público ou agente promotor definem todas as fases de produção, de forma que “primeiro vem a casa e depois o seu morador” (RODRIGUES, 2013, p. 31). Já nos processos que envolvem a autogestão primeiramente é formado o conjunto de famílias que integrará o



processo e depois é que irá se construir uma proposta de habitação (RODRIGUES, 2013).

O desenvolvimento da autogestão permite o desenvolvimento da consciência crítica nas comunidades, já que é condição para o desenrolar do projeto a adesão de cada pessoa à proposta, o que exige um trabalho de educação popular, com o intuito de enfrentar o imobilismo e individualismo (RODRIGUES, 2013). Além disso, o processo autogestionário proporciona aprendizagens para as pessoas, autoconfiança e empoderamento social dos moradores, bem como o sentimento de pertencimento em relação à nova residência (NYCOLAAS, 2017).

Inicialmente, a autoconstrução era utilizada para tornar mais barato o processo de produção das moradias, por meio do não custeio do trabalho das famílias beneficiadas. Porém, a redução de custos nem sempre se operava, em razão da não profissionalização dos construtores e da escala pequena de trabalho. Nesse sentido, essa concepção de autoconstrução englobava a utilização do trabalho não pago das famílias e não possibilitando a ingerência das famílias no decorrer do projeto foi criticado (NYCOLAAS, 2017). Em um segundo momento, a partir da adoção da autogestão, o mutirão adquire o caráter de possibilitar a organização popular, inclusive de conseguir apoio político (NYCOLAAS, 2017).

É importante frisar que a autoconstrução habitacional não é exclusiva dos empreendimentos de autogestão, inclusive foi utilizada de forma maciça pela classe trabalhadora que construía suas residências na periferia nas horas de folga (KOWARICK, 1980).

Baravelli (2006) apontou que o mercado não consegue garantir a mesma qualidade, tanto em relação à área quanto em relação a materiais de construção, em razão da necessidade de remuneração da intermediação. Conforme Rodrigues (2013), na produção convencional capitalista até 35% do orçamento é destinado para bônus e despesas indiretas das construtoras, por isso, como as práticas autogestionárias não tem como objetivo obter lucro, garante a utilização de mais recursos na produção habitacional, melhorando a qualidade da habitação.

Dessa forma, verificou-se no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades essa melhor qualidade: “no tamanho e acabamento das casas, disposição dos edifícios, oferta de áreas verdes internas e equipamentos: quadra, praças, centro comunitário, relação com o entorno, custo” (JESUS, 2014, p. 267).

No Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades pode haver empreendimentos no regime de autogestão ou de cogestão. Em relação à autogestão pode englobar as seguintes categorias: a) autoconstrução pelos próprios beneficiários, em que cada um deles constrói sua unidade habitacional; b) mutirão ou ajuda mútua, em que as moradias são construídas por todos os beneficiários; c) administração direta, na qual a assessoria técnica e/ou entidade organizadora contratam empresas ou profissionais para executar parcialmente os serviços (NYCOLAAS, 2017).

Já a cogestão ocorre mediante empreitada global, por meio da delegação da construção para a construtora (NYCOLAAS, 2017). Esse regime é obrigatório nos casos de construção verticalizada, salvo haja comprovação de experiência por parte da entidade organizadora na gestão de obras desse porte (JESUS, 2014).



PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ENTIDADES

Nos últimos anos, o principal programa habitacional brasileiro foi o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, criado em 2009, a partir de várias negociações do governo com o setor da construção civil, com o objetivo de enfrentamento de uma crise econômica (CARVALHO, 2015).

Apesar do ineditismo do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em subsidiar famílias de baixa renda, ele sofreu várias críticas, como, por exemplo, a produção das unidades habitacionais em locais distantes (FERREIRA, 2012) e a má qualidade nas construções (GALDO, 2013). Além disso, também apresentava problemas gerados pelo comprometimento da renda pelo pagamento das prestações e taxas condominiais (ROLNIK, 2015). Dentro do marco do PMCMV, as experiências de autogestão foram mais exitosas, em que se notou que as moradias de inúmeras experiências autogestionadas apresentavam área superior ao mínimo exigido pela Caixa Econômica Federal (LAGO, 2012).

O PMCMV-E tem o objetivo de assegurar moradia para pessoas com renda familiar mensal bruta não superior à R\$ 1.600,00, que componha cooperativas habitacionais ou mistas, associações e outras entidades privadas sem finalidade lucrativa (JESUS, 2014). Sobre o critério de renda estabelecido foi um valor igual em todo o país, seja em uma metrópole do sudeste ou em uma cidade no interior do nordeste, mesmo que o custo de vida e o preço da terra sejam diferentes (JESUS, 2014). Conseqüentemente, na cidade de São Paulo e na região metropolitana esse teto só atinge mulheres chefes de família, solteiros e idosos, portanto, excluindo de sua incidência uma variedade de famílias (JESUS, 2014).

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades incorporou várias regras do Programa Crédito Solidário (PCS), que contemplava empreendimentos de autogestão habitacionais, por isso, pode ser considerado um híbrido entre as normas gerais do PMCMV e do PCS (JESUS, 2014). Uma das diferenças entre o PCS e o PMCMV-E é que o primeiro considerava o valor total do financiamento obtido para determinar o valor do encargo mensal, já o segundo adotava a capacidade de pagamento dos beneficiários (JESUS, 2014).

O Ministério das Cidades integra o programa como Gestora da Aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), sendo encarregado de selecionar as propostas de empreendimentos habitacionais, por meio da Secretaria Nacional de Habitação (JESUS, 2014). A secretaria mencionada tem como atribuição a divulgação dos projetos selecionados para que sejam encaminhados previamente ao Agente Operador e as Entidades Organizadoras sejam comunicadas do resultado (JESUS, 2014). Além disso, o referido órgão tem o papel de definir critérios, parâmetros básicos para selecionar, contratar, acompanhar e avaliar os empreendimentos que receberão financiamento e gestão da aplicação dos recursos do FDS, bem como a avaliação permanente das ações realizadas visando a implantação do Programa (JESUS, 2014).

A Caixa Econômica Federal é o Agente Operador do FDS e possui as seguintes atribuições:

acompanhar e divulgar a seleção das propostas, alocar o orçamento ao Agente Financeiro, de acordo com a distribuição orçamentária por



Região, e monitorar os recursos aplicados nas fases de carência e amortização. Na qualidade de Agente Financeiro a CEF tem a atribuição de analisar a proposta de intervenção habitacional sob os aspectos jurídicos/cadastral, técnico de engenharia e trabalho social, formalizar as operações de financiamento com os beneficiários, acompanhar as obras e serviços. E liberar os recursos (JESUS, 2014, p. 139).

Dessa forma, o Agente Operador possui a função de analisar os projetos de empreendimentos sob a perspectiva jurídica, técnica e trabalho social, acompanhar as obras e liberar os recursos, entre outras funções.

Já as Entidades Organizadoras são responsáveis por organizar e apoiar as famílias em cada uma das fases dos projetos, bem como fornecer a assistência necessária para o desenvolvimento das obras, juntamente com os beneficiários (JESUS, 2014). Integram a Entidade Organizadora: a Comissão de Representantes (CRE) e a Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO), ambas devem ser compostas por representantes eleitos por maioria de votos em assembleias e reuniões definidas pela Entidade Organizadora (JESUS, 2014).

A primeira comissão tem como atribuição o acompanhamento financeiro do empreendimento, incluindo abertura e movimentação de conta bancária para recebimento dos recursos e prestação de contas dos recursos liberados (JESUS, 2014). Já a CAO verifica a execução do empreendimento, inclusive elaboração, apresentação e aprovação dos projetos, em conjunto com os beneficiários e a Entidade Organizadora. Também tem a função de realizar a prestação de contas aos beneficiários, de forma a informar sobre o andamento dos projetos e, no caso de construção sobre a situação das obras, incluindo a segurança das obras e do material de construção (JESUS, 2014).

p. 2351

Patricia Jesus (2014) relatou que frequentemente a Administração Pública trata os integrantes dos movimentos como beneficiários, e não como executores, o que é incongruente com a própria formulação do programa, que assegura um papel ativo da entidade organizadora na criação e implementação dos projetos a serem desenvolvidos.

Desde o surgimento do Programa tem havido inúmeras alterações nas suas normativas que decorrem da dificuldade de operacionalização da política habitacional, quando sua implantação é responsabilidade da sociedade civil, ao mesmo tempo em que demonstram a capacidade dos movimentos na execução do programa, inclusive de identificar problemas, sugerir modificações e pressionar os órgãos governamentais para a realização de mudanças (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016).

Já os beneficiários do programa devem cumprir suas obrigações relativas à obtenção do financiamento e das atribuições estabelecidas no programa, que incluem: investir recursos próprios necessários à complementação do valor do investimento, caso necessário, devolver os recursos do financiamento segundo contrato; participar das atividades do trabalho técnico social, acompanhar o andamento das obras mediante a CAO e participar da construção nos regimes de autoconstrução, ajuda mútua ou mutirão, observando as especificações aprovadas (JESUS, 2014).

Também podem integrar o programa às assistências técnicas que contribuem para a elaboração de projetos e estudos técnicos no tocante às experiências de autogestão, bem como empresas de construção civil, que são agentes executores das



obras e serviços, mediante contratação com as entidades (JESUS, 2014). Além disso, os Agentes Fomentadores, entre os quais se incluem Companhias de Habitação Popular (COHABs), Estados, Municípios e Distrito Federal, compõem o programa, exercendo o papel de parceiros ou facilitadores dos projetos, no tocante ao terreno, infraestrutura, organização de demanda, assistência técnica e licenciamentos (JESUS, 2014).

Os requisitos para inclusão de beneficiários no PMCMV estão contidos no artigo 3º da Lei 11.977/2009:

- I – Comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais);
- II – Faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações;
- III – Prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero;
- IV – prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e
- V – prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

§1º Em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar também:

- I – a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa;
- II – a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;
- III – a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.

§3º O Poder Executivo federal definirá:

- I – os parâmetros de priorização e enquadramento dos beneficiários do PMCMV; e
- II – a periodicidade de atualização dos limites de renda familiar estabelecidos nesta Lei.

§4º Além dos critérios estabelecidos no caput, os Estados, Municípios e Distrito Federal poderão fixar outros critérios de seleção de beneficiários do PMCMV, previamente aprovados pelos respectivos conselhos locais de habitação, quando existente, e em conformidade com as respectivas políticas habitacionais e as regras estabelecidas pelo Poder Executivo federal (BRASIL, 2009).

Logo, a Lei nº 11.977/2009 estabeleceu requisitos para inclusão de beneficiários no PMCMV e determinou que o Poder Executivo Federal estabelecesse regras de priorização e enquadramento dos beneficiários do programa. Portanto, por meio do item 4 do capítulo II do anexo da Portaria nº 163, de 06 de maio de 2013, do Ministério das Cidades, constam critérios de seleção do PMCMV-E:



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 3 DIREITO À CIDADE

SESSÃO 3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.1 Para fins de seleção dos candidatos a beneficiários, serão observados, obrigatoriamente, condições de enquadramento, requisitos de participação e critérios nacionais de priorização, e, ainda, até 3 (três) critérios adicionais adotados pela EO, conforme segue:

4.1.1 As condições de enquadramento são:

- a) renda familiar compatível com a modalidade;
- a.1) o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, fornecidos pelo Governo Federal, não compõem a renda familiar.
- b) não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; e
- c) não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional.

4.1.2 Os requisitos de participação são:

- a) adesão à proposta do empreendimento;
- b) participação nas atividades da EO; e
- c) participação nas ações necessárias à elaboração do projeto e contratação do empreendimento.

4.1.3 Os critérios nacionais são:

- a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; e
- c) famílias de que façam parte pessoa (s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico.

4.1.4 Os critérios adicionais, caso sejam adotados, deverão ser selecionados dentre os a seguir listados:

- a) famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, "x" km de distância do centro do empreendimento, comprovado com a apresentação de comprovante de residência;
- b) famílias residentes no município há no mínimo "x" anos, comprovado com a apresentação de comprovante de residência;
- c) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do ente público;
- d) famílias que se encontrem em situação de rua e que recebam acompanhamento socioassistencial do Distrito Federal, estados e municípios, ou de instituições privadas sem fins lucrativos, com certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) e que trabalhem em parceria com o poder público, comprovado por declaração do ente público ou da instituição;
- e) famílias com filho (s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documento de filiação;
- f) famílias monoparentais (constituída somente pela mãe, somente pelo pai ou somente por um responsável legal por crianças e

p. 2353



- adolescentes), comprovado por documento de filiação e documento oficial que comprove a guarda;
- g) famílias de que façam parte pessoa(s) idosa(s) comprovado por documento de oficial que comprove a data de nascimento;
- h) famílias de que façam parte pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico;
- i) famílias em situação de coabitação involuntária, comprovado por autodeclaração do candidato;
- j) famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda;
- k) famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de “x” anos, desde que posterior a julho de 2009, independente das datas de atualização cadastral, comprovado por protocolo ou similar;
- l) famílias em atendimento de “aluguel social”, comprovado pelo ente público;
- m) famílias de que faça parte pessoa atendida por medida protetiva prevista na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), comprovado por cópia da petição inicial do Ministério Público que formaliza a ação penal;
- n) outros, a serem submetidos previamente à aprovação da Secretaria Nacional de Habitação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2016, p. 5-7).

Portanto, a portaria mencionada veicula critérios de participação e a possibilidade de que as Entidades Organizadoras estipulem critérios adicionais, a serem homologados pela Secretaria Nacional de Habitação.

p. 2354

RECOMENDAÇÃO Nº 54/2016 DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE SÃO PAULO

Em 19 de setembro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF) de São Paulo expediu a Recomendação nº 54/2016, destinada ao Ministro das Cidades e ao Presidente da Caixa Econômica Federal, com cópia para a Secretária Nacional de Habitação, 1ª e 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e para as Entidades Organizadoras selecionadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades no Município de São Paulo (MPF, 2016).

A recomendação referida embasou-se no Procedimento Preparatório nº 1.34.001.006225/2013-59, instaurado na mesma Procuradoria da República, com o intuito de apurar possíveis irregularidades na implementação do PMCMV-E, relativa à denúncia “de que associações privadas sem fins lucrativos, receptoras de recursos do referido Programa, estariam criando critérios adicionais para a seleção dos beneficiários do Programa” (MPF, 2016, p. 2).

Os fundamentos para a expedição da recomendação foram os seguintes:

a) A proteção dos candidatos a beneficiários do PMCMV-E em face da atuação ilegal do Poder Público e das Entidades Organizadoras, as quais estabelecem critérios de priorização de candidatos que não condizem com as finalidades do referido programa e violam os princípios da isonomia e impessoalidade;

b) Ausência de justificativa para a criação dos requisitos de participação. A adesão à proposta do empreendimento foi vista como um critério inútil, visto que “é



incontestável que o beneficiário somente assumirá esta condição jurídica se aderir ao empreendimento proposto pela Entidade Organizadora” (MPF, 2016, p. 13).

Já a participação nas atividades da Entidade Organizadora foi vista como inconstitucional, em razão da impossibilidade de excluir da participação dos empreendimentos habitacionais beneficiários que atendam às condições legais e tenham aderido ao empreendimento pela não participação nas atividades da Entidade Organizadora, já que esse critério não condiz com as condições objetivas que devem guiar a seleção para atribuição de unidade habitacional (MPF, 2016).

De forma, a colocar os beneficiários que se encontrariam em situação de hipossuficiência social e econômica, em uma relação de subordinação a qualquer arbitrariedade da entidade organizadora. Além disso, a participação nas atividades da Entidade Organizadora pode possibilitar que o programa seja utilizado “para pressionar os beneficiários realizarem atividades políticas e partidárias a comando da Entidade Organizadora” (MPF, 2016, p. 14), o que não condiz com as finalidades e condições do programa dispostas em lei, o que poderia caracterizar desvio de finalidade;

c) O descumprimento do requisito de participação dos beneficiários do PMCMV pode acarretar a exclusão de beneficiários, o que demonstra a inadequação e desproporcionalidade.

d) No tocante aos critérios adicionais de priorização elaborados pelas Entidades Organizadoras e submetidas à aprovação pela Secretaria Nacional de Habitação, o MPF afirmou que a Portaria referida estabelece uma margem de poder ampla às Entidades Organizadoras para formular critérios incompatíveis com a finalidade legal, “podendo trazer sérios entraves e embasar ilegalidades contrárias à consecução dos objetivos que o programa almeja atingir; que houve ofensa ao princípio da legalidade administrativa” (MPF, 2016, p. 15).

e) As competências administrativas normativas não podem ser transferidas;

f) A impossibilidade do “órgão controlador interferir no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas” (MPF, 2016, p. 20), já que as empresas públicas estão sujeitas à tutela administrativa, conforme dispõe os artigos 89 e 90 da Lei 13.303/16.

A recomendação mencionada recomendou ao Ministro das Cidades o seguinte:

- A anulação dos itens 4.1.2 e alínea “n” da Portaria nº 163/2016 do Ministério das Cidades;

- A proibição expressa de que a participação dos beneficiários nas atividades das Entidades Organizadora seja considerada como critério de priorização de beneficiário no tocante ao Programa Minha Casa Minha Vida Entidades;

- Apresentar ao MPF o rol de entidades organizadoras do Município de São Paulo, que utilizaram critérios adicionais de participação na seleção dos beneficiários, juntamente com a documentação pertinente exigida nas Portarias do Ministério das Cidades, de forma a identificar os empreendimentos, os critérios adicionais utilizados e sua situação junto à Caixa Econômica Federal.

Foi recomendado à Caixa Econômica Federal o seguinte:

- A suspensão dos processos em curso de concessão de financiamento às Entidades Organizadas, que tenham utilizado requisitos de participação e o critério adicional no tocante ao Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades;



- A concessão de prazo de 60 dias para que as entidades com processo em curso de financiamento possam regularizar os critérios de seleção de candidatos;
- O não processamento de novos processos de concessão de financiamento às entidades que utilizem o critério adicional e os requisitos de participação.

A expedição da recomendação nº 54/2016 expressa uma dificuldade do MPF em compreender as especificidades da modalidade entidades em relação a outras modalidades do mesmo programa. Essa incompreensão ocorre em razão de que ao contrário dos programas habitacionais realizados diretamente pelo Estado, em que os beneficiários são apenas distribuídos nas unidades habitacionais construídos pelas construtoras, nessa modalidade é necessária uma organização prévia para formulação e construção das unidades habitacionais (ROLNIK, 2016).

Em decorrência de constituírem um modelo distinto do convencional há inúmeras dificuldades para sua viabilização, o que implica em uma necessidade de mobilização e pressão sobre os agentes públicos para a aprovação do projeto (ROLNIK, 2016). A organização prévia existente nas experiências de autogestão implica em um maior amadurecimento em lidar com conflitos, nos problemas de gestão e no repasse das casas, já que há uma preocupação na manutenção das redes de sociabilidade (ROLNIK, 2016).

Portanto, como o processo é formulado coletivamente pela entidade organizadora exige coesão entre os indivíduos para conseguirem resolverem os problemas do empreendimento de forma conjunta. Por isso, faz sentido o critério de participação dos beneficiários, porque para o desenvolvimento do empreendimento é essencial a participação. É importante ressaltar que a construção de empreendimentos de autogestão não é única modalidade existente de política habitacional. Logo, também é possível a inscrição de beneficiários em outras modalidades do PMCMV, o que não inviabiliza o seu acesso ao direito à moradia.

Os critérios de participação formulados pelos movimentos condizem com a lógica do programa, em que privilegia a autogestão das famílias, que pode ser demonstrado:

Toda esta estrutura está assentada no que a UNMP denomina de grupos de origem. Os grupos de origem fazem parte da forma de organização da UNMP desde o seu nascimento, e estão ligados ao modus operandi da Igreja Católica. Como explica Evaniza Rodrigues (em entrevista), os grupos de origem são a porta de entrada no movimento. Quando uma família procura o movimento, deve participar primeiro de um grupo do movimento no bairro onde mora. Lá ela faz sua inscrição e começa a participar das reuniões. Nesses encontros, a família tem contato com a história do movimento, suas lutas e suas bandeiras. É nos grupos de origem que acontecem os processos de formação do que se chama 'a base do movimento'. A participação das famílias nas reuniões do grupo de origem e nas atividades promovidas pelo movimento é o critério para que o movimento elabore sua lista das famílias beneficiárias, para priorizar aqueles que mais se envolvem quando o movimento consegue construir unidades habitacionais. É o mecanismo chamado de 'pontuação'. Por um lado, o que se valoriza com esta forma de organização é o envolvimento das famílias com 'as



causas do movimento'. Ao participar das reuniões e dos atos, os indivíduos obtêm ferramentas que lhes permitem associar o problema da moradia a questões mais amplas, como por exemplo, a especulação imobiliária. Por outro lado, o sistema de pontuação oferece à UNMP (e aos outros movimentos que o adotam) uma significativa capacidade de mobilização de suas bases, por meio da distribuição de incentivos seletivos. Essa capacidade é particularmente importante quando o movimento precisa mostrar sua força nas ruas (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016, p. 91 e 92).

Portanto, a possibilidade de estabelecer critérios que valorizem a participação viabilizam a própria existência do programa, já que seu surgimento deriva da pressão política dos movimentos sociais, assim como as inúmeras alterações que sofreu em decorrência de reivindicações populares.

Ao contrário do que alega o MPF de que a alegação tornaria os beneficiários vulneráveis e suscetíveis a pressões políticas e partidárias, ao contrário os fortalece, já que buscam uma solução conjunta para o problema social da falta de moradia, podendo utilizar mecanismos de pressão social, que não poderiam dispor sozinhos. Sendo que o Estado só criou a modalidade específica de autogestão a partir da pressão realizada pelos movimentos de luta por moradia, que inclusive demandou inúmeras alterações na política.

Ao contrário de uma situação de vulnerabilidade dos beneficiários em relação às Entidades Organizadoras, o processo de autogestão promove um empoderamento destes, já que são convidados a escolherem suas próprias moradias e conseguem vislumbrar sua capacidade de produzirem unidades habitacionais de melhor qualidade que as próprias empreiteiras. Com isso, é gerado um sentimento de pertencimento, já que as famílias tornaram-se parte do processo de formulação do empreendimento habitacional.

Dessa forma, a Portaria nº 163/2016 do Ministério das Cidades não constitui uma afronta ao princípio da legalidade, já que condiz com a lógica do programa em privilegiar a autogestão, que adota como fundamento para sua efetivação a necessidade de articulação prévia com as famílias que irão integrar os empreendimentos, inclusive de forma a formularem e executarem o projeto. Além disso, os critérios adicionais são submetidos à Secretaria de Habitação, que terá o papel de não permitir a adoção de critérios que contrariem a legislação. Dessa forma, não há que se falar em transferência da competência administrativa normativa, em razão da homologação pela Secretaria de Habitação, não se tratando simplesmente das entidades poderem adotar os critérios que quiserem.

Tampouco há violação aos princípios da isonomia e da impessoalidade, visto que não ocorre o beneficiamento específico de determinados indivíduos, mas sim a elaboração de critérios que são fundamentais ao desenvolvimento da política, pois o critério de participação é essencial para o fortalecimento da unidade em torno do empreendimento e da necessidade de mobilização política, visando o fortalecimento de políticas públicas de autogestão habitacional, bem os critérios adicionais são importantes para haver adequação a realidades locais e específicas.

p. 2357



CONCLUSÃO

A autogestão habitacional que ainda não pode ser vista como uma autogestão social, já que ainda está inserida no modo de produção capitalista, mas apresentam algumas características autogestionárias, ainda que apresentem contradições com os princípios da autogestão, como a utilização de trabalho assalariado, o que é necessário para a viabilidade dos empreendimentos, já que eventualmente existam demandas técnicas que necessitam ser supridas.

Há inúmeras vantagens advindas da autogestão habitacional dentre as quais podem se incluir a melhor qualidade nas residências, já que parte do recurso não é destinado ao lucro do intermediador, maior participação social do beneficiário na formulação do projeto, em que o processo de elaboração do projeto também é processo educativo de empoderamento daquelas famílias.

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades destinou recursos para o financiamento de empreendimentos habitacionais formulados por cooperativas habitacionais ou mistas, associações ou entidades sem fins lucrativos, cujos beneficiários tenham renda mensal familiar não superior a R\$ 1.600,00. Portanto, foi uma política habitacional que englobava experiências de autogestão.

A seleção dos beneficiários ao programa deveria observar as condições de enquadramento, requisitos de participação, critérios nacionais de priorização e a possibilidade de escolha de três critérios adicionais a ser adotados pela Entidade Organizadora, conforme estabelecido pela Portaria 163/2016 do Ministério das Cidades.

p. 2358

Em desacordo com os critérios de participação e a possibilidade de escolha de três critérios adicionais de seleção dos beneficiários pela Entidade Organizadora, o Ministério Público Federal de São Paulo expediu a recomendação nº 54/2016, em que alegava suposta violação ao princípio da legalidade, impessoalidade e isonomia, bem como tornaria os beneficiários vulneráveis em relação às entidades organizadoras, que poderiam ser pressionados a realizarem tarefas políticas e partidárias.

A atuação do MPF não condiz com a autogestão habitacional, já que esta se distingue das demais modalidades estabelecidas no PMCMV, nas quais a unidade habitacional é formulada independentemente dos beneficiários. Já na modalidade de autogestão os beneficiários participam na elaboração e implantação do projeto. Ou seja, é fundamental que haja participação dos beneficiários para que seja construída a própria unidade habitacional, por isso, faz sentido os critérios de participação na seleção dos beneficiários. Dessa forma, verifica-se que a Portaria nº 163/2016 não representou violação aos princípios da legalidade, isonomia e impessoalidade, visto que estabeleceu critérios coerentes com o desenvolvimento de uma política habitacional que abranja a autogestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAVELLI, José Eduardo. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. São Paulo: Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) da Universidade de São Paulo, 2006.



BRASIL. Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Planalto. Brasília: jul. 2009. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BURGUIÈRE, Elsa et al. Produção social da moradia no Brasil: Panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

CARVALHO, Caio Santo Amore. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. Em: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Crus (Org.). Minha casa ... e a cidade?. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. Em: Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 629-650, jul./set. 2017.

FERRAZ, Adriana; ZANCHETTA, Diego. Militância vira critério para receber moradia do Minha Casa, Minha Vida. O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 set. 2013.

Disponível em: < <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,militancia-vira-criterio-para-receber-moradia-do-minha-casa-minha-vida,1079892>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FERREIRA, Regina Fátima. Movimentos sociais, autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil. LAGO, Luciana Corrêa do (org.). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012, p. 116-138.

FRIEDRICH, Clarissa do Nascimento. Agentes escalas e redes de cooperação: o associativismo na região noroeste do RS e a autogestão habitacional. Em: Revista de Arquitetura da IMED, Passo Fundo, v. 2, n. 2, p. 171-183, jul./dez. 2013.

GALDO, Rafael. Minha Casa, Minha Vida: moradores beneficiados por programa sofrem com rachaduras e inundações. O Globo, 26 mar. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/minha-casa-minha-vida-moradores-beneficiados-por-programa-sofrem-com-rachaduras-inundacoes-7944598>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

JESUS, Patricia Maria de. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades no Município de São Paulo. São Paulo: Programa de Pós-Graduação (Tese em Geografia) da Universidade de São Paulo, 2015.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 1980.

LAGO, Luciana Corrêa do. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. LAGO, Luciana Corrêa do (org.). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012, p. 186-200.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 163, de 06 de maio de 2016. Institui o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH) e aprova o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília: mai. 2016. Disponível em: < http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/2016_05_06_Portaria-MCidades-163-Sistema-Nacional-de-Cadastro-Habitacional-2.pdf >. Acesso: 30 jul. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Recomendação MPF/SP nº 54/2016, de 19 de setembro de 2016. São Paulo: set. 2016. Disponível em: <



<http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-54-16>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

NYCOLAAS, Renee. A autogestão no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades: Casos do Fórum de Cortiços e do Movimento Pró-Moradia Mário Lago. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia. São Paulo: Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) da Universidade de São Paulo, 2013.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. MCMV – Entidades não “distribuí” casas para seus militantes! Conheça a polêmica levantada pelo MPF, 2016. Disponível: <

<https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/11/14/mcmv-entidades-nao-distribui-casas-para-seus-militantes-conheca-a-polemica-levantada-pelo-mpf/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. Em: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 85-102, jun. 2016.



A INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL À LUZ DA AUTOGESTÃO⁷⁵

Raquel Maria da Costa Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

p. 2361

⁷⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva discutir o atual cenário de inclusão social de catadores de materiais recicláveis nas cidades brasileiras, evidenciando os principais problemas enfrentados pela categoria na realização do trabalho em organizações autogestionárias.

Conforme Borges (2007), modificações no mercado de trabalho brasileiro foram sentidas principalmente nas duas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI. Tais modificações podem ser sintetizadas em: “perdas, precariedade e insegurança.” (BORGES, 2007, p. 81). Nesse período, o setor de serviços absorveu a parcela adicional da força de trabalho excedente dos setores primários e secundários da economia, entretanto essas ocupações são, por vezes, precárias seja no setor formal ou informal.

É por meio da informalidade que os trabalhadores encontram no setor de serviços diversas estratégias humanas de sobrevivência nas cidades brasileiras. Nessa conjuntura, estimulou-se o trabalhador a empreender e inovar, tendo como base a cultura da cooperação (DOLABELA, 2003). No contexto das mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, principalmente na década de 1990, se avolumou nos centros urbanos a massa de indivíduos que passou a se dedicar à atividade da catação de materiais recicláveis (BOSI, 2008).

Sob essa perspectiva, no Brasil, delineou-se um modelo de inclusão de catadores, hoje expresso na Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) que atrela a inserção da categoria nas políticas municipais pela via da autogestão. Em 2010, com a lei 12.305, a legislação brasileira previu, expressamente, mecanismos de inclusão social de catadores de materiais recicláveis. Os municípios, entes responsáveis pela gestão integrada dos resíduos sólidos, devem dar preferência a ações para inclusão social e à emancipação econômica de catadores, com destaque para o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou associações. Ocorre que, ao longo dos anos, estudos (SOTO, 2011; BESEN, 2011; MAGNI, 2011; GUTBERLET et al., 2013; COVISA / FUNDACENTRO-CTN, 2014) apontaram para a existência de realidades internas diversificadas em tais organizações, as quais, nem sempre conduziam o catador a uma condição adequada seja social ou economicamente. Diante desse contexto, torna-se importante entender como vem ocorrendo, na prática, a efetividade da lei 12.305/2010, estudando-se as dificuldades enfrentadas pelas organizações autogestionárias de catadores no contexto do estímulo à autogestão.

Para tanto, foram realizados estudos de caso em organizações de catadores no Rio de Janeiro (cidade que iniciou a sua coleta seletiva e as ações voltadas à inclusão de catadores no início da década de 1990); em Curitiba (conhecida como caso de êxito da inclusão social de catadores por meio do projeto Ecocidadão, iniciado em 2007) e em Natal (primeira capital brasileira a contratar, de forma remunerada, as cooperativas de catadores para a realização da coleta seletiva). Tomou-se como base para a realização do presente estudo a metodologia da pesquisa Funasa (2016).

Em cada município foram selecionadas duas organizações de catadores, com exceção do Rio de Janeiro, onde foi realizada a pesquisa nas três organizações que são acompanhadas de forma mais próxima pelo poder público. Para o estudo do contexto interno das organizações de catadores selecionadas foram calculados os 21 indicadores

p. 2362



de sustentabilidade de organizações de catadores previstos pela Funasa (2016), analisando-se cada um dos indicadores e, ao final, seu índice de sustentabilidade. A partir do cálculo dos indicadores, foi possível denotar as principais dificuldades vivenciadas por organizações de catadores que contam com o apoio da gestão municipal por meio de programas e ações de inclusão social. A coleta de dados, realizada entre 2017 e 2018, contou com a aplicação de questionários com as organizações de catadores e com o poder público, além da realização de entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos de pesquisa abrangem questões relacionadas às variáveis ambientais e sanitárias; sociais; econômicas e institucionais, tornando possível compreender as dificuldades enfrentadas por cada organização e, ao final, observar os entraves que de forma mais frequente se fizeram presentes nas organizações.

Nesse sentido, o estudo apresenta resultados de pesquisa de doutorado fase final, discutindo o atual cenário de inclusão social de catadores de materiais recicláveis no Brasil e apontando-se os principais problemas enfrentados pela categoria na realização do trabalho em organizações autogestionárias. Trata-se de um estudo de múltiplos casos, em realidades em que as organizações de catadores possuem apoio do poder público municipal para o seu funcionamento. A pesquisa possibilitou a compreensão acerca dos aspectos práticos da previsão legal inscrita na Política Nacional de Resíduos Sólidos e a análise da inclusão social via organizações autogestionárias.

Vale destacar que o termo “inclusão social” é aqui utilizado por constar expressamente como um dos objetivos do legislador no texto na Lei 12.305/2010 (art. 15, V). A despeito de se reconhecer a amplitude dos aspectos envolvidos na temática e a inexistência de consenso acerca da sua conceituação, foi mantida a utilização do termo, embora, com base na metodologia Funasa (2016), a medida de alcance dos objetivos legais tenha sido investigada a partir grau de sustentabilidade das organizações. Esta, por sua vez, representa a medida da capacidade de desenvolvimento das atividades na organização autogestionária com garantia de regularização institucional e da realização de trabalho e geração de renda em condições adequadas aos membros da organização. Desse modo, justamente por não se vislumbrar uma medida apropriada para o estudo da “inclusão social” do catador, a opção encontrada foi aproximar o grau de sustentabilidade (FUNASA, 2016) como medida de alcance dos fins legais.

Foi possível visualizar como os desafios enfrentados por organizações econômico solidárias estão presentes na dinâmica de funcionamento das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, bem como quais são os entraves à inclusão social dessa categoria de trabalhadores urbanos.

Ao final, foi possível concluir que as organizações apresentam como principais entraves a necessidade de atenção aos aspectos relacionados à saúde do trabalhador, as dificuldades operacionais e a dependência em relação ao programa de coleta seletiva ao qual se vinculam. Desse modo, existindo dificuldades operacionais, a inclusão da categoria não se configura como efetiva, mantendo trabalhador em um contexto permeado pela precariedade.



A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A BUSCA PELA INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES

De acordo com Guerra (2012), vive-se hoje uma sociedade residual, caracterizada não somente pela geração exagerada de resíduos, como pela dificuldade de se encontrar formas adequadas de gestão dos materiais descartados. A fim de promover maior eficiência na gestão dos resíduos, surgiu a Lei Federal nº 12.305/2010.

Essa norma, denominada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), representa significativo avanço na temática ambiental no Brasil, sancionada após cerca de vinte anos de tramitação das discussões sobre a temática⁷⁶. “Ao longo dos anos, a ausência de uma norma disciplinadora da temática específica dos resíduos gerava insegurança jurídica e falta de proteção ao meio natural” (SILVEIRA, 2015, p. 85).

Por meio dessa lei, foi explicitada a competência dos municípios para a promoção da gestão integrada dos Resíduos Sólidos (art. 10), a qual se configura como um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Nos termos da PNRS, a coleta seletiva consiste em um instrumento essencial para se atingir a meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. A competência para a criação e a implantação da coleta é do titular do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos, ou seja, o município. De acordo com a norma em análise, o catador quando organizado em cooperativas e associações, poderá ser o executor dessa ação, prestando um serviço ao ente municipal.

Conforme Guerra (2012), a instituição da coleta seletiva na legislação nacional estimulou um lado social da temática dos resíduos, configurado por duas mudanças paradigmáticas, a saber: a elevação do consumidor a protagonista do sistema de coleta seletiva e a consagração formal do papel dos catadores na materialização dessa coleta.

A partir das novas diretrizes instituídas pela PNRS, objetivou-se a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Trata-se da busca pela inclusão de trabalhadores, os quais devem se vincular a cooperativas e/ou associações para se tornarem alvo dessas políticas. Nesse sentido, de acordo com o artigo 8º, VI, são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Essas organizações, por sua vez, são percebidas como facilitadoras da transformação da realidade desses indivíduos, por fomentar o reconhecimento da atividade e a garantia dos diversos direitos postos formalmente à categoria (GUTBERLET, TREMBLAY E PEREDO, 2010). Os catadores organizados podem participar da coleta seletiva oficial dos municípios, recolhendo os materiais nas portas das residências ou em pontos estrategicamente implantados na cidade para o recolhimento desses materiais.

A intenção do legislador ao buscar a inclusão social e a emancipação econômica dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis é sanar uma questão social

⁷⁶ Cite-se que, anteriormente, houve a discussão dos projetos de lei 354/1989 e 203/1991.



marcada pela pobreza e desigualdade, gerando renda para essa categoria de trabalhadores, ao mesmo tempo em que objetiva solucionar o problema ambiental do descarte desregrado de materiais na natureza.

A criação e o fomento ao desenvolvimento das organizações autogestionárias consiste no formato jurídico-institucional eleito pelo legislador brasileiro para a inclusão social de catadores.

A existência de organizações de catadores data de um período anterior à institucionalização do atual modelo. A primeira delas - a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) - foi criada em 1989, em São Paulo. Ao longo dos anos, em todo o país, foi crescendo o número de organizações autogestionárias composta por indivíduos que sobreviviam da coleta. Com a PNRS, essas associações e cooperativas de catadores ganham destaque e são alçadas a ator relevante no processo de gestão integrada dos resíduos sólidos, na medida em que podem operacionalizar a coleta seletiva, sendo remuneradas pela prestação desse serviço.

Diante dessa norma, os municípios passaram a criar e a fortalecer as suas estratégias de inclusão de catadores. Após oito anos da vigência dessa norma, torna-se essencial analisar se a inclusão almejada vem sendo efetiva e investigar os principais desafios vivenciados pelas organizações de catadores.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES NO BRASIL PELA VIA DA AUTOGESTÃO

p. 2365

O presente item apresentará os resultados da investigação realizada em sete organizações de catadores. Deve-se, inicialmente, contextualizar a coleta seletiva nas cidades estudadas, apontando os critérios de escolha das associações e cooperativas pesquisadas.

No Rio de Janeiro, a coleta dos recicláveis é realizada por empresa terceirizada. As cooperativas que possuem apoio do poder público municipal no contexto da coleta seletiva recebem o material coletado nos domicílios para realização da triagem e posterior comercialização. Além disso, realizam suas atividades em espaços cedidos pelo município, o qual também apoia as organizações com o pagamento de despesas com energia, por exemplo. Nessa cidade, foram investigadas as 3 cooperativas que recebem suporte mais direto por parte do município (Cooperativa de Recicladores Ambientais Transformando; Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Irajá LTDA – Coopfuturo e Cooperativa Recicla Mais Zona Oeste).

Em Curitiba, o programa de coleta seletiva conta com ações abrangentes e a inclusão de catadores é o alvo do Programa Ecocidadão. Por meio dele, as organizações são credenciadas junto à Prefeitura para gerir, receber, triar e comercializar os resíduos provenientes da coleta seletiva. A remuneração das organizações é realizada de acordo com o volume de material reciclável enviado para os barracões pela empresa terceirizada pela Prefeitura, a qual deve destinar, no mínimo, 10 toneladas por semana para cada organização. As associações e as cooperativas participantes do programa também recebem recicláveis provenientes de Estações de Sustentabilidade, além de obter renda proveniente da venda de todo o material



reciclável recebido. Além disso, a Prefeitura também subsidia as despesas com aluguel dos barracões, água e energia das organizações. À época da pesquisa, 22 organizações (dentre associações e cooperativas) estavam credenciadas ao programa. Em virtude da diversidade de organizações existentes e que participam do programa municipal voltado à inclusão de catadores, realizou-se pesquisa nas duas associações apontadas como exitosas pela gestão municipal (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba – Mutirão e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Corbéia).

Em Natal, por sua vez, a coleta seletiva é operacionalizada diretamente pelas organizações de catadores, as quais são contratadas para executar o serviço e realizam as suas atividades em galpões cedidos pelo município. Natal foi a primeira capital brasileira a contratar os próprios catadores para a operacionalização do serviço de coleta desde 2011. Nesse sentido, o estudo foi realizado nas duas organizações existentes na cidade, as quais recebem apoio da gestão municipal para a realização da coleta seletiva (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal – COOCAMAR e Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade do Natal/RN – COOPCICLA).

A pesquisa evidenciou que a realidade de funcionamento das organizações de catadores pelo Brasil ainda é diversa após oito anos da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A aplicação da metodologia da Funasa (2016) possibilitou o cálculo de 21 indicadores, os quais mediram a situação das organizações no que tange aos aspectos que seguem:

p. 2366

Quadro 1 – Aspectos estudados e indicadores calculados

Aspecto	Indicador	O que é medido ⁷⁷
Aspecto legal/institucional	ISOC 1	Regularização da organização
	ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura
	ISOC 3	Qualidade das parcerias da organização
	ISOC 4	Diversificação de parcerias da organização
Socioeconômico	ISOC 5	Renda média por membro da organização
	ISOC 6	Relação entre gêneros
Organizacional	ISOC 7	Autogestão
	ISOC 8	Capacitação dos membros da organização
	ISOC 9	Participação em reuniões
	ISOC 10	Rotatividade dos membros
	ISOC 11	Benefícios aos membros da organização
	ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços da organização
Eficiência Operacional	ISOC 13	Adesão da população à coleta seletiva
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis
	ISOC 15	Taxa de Rejeito
	ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos da organização
	ISOC 17	Produtividade por catador
Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador	ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos
	ISOC 19	Condições ambientais de trabalho na organização
	ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador
	ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual

Fonte: elaboração própria a partir das informações disponíveis em Funasa (2016), 2018.

Após a coleta dos dados e o cálculo dos indicadores, inicialmente, observou-se a classificação do resultado de cada um deles de acordo com as categorias “Não

⁷⁷ As variáveis utilizadas para o cálculo de cada indicador podem ser consultadas em Funasa (2016).



respondeu”, “Muito Desfavorável”, “Desfavorável”, “Favorável” e “Muito Favorável”, conforme a metodologia da Funasa (2016)⁷⁸.

Em seguida, de acordo com a metodologia referida, foi calculado o índice de sustentabilidade de cada uma das organizações pesquisadas (que varia entre 0 e 1), sendo classificado como muito favorável entre 0,76 e 1,00; favorável entre 0,51 e 0,75; desfavorável entre 0,26 e 0,50 e muito desfavorável entre 0 e 0,25. O quadro que segue apresenta o resultado do cálculo do índice de sustentabilidade das organizações:

Quadro 2 - índice de sustentabilidade das organizações

Cidade	Organização	Índice de sustentabilidade	Classificação
Rio de Janeiro	Coopfuturo	0,716	Favorável
	Cooperativa Transformando	0,660	Favorável
	Recicla Mais	0,563	Favorável
Curitiba	Mutirão	0,740	Favorável
	Corbélia	0,664	Favorável
Natal	Coopcicla	0,684	Favorável
	Coocamar	0,602	Favorável

p. 2367

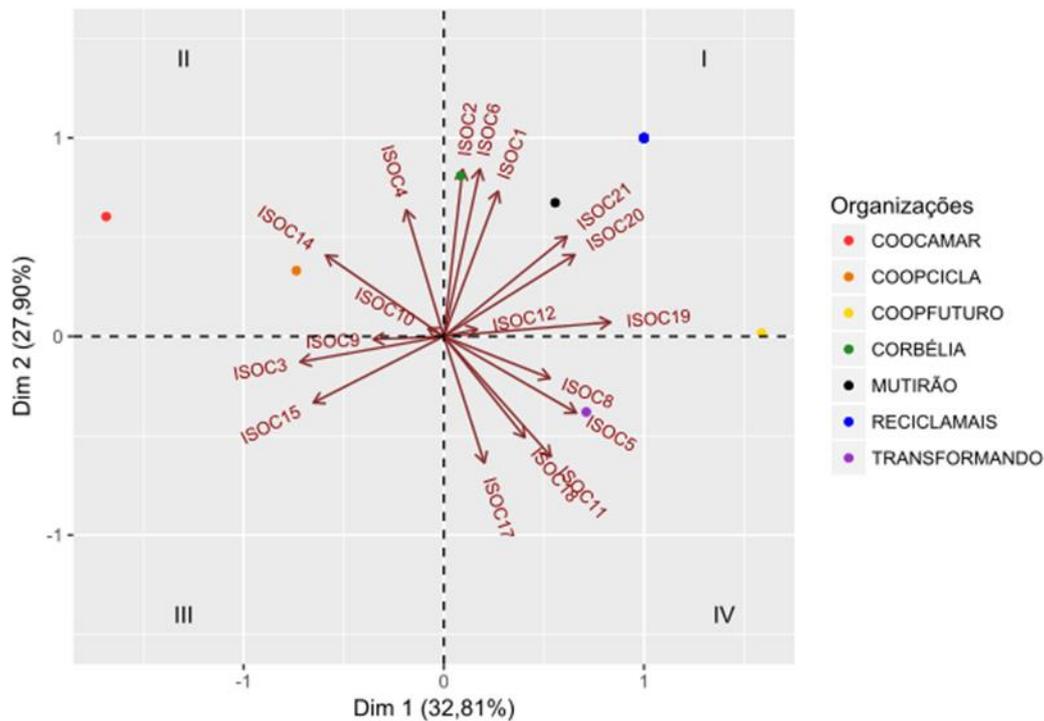
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A pesquisa evidenciou organizações de catadores com índices de sustentabilidade classificados como favoráveis. Entretanto, ao mesmo tempo, destacou múltiplos desafios que ainda fazem parte do cotidiano do catador, os quais permitem afirmar que a inclusão de catadores almejada pela lei 12.305/2010 (medida a partir do grau de sustentabilidade das organizações) ainda não é efetiva nas realidades estudadas. São justamente tais aspectos que serão evidenciados a seguir.

Cada organização apresentou seu contexto particular. Em alguns momentos, foram encontradas dificuldades semelhantes entre associações e cooperativas localizadas no mesmo município, embora tenham existido variações, o que indica que o desenho da política adotado por cada ente municipal influencia o grau de sustentabilidade das organizações de catadores. A figura abaixo demonstra a relação entre os indicadores e as organizações, contendo todas as variáveis.

⁷⁸ Para maiores detalhes sobre a metodologia utilizada, bem como sobre a fórmula de cálculo e as variáveis consideradas em cada indicador, sugerimos o acesso ao documento por meio do link: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/39040/MANUAL_COLETA_SELETIVA.pdf/d4a5fd4b-9af1-413b-b136-7592a47fa63d

Figura 01 - Mapa perceptual dos indicadores das organizações via componentes principais



p. 2368

Os resultados indicados foram obtidos por meio de uma análise de componentes principais. A análise de componentes principais (PCA) é uma técnica que consiste em explicar a estrutura de variância de um conjunto de variáveis com o objetivo de reduzir o número de variáveis utilizadas sem perder informações relevantes.

De acordo com a figura, foi possível perceber que os contextos vislumbrados nas organizações do Rio de Janeiro e Curitiba apresentaram maior semelhança em relação aos avanços e desafios enfrentados pelas organizações, exceto no caso da cooperativa Transformando. As organizações Mutirão e Corbélia (Curitiba), bem como Reciclormais e Coopfuturo (Rio de Janeiro) apresentaram maior associação com os indicadores presentes no Quadrante I, sendo eles: Instrumentos legais na relação com a prefeitura (ISOC2), Relação entre gêneros (ISOC6), Regularização da organização (ISOC1), Uso de equipamentos de proteção individual (ISOC21), Saúde e segurança do trabalhador (ISOC20), Diversificação de atividades e serviços da organização (ISOC12), Condições ambientais de trabalho na organização (ISOC19). Ou seja, tais organizações apresentaram valor mais elevado para os indicadores citados.

A organização Transformando (Rio de Janeiro), por sua vez, apresentou maior associação com os indicadores presentes no quadrante IV: Capacitação dos membros da organização (ISOC8), Renda média por membro da organização (ISOC5), Benefícios aos membros da organização (ISOC11), Condições de trabalho na coleta de resíduos secos (ISOC18), Produtividade por catador (ISOC17). Essa organização, durante a pesquisa, apresentou peculiaridades em relação às demais: a remuneração do catador se dá a partir de uma lógica que considera a produtividade do catador, a qual é medida a partir de uma sistemática interna criada pela organização e pela Prefeitura. Tal



aspecto pode explicar os valores obtidos nos indicadores de renda média e produtividade.

Por fim, as organizações Cocomar e Coopcicla, ambas de Natal, apresentaram maior associação com os indicadores presentes no quadrante II Diversificação de parcerias da organização (ISOC4), Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis (ISOC14), Rotatividade dos membros (ISOC10). Porém, a Cocomar apresenta condição menos favorável em relação à Cocomar nos indicadores citados.

Após o cálculo do índice de sustentabilidade, foi possível sintetizar os dados obtidos com o cálculo dos indicadores, destacando quais deles se configuram como desafios (considerados aqui como aqueles classificados como desfavoráveis e muito desfavoráveis). A tabela que segue apresenta o percentual de organizações que apresentaram indicadores classificados negativamente.

Tabela 01 – Principais dificuldades enfrentadas pelas organizações pesquisadas (por indicador)

Indicador	O que é medido ⁷⁹	% de organizações que obtiveram classificação do indicador como Desfavorável ou Muito Desfavorável
ISOC 1	Regularização da organização	0
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	28,57
ISOC 3	Qualidade das parcerias da organização	14,28
ISOC 4	Diversificação de parcerias da organização	42,85
ISOC 5	Renda média por membro da organização	28,57
ISOC 6	Relação entre gêneros	0
ISOC 7	Autogestão	0
ISOC 8	Capacitação dos membros da organização	0
ISOC 9	Participação em reuniões	0
ISOC 10	Rotatividade dos membros	57,14
ISOC 11	Benefícios aos membros da organização	71,42
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços da organização	28,57
ISOC 13	Adesão da população à coleta seletiva	100
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	100
ISOC 15	Taxa de Rejeito	100
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos da organização	71,42
ISOC 17	Produtividade por catador	57,14
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	0
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho na organização	71,42
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	57,14
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	28,57

p. 2369

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Ao realizar a análise por indicador, foi possível perceber que parte das dificuldades enfrentadas pelas organizações de catadores se relaciona com problemas operacionais dos programas de coleta seletiva dos municípios.

As baixas taxas de recuperação e recicláveis e as altas taxas de rejeito (ISOC 14 e 15) diagnosticadas denotam a necessidade de investimento por parte dos entes

⁷⁹ As variáveis utilizadas para o cálculo de cada indicador podem ser consultadas em Funasa (2016).



municipais para o aprimoramento dos seus programas de coleta seletiva. Tais aspectos se apresentaram como dificuldades em todos os casos pesquisados.

Além disso, 100% das associações e cooperativas obtiveram classificação desfavorável ou muito desfavorável no que tange à adesão da população. No caso ISOC 13, por sua vez, não foram repassados dados para o cálculo do referido indicador, inexistindo um quantitativo que expresse a adesão da população à coleta seletiva. Assim, além da dificuldade de operacionalização da coleta seletiva nas cidades pesquisadas, foi possível denotar a deficiência no monitoramento do serviço prestado.

A pesquisa também evidenciou que as organizações ainda enfrentam dificuldades relacionadas com a gestão e com a sua capacidade de investimento na melhoria da qualidade de vida do catador. Nesse sentido, 71,42% das cooperativas e associações visitadas apresentaram indicadores desfavoráveis e muito desfavoráveis no que tange aos benefícios oferecidos aos catadores; à autossuficiência de equipamentos e veículos e às condições ambientais de trabalho. Já 57,14% encontram como desafios a alta rotatividade de seus membros; a baixa produtividade do catador e a necessidade de melhoria das condições de saúde e segurança do trabalhador. Esses aspectos, por sua vez, se relacionam com a gestão da própria organização, a qual deve buscar fomentar parcerias diversas para o seu fortalecimento. A diversificação dessas parcerias se mostrou desafiadora em 42,85% dos casos pesquisados.

A autogestão e o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos catadores não foram identificados como desafios a partir dos dados quantitativos, mas foram percebidos como dificuldades a partir da pesquisa qualitativa realizada.

A presente pesquisa se baseou na autodeclaração para a coleta dos dados necessários ao cálculo dos indicadores. Os presidentes das organizações foram questionados sobre todos os aspectos. Os dados repassados em suas respostas foram utilizados para o cálculo dos indicadores, não tendo sido realizados procedimentos de auditoria para a verificação dos mesmos.

Nesse sentido, embora apenas 28% das organizações tenham apresentado o uso de EPIs como desafio, a observação realizada *in loco* evidenciou que nem todos os trabalhadores realizam a atividade com a proteção adequada.

Do mesmo modo, apesar de não terem sido encontrados desafios relacionados à autogestão a partir dos elementos considerados pela FUNASA (2016) para a avaliação desse aspecto, as entrevistas realizadas com os presidentes das organizações demonstraram que a concretização de um modo de agir coletivo enquanto fundamento da autogestão (CATTANI, 2003) ainda se apresenta distante da realidade de parte das organizações pesquisadas. As reuniões periódicas para deliberação não ocorriam e, por vezes, não eram reconhecidas como essenciais ao funcionamento da organização autogestionária.

Nesse contexto, deve-se destacar, ainda, que o padrão de interação observado entre os representantes das organizações e os demais membros explicitavam, por vezes, o controle do trabalho e certa subordinação. Nesse sentido, é possível destacar o relato de uma das catadores entrevistadas no Rio de Janeiro:

porque eu chego 07:00. Aí eu vou lá fora dizer como que eu quero o trabalho hoje, porque dependendo do que eu recebi, é que eu vou dar a coordenada. [...] Hoje eu cheguei lá fora, tinha dois caminhões [...].



Então eu falei para eles: “até meio-dia eu quero as duas rampas limpas”. São 11:30 e as rampas ainda não estão limpas. Então eles só param quando a rampa está limpa. Por que é que a rampa tem que estar limpa meio-dia? Porque meio-dia chegam dois caminhões. Ó, não estão limpas, mas está quase limpas. [REPRESENTANTE DA ORGANIZAÇÃO A – Rio de Janeiro, 2017]

Tais aspectos, por sua vez, podem, de um lado, ter sido omitidos por parte dos representantes por se constituírem como dificuldades relacionadas ao modo como é exercida a liderança no interior das associações e cooperativas, sendo, portanto, encobertas como forma de desatrelar os desafios diagnosticados nas organizações do papel exercido pelas suas diretorias. Por outro lado, é possível que esses resultados estejam relacionados com a ausência de preparação dos membros da organização e dos seus representantes no que tange ao exercício da autogestão e à realização de um labor seguro. Nesse sentido, também no caso dos catadores pesquisados parecer haver uma barreira cultural para a implementação da autogestão, conforme destacado por Henriques (2014) ao analisar as organizações de modo abrangente.

Diante de todos os desafios evidenciados na pesquisa, é possível destacar que o modelo instituído pela PNRS ainda “carece de fortalecimento e ajustes para que realmente faça inclusão social” (DEMAJOROVIC E BESEN, 2007, p. 13).

Deve-se destacar que o termo inclusão social presente neste trabalho reflete a expressão inserida no texto da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para o legislador brasileiro, as ações pautadas na Lei Federal 12.305/2010 devem objetivar a “inclusão social e a emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (art. 15, V, PNRS). Contudo, a escolha do legislador não foi acompanhada de uma conceituação do termo inclusão social.

Considerando-se as discussões teóricas existentes em torno do termo (OLIVEIRA, 1997; NASCIMENTO, 1994; SAWAIA, 2011) e a abrangência de elementos que podem ser requeridos para a promoção da inclusão social a partir da perspectiva de cada autor, é essencial destacar que a busca por uma “inclusão social” desconectada de um significado expreso pode motivar disparidades na condição social do catador em virtude de compreensões diversas acerca do termo.

Durante a pesquisa, foi possível detectar a existência de percepções diferenciadas dos gestores públicos em torno da inclusão desejada. Essas, por sua vez, fundamentavam as ações promovidas pelo poder público, as quais se revestem de um caráter mais ou menos assistencialista a depender da compreensão de inclusão encontrada. Nesse sentido, a promoção da inclusão social do catador no Brasil encontra limites desde o seu aspecto normativo.

Outro ponto de destaque foi a evidência de que a catação de materiais recicláveis, a despeito da existência de um normativo e do esforço capitaneado pelo Executivo Federal, se configura ainda como última opção do indivíduo frente à necessidade de sobrevivência e que a organização em cooperativas e associações ocorre pela ausência de perspectivas por parte do trabalhador, e não pela identificação com os seus ideais. Além disso, evidenciou-se a manutenção do preconceito associado ao trabalho com os resíduos.



De acordo com Silva Filho e Soler (2015, p.35), a partir da PNRS, os resíduos recicláveis foram reconhecidos como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e produtor de cidadania. Para os autores, a inserção desse princípio no texto da lei 12.305 cumpre o papel de buscar acabar com o que denominam “preconceito normalmente direcionado aos resíduos sólidos”, para os quais se costuma não atribuir valor, uma vez que fazem referência a algo descartado pelo ser humano. Assim, buscou-se reverter a lógica, reconhecendo o valor intrínseco dos resíduos e sua potencialidade econômica para a indústria e para o catador, o qual seria, conseqüentemente, valorizado.

Contudo, nos primeiros oito anos de vigência da PNRS e dos esforços intentados pelo poder público, ainda foi possível encontrar a perversa associação do catador ao objeto do seu trabalho. Para Moscovici (2015), o preconceito e a discriminação (que consiste na forma de expressão do primeiro), decorrem das representações, as quais circulam no meio social a partir, por exemplo, de gestos e palavras. Como explicitado por Goffman (1975), diversas são as causas que conduzem um indivíduo à condição de estigmatizado. Seja por atributos físicos, sociais, raciais ou culturais, a consequência mais visível do estigma é o rechaço por parte da sociedade, o que, usualmente, se denomina discriminação. Para Bastos (2014), no caso específico do catador, o estigma se relaciona ao próprio trabalho com o lixo, mas também por serem, em sua maior parte, negros, oriundos de famílias pobres e com baixo grau de escolarização.

Durante a pesquisa realizada, diversos foram os relatos de situações que expressam o estigma associado ao catador o Brasil. Como indicou a catadora entrevistada em Curitiba:

Eles, você acredita que os vizinhos chegaram com o nariz tapado aqui dentro. Nem tinha material ainda, a gente estava começando. A mulher chegou com o nariz tapado dizendo que ela não conseguia comer, que o fedor ia lá. [...] Ainda tem. A gente tinha muito aqui no mercado. [...] Então quando catadores chegavam lá, os seguranças todos andavam atrás. Daí a gente foi lá conversar com o gerente, só que o gerente não estava sabendo dessa situação. [...] [REPRESENTANTE DA ORGANIZAÇÃO D – Curitiba, 2018].

Diante do exposto e por todos os aspectos aqui evidenciados, é possível afirmar que a opção do legislador, ao buscar a promoção da inclusão social do catador brasileiro pela via da formação de organizações econômico solidárias pautadas nos ideais da autogestão economia solidária não foi capaz (até o presente momento) de conduzir a uma ressignificação da atividade em análise.

A formação de empreendimentos econômico solidários vem sendo estimulada no Brasil desde o final da década de 1990. Conforme Singer (2003), a economia solidária consiste em um modo de produção e de distribuição alternativo ao capitalismo, caracterizando-se, ainda por uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção, de modo que, nesse novo formato, “a autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza” (GAIGER, 2003, p. 193).

Diversas virtudes são apontadas em relação a tais experiências. Para Gaiger (2005, p. 11), umas das características virtuosas dos empreendimentos solidários é a



indução de jogos de confiança, o que torna sistemática a adoção de condutas de reciprocidade na sua vida interna. Um dos principais pontos benéficos destacados no contexto de funcionamento de organizações autogestionárias consiste na promoção da sociabilidade e da “autonomia do trabalhador como sujeito do próprio trabalho no processo de produção e na gestão do negócio” (BARBOSA, 2007, p. 141).

Ocorre que nem sempre a via pensada como alternativa para o trabalhador é capaz de gerar substancial transformação em seu contexto social e laboral. Essas alternativas para a inclusão socioproductiva surgidas ao longo dos anos se mostraram frágeis, conduzindo os associados à busca por bicos ou pelo trabalho assalariado (POCHMANN, 2004).

Os casos das organizações de catadores aqui estudados demonstram que as experiências não apresentam as características da autogestão teoricamente formuladas - conforme chamou a atenção Henriques (2014) ao estudar teoricamente as perspectivas em torno da economia solidária.

O fato é que a economia solidária ofertada como opção ao catador não é capaz de se apresentar como um modo de organização localizada nos interstícios do capital, mas sim que depende dele para a sua manutenção. A atividade da catação encontra-se inserida no núcleo da cadeia produtiva da reciclagem, sendo responsável pelo fornecimento da matéria prima a preços irrisórios. Nesse sentido, foi possível encontrar mais um contexto laboral em que as organizações econômico solidárias se configuram como colchão amortecedor para o capital sendo funcional ao mesmo (HENRIQUES, 2014).

p. 2373

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discutiu a realidade de associações e cooperativas de catadores no Brasil no contexto da Lei 12.305/2010. O formato jurídico institucional eleito pelo legislador brasileiro para o catador foi o centro do debate. Nesse sentido, foi possível investigar os desafios vivenciados pela categoria ao realizar a catação de materiais recicláveis em organizações autogestionárias. Ao final, concluiu-se que, até o presente momento, nos casos estudados, a organização dos catadores em cooperativas e associações autogestionárias não foi capaz de conduzir a uma resignificação da atividade em análise. Conforme demonstrado, as organizações pesquisadas apresentaram como principais entraves a questão organizacional, a ineficiência operacional e as condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador além da dependência em relação ao programa de coleta seletiva ao qual se vinculam.

A despeito do reconhecimento da melhoria das condições de labor, os dados apresentados demonstraram, igualmente, que ainda há um passivo a ser solucionado no que tange à garantia de um trabalho seguro ao catador. A PNRS buscou solucionar tal condição a partir da organização da categoria. Porém, a realidade encontrada também guarda relação com a necessidade de investimento (para aquisição de maquinário e equipamentos de proteção individual) e de existência de uma infraestrutura adequada ao trabalho com o resíduo, a fim de reduzir a insalubridade que está intrínseca à matéria prima do trabalho realizado pelo catador.

Entretanto, as conclusões aqui obtidas fundamentam-se no estudo de uma única categoria ocupacional. A análise acerca dos avanços proporcionados pelo trabalho



solidariamente organizado deve ser realizada de acordo com cada contexto e de suas singularidades, de forma que poderão ser encontrados casos nos quais a autogestão foi capaz de gerar novas formas de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. N. de C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- BASTOS, Valéria. Profissão: catador. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GUERRA, Sidney. Resíduos sólidos. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- GUTBERLET, Jutta; TREMBLAY, Crystal; PEREDO, Ana Maria. United we can: Resource recovery, place and social enterprise. Resources, Conservation, and Recycling, v. 54, 2010. p. 422-428. Disponível em: <<http://www.uvic.ca/research/centres/crcbe/assets/docs/publications/academic/UnitedWeCan.pdf>>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.
- HENRIQUES, Flávio Chedid. As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores? Latitude, Vol. 8, nº 1, pp. 63-91, 2014.
- MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social. Salvador, Cadernos CHR, n.21, 1994.
- OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, p.49-61, 1997.
- POCHMANN, Márcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. Boletim de Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 24, Agosto 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5703>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SILVEIRA, Raquel Maria da Costa. Inclusão social de catadores de materiais recicláveis: estudo da política nacional de resíduos sólidos e da efetivação do trabalho decente em Natal/RN. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003, p.11-31.



O MUTIRÃO HABITACIONAL AUTOGERIDO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: TRABALHO COLETIVO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Thais Velasco

thaisvelasco.arq@gmail.com

Mestre pelo IPPUR/UFRJ

p. 2375



RESUMO

O canteiro de obras autogerido por mutirantes situa-se como uma estratégia política dentro de um contexto de produção habitacional de interesse social com gestão participativa, coordenada pelos movimentos de moradia. Isso se apresenta a partir do “novo mutirão”, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, que permitiu que o trabalho mutirante fosse uma opção e não uma necessidade para viabilizar um projeto. O objetivo dessa pesquisa foi avaliar o canteiro mutirante como espaço de possíveis transformações sociais, baseado nas relações interpessoais estabelecidas durante o trabalho coletivo em mutirão. Para isso foi analisado um estudo de caso emblemático, na cidade de São Paulo, onde foram colhidas entrevistas e percepções empíricas. Nesse sentido, a realidade do mutirão autogerido se apresenta hoje em um formato contraditório, com forte influência do pragmatismo de mercado, mas resguarda seu caráter político emancipatório e de articulação das bases associadas, capaz de promover uma solidariedade popular.

Palavras-chave: Mutirão. Autogestão habitacional. Trabalho Coletivo. Solidariedade. Transformações Sociais.

ABSTRACT

The construction site self-managed by “mutirantes” is a political strategy coordinated by housing social movements within a context of participative management in the social housing production. They emerged with the “new mutirão”, in the scope of Minha Casa Minha Vida - Entidades Program, which allowed the cooperative work to be an option and not a requirement to enable a housing project. The main goal of this research was to assess the self-managed construction site as a space of social change, based on interpersonal relationships established during the “mutirão” collective work. To this end, an emblematic case study was analyzed, in the city of São Paulo, where interviews and empirical perceptions were assembled. Thus, the reality of self-managed “mutirão” is a conflictive one, since it has large influence of market pragmatism, but still preserves its emancipatory political character and associative bases articulation, being capable of building popular solidarity.

Keywords: “Mutirão”. Self-managed housing. Collective work. Solidarity. Social Transformations.

INTRODUÇÃO

O entendimento do direito à cidade e da produção democrática do espaço urbano encontram entraves ao se confrontar com os interesses do capital. Em concordância com essa premissa, propostas alternativas de políticas urbanas e habitacionais foram fomentadas a partir da redemocratização vivida no Brasil, em oposição ao regime autoritário que se encerrava no final dos anos 1980, impulsionando uma reorganização dos movimentos sociais a favor do bem comum, com o desafio de enfrentar as desigualdades nas cidades (BONDUKI, 1998).

A promoção habitacional por mutirão autogerido sem fins lucrativos estava entre os enfoques políticos reivindicados, como forma de resistência à produção em favor do lucro de mercado. Os movimentos de moradia passam a reivindicar que a estrutura das políticas públicas propostas pelo Estado se transforme, com o intuito de servir aos



interesses da sociedade e, subverter o atual formato de governo que opera voltado a atender aos negócios em busca por lucratividade na construção civil (RODRIGUES, 2013, p.26).

De acordo com as propostas dos movimentos de moradia, o canteiro autogerido e com mão-de-obra mutirante serviria para desvincular essa produção do desenvolvimento capitalista especulativo de mercado, por não visar lucros, por defender que moradia não é mercadoria e que a população mais pobre possa ter acesso a um direito constitucional básico, fomentado pelo Estado⁸⁰.

A autogestão, mais do que um modo de construir moradias, é um conceito que envolve a participação e o controle da produção da habitação, uma maneira de construção de vida comunitária e de produção não mercantil da moradia, concebida como direito e não como mercadoria (RODRIGUES, 2013, p.20).

Por isso, o ponto de partida dessa pesquisa foi analisar academicamente o desafio lançado quando pessoas se organizam para construir suas próprias casas através de um engajamento coletivo, defendendo uma cidade mais justa e reivindicando democraticamente seus direitos.

A intenção foi lançar o olhar para o trabalhador coletivo numa organização de ajuda mútua que envolve atividades manuais, durante o período de mutirão⁸¹, de maneira que isso pudesse trazer novas perspectivas para aqueles que participam desse processo.

p. 2377

“é o trabalhador coletivo que constitui o mecanismo específico” da manufatura. Os gestos e procedimentos do trabalho não estão exteriorizados na máquina: são homens que os carregam, na sua carne, na sua experiência (FERRO, 1982 [1976], p. 24).

O objetivo desta pesquisa foi examinar os processos de um canteiro de obras autogerido por mutirantes pressupondo que esse espaço carregue potenciais transformadores, com contradições e conflitos, entendendo esse ideal utópico como um espaço de fomento e formação política, que permite a vivência solidária e democrática, e não somente como um local pragmático com a finalidade de construir habitações ou capacitar profissionalmente o trabalhador para o mercado, pela perspectiva da matriz salarial.

A hipótese principal é que as relações estabelecidas durante o trabalho cooperado sejam um gatilho para a formação de uma rede solidária popular, com articulações capazes de transformar células da sociedade em nível local. A pesquisa persegue o caráter sociopolítico do mutirão e busca o sentido do trabalho coletivo como

⁸⁰ Conceito retirado da carta da 1ª Jornada Nacional em Defesa da Moradia Popular das Entidades do Campo e da Cidade, ocorrida em 30 de Março de 2017 (Disponível em: <http://www.unmp.org.br>. Data de acesso: 12/08/2017).

⁸¹ O termo “mutirão” se refere, nessa pesquisa, ao mutirão habitacional autogerido, objeto desse estudo, colocado em prática pelos movimentos de moradia, em especial pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP).



forma de integração pela reciprocidade⁸² e verificando as implicações de uma organização social alternativa e cooperada.

Então, o mutirão poderia ser considerado uma estratégia fundamental para a produção habitacional autogerida, pressupondo que sem o mutirão, a autogestão isoladamente tomaria outra forma; pois eliminaria a possibilidade das relações e interdependências que acontecem genuinamente durante o trabalho de ajuda mútua em canteiro. O trabalho coletivo traz condições para que os conceitos sejam aplicados, com o pragmatismo moldando a utopia e a formação política encontrando um caminho para se estabelecer através do arranjo coletivo de uma intenção prática, numa ação rebelde (FERRO, 2015; FREIRE, 1987, HARVEY, 2004).

O programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-e) prometia acesso ao financiamento em nível nacional para a produção habitacional sem fins lucrativos, sob gestão popular participativa. Embora, o que se verificou até o momento, foi que a universalidade dessa proposta não se aplicou completamente, já que a produção dessa modalidade se mostrou marginalizada. O programa e as formas de governo nesse período mostram que as políticas federais tinham o intuito principal de incentivar a economia através do aquecimento do mercado imobiliário, num pacote de grande investimento de financiamentos e subsídios (ARANTES; FIX, 2009; SHIMBO, 2010; CARDOSO et.al., 2017); a redução do déficit habitacional com políticas efetivas ficaram condicionadas a isso.

O ineditismo da junção entre um programa federal com as práticas autogestionária, com a premissa de equidade de acesso a financiamentos, foi considerado como uma temporalidade de problemática extensa, que afirma um período marcante para a produção deste segmento.

Então, para esse estudo foram utilizados os conceitos e as organizações promovidas pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP), “por tratar-se de uma organização de luta pela moradia que ao longo de quase três décadas tem tido como objetivo expresso influenciar a produção da política habitacional” (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016, p.86). Em especial, o recorte se deu em torno da UMM-SP, que possui relevância nacional na produção autogestionária, sendo objeto de estudo de outras pesquisas na área (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016; FERREIRA, 2014).

Dentro desse universo, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (Leste 1), associação filiada à UNMP, por meio da UMM-SP, que confirma a proposta de capilaridade dessa estrutura, visto que conta com alguns projetos de mutirões em andamento e outros tantos já concluídos, sendo um deles o estudo de caso dessa pesquisa, os mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes (JMA/FF), em fase final de obra⁸³.

O canteiro de obras escolhido para estudo de caso encontra-se na região metropolitana de São Paulo, onde relevantes experiências de autogestão e mutirões se

p. 2378

⁸² O conceito de reciprocidade foi pensado segundo as teorias de David Harvey (1980) ao trabalhar a partir de três padrões de integração: reciprocidade, redistribuição e troca.

⁸³ A última medição de obra realizada pela CEF, e computada nessa pesquisa, chegava em uma média de aproximadamente 90% do cronograma concluído dos dois empreendimentos, em maio/2018.



concretizaram e se estabeleceram historicamente, justificando-se por serem os primeiros contratados na modalidade de compra antecipada de terreno, pelo MCMV-e⁸⁴

Além disso, esse mutirão enfrentou de forma inédita, no contexto paulistano, as condições burocráticas estabelecidas para alcançar a contratação e o desenvolvimento da obra autogerida, sendo considerado como virtuoso em avaliações e pesquisas (CAMARGO, 2016; TATAGIBA et.al., 2015; NOIA, 2017 e AQUINO, 2015).

Outros estudos trouxeram esse caso como objeto de análise, mostrando as dificuldades no processo de contratação e a aproximação do tema com o mercado (CAMARGO, 2016), sendo possível observar uma dimensão quantitativa dos mutirões para avaliação de resultados (TATAGIBA et.al., 2015), num comparativo das questões do ambiente construído e da atuação técnica de profissionais (NOIA, 2017), em dados compilados. Além disso, o detalhamento das pesquisas etnográficas em campo, que sistematizam situações cotidianas da luta dos movimentos (AQUINO, 2015) ajudaram a complementar resultados encontrados.

Assim, esse trabalho possui uma análise qualitativa de natureza aplicada, a fim de gerar elementos empíricos. Os procedimentos metodológicos utilizados para coleta de dados foram as observações participantes e a realização de entrevistas semiestruturadas com mutirantes de um canteiro de obras autogerido, escolhido por suas características exemplares, como estudo de caso. Foram observadas questões sobre as condições de trabalho mutirante dentro da escala da produção e suas dificuldades, além de avaliar as condições de vivência e aprendizagem em canteiro.

As entrevistas com os mutirantes partiram sempre da mesma pergunta inicial: “O que você aprendeu no mutirão?”. O objetivo desse questionamento foi identificar qual é o real aprendizado do trabalho em mutirão e o que os participantes do processo mais valorizam da prática do trabalho coletivo. Depois, foi perguntado “De que forma o mutirão transforma?”, que procurou entender quais seriam os principais conceitos que marcavam os mutirantes no processo, sejam eles abstratos ou concretos.

O entendimento dos questionamentos políticos e o enfrentamento da produção capitalista do espaço foram tomados como princípio de leitura desse movimento, a partir de ações rebeldes, que seriam capazes de organizar um projeto político transformador (HARVEY, 2004).

A utopia contida na intenção prática e política do mutirão foi lida como parte do engajamento coletivo em uma busca de direitos de forma dialética, em um reconhecimento disso no espaço e tempo (HARVEY, 2004).

Para examinar os resultados foram incluídos os conceitos de reciprocidade, que serviram para embasar a integração econômica desse processo e a relação de simetria das ações coletivas dos mutirantes, vinculada à sociedade e seu grau de penetração no mercado (HARVEY, 1980); outra chave de análise sobre a gestão popular foi entendida a partir dos estudos de Coraggio (2000), que entende o potencial transformador a partir da unidade doméstica.

A reciprocidade baseada no mútuo respeito e apoio entre os indivíduos na comunidade pode, por isso, fornecer uma fonte potente de resistência às relações humanas mercantis implícitas no sistema de

⁸⁴ Para mais informações sobre as modalidades de contratação ver site da CEF (www.caixa.gov.br)



mercado de troca. Na medida em que este modo de integração econômica declinou, ele permitiu a ulterior penetração das relações humanas pelo mercado de troca (HARVEY, 1980, p. 242).

O canteiro, nesse sentido, entendido como local de formação política, de aplicação da democracia e da formação do poder popular se configura através do trabalho manual e por essa razão, o bem-estar daquela comunidade se vincula a transformação numa esfera local, com proposta de subversão da lógica dominante ao fortalecer as trocas por reciprocidade, com o intuito de melhorar as condições de reprodução da vida, reverberando o poder popular (HARVEY, 2004; CORAGGIO, 2009).

O apoio mútuo permite que as famílias se mantenham interligadas nos períodos que precedem e sucedem a construção das moradias. A solidariedade se apresenta como a principal aprendizagem e resultado do trabalho mutirante, que fomenta o mutirão autogerido como parte de um projeto político transformador, que almeja libertar a classe trabalhadora das imposições recorrentes no cenário capitalista neoliberal, com desigualdades abismais.

Os resultados vinculados à solidariedade e ao respeito ao próximo foram percebidos nas palavras utilizadas pelos associados ao argumentarem sobre o principal aprendizado, sendo comum repetirem as mesmas expressões: “diálogo”, “respeito”, “coletivo”, como ideias centrais.

Essas afirmações confrontam a noção presente no senso comum de que o mutirão autogerido serviria, em primeira instância, como um espaço de capacitação e inserção profissional, um local que se aprende um novo saber prático para se reintegrar ao mercado de trabalho, além da construção coletiva de moradias, possibilitando a de criação de cooperativas de produção a partir do trabalho associado

Isso colocaria em evidência as formas alternativas de ação dos trabalhadores urbanos para sobreviverem a um contexto socioeconômico segregacionista, que retira oportunidades, revelado ainda mais após o envolvimento dessas pessoas numa conjuntura vivenciada através do binômio autogestão-sociedade capitalista, que estimula a compreensão social a partir de uma lógica solidária, ao mesmo tempo em que as formas de reprodução da vida são bastante adversas.

O propósito atual de manter o mutirão como prática parece priorizar o engajamento do mutirante numa rede solidária a partir do convívio proporcionado pelo trabalho, supondo que isso consiga alterar as bases populares locais, numa vizinhança politicamente ativa para disputar direitos.

O NOVO MUTIRÃO

A questão material pode aprisionar as intenções de libertação de movimentos revolucionários, e nessa contradição haveria a transformação pela economia e as bases produtivas, “a própria existência de contradições (particularmente entre forças produtivas e relações de produção) traz a possibilidade de manobras criativas e de tomadas de decisões de resultado não predefinido” (HARVEY, 2004, p.267).

Por esse motivo, os movimentos de moradia continuam perseguindo, ao longo do tempo, a prática do mutirão como um dos pilares que estruturam a organização desses grupos associados.



O termo “novo mutirão” foi categorizado nessa pesquisa por ser informalmente utilizado, entre as assessorias técnicas e movimentos de moradia, para designar as transformações vividas na última década de produção habitacional autogerida, nos governos Lula e Dilma.

Hoje a forma-mutirão é diferente do início da sua prática no Brasil, nos anos 1980-1990, onde a incidência do trabalho de ajuda mútua era a principal força motriz de um canteiro de produção autogerida (ARANTES, 2011 [2002]). A necessidade de adaptação às normas e procedimentos exigidos pelos programas governamentais propostos, a partir de 2003, fizeram com que lideranças se especializassem em gestão de projetos, se adaptando a regras pré-estabelecidas e pouco apropriadas ao modelo de produção habitacional desejado pelos movimentos.

Certos dinamismos inéditos dentro dos canteiros autogeridos e com trabalho de ajuda mútua foram notados, quando comparados aos mutirões de fases anteriores, reflexo de financiamentos mais volumosos para o setor habitacional alcançados durante os governos Lula e Dilma (ARANTES, FIX, 2009). O canteiro dispunha de um pouco mais de tecnologia e alguns pequenos avanços na profissionalização desse espaço⁸⁵.

A partir das políticas implementadas nesse período, a quantidade e o porte dos empreendimentos puderam crescer, assim como houve alguma mudança na realidade socioeconômica do brasileiro, principalmente em relação ao aumento do salário mínimo, e conseqüentemente, no poder de consumo da classe trabalhadora (DE OLIVEIRA, 2017).

Isso despontava parcialmente nesses grupos, que se via empregado, mas sem teto, com o poder de compra e acesso a crédito ampliado, conseguindo alcançar melhorias na sua capacidade de reprodução (LAGO, 2016). O trabalho em mutirão também já era outro e detinha menos destaque no processo da construção.

Ao mesmo tempo, as relações estabelecidas dentro dos canteiros refletiam de alguma forma o incentivo ao consumo, e por consequência os desejos individuais, amplamente divulgados pela mídia e, também pelos programas de governo. Era a primeira vez que, por exemplo, entre outros problemas, havia a preocupação do impacto de tantos automóveis particulares chegando para o dia de mutirão, reflexo imediato desse novo contexto econômico e político.

Por isso, esse novo mutirão encontra-se como um espaço produtivo bastante inserido dentro da lógica de mercado, por contar com um número maior de contratações terceirizadas, por buscar melhores preços, por disputar terras urbanas, entre outras coisas. Ao mesmo tempo ainda se mantém como espaço de encontro, de engajamento e articulação política, onde a classe trabalhadora detém poder e autonomia.

Isso se manifestou igualmente na forma como os mutirantes encaravam o trabalho coletivo; o movimento de moradia estava lidando com um novo contexto da sociedade, com mais acesso à informação e moldado por um padrão de vida inspirado em uma classe ao qual o trabalhador não pertence, onde é preconizado um sonho de se tornar classe dominante e que, por outro lado, refuta a ideia de ser parte da classe proletária (CHAUÍ, 2013). Por isso, as cobranças, ao movimento e às assessorias, se

⁸⁵ Sobre profissionalização dos movimentos de moradia ver DE CARVALHO, 2004.



desdobravam a partir da lógica de estarem consumindo/pagando aquele programa e a casa própria.

Já o trabalho cotidiano nas obras ficou mais consistente, canteiros de médio (e até mesmo grande) porte se tornaram mais comuns na produção autogerida, com grandes exigências técnicas e muitas estratégias de luta política presentes, mas que por outro lado ainda carregavam precariedades – reflexo da construção civil como um todo, que apesar do aquecimento do setor, ainda era um espaço de exploração do trabalhador com baixa qualificação (OLIVEIRA; FIX, 2017).

A quantidade inédita de subsídios permitia uma obra com “mais autogestão, menos mutirão”⁸⁶, máxima reproduzida por algumas lideranças e assessorias, a partir das experiências desse novo mutirão, que significava, sobretudo, que as obras possuíam mais serviços terceirizados contratados para construir etapas mais especializadas, ao mesmo tempo em que se exigia do grupo mais foco na autogestão, para gerenciar todos os percalços e contratações da obra.

Por algum tempo, a experiência empírica levantava a suspeita de que esse novo mutirão com um grande expediente de contratações externas poderia ser o maior paradoxo na nova fase de produção de moradia autogerida, por se aproximar de um canteiro tradicional da construção civil. Muito se questionou sobre o possível afastamento do mutirão tradicional, que permitia uma qualificação profissionalizante dos associados para o mercado da construção civil – ao construírem suas casas com as próprias mãos. Nesse sentido, a opção por terceirizados em obra abriu espaço para críticas como as que os mutirantes passaram a executar um “trabalho lúdico” e não pago, devido ao seu caráter menos profissionalizante, acima de tudo para o mercado da construção civil (DE CARVALHO, 2004).

p. 2382

Ainda assim, muitos movimentos, principalmente os filiados à UMM-SP, ainda mantinham o mutirão como prática indissociável ao considerarem-no como estratégia política e de luta. No canteiro de obras os mutirantes estão literalmente se apropriando do próprio quintal de casa, e, por isso convivem da forma mais emancipada possível e tem a possibilidade de se comportar de maneira mais autônoma e livre.

Desta maneira, o mutirão autogerido teria um caráter transformador na sociedade, a partir do momento em que amplia as condições de reprodução da vida, pelo fortalecimento das trocas interdependentes entre as unidades domésticas, sendo essa “a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de reprodução do capital, são as células da economia capitalista” (CORAGGIO, 2000, p. 57).

O MUTIRÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

Anteriormente, o mutirão envolvia economia financeira, ao substituir a mão-de-obra profissional pelo trabalho mutirante, que permitia uma condição de exequibilidade do projeto, já que sem o mutirão seria inviável. Hoje, o mutirão não seria mais uma necessidade de viabilidade para a produção habitacional, e sim um elemento estratégico de disputa política. A opção de priorizar o canteiro como espaço profissionalizante foi se alterando para condizer com novas propostas e arranjos das relações da sociedade

⁸⁶ Expressão melhor detalhada em DE CARVALHO, 2004.



contemporânea, que já não absorvia de forma suficiente as experiências desenvolvidas a partir do mutirão, sejam elas vinculadas à capacidade profissional ou às produções a partir da organização mutirante.

Dentro desse contexto de novo mutirão, nota-se empiricamente a formação da vizinhança, sendo construída a partir das relações interpessoais, e os conflitos e contradições sendo colocados à prova - para que sejam mediados e resolvidos à maneira do grupo mas, principalmente, a consciência cidadã e política de cada um acha espaço para se estabelecer. É possível notar o orgulho e o cuidado que cada mutirante tem pela obra, e como, a partir desse sentimento individual, a empatia torna-se mais evidente.

Por isso, as alegações dos mutirantes que destacam prioritariamente o mutirão como responsável por formar uma pequena comunidade amistosa, onde a grande prerrogativa é conhecer seus futuros vizinhos, mostra que os associados passaram a dar valor ao convívio coletivo proporcionado em canteiro, se preocupando menos com as aprendizagens técnicas.

É possível dizer que a questão da vizinhança no mutirão é utilizada tanto para produzir simbolicamente aproximações e diferenças sociais entre os mutirantes, como entre mutirantes e vizinhos do entorno, assim como entre o presente e o futuro do bairro onde está sendo realizado o mutirão (AQUINO, 2015, p.203).

p. 2383

A partir dos estudos de Sennett (2013) poderíamos atribuir esses efeitos de reconhecimento e reciprocidade ao “triângulo social”, embasados na autoridade merecida, respeito mútuo e cooperação nos momentos de crise (SENNETT, 2013).

Nesse sentido o autor indica que os trabalhadores que se apropriam de um trabalho manual

forjavam no trabalho fortes vínculos informais que tiravam as pessoas de seus nichos [...] Em uma fábrica ou em um escritório, esse triângulo social não transforma o trabalho em um Éden, mas de fato transforma a experiência de trabalho em algo que não seja apenas desalmado; serve de compensação ao nicho, ao isolamento formal (SENNETT, 2013, p.182).

Por isso, também, poderia se atribuir o potencial transformador desse projeto a esse momento de convívio. Isso poderia indicar a constituição de uma pequena comunidade com cidadãos mais conscientes politicamente, que se mostram fortalecidos por conquistarem algo palpável (a moradia) através da luta coletiva e do trabalho de ajuda mútua.

Essa experiência pode ter um potencial transformador relevante, por ser um exemplo concreto de realização, onde o papel do trabalho coletivo é central, ao unir a classe trabalhadora em prol de um objetivo comum. Principalmente, observando uma pequena esfera de transformação local, com potencial de contágio para demais esferas que aqueles mutirantes circularem na sociedade.

Assim, entende-se a práxis como um elemento estruturante para que a população reflita sobre a conjuntura de retirada de direitos que está inserida, e, então possa passar a lutar por políticas e programas inclusivos sem que “não se cinja a mero



ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão” (FREIRE, 1987, p. 29). Objetiva-se equilibrar as formas de interação para que haja “troca mútua entre indivíduos ou unidades de produção (tais como famílias), com as somas trocadas sendo aproximadamente iguais (a longo termo) entre os participantes” (HARVEY, 1980, p. 178).

Como resultado dessa pesquisa avaliou-se que durante o trabalho autogerido em obra os mutirantes se encontram com maior grau de *liberdade*. Isso porque não há ninguém controlando ou mediando as relações de trabalho ou entre os vizinhos. Essa característica parece ser trazida dos conceitos políticos agrupados pelo movimento de moradia: democracia, participação e protagonismo político.

Apesar de todo o processo prever esse poder de decisão e protagonismo aos associados, é possível perceber uma diferença de comportamento nos momentos de trabalho coletivo e nas demais instâncias. As pesquisas de observação em campo puderam destacar isso através de posturas, que de certa maneira parecem paradoxais, e podem estar vinculadas ao silêncio.

O silêncio na assembleia é maior⁸⁷. A postura dos mutirantes muda relativamente, pois parecem ser menos espontâneos ou se colocam numa posição mais formal. Há pouca conversa, mais escuta e menos debate. Não é um momento passivo, pelo contrário, parece ser um momento formal e programado, por isso lideranças acreditam que “um movimento que se baseia exclusivamente na relação verbal, ali na assembleia, quem deu opinião, quem fez uma crítica, quem fez uma proposta, ela vai abarcar um percentual muito pequeno das pessoas” (E.R., liderança da UNMP, em entrevista concedida em dezembro/2017).

p. 2384

Essa liberdade também permite que certas habilidades em se comunicar, conquistadas no decorrer do processo, nos trabalhos sociais, também possam se converter em algum tipo de excesso. A apropriação do espaço e do processo que o mutirante passa a ter lhe dá segurança para se posicionar e muitas vezes, a forma optada por expor suas opiniões é violenta.

Por esses momentos de conflito e, ao mesmo tempo, liberdade de se expor, nota-se que o espaço de maior naturalidade e intimidade dos mutirantes se dá em canteiro, onde eles convivem sem interferências e mediações externas ao grupo, trazendo condições para ampliarem suas redes de relações interpessoais e também criando condições de geração e mediação de conflitos.

Por outro lado, durante o mutirão percebe-se o comportamento mais empático e respeitoso entre os mutirantes. Sennett (2013) discorre sobre o desenvolvimento de sentimentos de empatia vinculados aos processos de cooperação, diferenciando do conceito de simpatia, este mais voltado à identificação e imitação. A empatia, para o autor, estaria mais vinculada com o “reconhecimento do que o outro está fazendo”, porém esse reconhecimento se daria em estar atento “à outra pessoa em seus próprios termos” (SENNETT, 2013, p.34). E ainda conclui

⁸⁷ A assembleia mostra-se como um local mais de escuta do que de fala. Em Sennett (2013, p.37) isso é tratado como uma capacidade, advinda das conversas dialéticas e dialógicas “Ouvir bem é uma atividade interpretativa que funciona melhor quando focalizamos a especificidade do que está sendo ouvido e buscamos entender com base nesses elementos específicos o que a outra pessoa dá por descontado, sem chegar a dizer explicitamente”.



Como questão filosófica, a simpatia pode ser entendida como uma recompensa emocional para o jogo dialético de tese-antítese-síntese: “Finalmente estamos nos entendendo”, o que dá uma boa sensação. A empatia está mais ligada à troca dialógica; embora a troca seja sustida pela curiosidade, não experimentamos a mesma satisfação de um fechamento, de estar rematando as coisas. Mas a empatia tem sua própria recompensa emocional (SENNETT, 2013, p.35).

Essa troca ocorre devido aos mutirantes estarem expostos (mesmo que inicialmente a contragosto) a conviver e dialogar com realidades e situações fora da sua zona de conforto. Diferente do esperado pelas condições do mundo pós-moderno, o mutirante é estimulado a interagir, a cooperar, a estar junto e vivenciar a sociedade fora de casa, fora da televisão e da realidade paralela criada a partir do padrão de vida imposto aos cidadãos dos grandes centros urbanos, principalmente dos países periféricos.

Por isso, é necessário lançar o olhar para entender as “situações-limites” dessa classe trabalhadora, para que seja possível superar uma visão de mundo ingênuo para uma consciência crítica (mais objetiva), onde a realidade prática daquelas pessoas seja considerada (FREIRE, 1987).

A aproximação de mutirantes com valores e condutas distintos é inevitável durante toda a construção do empreendimento, mas uma das particularidades observadas após o convívio em mutirão é que, mesmo não se estabelecendo um vínculo afetivo, essa aproximação durante o trabalho em obra permite que o grupo se organize com maior coesão.

Os mutirantes não negam nem ignoram os conflitos, em muitos momentos julgam com preconceitos a realidade exposta do vizinho, mas de alguma forma eles se enxergam como uma espécie de família e estabelecem relações de empatia maiores, mesmo quando sofrem algum tipo de constrangimento ao acordo coletivo interno, levando a superar os problemas e dividir o ônus dos mutirantes controversos.

Richard Sennett também trabalhou essas relações sociais que estabelecem um tipo de cooperação, a partir do sistema chinês denominado *guanxi*

Qualquer um pode contar com os outros na rede, especialmente quando as coisas ficam difíceis; eles se sentem obrigados pela honra a apoiar, em vez de tirar vantagem da fraqueza do outro. Guanxi implica algo mais que simpatia; os integrantes da rede se criticam e implicam uns com os outros; podem não ser bonzinhos, mas se sentem obrigados a ajudar (SENNETT, 2013, p.166).

As redes *guanxi* descritas por Sennett (2013) possuem vários pontos semelhantes aos processos de integração dos grupos mutirantes, seja no apoio econômico informal, para subsistência, seja pela expectativa de ajudar e um dia ser ajudado (ou pela ausência de vergonha em ser ajudado).

Então, essa proteção interna ou ampliação do reconhecimento familiar poderiam ser entendidos por esse viés, identificando que aquele grupo já está formado e é interessante para todos que se mantenha assim, seja por comodidade, por medo de entrar outro grupo e desestruturar o que eles já têm. Seja também por medo de abrir



precedentes para que certos julgamentos recaiam de volta sobre eles. Mas também pode representar uma rede de apoio baseada na empatia.

Por isso, em meio a um grupo com pessoas de diferentes costumes e construções sociais, a aproximação efetivada pelo convívio em canteiro, onde todos se equiparam realizando a mesma função manual (a de autoconstruir suas casas), sem saber qual unidade será de cada família, indicaria uma capacidade do trabalho mutirante de aproximar indivíduos e promover uma identificação maior com a realidade dos demais, o que deveria ser priorizado como alternativa de reunião das bases associativas.

O trabalho se condiciona como um eixo articulador que une as pessoas em prol de um bem comum e, por isso, existe uma conjuntura de decisões e processos que exigem que o grupo se mobilize para enfrentar os obstáculos e se organize para defender suas demandas.

Nas práticas mais recentes, os associados possuem, em grande parte, uma condição de assalariamento mais segura e formal, por vezes, proporcionando uma condição menos coesa em relação ao trabalho junto ao movimento, ocasionando num menor interesse e reconhecimento de si em relação ao grupo, numa sensação de pertencimento maior à exterioridade, como por exemplo, no poder de compra, nas condições de reprodução, educação, cultura, etc.

Os mutirantes comportam-se em geral de maneira mais desfilhada em relação ao entorno, por estarem numa situação menos vulnerável que os vizinhos, apesar de mostrarem-se mais empáticos em ampliar as condições comunitárias criadas a partir do mutirão.

Nesse sentido, não raro são percebidos conflitos ao colocar em debate propostas de integração com o resto do bairro, reproduzindo uma lógica de condomínio fechado, com argumentações baseadas no medo, se auto-identificando numa condição superior aos moradores dos conjuntos habitacionais⁸⁸.

A convivência com desigualdades e conflitos poderia trabalhar o interesse dos mutirantes por não se expor às diferenças. Por isso, a comunidade criada a partir do mutirão autogerido, que carrega um valor de orgulho devido à luta que envolve a conquista (SENNETT, 2013), poderia ser algo que estimulasse a cooperação e articulação para um convívio além dos “muros” do mutirão.

Já para realizar os serviços em obra é verificada uma organicidade particular de cada grupo. No caso do mutirão JMA/FF a articulação na rede de interdependências parece ser mais acentuada comparada a algumas outras experiências.

Na pesquisa de campo foi identificado que existem conversas durante o trabalho mutirante que envolvem questões de obra, mas também assuntos pessoais. Porém, o que chamou atenção foi o vínculo que eles estabelecem, reconhecendo aquele espaço como lugar possível de articular as críticas mais livremente e promover esclarecimentos, por ter se estabelecido uma relação de confiança maior entre todos.

p. 2386

⁸⁸ Em Aquino (2015) existe o relato de uma situação que um mutirante se referia ao entorno do bairro como “favela”, de modo pejorativo e demonstrando medo da vizinhança.



As decisões coletivas são prioritariamente tratadas durante a jornada em canteiro, pela proximidade promovida pelo trabalho, o que por muitas vezes, demonstra que as decisões são articuladas no dia de mutirão e validadas em assembleia.

Nesse sentido percebe-se a criação de uma segunda instância de problematizações que não é oficialmente considerada, mas possui um grande peso no processo. As conversas dos mutirantes em canteiro podem desenvolver grandes potenciais de articular a base do movimento de moradia e ampliar as conquistas e lutas pensadas coletivamente.

O estado de espírito subjuntivo frutifica mais no terreno dialógico, esse universo da conversa que gera um espaço social aberto, no qual a discussão pode tomar direções imprevistas. A conversa dialógica, como vimos, prospera através da empatia, o sentimento de curiosidade sobre os outros e o que são realmente (SENNETT, 2013, p.36).

A rotina cotidiana dos mutirantes se engajando para a conquista de um bem comum entre eles mostra-se como uma ruptura dos meios habituais da relação social desses trabalhadores. Essa ruptura pode ser vista como um ganho para ampliar a articulação desse grupo, já que

Qualquer interrupção da rotina pode despertar as pessoas – e, quando despertadas, elas se deslocam para a zona de informalidade; podem ser despertadas e deslocadas por coisas aparentemente triviais, e não necessariamente por grandes crises (SENNETT, 2013, p. 189).

p. 2387

Logo, as perspectivas sociopolíticas dos ganhos do mutirão poderiam estar mais presentes, hoje em dia, do que as intenções de enquadramento quanto às capacitações profissionalizantes para o mercado de trabalho. Essa base solidária criada nos grupos pode funcionar como uma espécie de gatilho para que as pessoas que participem desse processo possam ser cidadãos mais políticos e empáticos a realidades distintas do seu modo de vida.

Cabe notar que muitas vezes essa solidariedade é acionada somente de forma instrumental e não assume proporções ampliadas que gerem mudanças sistêmicas nos modos de produção e trocas, funcionando como uma cooperação para atender necessidades de uma unidade doméstica (CORAGGIO, 2009). O objetivo é alcançar o resultado material que o grupo de mutirantes está envolvido, em alguns casos, pode até ampliar para alguma intenção maior, mas ainda voltada para aquele grupo de futuros vizinhos do empreendimento autogerido.

Assim, a tradição de vida comunitária estaria baseada na mediação cotidiana multicultural, com base na diversidade, sem muita supervisão ou direcionamento que não seja o espontâneo, gerado a partir daquele engajamento coletivo, conferindo uma experiência de sociabilidade única (SENNETT, 2013).

Seria possível dizer que esse respeito adquirido através do mutirão seria fruto de uma solidariedade conquistada de baixo para cima, sem imposições, por terem enfrentado as diferenças pelos princípios dialógicos, por se mostrarem abertos a entender novas realidades de reconhecimento empático (SENNETT, 2013).

Em resumo, esse novo mutirão carrega pragmatismo e contradições, se organizando numa estrutura muito próxima dos canteiros de mercado, deixando para



trás, de modo geral, a intenção do canteiro profissionalizante e experimental, para encarar a realidade de “mais autogestão, menos mutirão”.

Mas em tempos de mudança, os objetivos são ressignificados. Por isso, mesmo nesse contexto de desvalorização do trabalho manual, os movimentos optam por manter o trabalho coletivo, por entender que a cooperação estabelecida naquele espaço é estratégica.

A solidariedade se apresenta como a principal aprendizagem dos mutirantes que se envolvem na autogestão. Nota-se a formação de uma vizinhança com laços mais profundos e com maior autonomia para formular suas demandas.

Percebe-se que essa forma de cooperação popular, de resiliência para sobreviver num território urbano segregacionista, só se conforma dessa maneira devido à política habitacional ser insuficiente e, por muitas vezes, inexistente.

Retoma-se a intenção dialética da utopia, ao propor que as ações rebeldes partam do engajamento coletivo em uma busca de direitos, (HARVEY, 2004). O canteiro como local de formação política, de aplicação da democracia e da formação do poder popular se configura no momento em que os mutirantes se apropriam daquele processo, através do trabalho manual que efetivamente os aproxima para estabelecer uma rede de ajuda mútua que os permita conquistar um bem comum.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. 2015. 271p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARANTES, Pedro Fiori. (2002) Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. 3ed. São Paulo: Editora 34, 2011. 256p.

_____; FIX, Mariana. Minha Casa, Minha Vida', o pacote habitacional de Lula.

Correio da Cidadania. São Paulo. 30 jul. 2009. Disponível em:

<http://www.correiodacidade.com.br/content/blogcategory/66/171/>. Acesso em: 16 jul. 2015.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998. 344p.

CAMARGO, Camila Moreno de. Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios. 2016. 293f. Tese de Doutorado. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CARDOSO, Adauto Lucio et. al. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: Emir Sader (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, p. 91-142, 2000.



- _____. Territorio y economías alternativas. In: I Seminário Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional. Visiones, desafíos y propuestas. Anais... La Paz, Bolivia, 30-31 jul. 2009.
- DE CARVALHO, Caio Santo Amore. Lupa e telescópio: o mutirão em foco, São Paulo, anos 90 e atualidade. 2004. 186f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- DE OLIVEIRA, Hipólita Siqueira. Contradições entre desenvolvimento, trabalho e espaço em tempos de crise: o caso do estado do Rio de Janeiro. Cadernos Metrôpole, v. 19, n. 38, p. 179-200, 2017.
- FERRO, Sérgio. (1976). O canteiro e o desenho. Projetos Editores Associados, 1982.
- _____. "Trabalhador Coletivo" e Autonomia. In: Usina: Entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015. p. 21-30.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. Hucitec, 1980.
- _____. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LAGO, Luciana Correa do. Autogestão habitacional e a politização das práticas econômicas populares. Revista Le Monde Diplomatique (versão digital). 23 de junho de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/4o8tdT>. Acesso em 16 jul. 2017
- NOIA, Paula Regina da Cruz. Participação e qualidade do ambiente construído na habitação: Processo e produto no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos estudos-CEBRAP, n. 74, p. 67-85, 2006.
- _____; FIX Mariana. Trabalho na construção civil durante a retomada do financiamento habitacional no Brasil. XVII ENANPUR–ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 2017.
- RODRIGUES, Evaniza Lopes. A Estratégia Fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia. 2013. 233f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SENNETT, Richard. O artífice. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, v. 2, 2013.
- SHIMBO, Lucia Zanin. Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 363p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- TATAGIBA, Luciana et. al.. Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. O desafio da participação dos beneficiários, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/yZSRyD>. Acesso em: 23 Set 2017.
- TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 58, p. 85-102, 2016.